UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

NATALIA NAHAS CARNEIRO MAIA CALFAT

O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas:
Reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa

Versão corrigida

São Paulo
2017

NATALIA NAHAS CARNEIRO MAIA CALFAT

O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas:
Reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa

Versão corrigida

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Glauco Peres da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Salem Hikmat Nasser

O exemplar original encontra-se na Biblioteca Florestan Fernandes (SBD/FFLCH/USP).

De acordo: _____
Prof. Dr. Glauco Peres da Silva

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

C151m Calfat, Natalia Nahas Carneiro Maia
O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas: reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa / Natalia Nahas Carneiro Maia Calfat ; orientador Glauco Peres da Silva. - São Paulo, 2017.
211 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Libaneses. 2. Política e governo. 3. Religiões. 4. Crise política. 5. Estudo de caso. I. da Silva, Glauco Peres, orient. II. Título.

CALFAT, Natalia N. C. M. **O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas: reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa.** Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em: 26 de Janeiro de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Glauco Peres da Silva

Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Instituição: UFMG

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Luciana Gross Cunha

Instituição: FGV - SP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Mihran Avedis Nahas

In memoriam

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Glauco Peres da Silva que de forma extremamente generosa se predispôs ao estudo e acompanhamento de um tema que, apesar de distante de suas habituais produções, me propiciou diretrizes de enorme valia. Seu contato permanente nos últimos dois anos e constante leitura das versões iniciais deste trabalho foram essenciais para o seu desenvolvimento e estruturação. Agradeço seu suporte, paciência e amparo nesta que é uma jornada tão desgastante quanto satisfatória.

Ao meu coorientador Salem Nasser que gentilmente aceitou este convite, pelo apoio, respaldo e orientações durante o processo de confecção desta dissertação. E pelo referencial e esteio que representa para os estudos sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano na academia brasileira.

A Adrian Gurza Lavalle pelas orientações concedidas durante a qualificação deste trabalho que me foram extremamente úteis para compreensão de qual era o verdadeiro escopo, objetivo e potencial de alcance desta pesquisa.

Ao Departamento de Ciência Política da Universidade da São Paulo e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que me permitiram o estudo deste tema e cuja bolsa de pesquisa foi essencial para que eu pudesse me dedicar exclusivamente às atividades de pesquisa. Ambos me propiciaram a oportunidade de elaboração e apresentação do presente trabalho primando pela pluralidade na investigação acadêmica.

Ao Grupo de Trabalho sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano (sob o Laboratório de Estudos Asiáticos do Departamento de História desta Universidade) pelo espaço interdisciplinar propiciado por suas atividades, debates e publicações.

À figura de todos os docentes, discentes e funcionários do Departamento de Ciência Política que me propiciaram nos últimos dois anos um enorme aprendizado a cada disciplina cursada e a cada atividade realizada. Após alguns anos longe do ambiente acadêmico, foi durante o período de mestrado viabilizado pelo Departamento que pude ter certeza de que a volta à academia era necessária e o caminho a ser seguido.

Por fim, mas não por isto menos importante, não posso deixar de agradecer à minha mãe Vivian Karnick Nahas pelo apoio e confiança não somente nesta jornada, mas sempre. E ao meu marido Guilherme Anis Calfat pelo suporte, companheirismo e paciência diários. A ambos, obrigada por absolutamente tudo que representam.

Only in the crucible of self-mastery jihad can
freedom be smelted

(RAMADAN, Tariq, 2013)

What is to be done, O Moslems? For I do not
recognize myself.
I am neither Christian, nor Jew, nor Gabr, nor
Moslem.

I am not of the East, nor of the West, nor of the land,
nor of the sea;
I am not of Nature's mint, nor of the circling
heavens.

I am not of earth, nor of water, nor of air, nor of fire;
I am not of the empyrean, nor of the dust, nor of
existence, nor of entity.

I am not of India, nor of China, nor of Bulgaria, nor
of Saqsín;
I am not of the kingdom of Irāqain, nor of the
country of Khorāsān.

I am not of this world, nor of the next, nor of
Paradise, nor of Hell;
I am not of Adam, nor of Eve, nor of Eden and
Rizwān.

My place is the Placeless, my trace is the Traceless;
'Tis neither body nor soul, for I belong to the soul of
the Beloved.

I have put duality away, I have seen that the two
worlds are one;
One I seek, One I know, One I see, One I call.

(RUMI, Jalaluddin, ca. 1240)

RESUMO

CALFAT, Natalia N. C. M. **O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas: reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa.** 2017. 211f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O modelo consociativo de democracia parlamentar reflete a necessidade de prevenção de conflitos comunais em sociedades segmentadas e visa proporcionar-lhes estabilidade democrática. O Líbano e suas 18 seitas oficiais foi considerado por Arend Lijphart como um caso de sociedade multiétnica profundamente dividida por clivagens sobrepostas, país no qual o consociativismo e a capacidade de acomodação das elites seriam viáveis. No entanto, o país tem enfrentado rupturas institucionais constantes e intensificação de tensões sectárias mesmo após o fim da guerra civil (1975-1990). As crises de governança em 2005 e 2008, o vácuo presidencial de Maio de 2014 à Outubro de 2016 e as persistentes crises de energia, água e lixo são exemplos de tais eventos. Além disso, o Líbano tem um Estado nação frágil e inoperante, abrindo uma lacuna em termos de defesa militar, promoção de serviços sociais e provisão de bens públicos. Ao mesmo tempo, contudo, as crises sugerem não demonstrações de falta de governança, mas ajustes de representação para inclusão de elites não tradicionais no poder (como é o caso da xiita e sua obtenção do poder de veto através da figura do Hezbollah em 2008). E, sobretudo, o sistema confessional teve continuidade histórica significativa ao longo dos séculos XX e XXI. Em razão desta falta de consenso na literatura, será objetivo do presente trabalho indicar e refletir sobre os limites, decorrências e contribuições do consociativismo à realidade libanesa em sua modalidade confessional. Através do estudo de caso proposto apontaremos de que modo, de forma problemática, falta na literatura consociativa o entendimento de que a institucionalização rigorosa das diferenças religiosas não promove mais democracia e representatividade, mas, ao contrário, enfraquece o Estado nacional e engendra práticas de clientelismo sectário. Os resultados obtidos reforçam a necessidade de revisão teórica do modelo de Lijphart de modo a afastar do mesmo arranjos consociativos altamente institucionalizados – tais como os do tipo confessional. Na medida em que tal prescrição está ausente na teoria consociativa clássica, identificamos uma anomalia no modelo original de Lijphart que precisa ser revista e sanada.

Palavras-chave: Consociativismo. Sistema confessional libanês. Hezbollah. Crises institucionais. Estudo de caso.

ABSTRACT

CALFAT, Natalia N. C. M. **The consociational model for multi-religious societies: considerations and yields from the Lebanese confessional experience.** 2017. 211f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The consociational model of parliamentary democracy reflects the need to prevent communal conflicts in segmented societies and aims to provide them with democratic stability. Lebanon and its 18 official sects was considered by Arend Lijphart as a case of multi-ethnic and deeply divided society, a country where consociationalism and elites' compromising would be feasible. However, the country has been facing constant institutional disruption and intensification of sectarian tensions even after the end of the civil war (1975-1990). Governance crisis in 2005 and 2008, presidential vacuum from May 2014 to October 2016 and the persistent energy, water and waste disposal crisis are examples of such events. In addition, Lebanon has a fragile and ineffective nation state, deficient in terms of its military defense, promotion of social services and provision of public goods. At the same time, however, these crisis suggest not lack of governance demonstrations, but representation and power adjustments to include non-traditional elites (as it is the case for the Shia sect and its veto power obtainment through Hezbollah in 2008). Utmost, the confessional system has had significant historical continuity throughout the 20th and 21st centuries. Due to the literature's lack of consensus revolving this issue, the present work intends to present and reflect over consociativism's limits, consequences and contributions to the Lebanese reality in its confessional form. Through the here proposed case study, it will be problematically pointed out that the consociational literature misses the point by not understanding that the rigorous institutionalization of religious differences does not promote more democracy and representation; but, rather, weakens the national state and engenders clientelist sectarianism. The results obtained reinforce the need for Lijphart's model theoretical revision in order to except from it highly institutionalized consociational arrangements (such as the confessional one). To the extent that such prescription is absent in classic consociational theory, we have identified an anomaly in Lijphart's original model that needs to be reviewed and amended.

Keywords: Consociationalism. Lebanese confessional system. Hezbollah. Institutional crisis. Case study.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Confissões religiosas e respectivos assentos no Parlamento	78
Tabela 2	Confissões religiosas e respectivas parcelas de poder (Taif)	81
Tabela 3	Divisão de assentos em Beirute (1, 2 e 3)	85
Tabela 4	Distribuição de assentos por província, distrito e confissão	86
Tabela 5	Distribuição regional assentos parlamentares entre 11 confissões	87
Tabela 6	Distribuição de votos eleições legislativas 2009	88
Tabela 7	Distribuição de assentos distrito de Baabda	92
Tabela 8	Distribuição de votos por candidato e confissão Baabda	93
Tabela 9	Composição confessional eleitorado nacional (legislativas 2009)	94

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Representação sectária dos assentos parlamentares desde Taif	82
Figura 2	Divisão dos distritos eleitorais libaneses	83
Figura 3	Mapa do poder de voto 2009	90
Figura 4	Mapa do poder de voto 2015	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O CONSOCIATIVISMO PARA SOCIEDADES SEGMENTADAS E A REALIDADE LIBANESA.....	23
1.1 As contribuições da teoria consociativa de Lijphart para sociedades segmentadas	23
1.2 O Líbano como democracia consociativa para Lijphart	32
1.3 Apresentando o problema: a falta de consenso no estado da arte na literatura.....	41
1.4 Teoria e prática: um tipo particular e fortemente institucionalizado de consociativismo	48
CAPÍTULO 2 – AS ESPECIFICIDADES DE NOSSO CASO: O SISTEMA CONFESSIONAL LIBANÊS	54
2.1 A institucionalização histórica do confessionalismo no Líbano.....	55
2.2 As especificidades do confessionalismo libanês: <i>muhasasah ta'ifiyah</i>	78
2.3 O Hezbollah, as crises institucionais e instabilidades contemporâneas.....	95
2.3.1 Atuação do Hezbollah na política libanesa no pós-guerra civil.....	97
2.3.2 Delineando o problema da governabilidade	115
2.3.3 A instabilidade institucional libanesa e a atuação do Hezbollah na política doméstica: as crises de 2005, 2008 e 2014	116
(i) A crise de 2005	117
(ii) A crise de 2008.....	121
(iii) A crise (atual) de 2014	125
2.4. As eleições municipais de 2016.....	133
2.5 O papel desempenhado pelo Hezbollah sobre a governabilidade.....	142
CAPÍTULO 3: UM BALANÇO DO CONSOCIATIVISMO CONFESSIONAL E A PROPOSTA DE REVISÃO TEÓRICA	147
3.1 As críticas teóricas ao consociativismo e ao confessionalismo	147
3.2 As propostas reformistas.....	166
3.3 Um balanço final sobre o consociativismo libanês.....	173
3.4 A proposta de revisão teórica.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

INTRODUÇÃO

O Líbano, localizado na costa leste do mar mediterrâneo, foi o abrigo de alguns dos assentamentos humanos mais antigos do mundo. Suas cidades eram importantes postos avançados e portos marítimos nas épocas fenícia, greco-romana e bizantina, centros dominantes de comércio e cultura. Esta multicultural encruzilhada no Oriente Médio foi sempre símbolo de cosmopolitismo e de convivência religiosa. Atualmente, a chamada “Paris do Oriente” seria um dos últimos enclaves cristãos naquela região, e onde muçulmanos sunitas, xiitas e drusos, cristãos maronitas, ortodoxos e gregos, judeus e armênios conviveriam de forma pacífica através de um minucioso arranjo político confessional. Contudo, o país registrou uma violenta guerra civil entre drusos e cristãos no ano de 1830 e esteve à beira de uma segunda guerra civil nos anos 1950 – que de fato se conflagrou de 1975 a 1990. Atualmente, o Líbano vem registrando um aumento das tensões e polarizações sectárias, precisando empreender grandes esforços para não se contaminar com a instabilidade regional e com os avanços dos grupos extremistas. Adicionalmente, crises de governança e impasses institucionais vêm sendo frequentes na última década, aliados a inoperância e ineficiência estatal na promoção de serviços públicos básicos. Repousaria a origem desta conjuntura simplesmente no conturbado contexto regional? O arranjo político adotado no país – já presente no século XIX e que teve continuidade histórica significativa ao longo dos séculos XX e XXI – possuiria influência sobre este cenário, ou a presença de um ator não estatal fortemente armado como o partido xiita Hezbollah seria o responsável por este desarranjo? Através deste trabalho nos propomos a endereçar algumas destas perguntas, e ao cabo verificaremos de que modo o sistema confessional é responsável pelos atuais impasses institucionais vividos pelo país, na medida em que construiu um arranjo político fortemente imobilizado em torno de suas seitas religiosas.

O sistema confessional libanês é caracterizado pela distribuição proporcional do poder político e institucional entre as diferentes comunidades religiosas conforme sua disposição e peso demográfico. Este arranjo nos remete imediatamente à literatura consociativa de Arend Lijphart, clássica referência da Ciência Política nos trabalhos de estabilidade democrática em sociedades profundamente divididas e com clivagens sobrepostas, inclusive as do tipo religioso. O autor contemplou o Líbano e suas 18 seitas oficiais como um caso de sociedade multiétnica segmentada e de sucesso de seu modelo consociativo até 1975. Neste país, visa-se garantir a representação de grupos no governo ao longo de linhas confessionais. Isto é

conseguido através da reserva aos respectivos representantes das diversas comunidades religiosas de uma quantidade proporcional de cargos governamentais de alto nível, de gabinetes, de assentos no legislativo e de empregos públicos de primeiro escalão (SALIBA, 2010). O que confere destaque ao caso libanês é a alta institucionalização das diferenças religiosas e o espelhamento da suposta estrutura social (étnico e religiosa) sobre a estrutura política do Estado. A este arranjo confessional dá-se o nome de *taifiyya*.

A literatura regional e especializada, contudo, critica o funcionamento do sistema confessional em termos de sua efetiva representatividade religiosa e eficiência estatal (PETALLIDES, 2011 ; KRAYEM, 1997). Demonstra, adicionalmente, as mazelas e desarranjos produzidos pela aplicação e adoção do modelo consociativo do tipo confessional no Líbano, gerando ineficiência estatal, instabilidade institucional e sectarismo. Críticos (KHATIB, 2015b ; ASSAF, 2004 ; BARRY, 1975b ; NELSON 2013 ; MAKDISI ; MARKTANNER, 2009) sustentam que tal modalidade de consociativismo – que chamaremos aqui de altamente institucionalizado – entrincheira identidades sectárias, engessa a distribuição de poder entre elites tradicionais e fomenta o clientelismo em bases religiosas.

Assim, é uma das preocupações de nossa pesquisa compreender de que forma se postula o debate desta literatura em torno das contribuições, decorrências e limites do sistema consociativo em sua modalidade confessional – tal como presente no caso libanês. O estudo de caso proposto refletirá sobre as adequações, contribuições, limites e deficiências do consociativismo do tipo confessional à realidade libanesa. Deste modo, é preciso que o leitor tenha clareza de que quando se fala em consociativismo ou consociacionalismo tratamos da categoria teórica original presente em Arend Lijphart. E que, quando tratamos de confessionalismo ou de *muhasasah ta'ifiyah*, o vocabulário se refere ao objeto empírico concreto da realidade libanesa tal como ela se configura na prática.

Como objeto de pesquisa buscaremos compreender, fundamentalmente, quais as especificidades do caso libanês, como se caracteriza o modelo consociativo do tipo confessional e em qual medida seu estudo nos permite ir além de forma a depurar a própria teoria consociativa. Para tanto, teremos como foco central, em primeiro lugar, a análise do consociativismo clássico, suas semelhanças e distanciamentos em relação à realidade consociativa do tipo confessional. Em segundo lugar, delinearemos como se consolidou o estabelecimento das escolhas institucionais históricas que configuraram a realidade confessional libanesa ao longo de pactos nacionais e acordos desde a formação deste Estado;

e em que medida os resultados da paulatina incorporação da então sub-representada confissão xiita nos permitem refletir sobre o próprio desenho consociativo.

Boa parte da literatura especializada no assunto afirma a inserção pragmática político-partidária do Hezbollah na política doméstica libanesa e a inflexão ideológica do partido, cuja participação na política doméstica ocorre de forma bastante integrada. A participação do grupo na disputa eleitoral e dinâmica parlamentar respeitam as regras do jogo no país e não mais visam cumprir seu objetivo inicial, qual seja, a instauração de uma República Islâmica no Líbano nos moldes da Revolução Iraniana de 1979. (DEEB, 2006 ; NORTON 2007a ; WIEGAND 2009 ; KARAM, 2010b). Mas esta inserção parece problemática ou dificultosa, de modo que foi preciso problematizar neste trabalho a inserção do partido *vis a vis* o sistema confessional libanês. Neste sentido, apesar da inserção e atuação do partido de forma ajustada, permanece a problemática quanto ao bom funcionamento do sistema confessional em termos de efetiva representatividade religiosa e eficiência estatal. O Hezbollah aparece, portanto, como mais um elemento deste complicado arranjo institucional, quiçá como o real fiel da balança entre cristãos e muçulmanos atualmente.

Após esclarecermos as diferenças entre o modelo consociativo clássico e as particularidades do caso escolhido (que não será possível sem um resgate histórico das últimas décadas), buscaremos identificar no estado da arte local e internacional em que aspectos o confessionalismo indica ser o modelo mais adequado para um tecido social plurirreligioso e segmentado, e em quais outros ele dá sinais de engessamento sectário e de fraqueza estatal. Neste sentido, hipotetizamos haver efeitos desfavoráveis e limites para este tipo muito específico de democracia consociativa confessional. Nosso caso escolhido, o sistema *Tafiyya* libanês, busca demonstrar que a institucionalização histórica da representação política exclusivamente em bases religiosas pode ter efeitos nocivos a uma democracia em construção. De modo que nossa questão de pesquisa principal é: pode um tipo muito específico de democracia consociativa aplicada a sociedades segmentadas – a de subtipo confessional – engendrar efeitos desfavoráveis vez que altamente institucionalizada? Nosso questionamento subjacente indaga se o Líbano, que já foi considerado uma referência de democracia plural para o Oriente Médio, seria um fracasso em termos do modelo de Lijphart ou se são as duas dimensões (modelo e caso) bastante distantes.

Nosso objetivo ou contribuição científica de pesquisa repousa em apontar os efeitos e limites deste tipo muito específico e institucionalizado de consociativismo: o confessional.

Isto porque parece faltar na literatura consociativa o entendimento de que a institucionalização rigorosa das diferenças religiosas não promove mais democracia, mas, ao contrário, enfraquece o Estado nacional. E é por meio desta constatação que, ao término de nossa pesquisa, seremos capazes de evidenciar a premência da revisão teórica dentro do debate da literatura especializada. Ao cabo, nosso trabalho visa estabelecer os alicerces para elaboração da tese aqui incipientemente proposta, a saber, de que há uma anomalia no modelo consociativo de Lijphart que não estabelece quais limites institucionais precisam ser previstos pela teoria para garantia do sucesso destas democracias.

Neste sentido, nossa hipótese de pesquisa sustenta que um consociativismo altamente institucionalizado – como no formato do confessionalismo libanês – entrincheira identidades sectárias, engessa a distribuição de poder entre elites tradicionais e fomenta o clientelismo em bases religiosas. É nosso intuito demonstrar, a partir de um contraponto entre as realidades consociativa e confessional, que a institucionalização profunda das diferenças religiosas por meio de pactos nacionais e leis eleitorais não promove alta representação; pelo contrário, enfraquece o Estado nacional promovendo feudalização, elitismo e instabilidade institucional. Isto termina por enfraquecer o Estado nacional e promover uma democracia (semi) oligárquica ao invés de uma democracia altamente representativa, como previsto na proposta teórica inicial. O confessionalismo libanês fundamentalmente solidifica os canais de clientelismo sectários e “privatiza”, através deste mecanismo, a provisão de bens públicos aos cidadãos. Isto perpassa um Estado débil e que entrincheira as elites tradicionais nos poderes político e econômico.

A escolha do Líbano como estudo de caso se justifica por ter implicações para uma parte do debate da teoria de democracias consociativas, uma vez que o país é identificado como um caso de reconhecida erosão do consociativismo com o estopim da guerra civil em 1975. Ainda assim, após o seu término em 1990, o país voltou a adotar o mesmo sistema e o mantém até os dias atuais. A robustez da escolha de nosso caso está em sua capacidade de dialogar com a teoria consociativa aplicada a sociedades profundamente divididas e em sua capacidade de produzir resultados generalizáveis ou passíveis de serem replicados. Neste sentido, nossos apontamentos sobre os limites do modelo consociativo do tipo confessional no cenário libanês podem travar diálogos com intenções de aplicabilidade deste modelo em sociedades multiétnicas ou multireligiosas. O debate com a teoria dominante para arranjos políticos em sociedades plurirreligiosas e sua consequente revisão aumenta a densidade teórica de nosso objeto de pesquisa e a própria abrangência do estudo de caso selecionado. E é

através deste recorte de pesquisa que buscamos conceder maior relevância e estofo teórico ao caso escolhido, de forma que dialogue com o modelo consociativo dominante de Arend Lijphart e nos permita elucidar a consequente necessidade de revisão teórica.

Como estratégia para seleção de nosso estudo de caso, a escolha do Líbano representa um caso de aparente fracasso ou desvio da teoria clássica bem estabelecida onde o sucesso era, de outro modo, esperado. Supõe-se, de forma hipotética, que o Líbano possui um atributo ausente em todos os demais casos de sucesso: o alto grau de institucionalização política das confissões religiosas, um rígido sistema de quotas para cargos públicos e sua consequente provisão sectária de bens essenciais. Neste sentido, o caso selecionado é um tipo muito especial de consociativismo que talvez leve o modelo ao seu extremo – quiçá sem precedentes em outros lugares do mundo. Nosso estudo pretende refletir sobre quais são as condições e especificações internas que corroboram para o resultado desviante ou mal sucedido no país. Ao cabo, veremos através do estudo pormenorizado do caso libanês que este apresenta uma realidade prática diversa (ou talvez mais acirrada) da antecipada pela teoria consociativa. Como consequência, revisaremos ou complementaremos a teoria consociativa, de forma a retirar da mesma arranjos institucionais altamente enrijecidos.

Os benefícios do desenho de pesquisa escolhido remetem, igualmente, à capacidade de identificar a fragilidade do Estado e os mecanismos clientelistas de terceirização de bens públicos no Líbano. De forma secundária, seremos capazes de fazer inferências sobre uma importante causa do clientelismo e da fraqueza estatal e sobre os riscos do uso da narrativa religiosa e dos conflitos endógenos para o Médio Oriente¹. Nosso estudo também irá permitir que o leitor veja em ação os resultados de um estiramento excessivo do modelo de Lijphart.

¹ Com respeito às inferências obtidas como fruto desta pesquisa, mesmo que os nossos resultados forneçam explicações específicas ao caso trabalhado, o produto ainda será útil em debates mais amplos de representação, quotas e narrativas sectárias para o Oriente Médio. Atualmente, por exemplo, na esteira da Guerra Civil Síria desde 2011, abundam especulações sobre a futura estrutura de poder no país. A Síria, sugere-se, pode encontrar paz e estabilidade através da adoção de uma estrutura de governança ao estilo libanês, que reparta e distribua formalmente o poder entre os grupos sectários, étnicos e nacionais do país. Oficiais das Nações Unidas, Estados Unidos, Rússia e Europa especulam fórmulas constitucionais para o futuro da Síria por meio de sistemas de partilha de poder com base sectária que espelhe aquelas do Iraque e do Líbano. Indicações semelhantes podem ser encontradas na literatura binacional para a Palestina, mas que são criticadas pelos teóricos que são a favor de dois Estados para resolução do conflito. Conforme aponta Younis, o quadro constitucional e eleitoral adotado pelo Iraque pós-invasão norte-americana instituiu muitas das recomendações de Lijphart, incluindo a representação proporcional, o federalismo e um sistema parlamentar com uma presidência fraca. Contudo, este quadro democrático falhou no país (YOUNIS, 2011).

Nas palavras de Rami Khouri “A lição é a de que, se qualquer outro país quer copiar qualquer coisa do Líbano, isto deve ser o legado de liberdade pessoal e de pluralismo tolerante baseado na comunidade, e não o

Nosso trabalho será feito através da análise da literatura secundária especializada em seu diálogo com a literatura consociativa. Não incluiremos em nossa análise – salvo de forma contextual – as intervenções estrangeiras e instabilidades regionais como variáveis explicativas quer seja da debilidade estatal libanesa, quer de seus constantes impasses institucionais. Ainda que autores como Michael Kerr (2005) alertem para a importância da existência de “pressões externas regulatórias e positivas”, estatais e não estatais, que confirmam às elites internas incentivos e motivos suficientes para sua aceitação e apoio ao consociativismo, esta variável não foi contemplada por Lijphart como necessária para a estabilidade de democracias consociativas². O mesmo pode ser dito com respeito à artificialidade das fronteiras do país. Não é nosso intuito aqui ignorar os prejuízos e distorções causados pela partilha territorial quando da instauração pelas Nações Unidas do Mandato Francês para a Síria e para o Líbano após a Primeira Guerra Mundial; tampouco ignorar a atuação otomana, francesa e inglesa no século anterior e de que modo se apropriaram do sectarismo; ou a significância da presença israelense ao sul ou da presença atual saudita, síria e iraniana sobre a política e lideranças domésticas do país. Todos estes elementos estão presentes ao longo de nossa pesquisa. Contudo, nossa atenção está fundamentalmente voltada às elites domésticas, suas escolhas e desenhos institucionais adotados dentro de um contexto internacional altamente sublevado e disputado. Neste sentido, apesar de estarmos cientes dos efeitos deletérios do conturbado cenário regional, incursões estrangeiras e fortes influências de atores regionais sobre política libanesa, estes não configuram nosso objeto central de estudo. Ainda que, seguramente, tornem o cenário mais complexo e por vezes até impeçam esforços internos de reforma. Desta forma, interesses libaneses em questões externas com respeito ao seu papel na região, assim como os interesses internacionais sobre o Líbano são altamente relevantes para a análise, mas nos concentraremos aqui prioritariamente na política interna libanesa e seus atores, a despeito do contexto internacional³.

negligente sistema de governo que distribui poder e cargos de acordo com a identidade sectária e étnica”. (KHOURI, 2016b, p. 1).

² A justificativa do fracasso do sistema consociativo no Líbano pela presença de instabilidade regional e forte presença de potências regionais (KERR, 2005) nos parece frágil de ser aceita. É bem verdade que estes elementos agravam o cenário - e que a presença estrangeira nos séculos XIX e XX e sua manipulação do sectarismo no país possuem crucial importância no Líbano, como veremos adiante - mas o modelo de Lijphart não exige a estabilidade regional como pré-condição para o bom funcionamento de democracias consociativas. Deste modo, esta condição explicativa não pode ser introduzida na análise – não caso não se queira questionar ou rever a teoria consociativa sob este prisma.

³ Agradeço aos membros de minha banca de defesa de mestrado Prof. Dr. Glauco Peres da Silva, Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis, Profa. Dra. Luciana Gross Cunha e Prof. Dr. Salem Hikmat Nasser por esta contribuição.

O uso da metodologia do institucionalismo histórico nos permitirá explicitar os encadeamentos causais que configuram o reforço entre o estímulo institucional à sectarização e a debilidade democrática e estatal do país. Através do mecanismo do *process tracing* (BEACH; PEDERSEN, 2013)⁴ demonstraremos de que modo esta dinâmica tem início em finais do século XIX/início do século XX e se estende até os dias atuais. É nosso intuito demonstrar e destrinchar os elos sobre os quais o sistema consociativo do tipo confessional enfraquece o Estado a partir do estímulo institucional histórico à reificação sectária das identidades. É através do *process tracing* – ou, de modo menos rigoroso, do *congruence* – e com auxílio da sociologia histórica, que identificaremos e desvendaremos mecanismos explicativos específicos. Será através da reconstituição histórica selecionada que caracterizaremos de que forma o processo de sectarização da sociedade e política libanesas é construído e reforçado.

Faremos uso destas ferramentas resgatando os principais eventos políticos e eleitorais de 1920 à 2008 visando especificar e explicitar os mecanismos complexos por meio dos quais a institucionalização histórica da representação política em bases exclusivamente religioso-sectárias reifica o sectarismo e termina por produzir uma democracia (semi) oligárquica e clientelista. (ASSAF, 2004 ; MAKDISI, 1996 ; MUHANNA, 2012). Isto sem nos esquecermos do importante papel desempenhado pelo sectarismo sob o Império Otomano ainda no século XIX. Neste sentido, faremos uma análise de trajetória, reconstituindo as cadeias causais que culminam num percurso de reforço histórico do sectarismo – ainda que haja trajetórias concorrentes e mudanças nas composições das elites e movimentos migratórios que concedem maior campo de ação aos atores envolvidos. Também buscaremos

⁴ O *process tracing* em Ciências Sociais é um método qualitativo para o estudo de mecanismos causais que conecta causas e resultados. Trata-se de um detalhamento orientado do caminho percorrido, das rodas e engrenagens por meio das quais se explicita o processo causal ou mecanismo que produz e explica o resultado em questão (HEDSTRÖM; YLIKOSKI, 2010, p. 50). Isso permite ao pesquisador fazer inferências fortes sobre como uma causa (ou um conjunto de causas) contribui para produzir um determinado resultado. Esta ferramenta permite que sejam elaboradas inferências robustas dentro do próprio estudo de caso. (BEACH; PEDERSEN, 2013). Concedendo, consequentemente, potencial para o fornecimento de uma explicação teórica relevante a um fenômeno mais amplo do qual o caso é um exemplo. De modo que o *process tracing* possui tanto elementos indutivos (geradores de teoria) como dedutivos (testadores de teoria) (BENNETT, 2008, p. 704). É o chamado *path seeking* através do qual se busca pelas condições determinantes e configurações multivariadas de condições para explicação da variável dependente Y ou resultado. É uma análise essencialmente *cause to effect oriented*, ou seja, orientada pelas causas do efeito através da explicação do resultado (MAHONEY; GOERTZ, 2006, p. 230).

É por este motivo que as condições INUS da análise configuracional multivariada nos parecem as mais adequadas como ferramentas metodológicas, já que se trata de uma conjunção de condições não competitivas que, unidas, são necessárias e suficientes para explicar a cadeia causal do evento em questão. Obtém-se um conjunto mínimo de causas necessárias não triviais (e em si não suficientes) que, em interação e em conjunto, produzem o resultado ou efeito observável. (MAHONEY; GOERTZ, 2006, p. 232).

aprimorar o encadeamento causal proposto, a saber: religião (qualquer religião ou vínculo comunitário) aliada a um arranjo consociativo altamente institucionalizado produz fragilidade estatal. Isto na medida em que nosso interesse vai além da experiência libanesa de modo a relacionar qualquer condição confessional à fragilidade estatal e ao engessamento da representação política em diretrizes única e exclusivamente religiosas.

Neste sentido, o Pacto Nacional de 1943 reforçou um estímulo à sectarização já feito anteriormente pelo império colonial francês durante o mandato para a Síria e para o Líbano nos anos 1920. Este último já se fundamentava sobre as bases do sectarismo otomano do século anterior. O Pacto Nacional de 1943, por sua vez, foi reforçado pelo Acordo de Taif de 1989 que encerrou a guerra civil no país iniciada em 1975. O Acordo de Doha de 2008, ainda que tenha corrigido importantes desequilíbrios sectários e tenha reajustado desproporcionalidades de representação, acabou por novamente ratificar este sistema e institucionalizar a representação política no país única e exclusivamente em bases religioso-sectárias. Contudo, não se trata aqui da identificação de uma trajetória de dependência determinística, que retira dos atores sua autonomia decisória, ou da identificação do mecanismo explicativo causal último, com o qual estaríamos desobrigados a rastrear o longo processo de institucionalização do sectarismo. Este último esforço é fundamental para que se identifique o espaço da contingência no estudo de caso proposto, da autonomia das elites em fazerem suas escolhas institucionais e alianças e para que se caracterize a construção de um processo que é longo e repleto de senões.

Em suma, a importância do *process tracing* dá-se na medida em que ele permite elucidar a trajetória dos eventos e a relevância das disputas regionais e do contexto global na política doméstica; a importância das mudanças demográficas fruto dos movimentos migratórios regionais e internos que exacerbam a defasagem do mecanismo proporcional; e a mudança na composição das elites, dos arranjos e rearranjos entre as alianças partidárias para além dos pactos nacionais e acordos anteriores. Deste modo, através deste trabalho caracterizaremos a construção do processo que culminou na alta institucionalização do sectarismo impressa no arranjo político no país. Adicionalmente, identificaremos de que forma o surgimento do Hezbollah se dá em resposta ou visando corrigir tais desequilíbrios e sub-representações, sendo crucial para compreensão deste modelo e de suas disfunções.

O primeiro capítulo deste trabalho busca elucidar as contribuições teóricas da teoria consociativa para democracias em sociedades profundamente divididas ou segmentadas. Adicionalmente, introduzirá as singularidades do sistema confessional e as características que o fazem configurar como um tipo particular e fortemente institucionalizado de consociativismo. Este capítulo concederá ao leitor insumos e maior clareza quanto às diferenças entre consociativismo e confessionalismo e quanto à medida do distanciamento entre teoria e prática do estudo de caso eleito. Ele nos concederá material para compreensão da falta de consenso no estado da arte da literatura introduzindo propriamente nossa problemática de pesquisa. E, conseqüentemente, pavimentará o caminho para o segundo capítulo deixando patente a necessidade de compreensão das particularidades do caso libanês e de outros elementos que não estão sendo contemplados pelo consociativismo clássico e que corroboram para a sinalização do fracasso do confessionalismo no Líbano.

No segundo capítulo destrincharemos as especificidades e singularidades do sistema confessional libanês e quais dinâmicas o tornam tão particular. Nele, caracterizaremos a construção do processo de institucionalização da representação religiosa desde seus usos primordiais durante o Império Otomano até o acordo de Taif após a guerra civil no país. Adicionalmente, verificaremos de que modo se formata a normalização e inserção do partido Hezbollah dentro da política confessional libanesa desde 1992, e como reflete a incorporação e equalização de uma nova e crescente elite no governo do país. Para tanto, será analisada a trajetória do partido desde sua entrada para a política após o fim da guerra civil até as recentes crises institucionais de 2005, 2008 e 2014. A identificação da sub-representação xiita será de suma importância para compreensão dos posicionamentos e atuação do Hezbollah por maior ajuste e reformulação representativa na política doméstica, mas que são sintomáticos das desordens do próprio arranjo político do país. Este capítulo nos possibilitará compreender de que modo a ascensão e atuação do Hezbollah reflete realidades anteriores e endógenas ao próprio modelo político confessional, mostrando que o vínculo entre teoria e caso é problemático. Este capítulo reunirá o material empírico e histórico das especificidades do caso libanês que nos permitirão ao final indicar a necessidade de revisão da teoria consociativa.

No terceiro e último capítulo faremos um balanço do funcionamento do sistema e verificaremos de que modo os resultados obtidos nos auxiliam a fomentar o debate sobre o desempenho do consociativismo no Líbano – ainda que sem pretensão de esgotarmos ou darmos conta deste empreendimento. Apresentaremos, adicionalmente, as críticas tecidas ao consociativismo do tipo confessional na medida em que ele promove práticas clientelistas e

mais sectarismo, por engessar as identidades político representativas. De forma que colocaremos em questão os efeitos do próprio estiramento excessivo do consociativismo, na medida em que, a despeito da presença das características consociativas no nosso caso em questão, permanece um Estado frágil, inoperante, e a incapacidade institucional de resolução das crises. Neste estágio concluiremos nossa proposta de revisão teórica ao modelo de Arend Lijphart, no intuito de retirar do mesmo os arranjos consociativos altamente institucionalizados e identificar seus limites e efeitos nocivos.

Assim, nosso trabalho objetiva elucidar de que modo um país que foi considerado por décadas um modelo de democracia para o Oriente Médio, de convivência pacífica e de compreensão religiosa, a chamada "Suíça do Oriente", pôde resultar em uma configuração de Estado fraco, de reforço dos padrões sectários e de patrimonialismo. Mas este resultado – que tanto nos auxilia na compreensão e entendimento do caso específico e de suas mazelas particulares – é mais significativo e robusto em termos teóricos mais amplos, haja vista instigar a necessária revisão teórica do consociativismo a que nos propomos no presente trabalho.

CAPÍTULO 1 – O CONSOCIATIVISMO PARA SOCIEDADES SEGMENTADAS E A REALIDADE LIBANESA

Não há ninguém para admirar ou confiar neste espetáculo demasiado longo e sórdido de violência idiótica e de corrupção ilimitada⁵.

(SAID, Edward W. 1985)

É objetivo deste capítulo resgatar as principais contribuições teóricas do consociativismo e confrontá-las com as especificidades da realidade do estudo de caso escolhido. Buscaremos explicitar como o modelo de democracia consociativa funciona em sociedades segmentadas ou profundamente divididas e elucidar quais os pressupostos teóricos do modelo. Adicionalmente, apresentaremos de que modo a literatura especializada faz uso do caso libanês como um caso de democracia consociativa e introduziremos as singularidades do sistema confessional. Estabeleceremos as diferenças entre teoria e prática indicando de que modo os pressupostos consociativos são adotados pelo Líbano. Este esforço se torna necessário na medida em que através dele se identifica nosso próprio problema de pesquisa: um país que adota um desenho consociativo e onde a teoria de Lijphart deveria ser bem sucedida registra constantes quebras de institucionalidade, ineficiência estatal e forte presença de patronagem.

1.1 As contribuições da teoria consociativa de Lijphart para sociedades segmentadas

A teoria de arranjo político mais comumente aplicada ao caso de sociedades fragmentadas e multiconfessionais é o consociativismo de Arend Lijphart. Este modelo prevê que as elites políticas das diferentes seitas ou subculturas – apesar de não compartilharem valores ou ideologias semelhantes – entram em acordo institucional em prol da governança. (LIJPHART, 1968). Seu pragmatismo político, nestas sociedades fortemente divididas, é o

⁵ No original, Said escreve em 1985, em meio à guerra civil libanesa: “*I have almost given up trying to plot the changes and the turns [in Lebanon], each of them denser and more complicated than the preceding ones, each of them astounding me with Lebanon’s capacity for money-making, conspiracy, and both individual and mass murder. Yet the so-called traditional leaders and their variously mediocre progeny remain unchanged, as they forge and almost immediately betray alliances with each other, as well as with the Syrians, Palestinians, Iranians, Americans, Israelis and Saudis (who seem to be bankrolling everyone). There is no one to admire or trust in this too long and too sordid spectacle of idiotic violence and limitless corruption*” (SAID, 1985).

que garante a estabilidade democrática de países como Holanda, Suíça e Bélgica. Em sua seminal tese de doutoramento, Lijphart dialogava no ano de 1968 com a teoria pluralista de então, para a qual divisões ao longo de linhas religiosas e de classes, não transversais, fariam destas estruturas políticas menos capazes de resolverem suas tensões através de argumentos políticos democráticos, institucionais e pacíficos. A hipótese causal com a qual Lijphart dialogava era a de que a existência de múltiplas divisões transversais aumentava o nível de paz social e, portanto, facilitava um governo democrático e estável. Este arranjo, contudo, apesar de ser uma alternativa possível, não era o único arranjo viável para um regime democrático. Na Holanda, Lijphart observou a existência de diversas clivagens religiosas e de classe, poucas das quais transversais, e ainda assim – para a surpresa pluralista – a Holanda era estável, democrática e pacífica. Através das evidências do caso Holandês e de diversas referências teóricas, Lijphart fez inferências válidas que contestaram a teoria vigente até então e propôs o modelo consociativo como uma alternativa possível que também poderia dar origem a regimes democráticos estáveis.

O sistema de democracia parlamentar consociativista foi projetado para evitar conflitos sectários e busca representar fielmente a composição demográfica religiosa (ou de outras minorias) no Estado (LIJPHART, 1995). O modelo consociativo de democracia nasceu da necessidade de prevenir e regular conflitos comunitários em sociedades segmentadas (onde não existem clivagens transversais) e proporcionar-lhes equilíbrio democrático. Este modelo fornece um sistema capaz de gerar e manter a estabilidade em sociedades divididas (e profundamente divididas), ou seja, sociedades com heterogeneidades sobrepostas e instáveis (ASSAF, 2004). Os defensores do consociativismo argumentam ser este desenho a opção mais realista em sociedades profundamente divididas em comparação a abordagens integracionistas alternativas para gestão de conflitos. O modelo também serviu de apoio às transições democráticas bem-sucedidas e não violentas como na África do Sul.

De acordo com Rudy Andeweg (2000), a teoria consociacional serviu inicialmente como explicação da estabilidade política em algumas democracias europeias profundamente divididas. A tese argumentava que, nesses países, os efeitos desestabilizadores da segmentação subcultural eram neutralizados no nível da elite, através da adoção de mecanismos não-majoritários para a resolução de conflitos. A teoria foi estendida por Lijphart à medida que novas democracias consociacionais foram descobertas – e à medida que o

conceito relacionado, porém mais amplo, de "democracia consensual" foi introduzido⁶. Ao mesmo tempo, um componente normativo foi acrescentado, recomendando a engenharia consociacional como o caminho mais promissor para alcançar uma democracia estável em sociedades fortemente segmentadas. (ANDEWEG, 2000)

Conforme escreve Ziad Majed (2010):

O consociacionalismo é um modelo de governo, desenvolvido como uma "prescrição" para sociedades plurais e divididas, dando primazia à representação política das coletividades ao invés de cidadãos individuais. Seu objetivo é garantir a participação de todos os grupos ou comunidades nas instituições do Estado, e é frequentemente referido como um modelo de partilha de poder, embora seja apenas uma das formas de partilha de poder (outros modelos incluem federações não-consociacionais e confederações). Arend Lijphart, que primeiro discutiu o consociacionalismo em termos acadêmicos, identifica dois atributos principais para as democracias consociacionais (grande coalizão e autonomia do segmento) e duas características secundárias (proporcionalidade e veto minoritário) (MAJED, 2010, p.2, tradução nossa)⁷

De acordo com Lijphart, a democracia consociacional pode ser definida em termos de quatro princípios básicos. Em primeiro lugar, o *governo por "grande coalizão" (1)*, isto é, por uma coalizão amplamente representativa de todos os grupos sociais significativos. O gabinete consociativo inclui partidos extras para que possa representar as opiniões de uma parcela mais ampla do público – para além da “coalizão mínima para a vitória” para controle da maioria dos assentos parlamentares, tal como em sistemas majoritários. Em segundo lugar, a

⁶ Esse trabalho não discute o conceito posteriormente adotado por Lijphart de “democracia consensual”. Esta ideia defende que a democracia consensual é uma democracia de mais alta qualidade, “mais gentil e mais suave”, baseada na representação feminina, na igualdade política, na participação dos eleitores, na porcentagem do voto sobre o qual a maioria governista está baseada e assim por diante (LIJPHART, 1999, apud ANDEWEG, 2000, p. 531). Contudo, esta democracia “mais gentil, suave” não somente é viável em sociedades profundamente divididas como em países culturalmente homogêneos. (LIJPHART, 1999, p. 302, apud ANDEWEG, 2000, p. 533). Conforme escreve Andeweg, “*a própria lógica do consociacionalismo inevitavelmente conduz a uma prescrição de políticas mais adversárias se a segmentação social tiver desaparecido*” (ANDEWEG, 2000, p. 533). De modo que como nossa proposta é partir da discussão de Lijphart para sociedades profundamente divididas ou segmentadas, onde clivagens transversais estejam ausentes, nos restringiremos ao conceito de consociativismo ou de democracia consociativa e em quais sentidos ela nos prova útil na moderação destes conflitos.

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty Six Countries**. New Haven, CT: Yale University Press. 1999.

⁷ No original: “*Consociationalism is a model of government, developed as a “prescription” for plural and divided societies, giving primacy in political representation to collectivities rather than individual citizens. It aims at guaranteeing the participation of all groups or communities in state institutions, and it is often referred to as a power-sharing model, although it is only one form of power-sharing (other models include non-consociational federations and confederations). Arend Lijphart, who first discussed consociationalism in academic terms, identifies two primary attributes (grand coalition and segmental autonomy) and two secondary characteristics (proportionality and minority veto) for consociational democracies. Lebanon has adopted consociationalism through its constitution and through many aspects of its institutional functioning*”. (MAJED, 2010, p. 2)

autonomia de grupo (segmental) (2), por meio de federalismo territorial e/ou não territorial e descentralização. De certo modo, para que o veto mútuo funcione sem resultar em impasse, as minorias devem possuir a prerrogativa de se auto gerenciarem territorialmente (ou seja, federalmente), caso tal arranjo funcione fisicamente.

Em terceiro lugar, o princípio da *proporcionalidade* (3), especialmente no que diz respeito à representação política popular no parlamento, que por sua vez formará um gabinete proporcional. Somente no nível de elite mais alto ocorre a tomada de decisões, muitas vezes em negociações secretas – porque é nele que as elites podem reconhecer a necessidade de trabalhar através de suas clivagens e tomar boas decisões. Os compromissos acontecem quando as elites (isto é, os membros do gabinete) negociam a portas fechadas. Assim, a tomada de decisão deve ser movida para os mais altos escalões possíveis, para que o conflito seja evitado. De outro modo, o conflito acontece quando os membros do parlamento atuam abertamente como intermediadores e facilitadores dos seus constituintes. E, finalmente, o *poder de veto das minorias* (4) sobre questões de importância vital e fundamental às mesmas. Em democracias consociativas, todos os grupos possuem a capacidade de aplicar freios a um processo decisório e qualquer minoria pode essencialmente vetar uma mudança de política. Este "veto mútuo" pode levar à imobilidade política, mas Lijphart argumenta que cada partido buscará preservar a estabilidade do sistema – vez que promove a paz intergruppal – de modo que farão concessões pragmáticas ocasionais para evitar tanto eventuais mudanças constitucionais que retirem suas prerrogativas quanto a guerra. (LIJPHART, 1977).

De acordo com Somsen (2016, informação verbal)⁸, nos Países Baixos do século XIX os chamados pilares ou *verzüiling* segregavam socialmente protestantes, católicos, socialistas e liberais. Estas sociedades eram (e são ainda, em algumas áreas) verticalmente divididas em diversos segmentos ou pilares (*zuilen*) de acordo com diferentes religiões ou ideologias. Esta segregação político-denominacional era provida de suas próprias instituições: jornais, organizações de radiodifusão, partidos políticos, sindicatos, associações de agricultores, bancos, escolas, hospitais, universidades, organizações escoteiras e clubes desportivos. Era frequente que empresas contratassem apenas funcionários e empregados de uma mesma religião ou ideologia específica. Como resultado, muitos não possuíam contato pessoal com indivíduos de outro pilar e o corte transversal entre segmentos era raro. De forma que não

⁸ Hester Somsen, embaixadora do Reino dos Países Baixos para o Líbano, em palestra proferida “*The Rise & Fall of Confessionalism in the Netherlands: Linkages to Lebanon*” em Março de 2016 no Issam Fares Institute for Public Policy and International Affairs, na Universidade Americana de Beirute (AUB), Líbano.

havia sobreposição ou fusão de pilares, ou tal coisa como um protestante liberal ou um católico socialista.

Era sobretudo importante aos holandeses em meados do século XIX que a liberdade educacional fosse conferida aos diferentes pilares. Assim, com a Emenda Constitucional de 1848, foi introduzida a liberdade de educação especial confessional própria e privada (supervisionada pelo governo), ao lado da educação pública⁹. Contudo, somente esta última era financiada pelo governo, o que gerou tensões e divisões entre os pilares. A necessidade de pagamento privado pelas escolas especiais era alvo de ressentimento por muitos holandeses (SOMSEN, 2016, informação verbal). Os acelerados processos de industrialização e de urbanização com ausência de regulamentações de trabalho ou habitação contribuíram para o descontentamento sobretudo dos sindicatos trabalhistas e dos partidos socialistas holandeses. Os Países Baixos sofreram com as tensões pré-Primeira Guerra Mundial e com seus transbordamentos. Durante inícios do século XX a radicalização dos sindicatos socialistas aumentou a tensão entre os pilares e em 1917 teve início a Política de Pacificação.

Fruto das demandas dos diferentes segmentos, a Política de Pacificação concedia financiamento público equitativo para escolas públicas e especiais/confessionais. Iniciava-se então um momento chave de compromisso entre todos os pilares. Dois anos mais tarde foi conquistada a universalização do voto (até 1917 este era exclusivamente masculino e censitário, as mulheres foram incluídas em 1919). De acordo com Somsen, a política de pacificação também foi fruto do forte envolvimento de grupos empresariais na política e de sua urgência em manter a estabilidade no país. Contudo, seu resultado foi o aumento do sectarismo, da socialização intra-segmental e da obtenção de serviços e de bens dentro do próprio pilar, sem cruzamento. Escolas, igrejas, mídias, partidos políticos, hospitais, sindicatos e clubes desportivos eram todos segregados entre os pilares. Com a introdução do direito de financiamento equitativo a escolas públicas e especiais, gerou-se mais sectarismo em virtude da consequente falta de mobilidade e trânsito social fora do pilar.

⁹ Na esteira dos movimentos europeus por maior autonomia parlamentar, A Emenda Constitucional de 1848 também acirrou a separação entre a Lei e o Estado; o Rei já não era mais responsável direto pelo governo e os parlamentares passaram a ser eleitos - aos quais a Coroa agora respondia.

A carta de 1848 é derivada daquela emitida em 1815, que constituía uma monarquia constitucional no Reino. A revisão de 1848 instituiu um sistema de democracia parlamentar. Neste ano o Rei William II aceitou a introdução da responsabilidade ministerial plena na Constituição, levando a um sistema de democracia parlamentar, com a Câmara dos Deputados eleita diretamente pelos votantes. O Parlamento adquiriu o direito de alterar as propostas de lei do governo e de realizar audiências investigativas. O sufrágio foi ampliado (ainda que limitado ao sufrágio censitário), assim como Carta de Direitos, concedendo liberdade de reunião, privacidade de correspondência, liberdade de organização eclesiástica e liberdade de educação.

De acordo com Somsen (2016, informação verbal) esta política serviu o propósito de civilidade e como tentativa de estabilização social em uma sociedade extremamente fragmentada em meio a duas guerras mundiais. A necessidade de composição política entre os segmentos ou pilares advinha da pulverização das identificações partidárias, de modo que nenhum ramo possuía sozinho a capacidade de formar maioria no governo. Assim, a coalizão composta de outras minorias era uma necessidade pragmática para promoção da governança política.

Para Lijphart (1968), a Política de Pacificação possuía sete regras, são elas: (1) *Política como Negócio*: tomada de ações políticas pragmáticas orientadas para o resultado (reflexo também da necessidade da constante luta contra as inundações iminentes e da forte e tradicional classe comerciante no país); (2) *Tolerância Pragmática*: os atores concordavam em discordar, era comum a política de “refrigerador”, deixando assuntos calorosos destensionarem por algum tempo para serem retomados posteriormente. Na impossibilidade desta, a maioria se comprometia em consultar a minoria caso fizesse oposição ferrenha, adotando políticas de concessão (à exemplo das regras sobre apostas em loterias, às quais os protestantes se opunham). Estavam todos sob o risco e expectativa, contudo, da dificuldade decisória; (3) *Conferências de Topo*: as negociações entre elites políticas e conventos superiores/sêniores eram feitas a portas fechadas, visando à obtenção do compromisso e o destensionamento, sem divulgação de como o acordo foi obtido. Diálogos nacionais e mesas redondas eram práticas frequentes; (4): *Proporcionalidade*: provimento proporcional de recursos financeiros aos diferentes pilares, apoio educacional, funcionários do governo e tempo de transmissão em veículos de mídia. A distribuição de acordo com a avaliação do número de pessoas de um determinado grupo era a forma de pacificar o conflito; (5) *Despolitização*: tornar as questões o mais técnicas possível, neutralizando diferenças ideológicas (um exemplo foi a regra de neutralidade religiosa da família real, despolitizando o tema), e a subcontratação de problemas a terceiros; (6) *Sigilo*: o público não era envolvido nas negociações, havendo pouca transparência no processo decisório e lacuna de informação. Discrição jornalística e acadêmica era esperada e as decisões políticas somente eram tornadas públicas em seu estágio final. Havia leis de transparência, mas que raramente eram usadas na prática; (7): *O Governo Governa*: há oposição, mas ela se comporta sempre de forma composta, sem interferência constante ou excessiva. O governo é autônomo e tem o direito de governar, mas ao mesmo tempo a linha entre gabinete e oposição não é clara, já que esta

última está envolvida desde o início no processo e é considerada no momento da tomada de decisão. (SOMSEN, 2016, informação verbal ; LIJPHART, 1968, p. 122-138).

Lijphart entendia a convivência pacífica como o maior objetivo a ser atingido por estas sociedades. Isso o permitiu leniência sobre eventuais desvios de valores puramente democráticos, e foi criticado por alguns comentadores sobre esta suposta falta de democracia em seu modelo¹⁰. Outras críticas – inclusive de populares holandeses – revolveram em torno do caráter elitista da política, de elite para elite e sem envolvimento popular; da ausência de transparência com o público e de sua nebulosidade; da política baseada na passividade e na confiança, pois que feita a portas fechadas entre as lideranças; das eleições parlamentares percebidas como insignificantes, já que o processo decisório seria sigiloso e feito nas conferências de topo e já que não havia grandes perspectivas de mudança da paisagem política, na medida em que todos votavam conforme seu pilar; e da responsabilidade difusa, em virtude da própria falta de transparência. (SOMSEN, 2016, informação verbal).

A despeito das críticas, a Política de Pacificação cumpria seu objetivo de manutenção da estabilidade democrática e atingiu seu auge nos anos 1950. A ruptura na Política de Pacificação ocorreu em 1967, passando a promover um sistema baseado na unidade, em políticas mais progressistas, mais liberalismo e secularização. Foi também fruto da prosperidade econômica gozada no pós-guerra dos anos 1960, da ampliação de direitos, democratização e emancipação, além de movimentos feministas, de juventude e de outros setores excluídos do sistema de pilares – em boa parte acompanhando a vanguarda em outros países. Este movimento, aliado a mudanças no capitalismo internacional, foi fazendo com que paulatinamente a importância dos segmentos se perdesse e com que a lealdade baseada no pilar decrescesse. Na mesma direção, os próprios líderes políticos passaram a rejeitar a

¹⁰ Já em 1968 o autor considerou as inúmeras críticas sobre a qualidade da democracia promovida pelo consociativismo, tais como: deferência, passividade e falta de interesse opostas às virtudes cívicas democráticas tradicionais; eleições sem sentido dado que os eleitores não possuem alternativas reais e claras; linha imprecisa entre o governo e os partidos de oposição; questões políticas não muito definidas; pouca participação popular e quando detém oportunidade de veredito, o julgamento dos eleitores é possivelmente desconsiderado pelos partidos do *establishment* na formação de um novo gabinete; falta de transparência e entusiasmo no sistema político; sigilo; opacidade, aborrecimento e difusidade da política, promovendo sentimentos de frustração e senso de impotência para mudar o sistema político; e, finalmente, os líderes do bloco exercem uma espécie de ‘poder autocrático’ dentro de suas próprias esferas, o que tende a estabelecer limites definidos à liberdade individual (LIJPHART, 1968, p. 177-178). Ao que o autor responde: “*Todas essas críticas são válidas. Mas é justo medir a qualidade da democracia holandesa contra os padrões do modelo ideal? As críticas são os argumentos dos perfeccionistas democráticos que não percebem que nenhuma democracia pode sobreviver sem estabilidade política e que a estabilidade em uma sociedade profundamente dividida só pode ser alcançada à custa de se desviar, em certa medida, da norma democrática ideal*” (LIJPHART, 1968, p. 179). Neste sentido, devido à falta de coesão social circunstancial, este regime institucional é o melhor que se pode obter. Mas voltaremos a este tema no terceiro capítulo.

colaboração cruzada e diminuíram sua passividade política. Como resultado, aumentou-se a instabilidade e a falta de previsibilidade política, e grandes mudanças nas bases de apoio partidárias foram registradas (SOMSEN, 2016, informação verbal).

De acordo com Lijphart (1977), como o sistema eleitoral típico das democracias consociativas promove representação proporcional, é fácil para que novos partidos ganhem voz no processo político. E foi precisamente isto que teria ocorrido nos Países Baixos, quando a democracia consociativa começou a se desintegrar no final dos anos 1960. Respondendo às críticas tanto de insuficiência democrática quanto da ineficiência decisória de seu modelo, Lijphart afirma que *“quando estas fraquezas forem sentidas como crescentemente onerosas, e particularmente quando forem consideradas como cada vez menos necessárias porque a sociedade se tornou menos plural, então não será difícil o deslocamento de uma democracia consociativa para um regime democrático mais competitivo”*. (LIJPHART, 1977, p. 52)

Em meados dos anos 1950 a sectarização holandesa era tamanha que a mudança neste sistema parecia inimaginável. Hoje, quase 50 anos depois do fim das políticas de pacificação dos pilares, o foco é na secularização e se observa grandes mudanças no padrão de apoio aos partidos: o suporte aos partidos confessionais é cada vez mais decrescente, nota-se uma diminuição na lealdade baseada no pilar; redução da resignação política popular e, portanto, mais ativismo; menos confiança no sistema sigiloso; o eleitorado não mais se sente representado pelos pilares; e, finalmente, foca-se no Estado de bem-estar social. Atualmente, de acordo com Somsen, 23% da população holandesa é católica, 10% protestante, 4,5% comunista e impressionantes 56% se declaram sem religião.

De acordo com Lijphart, o grau de pluralismo de uma sociedade influi na probabilidade do sucesso democrático naquele país. Assim, argumenta, *“para as sociedades plurais mais extremas, nenhum dos modelos (britânico¹¹ ou consociativo) oferece qualquer esperança”*. (LIJPHART, 1977, 237-238). Contudo, ainda assim, continua o autor, a opção consociativa será a melhor escolha para que a democracia em sociedades extremamente fragmentadas seja possível. Aliás, em sociedades extremamente plurais, *“ainda que as chances de sucesso do método consociativo continuem a decrescer (se comparadas com as*

¹¹ Lijphart se refere à democracia majoritária parlamentarista ou modelo de Westminster, composta por uma legislatura eleita por uma maioria simples dos eleitores, que governa, e compete aos eleitores descartarem o partido no poder caso não julguem seu governo adequado. A Grã-Bretanha apresenta o melhor exemplo deste tipo de democracia. O segundo tipo de democracia, a democracia consociativa, envolve compromissos muito maiores e direitos significativos das minorias. Em sua obra de 1977 Lijphart contrapõe a todo tempo os dois modelos como tipos ideais para contextos antagônicos.

chances de sucesso democrático em sociedades relativamente homogêneas adotando o modelo britânico) ele se torna um método necessário”:

Mesmo que as perspectivas para a democracia consociacional se tornem cada vez menos favoráveis conforme o grau de pluralidade aumenta (o equilíbrio numérico entre os segmentos se torna mais desigual ou severamente fragmentado) este modelo de democracia tem perspectivas mais favoráveis que as do tipo britânicas. Em casos de sociedades extremamente plurais, como a da África do Sul, a perspectiva para uma democracia de qualquer tipo são pobres, mas se houver qualquer democracia ela deverá ser do tipo consociativo. (LIJPHART, 1977, p. 236, tradução nossa).^{12 13}

Neste sentido, conclui o autor, *“para muitas das sociedades do mundo não ocidental, a escolha realista não é entre o modelo normativo britânico de democracia e o modelo consociativo, mas entre a democracia consociacional e absolutamente nenhuma democracia”* (LIJPHART, 1977, p. 238).

Com a ampliação dos casos registrados de consociativismo, Lijphart explicitou as diversas opções e variações dentro do espectro destas democracias. Na Bélgica, a ampla representação no executivo foi obtida por exigência constitucional de que o poder fosse composto por um número igual dos dois principais grupos etnolinguísticos do país; na África do Sul (1994-1999) pela concessão a todos os partidos com um mínimo de 5% de assentos legislativos o direito de serem representados no gabinete; na Colômbia (1958-1964) através da representação paritária dos dois principais partidos no gabinete e uma alternância entre os dois partidos na presidência; e no Líbano reservando-se permanentemente a presidência a um grupo e o cargo de primeiro-ministro a outro. Nas palavras do autor:

¹² No original: *“Although the prospects for consociational democracy become less and less favorable as the degree of pluralism increases, as the numerical balance among the segments becomes more uneven or severely fragmented, and so forth, they remain more favorable than the prospects for stable British-style democracy. In the extreme cases of plural societies, such as South Africa, the outlook for democracy of any kind is poor, but if there is to be democracy at all it will almost certainly have to be of the consociational type”*. (LIJPHART, 1977, p. 236)

¹³ Uma nota com respeito às democracias em sociedades ditas extremamente plurais como Índia e África do Sul que nos auxiliam a esclarecer como diversos mecanismos consociativos são adotados em diferentes contextos. Estes são dois exemplos clássicos de sucesso dentro da pluralidade, a despeito das previsões iniciais de Lijphart em 1977. Posteriormente, o próprio autor vigorosamente defendeu a engenharia consociacional neste último país (ANDEWEG, 2000). Para Lijphart (1998) a constituição interina da África do Sul de 1994 era perfeitamente consociativa: *“A Constituição de 1994 fez as escolhas ideais em todos os três aspectos: gabinete com partilha de poder em um sistema parlamentar, representação proporcional, e grupos étnicos autodeterminados (não pré-definidos)”*. E, ainda que a Constituição permanente de 1996 tenha se afastado um pouco do consociativismo estrito, ainda é muito mais próxima dele do que da democracia majoritária. (LIJPHART, 1998)

O mesmo vale para o caso indiano: Lijphart afirma que Índia viveu um consociativismo forte nos anos 1940 e 1960, e mais brando posteriormente, de modo que o caso não seria desviante, mas de confirmação de sua teoria – já que com diminuição do consociativismo registrou-se aumento do conflito. Segundo o autor *“o partido Congresso Nacional Indiano tem sido tão inclusivo de todos os grupos religiosos, linguísticos e regionais que incorporou a essência de uma grande coalizão dentro do partido e dentro da longa sucessão de gabinetes do Congresso”* (LIJPHART, 1996, p. 148).

Todas estas opções não são igualmente vantajosas, contudo, e não funcionam igualmente bem na prática, porque o êxito relativo de um sistema de partilha de poder depende dos mecanismos específicos concebidos para produzir a ampla representação que constitui o seu núcleo. De fato, os maiores fracassos de sistemas de partilha de poder, como no Chipre em 1963 e no Líbano em 1975, não devem ser atribuídos à falta de partilha de poder suficiente, mas a *escolha de regras e instituições insatisfatórias* pelos elaboradores da Constituição (LIJPHART, 2004, p. 99, tradução e grifo nosso)¹⁴.

1.2 O Líbano como democracia consociativa para Lijphart

É razoável afirmar que o confessionalismo do tipo libanês seja uma modalidade de democracia consociacional. Ela garante a representação de grupos no governo ao longo de linhas religiosas confessionais. Isto é conseguido através da reserva de uma quantidade proporcional de cargos governamentais de alto nível e de gabinetes ministeriais para os respectivos representantes das diversas comunidades religiosas, além da equitativa distribuição dos assentos parlamentares (ESPOSITO, 2009). O Líbano adotou o consociacionalismo através de sua constituição e através de muitos aspectos de seu funcionamento institucional. (MAJED, 2010, p.2). Para Barclay, por exemplo, o sistema consociativo é o único que pode acomodar as necessidades políticas e sociais de um país com comunidades confessionais tão profundamente enraizadas como no Líbano hoje (BARCLAY, 2007).

Por décadas o país foi considerado um modelo de democracia para o Oriente Médio, de coexistência pacífica inter-religiosa e de cooperação – muitas vezes tido como “a Suíça do Oriente Médio”. Entre 1943, ano de independência, e os anos 1970, o Líbano era visto como um modelo de sucesso pós-colonial, gozando de riqueza e crescimento econômico, além de ser uma sociedade frequentemente referenciada como livre e aberta¹⁵. Durante as primeiras duas décadas do Estado libanês a fórmula consociativa teria se provado surpreendentemente estável. Após a guerra civil, uma nova e crescente elite – a xiita – foi incorporada ao governo a partir de 1992. E, a despeito de crises pontuais em 2005, 2008 e 2014, alguns autores

¹⁴ No original: “All of these options are not equally advantageous, however, and do not work equally well in practice, because the relative success of a power-sharing system is contingent upon the specific mechanisms devised to yield the broad representation that constitutes its core. In fact, the biggest failures of power-sharing systems, as in Cyprus in 1963 and Lebanon in 1975, must be attributed not to the lack of sufficient power sharing but to constitution writers’ choice of unsatisfactory rules and institutions”. (LIJPHART, 2004, p. 99).

¹⁵ O Líbano é intrinsecamente pluralista e tolerante, como demonstrado pelos membros de diferentes grupos sectários e culturais nos níveis comunitário e urbano vivendo em paz e rotineiramente casando entre si, compartilhando empresas, escolas e instalações culturais. (KHOURI, 2016b).

argumentam que este sistema vem se mantendo de forma minimamente contínua desde a independência do país (SALAMÉ, 1994 ; ROWELL, 2016), e que esta incorporação representa ajustes naturais do sistema consociativo que levarão a estabilidade do país. (ASSAF, 2004).

O Líbano e suas 18 seitas oficiais foram consideradas por Lijphart como um caso de sociedade multiétnica, profundamente dividida com clivagens sobrepostas, onde o consociativismo e a capacidade de acomodação por parte das elites eram viáveis. A questão de como governar uma sociedade composta de dezoito comunidades confessionais de uma maneira que proteja os direitos das minorias e o pluralismo religioso, mantendo ao mesmo tempo uma autoridade central eficaz, assumiu no Líbano a forma de um governo consociativo confessional. Lijphart reconhece que o Líbano "*é frequentemente invocado para 'provar' que o consociacionalismo é fundamentalmente falho. Mas argumenta, ao contrário, que o consociacionalismo funcionou com muito sucesso no Líbano de 1943 até 1975*", quando a guerra civil estourou. (STEINER, 1987, p.369). No geral, a democracia consociativa no país "*deve ser julgada como tendo tido desempenho satisfatório durante mais de trinta anos*", e, apesar de "longe de perfeita" argumenta Lijphart, "*ela teria estabelecido um notório registro de estabilidade democrática*". (LIJPHART, 1977, p. 150).

Como Irene Groven (1997) afirma, de acordo com Lijphart e outros consociacionalistas, o Líbano tem sido um exemplo de sistema político consociativo. Até a guerra civil (1975-1990) "*a estrutura política confessional no Líbano chegou perto de um arranjo consociacional. Uma coalizão de elites que representava as várias comunidades principais governou o país em uma base conjunta*"¹⁶. Assentos parlamentares foram distribuídos proporcionalmente entre as comunidades de acordo com a sua força numérica dentro deste sistema de partilha de poder (GROVEN, 1997, p. 1).

Conforme também escreve Ghassan Salamé (1994), a democracia confessional no Líbano sobreviveu por meio século a despeito do descontentamento da elite confessional muçulmana, das tentativas da confissão dominante de concentrar em suas próprias mãos tanto poder quanto possível, da rejeição aberta do sistema por novas forças radicais disparadas pela modernização, e da constante interferência por forças regionais nos assuntos domésticos do

¹⁶ No original: "*Until the civil-war, the confessional political structure in Lebanon came close to a consociational arrangement. A coalition of elites representing the various major communities, governed the country on a joint basis.*" (GROVEN, 1997, p. 1).

país. (SALAMÉ, 1994, p. 102). O sistema confessional, afirma Somsen (2016), protegeu e protege o Líbano em um cenário regional caótico e instável. Atualmente, o Líbano se configura como um dos Estados mais estáveis na região, a despeito da instabilidade no Iraque, de sua proximidade com a guerra síria e do Estado Islâmico, por exemplo. De modo que a despeito de problemas e críticas das quais o sistema pode ser alvo, ele parece ter cumprido seu objetivo último de gerar uma estabilidade mínima no país.

O Líbano moderno é uma república unitária, não federativa, multipartidária e com um sistema parlamentar de governo. Sua constituição, promulgada em 1926 durante o Mandato Francês e modificada por várias emendas subsequentes, prevê uma Câmara de Deputados unicameral (renomeada Assembleia Nacional em 1979) eleita por um período de quatro anos por sufrágio universal adulto (as mulheres alcançaram o direito de voto e elegibilidade para concorrer a cargos em 1953). Atualmente, sob o Acordo de Taif, os assentos parlamentares são repartidos igualmente entre as seitas cristãs e muçulmanas, substituindo a proporção anterior do Pacto Nacional que favorecia os cristãos na proporção de 6:5. O chefe de Estado é o presidente, que é eleito por uma maioria de dois terços da Assembleia Nacional por um período de seis anos, e é elegível para servir mandatos consecutivos. Por uma convenção não escrita, o presidente deve ser um cristão maronita, o premier um muçulmano sunita, e o presidente da Assembleia Nacional um muçulmano xiita. (OCHSENWALD et al. 2016).

Com respeito ao governo local, o Líbano é dividido em *muḥāfazāts* (províncias ou estados) administradas pelo *muḥāfiẓ* (governador), que representa o governo central. As províncias são divididas em *aqḍiyyah* (distritos), cada um dos quais é presidido por um *qā'im-maqām* (chefe de distrito), que, juntamente com o governador, supervisiona o governo local. Os municípios (comunidades com pelo menos 500 habitantes) elegem seus próprios conselhos, os quais, por sua vez, elegerão prefeitos e vice-prefeitos. Aldeias e vilas (mais de 50 e menos de 500 habitantes) escolhem um *mukhtār* (chefe) e um conselho de anciãos, que servem em base honorária. Os oficiais dos governos locais detêm um mandato de quatro anos. (OCHSENWALD et al. 2016).

O sistema político libanês é construído em uma base confessional e de atribuições políticas e civis (*muḥassasa*) que na prática significa a divisão de poderes políticos acima mencionada entre a presidência maronita, o executivo sunita e o legislativo xiita. No confessionalismo libanês, os altos cargos do governo (como os de diretores gerais dos

Ministérios) são reservados aos membros de grupos religiosos específicos, sendo que a atual constituição libanesa reconhece oficialmente 18 grupos religiosos¹⁷.

Em uma tentativa de manter a igualdade entre cristãos e muçulmanos, o Artigo 24 da Constituição determina que a distribuição de cargos seja feita com base nos confessionalismos. O artigo 95 estipula que cristãos e muçulmanos sejam igualmente representados no Parlamento, no gabinete (incluindo fileiras ministeriais de secretário-geral e diretor geral) e em posições de alto nível do serviço público – sem, contudo, atribuir posições específicas para comunidades específicas nestas últimas. (SALIBA, 2010). Por tradição não constitucional, postos-chave na administração também devem respeitar a proporção de 50:50 (MAJED, 2010). Esta distribuição de poder político opera nos níveis nacional e local de governo – já que os assentos no parlamento são distribuídos proporcionalmente entre as regiões do país – e em todos os três poderes do governo (INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM REPORT, USDS, 2011).

Os 18 grupos religiosos oficialmente reconhecidos pela constituição libanesa são: sunitas, xiitas, maronitas, armênios (católicos e ortodoxos), drusos, coptas, siríacos (católicos e ortodoxos), alauitas, gregos (católicos melquitas e ortodoxos antioquinos), judeus, assírios, protestantes, católicos caldeus, isma'ilis e católicos latinos. Estes têm o direito de lidar com seu direito de família de acordo com suas próprias tradições e Côrtes religiosas. Não há casamento civil no Líbano, por exemplo, e todo sistema jurídico, civil e pessoal, como direito de família, herança e divórcio, é regido religiosamente nos diferentes tribunais das múltiplas seitas. Educação, hospitais e toda uma ampla gama de instituições e associações de bem estar social são regidos pelos aparatos religiosos. As alocações de recursos governamentais também são tipicamente distribuídas de forma confessional no país. A seita confessional passa a ser a forma de ganhar acesso aos recursos do governo e aos próprios serviços estatais públicos. O confessionalismo torna-se o regime em que a afiliação religiosa determina a extensão dos direitos políticos e privilégios dos indivíduos (SALIBA, 2010).

¹⁷ *Muhassasah taifiyya* (محاصصة طائفية) é o nome em árabe para o sistema de governo confessional de distribuição do poder político e institucional proporcionalmente entre as diferentes comunidades religiosas no Líbano. Para Reinoud Leenders “o termo é estigmatizante na medida em que implicitamente indica as práticas corruptas que regulam esta divisão de interesses entre estes três grupos de comunidade política”. (LEENDERS, 2004, apud HARB ; LEENDERS, 2005).

LEENDERS, Reinoud. Nobody having too much to answer for: ‘laissez-faire’, networks and post-war reconstruction in Lebanon. In: S Heydemann (ed), **Networks of Privilege: The Politics of Economic Reform in the Middle East**. New York: Pelgrave, St Martin’s Press, 2004.

Apesar de ser uma república unitária *de jure*, o Líbano é *de facto* um Estado federal (ainda que incompleto e disfuncional, como argumenta Elias Muhanna, 2013), no qual a federação não é geográfica, mas pessoal, visto que se baseia na confissão do indivíduo. Na prática, há uma evidente justaposição de poderes legais e de fato, visto que as seitas libanesas possuem jurisdição constitucional em diversos campos de competência (da saúde e educação ao direito civil, de propriedade e da pessoa), quase se substituindo o que seria a jurisprudência legal dos estados em arranjos federativos. De modo que a federação não é geográfica ou física, mas pessoal, e a jurisdição baseia-se na confissão do indivíduo. Um maronita será um maronita onde quer que esteja no Líbano, ele não poderá se divorciar legalmente (e naturalmente nem religiosamente) até que ele mude de seita¹⁸. (MUHANNA, 2013).

Cada seita possui sua própria federação de escolas, currículo, livros, práticas, dias de folga, etc. O cidadão está sujeito ao direito pessoal e civil legislado por sua seita e não pelo Estado. Isto inclui: os direitos de propriedade (quanto aos créditos, direitos e principalmente restrição quanto à posse da propriedade), bem como testamentos e patrimônio; além disso, as seitas religiosas dirigem e operam seu sistema de saúde, hospitais, diretrizes e procedimentos. Novamente, embora sob domínio do Estado central, elas possuem grande parte de sua própria jurisdição para estabelecer normas, procedimentos, financiamento, etc; além de legislar sobre casamento, divórcio, paternidade (direitos e obrigações legais dos pais, adoção, tutela legal), cultura (controle de facto de certas zonas geográficas e proibição da venda de álcool, lealdade a um determinado modo de vida, etc.) (MUHANNA, 2013). Nas palavras de Muhanna, “*como as províncias alhures, as seitas libanesas estabelecem internamente suas próprias regras, em sua maioria circunscritas pelo parlamento “federal”, que usa suas prerrogativas de gastos para garantir que as províncias estejam/caiam dentro das diretrizes gerais do governo federal (isto é, assistência médica, creches, etc.)*”.¹⁹

¹⁸ O autor esclarece, adicionalmente, que um maronita pode frequentar, digamos, uma escola sunita e vice-versa, idem para hospitais; mas, nesses setores, esse cidadão (maronita ou sunita ou qualquer que seja sua confissão) não é considerado libanês ou está sob a soberania do Estado. Em virtude do sistema legal do país, ele está sujeito à jurisdição da seita, o equivalente à unidade federal (“*como quando um residente de Nova Iorque vai ao Texas*”). (MUHANNA, 2013).

¹⁹ Transpondo a categoria gramscianiana de classe, Ziad Majed (2010) define a comunidade no Líbano como um grupo ou autoridade confessional que desdobra um processo hegemônico de mobilização. Estas práticas institucionais, retórica discursiva e cultura são representadas por uma rede de corpos, relações e ideias predominantes dentro de uma única comunidade. “*Elas incluem instituições religiosas as quais os buscadores de hegemonia se esforçam para controlar ou pelo menos manter uma relação próxima, uma vez que estas instituições lhes proporcionam cobertura moral e dimensões simbólicas. As instituições religiosas também organizam um aspecto importante das relações sociais em um país onde todas as leis de status civil passam por instituições sectárias e cortes religiosas*”. Além disso, prestam serviços educacionais e de escoteiro [todas,

De forma que para o autor a separação de poderes entre seitas, bem como a atribuição obrigatória de assentos no Parlamento, consagraram um estado atual de federalismo incompleto. É como se o Líbano fosse um Estado federativo extraoficial. Desde o acordo de Taif, o compromisso nacional era de que até que a descentralização e a desconfessionalização ocorressem, todas as garantias às diferentes seitas seriam oferecidas e consagradas na proporção de 50:50. “*O artigo 22 da constituição é claro, as comunidades religiosas formam as unidades básicas do senado, ou seja, são os blocos fundadores da nação e são para o Líbano o que as entidades geográficas (estados, províncias) são para outros estados federativos*”. (MUHANNA, 2013). E até que tal federalismo seja efetivamente promulgado (isto é, o Senado estabelecido), “*o Parlamento, ou seja, o suposto único detentor de competência legislativa está, ele próprio, dividido e garante a representação igual a estes blocos fundadores*”. Por resultado da alocação de jurisdição em matérias legislativas, o sistema judicial também não é um sistema unitário – na medida em que cada ordem de governo (ou ramo legislativo) estabeleceu seus próprios tribunais (juízes e afins). (MUHANNA, 2013).

De modo que o Líbano parece deter todas as características do consociativismo clássico de Lijphart. Como fundamento, há uma notável autonomia segmental ou federalismo (*de facto*, no caso do Líbano) que garante o quase autogoverno das confissões, regulação e sociabilidade dentro do próprio pilar, sem corte transversal. Como visto em Muhanna (2013), as seitas libanesas possuem jurisdição constitucional em diversos setores de competência como direito civil e pessoal, saúde e educação, detendo, na prática, jurisprudência legal tais quais as dos estados federativos. Lijphart em 1977 reconhece a autonomia segmental como característica consociativa da democracia libanesa, já que o regime assume tacitamente que “*não interferirá da área dos relacionamentos sociais intra-confessionais*”. Cada seita possui suas próprias escolas e organizações sociais, recreativas e de bem estar. “*As leis de status pessoal (concernindo casamento, divórcio e herança) diferem de seita para seita e são administradas em Côrtes sectárias separadas*” (LIJPHART, 1977, p. 149).

Como escreve Noura Assaf, desde o fim do domínio otomano e durante o período do Mandato Francês sobre o Líbano (1920-1943) já se presenciavam no país arranjos confessionais de partilha de poder, através da existência do Conselho Administrativo Central.

exceto duas das 31 associações do país estão afiliadas a algum partido político ou religião], lazer, saúde e associações relacionadas ao consumo, todas as quais estabelecem vínculos com crianças e adolescentes e abrem caminho para atraí-los nos anos seguintes” (MAJED, 2010, p.11)

Além disso, assim como os princípios consociativos da grande coalizão e da representação proporcional, o princípio da autonomia segmental foi abordado tão cedo quanto nos anos 1920. Os artigos 6º e 8º do Acordo Mandatário sobre o Líbano de 1922 abordavam a questão da autonomia segmental, assegurando a necessidade de garantir a mais completa liberdade de consciência e culto; a igualdade de tratamento de todos os habitantes, independentemente das diferenças de raça, religião e língua; e o direito de manter suas próprias escolas²⁰. (ASSAF, 2004, p. 102).

Nas palavras de Lijphart, no Líbano “*o veto mútuo também era uma provisão igualmente básica do sistema político [consociativo], mas também não escrita*” (LIJPHART, 1977, p. 149). Cada uma das principais comunidades politicamente relevantes no Líbano hoje, maronita, sunitas e xiitas (ainda que o sistema privilegie a dualidade cristã-muçulmana) possui poder de veto mútuo, formando uma espécie de Triunvirato, nos termos de Michael Johnson (2001). É o que Majed (2010) chama de *Troika*, um corpo representativo (embora não constitucional) onde o presidente maronita, o porta-voz do parlamento xiita e o primeiro-ministro sunita podem negociar e encontrar transigências se suas opiniões divergem em questões políticas ou administrativas. Mas este mecanismo também inclui esquemas de barganha, bem como a autoridade para descartar projetos de leis que não agradam o presidente do Parlamento. Neste sentido, os três pilares libaneses possuem poder de barganha e de freio decisório no gabinete e a “minoría” xiita possui poder de veto (obtido sob o acordo de Doha de 2008) sobre questões vitais. Ainda que o veto mútuo possa levar à paralisia e indecisão política, sob a norma consociativa o pragmatismo das elites promoveria concessões e o acordo seria obtido.

De acordo com Assaf (2004), as Emendas Constitucionais de 1990 tocam o princípio consociativo da grande coalizão em três aspectos principais. Em primeiro lugar, os poderes da presidência (maronita) foram reduzidos em relação àqueles conferidos pelo Pacto Nacional de 1943. Em segundo lugar, os poderes do Conselho de Ministros e do primeiro-ministro (sunita) foram aumentados. Em terceiro lugar, os poderes do presidente do Parlamento (xiita) e do próprio Parlamento foram também aumentados. Estas três alterações, argumenta Assaf, “*visavam reajustar o equilíbrio de poder entre os principais grupos comunais libaneses e tendem a refletir a posição e o poder real de cada um dos grupos comunais no terreno*

²⁰ French Mandate For Syria And the Lebanon. The Council of The League of Nation. League of Nations Official Journal, Aug. 1922, p. 880.

político”. De acordo com o artigo 17 da Constituição alterada, a nova fórmula confessional baseia-se na redução das prerrogativas e autoridade do Presidente da República e na transferência do poder executivo para o Conselho de Ministros como um órgão colegiado (KRAYEM 1997, p. 9 ; SALEM, 1998, p.15²¹ apud ASSAF, 2004, p. 169). Esta emenda foi responsável por melhorar ou fortalecer o aspecto de coalizão da política consociativa no país, ampliando a grande coalizão e concedendo maior poder ao conselho de ministros ou gabinete²².

O requisito da proporcionalidade, ainda não propriamente aplicado em eleições parlamentares ou municipais, é tentado através da garantia pré-estabelecida dos 128 assentos legislativos e nos cargos de presidente, primeiro-ministro e porta-voz do parlamento. Isto visa assegurar a participação em cargos de importância das diferentes seitas e suas correntes no país. O gabinete visa, portanto, ser representativamente proporcional. Conforme descrito por Lijphart, no Líbano a tomada de decisões ocorre no nível mais alto entre as elites governantes, e estas elites estarão proporcionalmente representadas na medida em que o parlamento garante cargos às diferentes seitas no país. Lijphart ele mesmo em 1977 afirmou que “*os métodos utilizados para eleição do presidente e dos membros do parlamento não pertencem aos sistemas usuais de representação proporcional, mas eram proporcionais em seus efeitos*”; o que caracterizou adiante como “*sistema de representação proporcional predefinido numa base comunitária ou religiosa*” (LIJPHART, 1977, p. 148).

De acordo com Lijphart (1977), o presidente era escolhido pelo Parlamento por voto de maioria, mas, como estava predeterminado que ele fosse um maronita, este método maioritário não implicava disputa real entre as diferentes seitas. As eleições parlamentares eram conduzidas de acordo com o plural e multi-membro sistema eleitoral de distritos. Em cada distrito eleitoral, escreve, “*chapas de candidatos eram nomeados de tal forma que cada quadro refletisse a composição segmental daquele círculo eleitoral, e os eleitores escolhiam entre estas diferentes listas proporcionalmente constituídas*”. (LIJPHART, 1977, p. 148). O autor argumenta que muitas vezes este tem sido elogiado como um sistema proporcional que

²¹ SALEM, Paul. Framing Post-war Lebanon: Perspectives on the Constitution and the structure of power. *Mediterranean Politics*, v. 3, n. 1, p. 13-26, 1998.

²² Como resultado da cooperação maronita com Israel e a derrota dos maronitas na guerra com a retirada israelense, a então grande coalizão executiva do Líbano visava refletir a posição agora "menos dominante" dos maronitas na configuração de poder do Líbano após a guerra civil. (ASSAF, 2004, p.170)

produziu acordo e harmonização, porque para ser eleito um candidato precisava dos votos dos membros de sua própria seita e das demais:

No entanto, esta era uma desvantagem, do ponto de vista consociacional, porque não reunia os verdadeiros porta-vozes dos segmentos em um local adequado para a acomodação política: "Os campeões típicos de cada comunidade correm o risco de serem ultrapassados a favor de indivíduos manipuladores". Mas o resultado não foi fatal para a democracia consociativa: como a legislatura era bastante ineficaz, as questões mais importantes foram transferidas para o gabinete para decisão, e o gabinete era "um verdadeiro Parlamento em pequena escala", com uma composição proporcional e com a vantagem adicional de conduzir suas deliberações em segredo. A proporcionalidade era também estritamente observada no que se refere às nomeações para as funções públicas. (LIJPHART, 1977, p. 149, tradução nossa).²³

Embora a teoria da democracia consociacional não especifique cotas exatas para a distribuição de poder entre as diferentes comunidades, o princípio da proporcionalidade, tal como definido por Lijphart, é especialmente importante como garantia da justa representação dos segmentos minoritários (LIJPHART, 1995, p. 278, apud ASSAF, 2004, p. 171). Para Assaf, com relação à proporcionalidade, o Acordo de Taif proporcionou uma *"fórmula de representação mais justa das principais seitas libanesas à luz das realidades demográficas e da nova configuração de poder no país, restaurando a ordem sectária consociativa agora contemplando alterações salutares na fórmula de partilha de poder"*. (ASSAF, 2004, p. 171).

Atualmente, o governo libanês é composto por uma grande coalizão nacional (o chamado governo de união nacional) que inclui partidos de posição e oposição das Coalizões 14 e 8 de Março²⁴. Ainda que defensoras de projetos razoavelmente opostos para a nação, ambas reúnem membros de diferentes confissões religiosas e estão presentes no Gabinete formado pelo Primeiro Ministro. Em Novembro de 2009, por exemplo, dos 30 gabinetes ministeriais, o então nomeado premier Saad Hariri selecionou 15 ministros de sua própria aliança, 14 de Março, e de drusos; dez da aliança oposicionista 8 de Março; e cinco foram

²³ No original: "It has often been praised as a proportional system that produced compromise and harmony because in order to be elected a candidate needed the votes of members of both his own and other sects. This was a drawback, however, from the consociational point of view because it did not bring together the real segmental spokesmen at a site suitable for political accommodation: "The typical champions of each community run the risk... of being passed over in favor of tamer individuals". But the result was not fatal for consociationalism democracy: because the legislature was rather ineffectual, the more important issues were moved up to the cabinet for decision, and the cabinet was "a true Parliament on a small scale" with a proportional composition and with the further advantage of conducting its deliberations in secret. Proportionality was also strictly observed with regard to appointments to the civil service." (LIJPHART, 1977, p. 149)

²⁴ Desde 2005, após o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafiq Al Hariri, o Líbano está polarizado entre, de um lado, a Aliança 8 de Março, liderada pelo Hezbollah, contendo o Amal, o Movimento Patriótico Livre e o Partido Socialista Progressista e apoiada por Teerã e Damasco; e, de outro lado, a Aliança 14 de Março, liderada pelo filho de Hariri, Saad Hariri, apoiada por Riad e Washington, e composta pelo Movimento Futuro, as Forças Libanesas e o Partido Kataeb.

atribuídos ao presidente Michel Suleiman. Esta fórmula negou a 14 de Março uma maioria de postos do gabinete. Assim, pelo menos em teoria, os cinco ministros escolhidos pelo presidente Suleiman (um sunita, um xiita, um maronita e dois ortodoxos) – considerados imparciais – detinham um voto incerto e oscilante sobre a tomada de decisão (RAAD, 2009).

De modo que a realidade atual libanesa se configuraria como um governo de “grande coalizão”, conforme previsto pelo consociativismo de Lijphart, amplamente representativo de todos os grupos significativos e para além da formação de uma ‘coalizão mínima para a vitória’ como em países majoritários. As minorias ou oposição deteriam o poder de veto sobre questões de importância vital às mesmas, possuindo a capacidade de aplicar freios ao processo decisório. A autonomia segmental estaria garantida através jurisprudência *de facto* das confissões e o princípio da proporcionalidade aplicado em seus efeitos – ainda que de forma não tradicional – através do que Lijphart chamou de “sistema de representação proporcional predefinido em uma base comunitária ou religiosa”. (LIJPHART, 1977, p. 148)

1.3 Apresentando o problema: a falta de consenso no estado da arte na literatura

Ainda que o Líbano seja o cenário ideal para a adoção da democracia consociativa, e ainda que a prática política no país siga efetivamente as prescrições ou, como preferem alguns, as características descritas por Lijphart, esta configuração é acompanhada de instabilidade e de ineficiência estatal, além de ser fortemente criticada por ser elitista e por entrincheirar as identidades religiosas. (KHATIB, 2015b ; ASSAF, 2004 ; NELSON 2013 ; MAKDISI ; MARKTANNER, 2009). Simon Haddad (2000), por exemplo, escreve que ao invés de coordenar o processo de partilha do poder e garantir a implementação adequada da Constituição, os três principais responsáveis políticos no país (ou as supostas elites pragmáticas em consenso) monopolizam a tomada de decisões e a representação das respectivas comunidades. (HADDAD, 2000, p. 467²⁵, apud ASSAF, 2004, p. 182). Para Noura Assaf (2004), o comportamento conflituoso da *troika* indica que os aspectos processuais do consociacionalismo “*não são de forma alguma mecanismos eficazes de regulação de conflitos, uma vez que o processo da política permite que disposições constitucionais consociativas sejam cerceadas e contornadas*”. (ASSAF, 2004, p. 182). Deste

²⁵ HADDAD, Simon. Political support in postwar Lebanon as a function of social, political and economic performance. *The Journal of Social, Political, and Economic Studies*, v. 25, n. 4, p. 465, 2000.

modo, as diretrizes de Lijphart parecem ter efeitos deletérios ou limites quando aplicadas no Líbano. Quais as razões para esta que é uma teoria tão bem estabelecida dentro da Ciência Política Comparada dar indícios de mau funcionamento no Líbano? Haveria algo de problemático ou, no mínimo, de específico neste país que contribuiria para esta explicação? É neste sentido que a análise deste caso nos permite colaborar para o debate sobre democracias consociativas e propor conclusões sobre os efeitos do estiramento excessivo do próprio modelo consociativo, tal como aplicado no Líbano – ainda que não se limite a um problema de aplicabilidade.

Não parece haver um consenso na literatura quanto ao bom funcionamento do sistema consociativo confessional no país. Por um lado, houve um período de sucesso e de coexistência pacífica entre os anos de 1943 e 1975 (LIJPHART, 1977) – em que pese as crises violentas pré-guerra civil de 1952 e 1958. Assim, apesar dos seus defeitos, até 1975 o sistema político libanês teria estabelecido ordem e estabilidade. Historicamente, o sistema confessional vem se mantendo de forma minimamente contínua desde suas raízes não institucionais no século XIX (MAKDISI, 2000 ; TRABOULSI, 2012 ; COLLELO, 1989). Adicionalmente, há indícios de compromissos no pós-guerra através da ascensão política e econômica, nas últimas duas décadas, de um novo grupo social: os xiitas. Estes até então marginalizados, obtiveram o poder de veto em 2008 por meio da figura do Hezbollah, devidamente imbuído na política doméstica. (NORTON 2007a ; WIEGAND 2009).

De outro lado, contudo, o país deu sinais de severa disputa sectária em uma guerra civil que durou 15 anos e de enfraquecimento da figura do Estado como entidade nacional e provedora de serviços públicos. (PETALLIDES, 2011 ; KRAYEM, 1997). Críticos apontam, por exemplo, uma concepção limitada do papel do Estado no país; atribuição de funções legislativas a instituições não estatais; e domínio da política pelas elites tradicionais maronitas e sunitas (HARB, 2006 ; MAKDISI, 1996) – ainda que a elite xiita venha adquirindo cada vez mais espaço. A cooperação entre cristãos maronitas economicamente dominantes e a maioria muçulmana sempre foi tênue. Crises foram registradas nos anos 1952 e 1958, quando o país esteve ameaçado por uma guerra civil entre ambas as confissões. A impotência do governo em interromper a descida de suas comunidades cada vez mais divididas e radicalizadas em uma guerra fratricida expôs os perigos de uma autoridade unitária fraca e transformou o Líbano, nas palavras de Muhanna (2012) “*da encarnação da convivência muçulmano-cristã em uma narrativa ameaçadora*”. Durante os anos de 1975 e 1990 uma sangrenta guerra civil deixou cerca de 250.000 mortos, quiçá sepultando consigo o curto período de sucesso da

experiência consociativa baseada na cooperação e moderação entre as elites, sobretudo maronitas e sunitas. A democracia consociativa, critica-se, teria perpetuado um Estado fraco e institucionalizado as diferenças sectárias. (HOROWITZ, 1985 ; KHATIB, 2015b ; MAKDISI ; MARKTANNER, 2009).

Sobretudo na última década, o Líbano vem enfrentando constantes quebras de institucionalidade e acirramento de tensões sectárias, mesmo após o término da guerra civil²⁶. As crises de governança em 2005, 2008, o recente vácuo presidencial de Maio de 2014 à Outubro de 2016 e as atuais crises orçamentárias, de luz, água e lixo são exemplos destes eventos. Adicionalmente, o Líbano é frequentemente acusado de contar com um Estado nacional frágil e inoperante, abrindo um vácuo em termos de defesa militar, promoção de serviços sociais e de fornecimento de bens públicos. E as revoltas populares de 2015 – e em certa medida os resultados eleitorais nas eleições municipais de Beirute em 2016 – demonstram o descontentamento de seus habitantes com a incapacidade das lideranças de gerirem o país de forma eficaz.

Mesmo assim, de acordo com Alex Rowell, por exemplo, o sistema confessional libanês não é tão frágil ou inconstante como proclamam alguns. Ele sobreviveu ao longo do século XX e dá provas de sua eficiência e durabilidade:

As redes sectárias patrão-cliente que formam a base do sistema político do Líbano, tantas vezes ridicularizadas como fracas e instáveis, têm, na realidade, sobrevivido a uma guerra mundial (1939-1945); três guerras árabe-israelenses (1948, 1967, 1973); a ascensão de Jamal Abd al-Nasser (com seu concomitante frenesi de golpes militares em outros lugares na região); duas guerras civis (1958, 1975-90) e ocupações posteriores tanto por Israel quanto pela Síria; mais três rodadas de combates com Israel (1993, 1996, 2006); e agora uma guerra civil na vizinha Síria; e o tem feito de modo essencialmente ileso e sem alterações em qualquer forma fundamental. (ROWELL, 2016, p.3, tradução nossa)²⁷

²⁶ Apesar das tensões geradas pela competição pelo poder político ao longo de linhas sectárias, os locais de culto de cada confissão continuam a existir lado a lado, refletindo o patrimônio secular do país como um lugar de refúgio para aqueles que fogem intolerância da religiosa. A Constituição, outras leis e políticas protegem a autonomia religiosa e, na prática, o governo respeita a liberdade de culto. Ele permite, por exemplo, a publicação de materiais religiosos de cada grupo religioso em diferentes idiomas. Apesar de confrontos sociais pontuais fruto do transbordamento do conflito sírio (e dos fantasmas da tensão sectária dos anos 70 e 80) não há relatos de abusos da liberdade religiosa pelo governo. (INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM REPORT, USDS, 2011).

²⁷ No original: “*The sectarian client-patron networks that form the basis of Lebanon’s political system, so often derided as weak and unstable, have in reality survived a World War (1939-45); three Arab-Israeli wars (1948, 1967, 1973); the rise of Jamal Abd al-Nasser (with its attendant frenzy of military coups elsewhere in the region); two civil wars (1958, 1975-90) and subsequent occupations by both Israel and Syria; three further rounds of fighting with Israel (1993, 1996, 2006); and now a civil war in neighboring Syria; and have done so essentially unscathed and unchanged in any fundamental way*” (ROWELL, 2016, p.3).

Em linha com a argumentação acima, de acordo com Constantine Petallides (2011), por exemplo, durante as duas décadas que precederam a Guerra Civil de 1975 muitos estudiosos ocidentais se referiam ao Líbano como "a democracia mais estável" no mundo árabe; no entanto, o sistema político, por vezes, "fica muito aquém de ser democrático". Segundo o autor, governado pelo confessionalismo:

O Líbano está preso a um sistema de representação que perpetua o reforço a clivagens religiosas, em vez de difundi-las. Enquanto muitos argumentam que o sistema atual é a única maneira para as minorias religiosas terem garantida uma voz na política, é importante notar aqui que, desde 1943, o confessionalismo político tem sido considerado como um arranjo temporário que deve ser expurgado o mais rapidamente possível, mas tem continuado a predominar. (PETALLIDES, 2011, p.5, tradução nossa)²⁸

De fato, desde o Pacto Nacional de sua independência em 1943, o confessionalismo político tem sido considerado como uma disposição temporária que deve ser superada o mais rapidamente possível; e o acordo de Taif de 1989, pós-guerra civil, chamava pela eventual eliminação da política sectária em favor de "experiência e competência". No entanto, pouca mudança foi feita neste sentido. Ainda hoje o Líbano vive um paradoxo entre a sociedade tradicional patriarcal e o Estado moderno constitucional. Repetidamente, ao longo dos pactos nacionais e acordos em 1943, 1990 e 2008, o sistema tradicional patriarcal e comunitário foi transposto para o sistema estatal do confessionalismo - ao invés de ter estruturado um Estado democrático de direito. (CHAOUL, 2015, informação verbal)²⁹. Tendo em conta o papel desempenhado pelo sectarismo desde o domínio otomano, a análise deste cenário configura uma trajetória de institucionalização e reforço das estruturas confessionais sobre o desenho político ao longo de mais de um século.

Para Hassan Krayem (1997), o Líbano tinha e ainda mantém um sistema confessional baseado em uma fórmula que aloca funções políticas e administrativas às principais seitas. Tal sistema possui raízes históricas, mas foi o Pacto Nacional de 1943 que o institucionalizou rigidamente. (KRAYEM, 1997, p. 1). O equilíbrio confessional e a representação confessional predominam na nova constituição de Taif; além disso, o confessionalismo é reproduzido e

²⁸ No original: "*Lebanon is locked into a system of representation that perpetuates reinforcing cleavages of religion, rather than diffusing them. While many would argue that the current system is the only way for religious minorities to be guaranteed a voice in politics, it is worth noting here that, since 1943, political confessionalism has been considered as a temporary arrangement that should be expunged as soon as possible, but it has continued to predominate*". (PETALLIDES, 2011, p.5)

²⁹ Informação verbal proferida por Prof Milhem Chaoul, professor de sociologia na Universidade Libanesa, durante o I Seminário Internacional Brasil Líbano, organizado pelo ICBL e pelo IUPERJ/UCAM, ocorrido em 25 de novembro de 2015, na Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro. Tradução simultânea local.

institucionalizado mais além. Desde 1943, também reforça Krayem, o confessionalismo político tem sido considerado como um arranjo temporário que deveria ser expurgado o mais rápido possível, mas continua a predominar. No Líbano, “*transformar as decisões provisórias em permanentes tornou-se uma tradição, reafirmada recentemente com o Acordo de Taif*”. (KRAYEM, 1997, p. 9). Nas palavras do autor:

Sistemas políticos têm seus ativos e passivos, e o Líbano não é exceção. Durante as duas décadas que antecederam a guerra civil de 1975, muitos estudiosos ocidentais referiram-se ao Líbano como a “democracia mais estável” no mundo árabe (Shils 1966, 1-12); Contudo, o sistema político ficou muito aquém de ser democrático. Como salientou Salim al-Hoss, “o sistema sempre teve muita liberdade, mas sofreu com a falta de democracia”. (Al-Hoss 1984, 217-219). Em outras palavras, a democracia era deficiente como sistema porque faltavam oportunidades iguais para os cidadãos, bem como a *accountability* e responsabilidade política dos funcionários públicos e instituições. (KRAYEM, 1997, p.1, tradução nossa)³⁰

Na mesma linha argumentativa, autores como Rinus van Schendelen (1984) e Ian Lustick (1997) alegam que as instituições consociacionais promovem o sectarismo ao entrincheirarem identidades existentes. Donald L. Horowitz (1985) argumenta que o consociacionalismo pode levar à reificação das divisões étnicas. Para Assaf (2004), o consociativismo no Líbano teve efeitos divisivos, politizou e manipulou a etnia, além de ter sido incapaz de prevenir o surgimento de conflitos comunais. Portanto, a organização confessional libanesa reforçaria o sectarismo na medida em que promoveria o congelamento das formas de identificação religiosas³¹. Em sua crítica ao consociativismo no Líbano, Noura Assaf escreve:

³⁰ No original: “*Political systems have their assets and liabilities, and Lebanon is no exception. During the two decades preceding the 1975 civil war, many Western scholars referred to Lebanon as the “most stable democracy” in the Arab world (Shils 1966, 1-12); however, the political system fell far short of being democratic. As Salim al-Hoss asserted, “the system has always had plenty of freedom but suffered from a lack of democracy.” (al-Hoss 1984, 217- 219). In other words, democracy was deficient as a system because equal opportunities for citizens as well as political accountability and political responsibility of officials and institutions were lacking.*” (KRAYEM, 1997, p.1)

SHILS, Edward. The prospect for Lebanese civility. **Politics in Lebanon**, p. 1-11, 1966.

AL-HOSS, Salim. Lubnan ala al-Muftaraq [Lebanon at the crossroads]. **Beirut: Beirut Arab Center**, 1984.

³¹ Ussama Makdisi vai mais além: demonstra em 1996 que a cultura do sectarismo foi uma construção moderna entre elites locais e potências europeias para forjar uma política de religião. Neste sentido, o sectarismo representou uma mobilização deliberada de identidades religiosas para fins políticos e sociais (MAKDISI, 2000). Soma-se a isto o convívio pacífico de séculos entre as diferentes religiões no Líbano, demonstrando não ser a religião a causa última dos conflitos contemporâneos.

Samir Khalaf (2002) argumenta que queixas internas históricas foram ampliadas ou defletidas para se tornar a fonte de conflitos internacionais. Desde o início, mostra o autor, intervenções estrangeiras têm consistentemente exacerbado problemas internos. Khalaf argumenta que a cultura política fragmentada do Líbano é um subproduto de duas características gerais. Primeiro, reflete as forças tradicionais e conflitos políticos causados por diferenças marcantes em crenças religiosas e lealdades comunais e sectárias que continuam a dividir a sociedade e reforçar

Devido ao recurso pelas elites à manipulação e politização de questões politicamente salientes, isso impede o surgimento da consciência baseada na classe. Segundo, procedimentalmente, o governo da elite às vezes parece proteger os direitos dos diferentes grupos comunais que compõem a sociedade dividida, e não a nação (o que já é muito prejudicial). Em outras ocasiões, no entanto, ela até mesmo falha em proteger os interesses comunais (como resultado da escassez de recursos) e não é tampouco capaz de garantir uma distribuição justa e adequada dos recursos, privilégios, poder e status entre os grupos comunais, comprometendo assim a estabilidade do sistema e pondo em questão a relevância da teoria que parece sem sentido se falhar no requisito mínimo básico, qual seja, a proteção e representação dos direitos dos diferentes grupos comunais. (ASSAF, 2004, p. 209, tradução nossa).

³²

A organização confessional libanesa impediria em certa medida a própria construção de consenso, geraria impasses institucionais e reforçaria o sectarismo na medida em que produziria desproporcionalidades e distorções de representatividade, além de ignorar eventuais mudanças demográficas e migratórias. Conforme argumenta Lina Khatib (2015b) o confessionalismo libanês gera debilidade estatal, sectarismo, feudalização, elitismo e instabilidade institucional. Brian Barry (1975b) e Sally Nelson (2013) argumentam que o confessionalismo do tipo libanês fomenta, institucionalmente, o sectarismo e o clientelismo, enfraquece o Estado³³ e fragmenta a nação.

Assaf (2004) através do estudo de caso libanês argumenta que é difícil estabelecer um vínculo causal – tanto analítica quanto empiricamente – entre o consociacionalismo de Lijphart e a promoção e manutenção da estabilidade democrática. Para a autora, a estrutura

seu caráter faccionário. Em segundo lugar, e sobrepostas a estas, estão novas formas de estresse socioeconômico e cultural causadas pelo papel do Líbano nos contínuos conflitos internacionais na região. (KHALAF, 2002)

Rami Khouri, por exemplo, contesta as análises de que as terras árabes estão “*irremediavelmente presas em suas próprias guerras sectárias auto realizadas travadas por comunidades étnicas, nacionais e religiosas que são incapazes de viverem juntas e em paz*”, refletindo questões que vão muito além das rivalidades sectárias simplistas. Ao contrário, afirma o autor, problemas profundos devastaram estas sociedades ao longo de décadas e em cada aspecto de suas vidas bem antes de quaisquer confrontos sectários graves terem ocorrido, tais como: a qualidade da educação, devastações ambientais, má gestão econômica, corrupção, o capitalismo de compadrio ou clientelista, mando das forças de segurança e autoritarismo político, fracas ligações cidadão-Estado, crescentes disparidades e desigualdades, fundações socioeconômicos estatais corroídas e permissividade à manipulação estrangeira. (KHOURI, 2016a)

³² No original: “*Because of the recourse by elites to the manipulation and politicisation of politically salient issues, this prevents the emergence of class-based consciousness. Second, procedurally, elite rule sometimes appears to protect the rights of the different communal groups that make up the divided society, rather than the nation (which is already very detrimental). At other times, however, it even fails to protect communal interests (as a result of scarce resources) and it is not either able to ensure a fair and adequate distribution of resources, privileges, power and status among the communal groups, hence undermining the stability of the system, and calling into question the relevance of the theory which appears pointless if it fails on the minimum basic requirement, the protection and representation of the rights of communal groups*” (ASSAF, 2004, p. 209)

³³ Conforme afirma Assaf, o Estado libanês é fraco na medida em que o governo tem dificuldade de alcançar e obter políticas domésticas, organizar a implementação de políticas e dificuldade em lidar eficazmente com as suas relações internacionais. (ASSAF, 2004, p. 205).

consociacional de governança libanesa parece trabalhar eficazmente para assegurar uma estabilidade relativa apenas se for “*continuamente assistida por mecanismos adicionais de regulação de conflitos (os da mediação e da arbitragem)*”. De fato, continua, o modelo consociacional libanês funciona relativamente bem quando se baseia nos mecanismos acima mencionados, fornecidos pela literatura sobre regulação de conflitos em sociedades plurais. “*Como tal, a chamada capacidade do consociacionalismo de entregar, sozinha, a promessa de estabilidade democrática para a sociedade plural Libanesa é seriamente questionada*”. (ASSAF, 2004, p. VII)³⁴. Para Assaf, “*o consociacionalismo, como mecanismo de regulação de conflitos, é incapaz de resolver sozinho os problemas políticos, econômicos e socioculturais das sociedades plurais e servir-se de mecanismos adicionais na literatura de regulação de conflitos é muito necessário*”. (ASSAF, 2004, p. 216).

Deste modo, a política consociativa libanesa não trouxe estabilidade democrática à sociedade plural neste país, tal como propõe a teoria consociacional de Lijphart. Embora o experimento libanês com o consociacionalismo institucionalizado pré-guerra tenha durado pouco mais de trinta anos, ele foi sujeito a várias rupturas violentas da estabilidade interna durante este período, até que desmoronou completamente em 1975. Adicionalmente, mais de duas décadas após o fim da guerra civil libanesa, e apesar do sistema consociativo “melhorado” de Taif, de acordo com Assaf “*é evidente que a política consociativa libanesa é altamente instável e que o Líbano sobrevive porque a Síria faz contribuições contínuas para garantir que exista, até certo ponto, um status quo que assegure um grau mínimo de estabilidade*” (ASSAF, 2004, p. 204). Adicionalmente, a última década da história libanesa foi especialmente conturbada, como veremos no próximo capítulo. No limite, portanto, sozinhas as elites não seriam capazes de manter a estabilidade política, social e econômica nesta sociedade plural sem recorrer a intervenções externas ou sem se verem condenadas ao caos político e paralisia institucional.

Nas palavras de Noura Assaf:

³⁴ No original: “*In other words, the Lebanese consociational structure of governance appears to work effectively at ensuring relative stability only if it is continuously assisted by additional mechanisms of conflict-regulation (those of mediation and arbitration). Indeed, the Lebanese consociational model functions relatively well when it borrows from the above-mentioned mechanisms provided by the literature on conflict regulation in plural societies. As such, consociationalism's so-called ability to deliver, alone, on the promise of democratic stability for Lebanon's plural society is seriously questioned.*” (ASSAF, 2004, p. VII).

Há fatores significativos pós-guerra que ainda ameaçam a estabilidade do país. Os partidos políticos libaneses promovem sua própria agenda sectária e pode assim ser dito que contribuem para uma maior segmentação da sociedade e não para a sua modernização, especialmente na presença de desequilíbrios socioeconômicos. Como resultado, um rápido olhar sobre a sociedade libanesa do pós-guerra aponta para a emergência de tensões sectárias acentuadas, retribalização e desintegração nacional, todas as quais constituem obstáculos extraordinários para a estabilidade democrática. Por exemplo, a teoria consociacional defende a presença de lealdades abrangentes para contrabalançar seus efeitos desintegradores. Na prática, as ocasionais manifestações de uma lealdade abrangente ao Líbano foram provocadas por compromissos impostos por condições de crise. Estas manifestações dão suporte ao argumento de que o sectarismo é antitético ao desenvolvimento nacional moderno, isto é, que a reconciliação nacional ainda é um objetivo e que ainda inexistente uma ideologia nacional comum a todos os povos do Líbano. (ASSAF, 2004, p. 216-217, tradução nossa)³⁵.

1.4 Teoria e prática: um tipo particular e fortemente institucionalizado de consociativismo

Antes de explorarmos as especificidades da realidade de nosso caso e a trajetória histórica do confessionalismo libanês, algumas ponderações entre teoria consociativa e prática confessional devem ser apresentadas. Fundamentalmente, este trabalho defende a ideia de que a forte institucionalização das diferentes religiões no Líbano é bastante distante da realidade de pilarização holandesa dos anos 1950, a chamada *verzuiiling*. Neste país, as elites entravam em acordo livre entre si (a portas fechadas e com pouca transparência), determinavam diretrizes e distribuíam alguns cargos relevantes conforme o arranjo político obtido. Apesar dos diferentes grupos serem representados pelos diferentes pilares, não havia assentos parlamentares proporcionais pré-atribuídos de acordo com a distribuição confessional ou ideológica, nem garantia sectária de cargos para o funcionalismo público. No caso libanês, a distribuição de cargos e recursos é feita *a priori* e deve ser obedecida independente dos resultados eleitorais – ou, na realidade, estimulando resultados eleitorais organizados em linhas confessionais, independente de desejos outros. Assim, na prática, no Líbano, não se obedece à regra um homem um voto.

³⁵ No original: “At the same time there are significant post-war factors that still threaten the stability of the country. Lebanese political parties promote their own sectarian agenda, and may thus be said to contribute to the further segmentation of society, rather than to its modernisation, especially in the presence of socio-economic imbalances. As a result, a cursory look at post-war Lebanese society points to the emergence of heightened sectarian tensions, retribalisation and national disintegration, all of which constitute formidable obstacles towards democratic stability. For instance, consociational theory advocates the presence of overarching loyalties to counter balance its disintegrative effects. In practice, the occasional manifestations of an overarching loyalty to Lebanon were brought about by compromises imposed by crisis condition. These manifestations lend support to the argument that sectarianism is antithetical to modern national development, namely that national reconciliation is still an objective and that there has yet to be a national ideology common to all peoples of Lebanon.” (ASSAF, 2004, p. 216-217).

Hester Somsen (2016) afirma que ambos os países detinham várias semelhanças e características políticas comuns, e que o caso libanês era de fácil compreensão para os holandeses, visto que “*conviveram com este sistema confessional no início do século XX*”. Ocorre que quando os Países Baixos eram governados pelo consociativismo, onde o poder político era cuidadosamente compartilhado entre as quatro diferentes comunidades, a distribuição de cargos ocorria de forma bastante mais fluida e na ausência de regras pré-estabelecidas como no caso Libanês. Na Holanda, o princípio da proporcionalidade era aplicado à lei eleitoral dos distritos, que eram claramente distribuídos entre os pilares e que enviavam seus respectivos candidatos eleitos para o Parlamento. Ou seja, ali, a representação plural era garantida (e a votação parlamentar refletiria a identificação social), mas não havia pré-atribuição de assentos parlamentares formalizada na lei eleitoral.

Além disso, Lijphart reforça o caráter secreto das reuniões entre as elites e o sigilo com respeito ao processo de barganha. A falta de transparência para o público e a política de “elite para elite” são, inclusive, umas das mais importantes críticas populares proferidas ao sistema, que contribuíram para sua derrocada em 1967. No Líbano, diferentemente, os resultados e alocações de cargos já estão dados de antemão. Está aqui em questão, portanto, nossa própria proposição teórica. Tradição e prática na Holanda e pré-atribuição imutável no Líbano são cenários bastante distintos, o que corrobora fortemente em detrimento da problemática libanesa.

Em outro sentido, na Holanda, a Coroa é um elemento de unidade, e o Rei representa a Constituição do país. É possível que a monarquia neutra como elemento de unidade acima de todos os pilares tenha auxiliado no bom funcionamento da coalizão – ainda que por muito tempo fosse o Rei o responsável pela indicação do Primeiro Ministro (SOMSEN, 2016, informação verbal). Adicionalmente, nos Países Baixos, também como fruto do processo de subordinação do Rei ao Parlamento, a separação *de jure* e *de facto* entre Estado e religião se fez presente³⁶. Já no Líbano, a figura de unidade inexistente e, apesar do Estado ser nominalmente laico; na prática, votos, cargos e distribuições de recursos são obtidos e efetuados de forma confessional. A ausência de casamento civil no Líbano, por exemplo, é outro indício de ausência da laicidade. Ao passo que na Holanda do século XX era possível

³⁶ Foi com a subordinação da Coroa ao Parlamento, fazendo agora parte do Conselho de Ministros e não gerenciando o Estado sozinho, que a religião passou por um processo de privatização e a confissão passou progressivamente a ser de cunho individual. Naturalmente este é um processo vivido por toda a Europa dos séculos XVIII e XIX de democratização das monarquias, mas que, no caso Holandês, talvez tenha propiciado o bom funcionamento do consociativismo.

promover o casamento civil entre religiões diferentes, já que havia um registro civil independente dos pilares e sob o qual a aliança podia ser firmada independente da religião dos indivíduos³⁷.

Adicionalmente, como na Holanda a lei eleitoral era sempre proporcional, este eleitorado (ainda que claramente religioso, liberal ou socialista) não foi formalizado em termos de regras institucionais. E, na eventualidade do eleitor protestante se aproximar do candidato liberal, ele era livre para alterar seu voto. No Líbano, caso um cristão maronita se visse próximo a um candidato, digamos, xiita, ele naturalmente teria a mesma liberdade de voto - mas no limite seu voto não contaria já que o candidato não seria eleito (pois os assentos xiitas possuem um limite pré-estabelecido). Na Holanda, portanto, diferentes pilares, por mais segmentados e sem transversalidades que fossem, não possuíam assentos parlamentares pré-atribuídos como no Líbano. O eleitorado era bastante claro e inclusive sua divisão podia ser visualizada geograficamente. Como resultado, com o voto proporcional, todos os segmentos, mesmo os minoritários, estariam representados. No Líbano, diferentemente, não há proporcionalidade eleitoral e os cargos são pré-estabelecidos, o que confere uma rigidez e imutabilidade significativas a este desenho.

Outra característica importante é a quantidade e característica dos pilares. Na Holanda, quatro eram os pilares e eles mesclavam segmentos religiosos (protestantes e católicos) e político-ideológicos (liberais e socialistas). No Líbano, eles são dezoito e exclusivamente religiosos – comumente relacionados com a comunidade de origem da família do indivíduo, possuindo desta forma características quase étnicas ou comunitárias. Assim, na Holanda, a forma de identificação dos pilares não era herdada e a migração possível, ao passo que no Líbano o sistema é bastante mais engessado – tanto no sentido de que não se pode abandonar a herança familiar quanto de se ter uma eventual mudança de preferência eleitoral respondida pelo sistema político. Como veremos adiante, as dezoito confissões oficialmente reconhecidas são produto da Primeira Constituição Libanesa de 1926, durante o Mandato Francês no país, baseada no passado otomano e sua manobra das elites confessionais de então. De modo que os pilares libaneses seriam uma espécie de reconstituição do sistema otomano de *millets*³⁸.

³⁷ Outra questão diversa são os registros religiosos estabelecidos em templos religiosos que cumprem determinadas regras e exigências. Na ampla maioria dos países, Igrejas, Mesquitas e Templos detêm seus próprios códigos aos quais os fieis devem obediência, caso seja este seu desejo. Esta liberdade é de natureza individual e em nada tem a ver com o Direito Civil em questão.

³⁸ Conforme escreve Fawwaz Traboulsi, o sistema de *millet* era uma hierarquia de dois níveis no Império Otomano entre uma comunidade mais elevada, composta por muçulmanos, e uma comunidade inferior

Isto também significa que pouco espaço se concedeu ao caráter autóctone de auto reconhecimento de identidades e formas de representação aos próprios cidadãos libaneses.

Conforme visto, a privatização da religião era fundamental no caso holandês, os imigrantes religiosos buscando refúgio traziam desde cedo esta demanda, de huguenotes franceses a judeus. E a despeito desta privatização do tema religioso, os católicos ali excluídos conseguiram obter significativa compensação e emancipação política como fruto da prática consociativa de pacificação³⁹. Enquanto no Líbano, apesar dos xiitas também terem conseguido esta relativa e incipiente compensação através do sistema consociativo, a ausência da privatização da religião *de facto* é característica problemática. Assim, o crescente processo de secularismo na Holanda e a presença de dois pilares político-ideológicos construíram uma realidade contrastante em relação à libanesa, onde o processo de confessionalização foi paulatinamente sendo reforçado institucionalmente e as modalidades de identificação tornadas imutáveis.

O sistema educacional holandês foi o que causou, em primeiro lugar, a demanda pela política de pacificação, reforçando as clivagens segmentais; mas também o que de certo modo auxiliou a encerrá-lo no final dos anos 1960, já que na educação pública jazia um *locus* neutro e independente dos pilares. Ao passo que no Líbano a educação pública não é precisamente uma instituição fortalecida. Há diferenças também com respeito à presença geograficamente marcada dos segmentos. Os Países Baixos aplicavam há muito a descentralização administrativa de suas províncias. Isto se dava em virtude dos conhecimentos e expertise desenvolvidos em termos de infraestrutura relativa aos diques e técnicas para manejar as constantes enchentes, mas também as províncias eram (e são) fortemente descentralizadas no que tangiam programas de gestão de lixo e habitação. No Líbano, diferentemente, a demanda

'protegida', composta pelos 'povos do Livro', cristãos e judeus. Estes últimos gozavam de uma certa liberdade de crença e de rito religioso, em troca do pagamento de uma taxa de proteção, a Jizya. (TRABOULSI, 2012, p. 255). Assim, os *millets* eram comunidades religiosas politicamente autônomas, cada qual organizada sob suas próprias leis e líder religioso. Voltaremos a este assunto adiante.

³⁹ Nos Países Baixos, os católicos nutriam um profundo senso de privação histórica, aliado ao fato de serem em sua maioria trabalhadores em minas e pequenos agricultores. Os católicos buscavam emancipação e compensação pela discriminação através do mecanismo consociativo. Esta sensação ficava patente na medida em que o Rei era protestante, e o Estado era visto como equivalente ao predomínio protestante – ao menos até a Emenda Constitucional de 1848.

por maior descentralização é uma das principais reivindicações dos reformistas do desenho confessional, ao lado da proporcionalidade⁴⁰.

É fato também que fatores históricos e o entorno regional Holandês favoreceram o sistema muito mais do que o complicaram, como no Líbano. Enquanto neste último os atores externos atuaram como elementos prejudiciais, desfavorecendo momentos em que a ruptura era viável, na Holanda as duas guerras mundiais e a instabilidade externa funcionaram como unificadores internos e, portanto, favoreceram a política de pacificação. Sob a salvaguarda da OTAN durante a segunda metade do século XX, migrava-se para uma sociedade mais democrática e liberal onde a proteção do pilar já não mais era necessária aos indivíduos, onde não mais importava o segmento para a obtenção de direitos (SOMSEN, 2016, informação verbal). De tal forma que a secularização holandesa e diversificação das pautas dos movimentos sociais dentro de um ambiente europeu que também fazia este movimento estavam em oposição frontal à herança otomana e pós-otomana, que não colaborou com este tipo de incentivo externo no Líbano.

Postas as devidas ressalvas entre as diferenças do consociativismo holandês e libanês, pudemos nesta seção sermos introduzidos às problemáticas e críticas sendo enfrentadas pela realidade de nosso caso. Indicamos como o processo de confessionalização desta sociedade e política foi institucionalizado; questionamos de que modo as modalidades de identificação e formas de representação parecem ser menos endógenas que herdadas; e como a presença do mecanismo de ‘proporcionalidade eleitoral de efeito’, através da pré-atribuição de cargos, promove inflexibilidade e imobilidade à modalidade consociativa confessional.

Foi objetivo deste capítulo apresentar nossa problemática de pesquisa e demonstrar de que modo ela se relaciona com a teoria consociativa de Arend Lijphart. Buscamos introduzir ao leitor a realidade libanesa e apresentamos a ausência de consenso na literatura ao se contemplar teoria e caso, consociativismo e confessionalismo. Identificamos quais elementos são caracterizados pela teoria consociativa e quais outros são encontrados na realidade de nosso caso. Verificamos que, a despeito da presença dos elementos teóricos de Lijphart na realidade confessional libanesa, o país não é capaz de se desvencilhar das constantes crises e

⁴⁰ O arranjo temporário também foi significativo para o sucesso do consociativismo na Holanda. Apesar deste ser um antigo projeto libanês, nenhum esforço concreto foi feito para sua eliminação ou atenuação até os dias atuais. Na Holanda, o sistema de pilarização teve como objetivo sempre a busca de consenso, cooperação, e não o uso indiscriminado do veto. O Líbano, argumentam alguns, teria “pervertido” o consociativismo, vez que a prática de veto e paralisia são bastante mais frequentes. Isto nos sugere que há algo além do que atribuir o comportamento libanês à suposta irracionalidade de suas elites.

impasses institucionais, desproporcionalidades, ineficiência estatal e clientelismo. Assim, no capítulo que se segue, convidamos o leitor a compreender as especificidades e particularidades do caso libanês, através de uma análise de sua trajetória histórica, que estão no cerne da explicação para a aparente insuficiência do modelo consociativo de Lijphart no Líbano. Em outras palavras, através do capítulo a seguir será possível compreender as características do confessionalismo, uma modalidade consociativa altamente institucionalizada, e que leva a teoria ao seu extremo – fundamentando nosso próprio problema de pesquisa.

CAPÍTULO 2 – AS ESPECIFICIDADES DE NOSSO CASO: O SISTEMA CONFESSIONAL LIBANÊS

Nunca houve um sectarismo puro, somente narrativas sobre sua pureza.

(MAKDISI, Ussama, 2000, p. 165).

Neste capítulo demonstraremos como o Líbano possui um característico sistema de representação político-confessional altamente enrijecido, quais são suas especificidades e práticas de funcionamento, e de que forma este processo se construiu ao longo do último século. Este caminho será percorrido desde as origens da cultura do sectarismo durante o Império Otomano em finais do século XIX, passando pelo Mandato Francês para a Síria e para o Líbano nos anos 1920, pelo Pacto Nacional de 1943, pelo Acordo de Taif de 1989, até finalmente o Acordo de Doha de 2008. Através da análise histórica do papel desempenhado pelas diferentes elites sectárias e da consequente identificação da sub-representação e inclusão xiita dentro do delicado arranjo confessional no país, verificaremos de que modo se formata a normalização e inserção do partido Hezbollah dentro da política confessional libanesa desde 1992. Esta análise se faz necessária na medida em que a teoria consociativa clássica não pôde se debruçar sobre as considerações específicas do caso libanês, sobretudo seus desenvolvimentos no pós-guerra civil. Através da análise da trajetória do partido desde sua entrada para a política até as recentes crises institucionais de 2005, 2008 e 2014 e eleições municipais de 2016, verificamos que, a despeito de sua inclusão e incorporação no sistema, permanece a instabilidade institucional no país. Seu surgimento e consequências refletem problemáticas anteriores e endógenas ao próprio desenho político confessional, na medida em que a incorporação de uma nova elite ao arranjo de poder consociativo não é suficiente para apaziguar a frequente instabilidade institucional e debilidade estatal. Somente após a análise da trajetória histórica propiciada por este capítulo é que seremos capazes de reunir elementos para compor, ao término deste trabalho, nossa proposição de indicação dos limites e posterior revisão teórica do consociativismo.

2.1 A institucionalização histórica do confessionalismo no Líbano

No Líbano, a divisão do poder estatal e de seus recursos entre as diferentes seitas e denominações religiosas, além da concessão de poder judicial às autoridades religiosas, remontam aos tempos otomanos, através de seu anteriormente mencionado sistema de *millet*. A prática foi reforçada durante o Mandato Francês, quando privilégios eram concedidos aos grupos cristãos, sobretudo maronitas. Este sistema de governo, apesar de ter sido parcialmente concebido como uma solução de compromisso entre diferentes demandas sectárias, provocou tensões que dominam a política libanesa até hoje. E a identidade confessional permaneceu sendo construída e incorporada nas estruturas judiciais e administrativas do Estado libanês. Sob o sistema otomano de *millet*, cada comunidade religiosa gerenciava seus assuntos comunitários sob suas próprias lideranças, particularmente os relativos à lei pessoal, ao fornecimento de serviços educacionais e de bem estar social. Durante o Império Otomano, a liberdade religiosa e administrativa era concedida a diferentes seitas muçulmanas, cristãs e judaicas.

Um *millet* (em turco, comunidade religiosa ou povo) era uma comunidade religiosa autônoma e autogovernada, cada qual organizada sob suas próprias leis e comandada por um líder religioso. Este era responsável perante o governo central pelo cumprimento das responsabilidades e deveres do *millet*, particularmente aqueles referentes ao pagamento de impostos e manutenção da segurança interna. Adicionalmente, cada *millet* assumia a responsabilidade pelas funções sociais e administrativas não fornecidas pelo Estado, conduzindo assuntos através de um conselho comunal (*meclisimillî*) sem intervenção externa. Este modelo levou à coexistência pacífica entre diferentes religiões e etnias até o período de crise do império. Síria, Monte Líbano, Palestina, Meca e Medina eram parte do Império Otomano, contemplando confissões islâmicas, cristãs e judaicas. Cada minoria étnico-religiosa - árabes xiitas, árabes sunitas, arameus-ortodoxos siríacos, ortodoxos gregos, cristãos maronitas, cristãos assírios, armênios, curdos e judeus - constituía um *millet*. Os chefes religiosos de cada comunidade eram responsáveis pela sua administração e também realizavam algumas funções civis.⁴¹

⁴¹ Conforme escreve Ramez Maalouf (2009), o Império Turco-Otomano, também denominado Sublime Porta ou simplesmente Porta, “era dividido em governos gerais (*vilayets*), que se subdividiam em governos (*sanjacks*) e municípios (*cazas*), governados respectivamente pelos *walis* (que recebiam o título honorífico de *pachás*), *caimacãs* e *mudir*. Analogamente, os *vilayets*, *sanjacks* e as *cazas* correspondem às regiões, províncias e municípios”. (MAALOUF, 2009, p. 8). Conviviam no Estado otomano distintas formas de soberania, com grande diversidade étnica e confessional, com sua legitimidade assentada na defesa da ortodoxia da fé islâmica

Para Milhem Chaoul, “o sistema jurídico otomano que criava leis específicas para cada religião dentro do país era claramente desigual. E, ao não obedecer o critério de igualdade e de isonomia entre os cidadãos, não promovia um sistema democrático genérico”. É esta herança que está na base do sistema confessional libanês ainda hoje, argumenta (CHAUL, 2015, informação verbal). Reinando sobre um império incrivelmente diverso étnica e religiosamente, os otomanos passaram a depender de elites feudais locais e de dinastias comunitariamente entrincheiradas para controlar a área⁴². Estes chefes políticos, conhecidos como *zu'ama*, faziam uso de seu status e autoridade para fornecer proteção e patronagem⁴³. Algumas destas mesmas dinastias constituem as elites sectárias no Líbano até

(privilegiando os muçulmanos sunitas) e da comunidade de crentes (a *umma*). As comunidades confessionais detinham autonomia independentemente do território que ocupavam através do sistema de *millet*. Continua o autor: “Os cristãos (especialmente os maronitas, que reconheciam a supremacia do Papa) eram ainda mais privilegiados que os judeus, pois ainda recebiam a proteção, pelo menos oficialmente, do Reino de França, através das chamadas Capitulações, estabelecidas ainda no séc. XVI para favorecer comércio entre franceses e otomanos (ÉDDE: 2001: 28-9). Mesma sorte não tiveram os adeptos das heterodoxias islâmicas, com exceção dos xiitas, tais como os alauítas, yazidis e os drusos, que não eram considerados pelos ulemás (doutores da lei islâmica) como membros da *umma*. Estes elementos de territorialidade favoreceram a estabilidade da Porta por quatro séculos (1516-1918), porém eles serão revertidos contra a mesma após a invasão dos europeus, a partir do início do século XIX” (MAALOUF, 2009, p. 8).

EDDÉ, Emile. **O Líbano através dos séculos**. Tomo II. Rio de Janeiro: Centro Cultural da Missão Libanesa Maronita do Brasil, 2001.

⁴² Durante o conflito entre mamelucos e otomanos no início do século XVI, os almirantes do Líbano ligaram seu destino ao de Ghazali, governador (*paxá*) de Damasco. Ele ganhou a confiança dos otomanos lutando ao seu lado em Marj Dabaq e, aparentemente satisfeito com o comportamento dos emires libaneses, apresentou-os a Salim I quando este entrou em Damasco. Salim I, movido pela eloquência do governante libanês Amir Fakhr ad Din I (1516-44), decidiu conceder aos emires libaneses um status semiautônomo. Os otomanos, através de duas grandes famílias feudais drusas, os Maans e os Shihab, governaram o Líbano até meados do século XIX. (MCGOWAN, 1989, p. 12-14)

⁴³ Christian da Camino Karam (2010) define os *zaim* como “líderes políticos feudais”. *Zu'ama* (ou líder, em árabe) no Líbano nos remete ao líder político que realiza serviços gerais e favores pessoais. Seu poder, afirma Karam, “*funda-se na lealdade de sua clientela política e na relação que possui e mantém com o Estado ou com suas autoridades. Assim, seu estilo de liderança é mais pessoal do que construído a partir de um partido político. Esse líder também pode dispor de uma sustentação religiosa ou comunitária ou, por outro lado, transcender limites confessionais, a partir de uma base local ou geográfica*” (ESPOSITO, 2003, p. 345, apud KARAM, 2010b, p. 38).

No mesmo sentido, As'ad AbuKhalil (1989) escreve que o sistema de lealdade envolve alta fidelidade e lealdade (incluindo o apoio em tempos de eleição) de uma certa família a um certo *zaim*, em troca de serviços e acesso a mediadores de poder. “A relação entre as duas partes é mantida por um sistema de obrigações e compromisso político. Este sistema, um vestígio do Líbano feudal, fomentou um laço de fidelidade entre os camponeses e o senhor feudal. O clientelismo *zaim* fornece ao indivíduo *zaim* liderança incontestável de uma comunidade local, que às vezes engloba toda uma seita (como o *zu'ama* de Al Assad, no sul do Líbano, na primeira metade do século XX)”. Na década de 1980, escreve AbuKhalil, os *zu'ama* eram, em muitos casos, descendentes diretos das grandes famílias feudais do passado. Um novo desenvolvimento no Líbano após 1975 foi “o surgimento de uma elite que incluía um novo estrato de líderes de rua emergentes que desfrutavam do poder em virtude de pura força militar, carisma individual ou até mesmo descendência direta das famílias *zu'ama*. Este estrato tipicamente incluiu filhos de *zu'ama* jovens e dinâmicos, bandidos de rua e uma elite ascendente de clérigos religiosos muçulmanos”. (ABUKHALIL, 1989, p. 56-57).

hoje e fazem parte da coalizão de elites governantes⁴⁴ (NELSON, 2013). Jamali (2001⁴⁵ apud ASSAF 2004) escreve que *"o legado étnico e confessional dos otomanos no Líbano se relaciona com a sua promoção da comunidade religiosa como a principal unidade de organização social. O Líbano testemunhou de fato a primeira institucionalização formal do comunalismo e do sectarismo sob o domínio otomano"* (JAMALI, 2001, p. 284, apud ASSAF, 2004).

Conforme escreve Michael Johnson (2001), os processos de modernização otomana em curso em meados do século XIX serviram para reformar politicamente as relações comunitárias ao longo de linhas religiosas. Durante o século XIX, a política libanesa flutuou entre períodos de paz e tentativas periódicas de mudar o sistema, de modo a promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios políticos entre os grupos confessionais, *"já que se tornava óbvio com o tempo que o equilíbrio político no Líbano era enviesado em favor dos maronitas"*. (JOHNSON, 2001, p. 37-39). A Constituição de 1926 consolidou estes acordos sectários consociativos do século anterior. (ASSAF, 2004, p. 211). Conforme escreve As'ad AbuKhalil (1989), o sectarismo não é uma questão nova no Líbano. Os fatores desintegradores nesta sociedade precederam a criação do Líbano moderno em 1920. Antes dessa data, drusos e maronitas muitas vezes se empenharam em terríveis batalhas sobre questões como *"propriedade da terra, distribuição de poder político, lealdades estrangeiras e rivalidades familiares mesquinhas"*. O problema sectário libanês se tornou mais agudo em 1920, quando as autoridades francesas anexaram territórios ao Monte Líbano para formar o Grande Líbano. O autor argumenta que embora o novo Estado fosse composto por diversas

⁴⁴ É o caso família Jumblatt, cujo descendente Walid Jumblatt é o líder do Partido Socialista Progressista Druso. Mas também das famílias Chamoun, Arslan, Gemayel, Tueni, Franjeh, Mikati, Hariri, Bazzi, Karam, Khazen, Osseiran, Salam, Khalil e tantas outras. A família no Líbano tem sido um meio através do qual a liderança política é distribuída e perpetuada. Na Câmara dos Deputados de 1960, por exemplo, quase um quarto dos deputados "herdou" seus lugares, vez que eram os descendentes daqueles que tinham sido nomeados para as assembleias legislativas sob o Mandato Francês. (ABUKHALIL, 1989, p. 145). Não era incomum que mais de um membro da mesma família exercesse funções no mesmo governo; por exemplo, quatro membros diferentes da família Sulh ocuparam o cargo de primeiro-ministro. Nas décadas de 1970 e 1980, Amin Gemayel (Partido Falange), Dani Shamun (Partido Liberal Nacional) e Walid Jumblatt (Partido Socialista Progressista) herdaram os mantos políticos de seus pais. (ABUKHALIL, 1989, p. 145)

Na Câmara em 1972, Amin Gemayel (que se tornou presidente em 1982) serviu com seu pai Pierre Gemayel depois de herdar o assento de seu tio Maurice Gemayel. Porque as "famílias políticas" têm monopolizado a representação de certas confissões há mais de um século, tem-se argumentado que a lealdade familiar dificulta o desenvolvimento de uma política moderna no país, colidindo com a integração e a coesão nacional. Em grande medida, o status familiar determina o acesso de um indivíduo à educação e suas chances de alcançar proeminência e riqueza. (ABUKHALIL, 1989, p. 74).

⁴⁵ JAMALI, Dima. **Administrative reforms in pluralistic societies: the case of Lebanon**. Tese de Doutorado. University of Kent, Canterbury, 2001.

comunidades confessionais, um sistema político que favorecia a maioria dos cristãos foi estabelecido pelos franceses. (ABUKHALIL, 1989, p. 53-55)

Nos anos 1830 e 1840 conflitos amargos entre cristãos e drusos fervilharam sob os governos do Monte Líbano de Ibrahim Pasha, Bashir III e Umar Pasha. Durante a ocupação egípcia do Monte Líbano, Ibrahim Pasha e Bashir II decretaram altos impostos, eventualmente produzindo resistência. O apoio de Bashir II às forças cristãs em batalhas contra os drusos pode ter servido como fonte de futuras tensões sectárias, apontam historiadores (COLELLO, 1989). Posteriormente, com a nomeação de Bashir III pelos otomanos, drusos e outros chefes feudais que haviam sido subjugados pelo emir anterior começaram a reivindicar direitos, privilégios e propriedades feudais que tinham sido perdidas sob Bashir III. Conforme escreve Maroun Kisirwani (1980), os chefes pediam pela restauração completa das famílias feudais drusas como mestres de seus respectivos distritos, mas o Emir não estava disposto a conceder tais reivindicações, e até mesmo tomou medidas para esmagar qualquer autoridade feudal drusa que tivesse permanecido. (KISIRWANI, 1980, p. 697). Na primavera de 1841, escreve, a tensão tinha se acumulado e, em Outubro, os combates começaram em Dayr-al-Qamar, e de lá se espalharam para outras partes do país, onde maronitas e drusos se atacaram mutuamente e queimaram as aldeias uns dos outros. Até o final do ano, a situação havia degenerado em completa anarquia. (KISIRWANI, 1980, p. 697). Assim se deflagrava o conflito confessional mais profundo na história libanesa antes da Guerra Civil, que ocorreu entre os anos de 1840-1860 motivado por desacordos pela posse e uso das terras agrícolas (KARAM, 2010b) e culminou na guerra civil cristã-drusa de 1860. Conforme escreve Kisirwani:

Se a conquista da Síria e do Líbano por parte de Ibrahim Pasha trouxera a região ao século XIX, ela também havia ampliado a divisão separando os drusos e os maronitas, criando problemas dos quais o país ainda sofre. Amin al-Rihani chega a dizer que "se não fosse pela vinda de Ibrahim Pasha, não haveria massacres". Independentemente da extremidade desta afirmação, permanece o fato de que no momento em que Bashir II começou a jogar os cristãos contra os drusos, em obediência aos mandamentos de Ibrahim Pasha, a alienação entre as duas comunidades tornou-se completa, e o resultado do domínio egípcio foi o rompimento do Emirado Libanês, seguido por duas décadas de guerra civil intermitente que tomou o caráter de um conflito religioso (KISIRWANI, 1980, p. 697-698, tradução nossa).⁴⁶

⁴⁶ No original: "If Ibrahim Pasha's conquest of Syria and Lebanon had brought the region into the nineteenth century, it had also widened the split separating the Druzes and the Maronites, and had created problems from which the country still suffers. Amin al-Rihani goes as far as to say that 'were it not for the coming of Ibrahim Pasha there would have been no massacres'. Regardless of the extremity of this statement, the fact remains that the moment Bashir II started playing off Christians against Druzes, in obedience to the commands of Ibrahim Pasha, the alienation between the two communities became complete, and the outcome of the Egyptian rule was

A partir de 1856, uma série de éditos de reforma do Império Otomano introduziram códigos de leis seculares para todos os cidadãos, e grande parte da autonomia administrativa dos *millets* foi perdida. As confissões xiitas, vale a pena ressaltar, sob o julgo sunita ortodoxo, não tinham seu próprio *millet*, e geralmente estavam sob a imposição da lei sunita otomana – ainda que as regiões mais montanhosas xiitas (e drusas) detivessem sistemas políticos e judiciais virtualmente autônomos do império, igualmente aos seus vizinhos cristãos. (JOHNSON, 2001). À medida que o Império Otomano começou a declinar, a estrutura administrativa ficou sob pressão.⁴⁷

Seguindo a animosidade continuada e os combates entre os maronitas e drusos, representantes das potências europeias propuseram então ao sultão Abdülmecid I que o Líbano fosse dividido em seções cristãs e drusas. Em 7 de dezembro de 1842, o sultão adotou a proposta e pediu a Assad Pasha, o governador (*wali*) de Beirute que dividisse a região, então conhecida como Monte Líbano, em dois distritos: um distrito norte sob um vice-governador cristão e um distrito ao sul sob um vice-governador druso. Este arranjo veio a ser conhecido como o *Qaimaqamate* Duplo. Ambos os funcionários seriam responsáveis perante o governador de Sidon, que residia em Beirute. A estrada Beirute-Damasco era a linha divisória entre os dois distritos. (MCGOWAN, 1989, p. 14-15)

the disruption of the Lebanese Emirate, followed by two decades of intermittent civil war which took the character of a religious conflict” (KISIRWANI, 1980, p. 697-698).

⁴⁷ As Tanzimats (literalmente, reorganização) foram reformas centralizadoras e modernizadoras implementadas em 1839 e 1856 pelo Império Otomano. A partir do século XIX, sob a pressão de movimentos nacionalistas internos, ameaças externas e perda de território aos europeus, o Império Otomano adotou um sistema de divisão administrativa de províncias, os chamados *wilayets*. Estas eram a principal unidade administrativa otomana, governada por um *wali*. O *wilaya* era dividido em diversos *sanjaks* (subprovíncias governadas por um *emir liwa'* ou um *sanjakkbey*) e estes por sua vez subdivididos em um número de *cazas* e por seguinte de *nahies*. (vide nota 41).

A política do chamado Otomanismo se destinava a unir todos os diferentes povos que viviam sob territórios otomanos, muçulmanos e não-muçulmanos, turcos e gregos, armênios, judeus, curdos e árabes. Esta política teve início oficialmente com o Édito de Gülhane ou Édito da Reforma Tanzimat de 1839, declarando a igualdade perante a lei para otomanos muçulmanos e não muçulmanos. Temerosos das ameaças e intervenções externas, as reformas visavam combater o encolhimento de suas fronteiras. Internamente, o Império Otomano esperava que, ao se livrar do sistema de *millet*, pudesse controlar diretamente todos os seus cidadãos através da criação de um governo mais centralizado. Esta mudança destinava-se também a aumentar a legitimidade do domínio otomano. Militarismo, corrupção e privilégios foram as razões da decadência do Império Otomano. A perda dos Balcãs foi crucial, já que com a diminuição desta importante renda aumentaram-se os impostos nesta estratégica região. Com movimentos políticos internos pedindo por mais autonomia, o Império se recusou a promover aberturas. Sob aguda crise financeira, administrativa e política, e com o excessivo militarismo, minorias étnicas se postulavam cada vez mais contra o recrutamento militar, inclusive os armênios. Inicialmente, o Movimento Constitucionalista dos Jovens Turcos pedia por maior modernização, e nos primeiros anos tentava esvaziar o poder do Sultão e aumentar o poder dos *millets* dentro do Império. Contudo, o resultado posterior foi a continuação da corrupção, aumento do nacionalismo pan-turco, militarização, perseguição de minorias e de movimentos nacionalistas. Este cenário pré-Primeira Guerra Mundial culminou nos genocídios armênio, grego e assírio.

Esta partição do Líbano provou ser um erro, conforme escreve Afaf Sabeh McGowan. As animosidades entre as seitas religiosas aumentaram, nutridas por potências externas. Após os massacres, a França interveio em nome da população cristã local, a Grã-Bretanha em nome dos drusos e os otomanos fomentaram o conflito para aumentar seu controle. Não surpreendentemente, essas tensões levaram a conflitos posteriores entre cristãos e drusos em Maio de 1845. Conseqüentemente, as potências europeias pediram que o Sultão otomano estabelecesse a ordem no Líbano, que tentou fazê-lo estabelecendo um *majlis* (conselho) em cada um dos distritos. Cada *majlis* era composto por membros que representavam as diferentes comunidades religiosas e destinava-se a ajudar o vice-governador. (MCGOWAN, 1989, p. 14-15). Este sistema, contudo, não conseguiu manter a ordem quando os camponeses de Kasrawan, sobrecarregados por pesados impostos, se rebelaram contra as práticas feudais que prevaleceram no Monte Líbano. “*Em 1858, Tanyus Shahin, um líder camponês maronita, exigiu que a classe feudal abolisse seus privilégios. Quando essa exigência foi recusada, os camponeses pobres se revoltaram contra os shaykhs do Monte Líbano, saqueando suas terras e queimando suas casas*”. (MCGOWAN, 1989, p. 15)

Assim, conclui McGowan, “*os interesses estrangeiros no Líbano transformaram essas lutas, basicamente sociopolíticas, em conflitos religiosos amargos*”, culminando no massacre de cerca de 10.000 maronitas em 1860, bem como de católicos gregos e ortodoxos gregos, pelos drusos. Estes acontecimentos, argumenta, ofereceram à França a oportunidade de intervir; e, na tentativa de prevenir a intervenção francesa, o governo otomano interveio para restaurar a ordem. (MCGOWAN, 1989, p. 16). No Monte Líbano, Maalouf (2009) também afirma que revoltas camponesas e crises sociais foram transmutadas em conflitos étnico-confessionais a partir de 1845 (MAALOUF, 2009, p. 14). Nos termos de Fawwaz Traboulsi, a distinção entre os *millets* “*implicava diferenças tangíveis nas relações das duas comunidades em termos de divisão social do trabalho*”. Geralmente excluídos de funções militares / administrativas, cristãos e judeus tendiam a se especializar em comércio, finanças e artesanato, explica. No Monte Líbano, essa posição social desigual se expressava numa comunidade drusa dominada principalmente pela função tribal-guerreira, e uma comunidade cristã dominada principalmente por plebeus, com uma grande base camponesa. Nas palavras de Traboulsi, “*no Monte Líbano, as relações senhorio-camponesas geraram conflitos em torno da renda e da posse da terra, frequentemente irrompendo em violentas revoltas camponesas*”, esclarece (TRABOULSI, 2012, p. 5). “*Este desequilíbrio seria amplamente responsável pela transformação dos conflitos sociais e políticos em conflitos sectários*”.

(TRABOULSI, 2012, p. 4). Do mesmo modo, Caesar Farah (2000) analisa o efeito da rivalidade franco-britânica e da 'Política de Intervencionismo' sobre a tensão e conflito intersectários. De fato, o período registrou um recrudescimento das identidades sectárias, mas isto, argumenta, *"foi menos devido às chamadas pela 'guerra santa' que em virtude da sobreposição de identidades comunais com aquelas mais básicas e sócio-políticas"*. Assim, a estrutura social anacrônica do sistema feudal libanês é a origem do caos sectário, e as raízes do conflito eram (e são) políticas e sociais, não religiosas. (FITZGERALD, 2001, p. 128)

No mesmo sentido, Noura Assaf (2004) afirma que a manifestação de uma série de lutas sócio-econômicas assumiu a forma de um conflito sectário comunitário. Owen (1981), por exemplo, teria fornecido um relato relativamente preciso dos desafios do camponesinato ao mando do *muqata'ji*, principal detentor de direitos de cobrança de impostos territoriais para as autoridades otomanas⁴⁸ (HARRIS, 2014, p. xix) que, nos termos de Assaf:

[...] *"logo assumiu o aspecto de uma luta comunal entre grupos de maronitas e drusos. Isto foi em parte resultado de uma crescente tendência a pensar e agir em termos religiosos ou confessionais... Preocupados com sinais de ressentimento camponês em suas próprias aldeias do sul, perturbados por relatos de compra de armas pelos maronitas, os líderes drusos fizeram seu melhor para proteger sua própria posição de classe, enfatizando a necessidade de solidariedade comunitária em face do ataque externo, concedendo assim à disputa um caráter diretamente religioso"* (Owen, 1981, 162). Tal situação aponta para a importância de olhar para as práticas otomanas de governo. O nascimento dos princípios consociacionais pode ser atribuído às práticas otomanas do século XIX (contrariamente ao argumento da maioria dos estudiosos que traçam o consociacionalismo libanês até 1943, quando o Líbano obteve sua independência). Como Norton revela: *"de fato, as modalidades do sistema político estavam bem estabelecidas muito antes de 1943. Por exemplo, em 1841, Bashir III organizou um conselho confessional de dez membros (três maronitas, três drusos, um grego católico, um Grego-ortodoxo, um xiita e um sunita) que representavam as identidades sociais divergentes do país [ler comunais]"* (Norton 1987, 6). Da mesma forma, o *Règlement Organique* (Lei Orgânica) de 1861, que seguiu as revoltas e massacres camponeses de 1860, é um acordo de repartição de poder que previa a criação de um Conselho de Representantes Administrativos de doze membros, composto de dois representantes de cada grande comunidade confessional [...] Além disso, Norton revela que, em 1864, as queixas com a Lei Orgânica levaram ao reajuste da representação no conselho, *"para dar maior representação numérica aos maronitas, drusos e ortodoxos gregos, mas aqui novamente, se reconhecia a diversidade confessional. Enquanto as proporções mudaram de tempos em tempos, a fórmula permaneceu"* (Norton, 1987, 6). (ASSAF, 2004, p. 101, tradução nossa)⁴⁹

⁴⁸ *Iqta'* ou *iltizam* era o imposto territorial otomano sobre a agricultura e concessão de posse de terra cobrado pelo *muqata'ji* em uma determinada *muqata'a*, ou área de arrecadação de impostos (TRABOULSI, 2012, p. 261)

⁴⁹ No original: *"soon assumed the aspect of a communal struggle between groups of Maronites and Druzes. This was partly a result of a growing tendency to think and act in religious or confessional terms ... Worried by signs of peasant restiveness in their own villages in the south, disturbed by reports of Maronite purchase of arms, the Druze leaders did their best to protect their own class position by stressing the need for communal solidarity in the face of outside attack, thus giving the dispute a directly religious character"* (Owen 1981,162). *Such a situation points to the importance of looking at Ottoman practices of rule. The birth of consociational principles*

Em 5 de outubro de 1860, uma comissão internacional composta por França, Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Império Otomano reuniu-se para investigar as causas dos acontecimentos de 1860 e recomendar um novo sistema administrativo e judicial para o Líbano que impedisse a recorrência de tais eventos. Os membros da comissão concordaram que a divisão do Monte Líbano em 1842 entre drusos e cristãos tinha sido responsável pelo massacre. Assim, no estatuto de 1861 ou *Règlement Organique*, o Monte Líbano foi separado da Síria e reunido sob um *mutassarif* (governador ou autoridade administrativa de certos *sanjaks*) cristão não-libanês, nomeado pelo Sultão otomano e com a aprovação das potências europeias. (MCGOWAN, 1989, p. 16). Mediante o desembarque de tropas francesas em Beirute em Julho de 1860 (CAMPELLO, 2005, p. 21-50⁵⁰ apud MAALOUF, 2009, p.14) a autonomia do pequeno Líbano é imposta e o Monte Líbano torna-se um *mutassarif* semiautônomo. Em setembro de 1864, o estatuto tornou-se permanente. No total, oito *mutassarifs* foram nomeados, entre católicos armênios, católicos gregos (melquitas), católicos romanos e católicos albanês. O *mutassarif* seria assistido por um conselho administrativo de doze membros das várias comunidades religiosas no Líbano. Cada um dos seis grupos religiosos que habitavam o Líbano (maronitas, drusos, sunitas, xiitas, ortodoxos gregos e melquitas) elegeu dois membros para o conselho⁵¹.

can be traced to the Ottoman practices of the nineteenth century (contrary to the argument by most scholars which trace Lebanese consociationalism to 1943 when Lebanon gained its independence). As Norton reveals: 'in point of fact, the modalities of the political system were well established long before 1943. For example, in 1841, Bashir III organized a confessional council of ten members (three Maronites, three Druze, one Greek Catholic, one Greek Orthodox, one Shi'i, and one Sunni) that represented the country's divergent social [read communal] identities' (Norton 1987,6). Similarly, the 1861 Règlement Organique (Organic Law) that followed the 1860 peasant revolts and massacres is a power-sharing arrangement which 'provided for the establishment of a [twelve-member] Administrative Representative Council to consist of two representatives of each major confessional community' whereby the six major communities were the Maronite, Greek Orthodox, Catholic, Druze, Shi'a, and Sunni Muslim.. Moreover, Norton reveals that in 1864, grievances with the Organic Law led to the readjustment of representation on the council, 'to give greater numerical representation to the Maronites, Druze, and Greek Orthodox, but here again, confessional diversity was recognized. While the ratios changed from time to time, the formula remained' (Norton 1987,6)'. (ASSAF, 2004, p. 101)

OWEN, Roger. **The Middle East in the world economy, 1800-1914**. Londres: Methuen, 1981.

NORTON, Augustus R. **Amal and the Shi'a: Struggle for the Soul of Lebanon**. Austin: University of Texas Press, 1987.

⁵⁰ CAMPELLO, Ana María. **Historias del Líbano: la invención de un Estado**. 2005. 625f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Barcelona, Barcelona, 2005.

⁵¹ Na segunda metade do século XIX, além de ser um centro de atividade comercial e religiosa, o Líbano tornou-se um centro intelectual. Missionários estrangeiros estabeleceram escolas em todo o país, com Beirute como o centro deste renascimento. A Universidade Americana de Beirute foi fundada em 1866, seguida pela Universidade de St. Joseph em 1875. Uma guilda intelectual que foi formada ao mesmo tempo deu nova vida à literatura árabe, que tinha estagnado sob o Império Otomano. Esta nova era intelectual também foi marcada pela aparição de numerosas publicações e por uma imprensa altamente prolífica. (MCGOWAN, 1989, p. 16).

Esse período marcou o início da *Mutasarrifiyah*, que significou o fim do controle político exercido por senhores locais, e que era agora substituído pela nomeação de um governador otomano sob a influência das potências europeias (França, Inglaterra e Rússia). O Monte Líbano autônomo com um *mutasarraf* cristão em 1861 fora criado como a terra natal para os maronitas sob pressão diplomática europeia após os massacres de 1860⁵². Este sistema de *mutasarrafate* (como estatuto de província otomana semiautônoma) durou de 1861 até 1918, embora tenha sido de facto abolido por Djemal Pasha em 1915, a partir de quando passou a nomear seus próprios governadores. (LUTSKY, 1969). Foi neste ano em que o regime otomano, já em desintegração, decidiu recuperar o controle direto sobre o território e aboliu o status de província separada. Com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, Djemal Pasha ocupou o Monte Líbano militarmente e revogou o sistema de *mutasarrafate*. O controle otomano direto do Líbano permaneceu em vigor até o fim da Primeira Guerra Mundial, com o desmantelamento do Império. (MCGOWAN, 1989, p. 16).

Em inícios do século XX, “Líbano” se referia ao Monte Líbano, uma área central restrita aproximadamente a cadeia montanhosa libanesa e que se estendia- ao norte até Tripoli e a sudoeste até Sidon, sem incluir estas duas cidades. A área do “Pequeno Líbano” era majoritariamente habitada por maronitas e também por drusos. A população total em 1895 era estimada em 399.530, com 80.234 (20.1%) muçulmanos - sendo 12,5% de drusos - e 319.296 (79,9%) de cristãos – sendo 57,5% maronitas e 13,5% de gregos ortodoxos. Em 1913, a população total foi estimada em 414.747, com 85.232 (20.6%) muçulmanos - sendo 11,3% de drusos - e 329.482 (79.4%) cristãos – sendo 58,3% maronitas e 12,8% de gregos ortodoxos. (CHAMIE, 1981, p.29).

⁵² Restritos principalmente às montanhas pelo regime de *mutasarrafiyah* e incapacitados de prosperarem, muitos cristãos libaneses emigraram para o Egito e outras partes da África e para a América do Norte, América do Sul e Ásia Oriental. O período também foi marcado pelo aumento da atividade política. Muitos cristãos libaneses estavam apreensivos com as políticas pan-islâmicas turcas, temendo uma repetição dos massacres de 1860. O julgo áspero de Abdul Hamid II (1876-1909) levou os nacionalistas árabes, tanto cristãos como muçulmanos, em Beirute e Damasco, a se organizarem em grupos e partidos políticos clandestinos. Os libaneses, no entanto, divergiram sobre o melhor curso político – maronitas contemplavam a secessão do império; sunitas se identificavam com a manutenção do *status quo* otomano; enquanto ortodoxos gregos defendiam uma Síria independente com o Líbano como província separada dentro dela; e os xiitas e os drusos, temendo o status de minorias num Estado turco, tendiam a favorecer um Líbano independente.

Originalmente, os grupos reformistas árabes esperavam que seus objetivos nacionalistas fossem apoiados pelos Jovens Turcos, que tinham organizado a revolução de 1908-1909. Contudo, após conquistarem o poder, os Jovens Turcos tornaram-se cada vez mais repressivos e nacionalistas, abandonando muitas de suas políticas liberais e engajando-se em guerras estrangeiras. Assim, os nacionalistas árabes não podiam contar com o apoio dos Jovens Turcos e, em vez disso, enfrentaram oposição do governo otomano. (MCGOWAN, 1989, p. 16-17). Sua ânsia por independência também seria traída posteriormente pelo acordo Sykes-Picot, frustrando a promessa ao Sherif Hussein de Meca por uma ‘Grande Arábia’.

Durante toda a presença francesa os cristãos levantinos prosperaram política e economicamente. (IZADY, 2016). A maior parte da região que circundava o Monte Líbano (geralmente chamado simplesmente de “a Montanha”) era considerada parte da Grande Síria, uma área que abrangia os atuais Síria, Líbano, Jordânia, Palestina e Israel. (COLLELO, 1989, p. 264). Em 1920, sob o Mandato Francês da Liga das Nações e sob sugestão da elite comercial cristã libanesa – particularmente maronita – partes da Grande Síria foram anexadas ao Monte Líbano criando o Grande Líbano. (KARAM, 2010b, p.31). Este território recentemente criado à custa da Grande Síria eventualmente se tornou o Estado atual do Líbano, que inclui o fértil Vale do Bekaa (à leste), Beirute, sul do Líbano (em direção à montanhosa Jabal Amel até a fronteira com a Palestina/Israel) e o norte do Líbano (Akkar, até a fronteira com a Síria). (MCGOWAN, 1989, p. 14). Nas palavras de Christian Karam, “*os maronitas, com maciço apoio francês, tornaram-se o principal grupo social dominante desse “Grande Líbano”, tanto nas instâncias de poder da burocracia estatal quanto na esfera privada da sociedade*”. (KARAM, 2010b, p. 30).

De acordo com Chamie (1981) durante a história do Líbano moderno a identidade confessional constituía o principal eixo de atividade coletiva, especialmente a partir de 1800. Khalaf (1978⁵³, apud CHAMIE, 1981) afirma que durante o século XIX, para evitar subordinação política de uma confissão por outra, esforços sucessivos foram feitos com respeito à reorganização geográfica das divisões administrativas assim como do rearranjo numérico da população para a base de representação.

O esquema de partição de 1843 dividiu o Monte Líbano em distritos administrativos: um distrito ao norte administrado por um governador maronita (*qa'immaqam*), e um distrito ao sul administrado por um druso; de modo que tanto o *Reglement* de Shakib Efendi de 1845 quanto o *Reglement Organique* de 1861 depois da Guerra Civil de 1860 foram todos, entre outras coisas, esforços para institucionalizar a representação confessional. Conforme a representação confessional se tornou enraizada no sistema político, variáveis demográficas assumiram maior proeminência (KHALAF, 1978, p. 1-2 apud CHAMIE, 1981, p. 28).

Com a derrocada do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, as províncias árabes do Levante foram divididas entre britânicos e franceses sob o Mandato da Liga das Nações. O Mandato Francês para o Líbano (1920-1943) manteve um sistema de lei confessional em temas relativos ao casamento, divórcio e herança, e também confirmou a representação confessional na política democrática liberal. (JOHNSON, 2001). “*O povo*

⁵³ KHALAF, Samir. Population and Family Planning in Lebanon: Problems, Perceptions and Programs. Research and Training Project on Cultural Values and Population Policy. Nova Iorque: **Institute of Society, Ethics and the Life Science**. Maio 1978 (mimeografado).

libanês – dizia-se – ainda não estava habituado a preferir a solidariedade patriótica à solidariedade confessional. Concluíram, então, que as comunidades substituiriam o papel dos partidos políticos no Líbano”. (LÓPEZ, 1985, p. 13⁵⁴ apud KARAM, 2010b, p. 33). O poder colonial francês fez amplo uso da institucionalização da autonomia das comunidades religiosas no Líbano, promovida pelos otomanos, sobretudo através de instituições sectárias de bem-estar religioso e educacionais, para realizar políticas sociais do Estado colonial. *Tratou-se da origem de um regime paralelo de poder e que, no longo prazo, enfraqueceria a autoridade básica e a legitimidade do Estado nacional libanês* (KINGSTON, 2013, p. 29-30).

Para Norton (1987⁵⁵, apud ASSAF, 2004) os princípios da política confessional de repartição do poder estavam presentes desde as práticas otomanas do século XIX, fórmula que permaneceu sendo incorporada pelo século seguinte. Assim, o arranjo de partilha de poder entre as diferentes confissões (em certa medida em conformidade com a teoria consociativa) já existia no Líbano pré-independente. Esses arranjos sucessivos de partilha de poder podem ser vistos como uma forma embrionária da prática consociativa que evoluiria com a redação da Constituição Libanesa de 1926, e que seria sistematicamente institucionalizada mais tarde com o advento do sistema confessional, consagrado no chamado Pacto Nacional de 1943 com a independência do Líbano. (ASSAF, 2004, p. 101).

O Mandato Francês entre os anos de 1920 e 1943 também já reforçava a ligação entre política e religião e a estrutura parlamentar de então favorecia uma posição de proeminência aos cristãos. Conforme escreve Assaf, de 1920 à 1943, os princípios consociativos de grande coalizão e de representação proporcional consistiam em um conselho de amplo alcance (o Conselho Administrativo Central) que foi, contudo, *“especialmente trazido para refletir o domínio poderoso e proporcional de drusos e maronitas sobre os grupos sectários restantes. Assim, o sentimento de distinção comunal provocado pelo domínio otomano foi reforçado pela política francesa de dividir para reinar”*. Com efeito, continua Assaf, o Acordo Mandatário de 1922 de proteção das minorias e das liberdades religiosas no Líbano *“parece ter encorajado os grupos comunais a perceberem-se de forma diferente, fomentando assim o*

⁵⁴ LÓPEZ, Bernabé G. Líbano, el conflicto inacabable. Madrid: **Cuadernos de Historia**, v. 16, n. 181, 1985.

⁵⁵ NORTON, Augustus R. **Amal and the Shi'a: Struggle for the Soul of Lebanon**. Austin: University of Texas Press, 1987.

separatismo intercomunitário e plantando as sementes históricas da fragmentação societária perpétua ao longo das linhas religiosas sectárias no país”. (ASSAF, 2004, p. 102).⁵⁶

Outro impulso ao sectarismo pelo mandato francês relatado por Paul Kingston era o cultivo ao apoio de elites familiares baseadas regionalmente, especialmente em áreas como ao norte, no Vale do Bekaa e ao Sul – todas as regiões que inicialmente resistiram ao domínio francês. Posse de terra e práticas de desenvolvimento agrícola foram promovidas, por exemplo, facilitando a habilidade destas famílias baseadas regionalmente em consolidarem amplos latifúndios, de forma a fortalecer sua posição política regional. Para que o Estado pudesse capturar e empoderar estas elites proprietárias de terra, os franceses desenharam leis eleitorais em 1926. Através destas leis os distritos eleitorais eram locais e dentro deles múltiplos assentos eram distribuídos em bases comunais – que deliberadamente privilegiavam os candidatos das famílias locais proeminentes. Adicionalmente, o que entrincheirou o poder eleitoral das famílias locais mais poderosas foi a norma que todos os libaneses deveriam votar dentro de sua vila de origem e/ou local de nascimento (KINGSTON, 2013, p. 29). Portanto, já em 1926 o Mandato Francês criou a norma eleitoral em vigor, com algumas alterações, até os dias de hoje. A lei eleitoral é, deste modo, anterior à própria independência do país, que só ocorreria em 1943. Na prática, a França desenhou a legislação libanesa de modo a garantir o domínio político de seus aliados cristãos maronitas na política e economia local. Para Maalouf, já a instituição, por parte dos franceses, da província autônoma *mutassarif* do Pequeno Líbano em 1861, cuja população era majoritariamente maronita, “*tinha o objetivo de estabelecer uma “cunha” cristã no mundo islâmico, formando elites nativas favoráveis aos europeus*” (MAALOUF, 2009)

Em teoria, este sistema eleitoral – cuja maioria das características permanece até os dias de hoje – foi desenhado para promover alianças políticas intercomunais dentro de cada

⁵⁶ Ussama Makdisi (2000), em sua análise sobre a cultura do sectarismo no Líbano otomano do século XIX, afirma que a narrativa do sectarismo é tudo menos uma identidade primordial. O autor ilustra como e porque as identidades sectárias foram construídas e como foram compreendidas em uma conjuntura histórica determinada, iluminando de que modo estas identidades possuem mais contradições e camadas que uma análise inicial pode sugerir. Escreve Makdisi: “*sem a imaginação colonial europeia, a atividade missionária, e a diplomacia da Questão Oriental, nunca teria havido sectarismo*”. Sem a reforma otomana tampouco ele teria ocorrido. Mas, mais importante, continua, “*sem participação local, crenças, esperanças, desejos e fantasias do possível, nunca teria havido sectarismo*”. (MAKDISI, 2000, p. 164-165).

No mesmo sentido, Michael Johnson (2001) contesta a visão de que o conflito confessional é dado na história libanesa, ou uma extensão de conflitos tribais. Para o autor, o confessionalismo no Líbano é um fenômeno moderno, não antigo. Ele emerge no século XIX sob o impulso do capitalismo, e foi reproduzido após um século de relativa harmonia sob o impulso da urbanização (JOHNSON, 2001, p. 130).

um de seus distritos multicomunais e com múltiplos assentos. Contudo, a mistura de alianças eleitorais que emergiu (as chamadas listas) foi na realidade construída não em bases de maior cooperação interconfessional entre candidatos, mas em termos de *“qual conjunto de candidatos era capaz de gerar o maior poder clientelista local nas eleições municipais”*. (KINGSTON, 2013). A justaposição do poder clientelista das elites feudais ainda adiante era sua forma de acesso aos recursos do Estado mandatário. O resultado, dada a influência considerável dos senhorios na assembleia mandatária, foi a penetração profunda no Estado libanês das elites de poder faccionadas. Nas palavras de Kingstone: *“poder cuja dinâmica era informal tanto quanto formal, faccionária ao invés de nacional, e cujo entrenchamento tornou extremamente difícil que formas alternativas e de base ampla de organização política e de representação pudessem ser desenvolvidas”* (KINGSTON, 2013, p. 30) ⁵⁷.

Os movimentos para a elaboração e adoção da Constituição foram precedidos por uma tendência emergente em direção ao domínio elitista. No Líbano pós-1920, escreve Assaf (2004), um padrão distinto de política elitista começou a tomar forma: este foi particularmente o caso de uma nova elite cristã, na sua maioria francófila, tirada das fileiras de uma burguesia cristã cada vez mais influente. Os líderes muçulmanos, *“particularmente aqueles que inicialmente estavam relutantes em se identificarem com o novo e recém-criado Líbano, foram cooptados para dentro do sistema por uma política de patronagem, que atraiu líderes tradicionais e outros políticos de famílias notáveis e estabelecidas”* (KHAZEN, 1993, p. 54)⁵⁸, apud ASSAF, 2004, p. 102):

Como tal, o que é frequentemente e erroneamente referido como sendo uma tradição emergente de acomodação política/de elite em direção à governança pacífica do Líbano, apoiada pelos franceses, parece ser na realidade uma convergência de interesses econômicos, poder e influência entre atores externos e políticos influentes locais e tradicionais. Tal situação encontra suas origens na patronagem e no compartilhamento de interesses econômicos e de poder comuns. Assim, durante o período do Mandato Francês sobre o Líbano de 1920 à 1943, esta complexa e instável situação continuou a existir à medida em que o governo francês trabalhava em impedir o surgimento de uma ideologia nacionalista unificadora entre os vários grupos confessionais e de tradições de acomodação política entre as elites (à exceção daquela baseada em interesses econômicos) que tornaria a convivência comunitária pacífica. (ASSAF, 2004, p. 102-103, tradução nossa).⁵⁹

⁵⁷ No original: “Given that landlords held considerable sway in Lebanon’s mandate assembly, the result was the penetration of fractionalized elite power deep into the Lebanese state – power whose dynamics were informal as much as formal, fractional rather than national, and whose entrenchment made it extremely difficult to develop alternative, broad-based forms of political organization and representation” (KINGSTON, 2013, p. 30).

⁵⁸ KHAZEN-el, Farid. The Making and Unmaking of Lebanon’s Political Elites from Independence to Taif. **The Beirut Review**, outono, v. 6, p. 53-67, 1993.

⁵⁹ No original: “As such, what it often mistakenly referred to as being an emerging tradition of political/elite accommodation towards the peaceful governance of Lebanon backed by the French appears to be a convergence

Em 1943, dois líderes políticos, Bechara al-Khouri, o presidente cristão maronita, e Riad al-Solh, o primeiro-ministro muçulmano sunita, concordaram verbalmente em pôr termo ao Mandato Francês. Seu acordo ficou conhecido como *al mithaq al-watani* ou Pacto Nacional. (SALIBA, 2010). A independência de 1943 herdou um sistema no qual a presidência da república era por convenção reservada aos cristãos maronitas – maior seita conforme o censo de 1932 – o cargo de primeiro ministro reservado a um sunita e o porta-voz do parlamento a um xiita. Os assentos na assembleia eleita eram distribuídos em uma proporção de seis cristãos para cinco muçulmanos, obedecendo à suposta divisão societária. O Pacto Nacional reforçou o sistema sectário que tinha sido iniciado sob o Mandato francês, formalizando a distribuição confessional dos mais altos cargos públicos e de altos cargos administrativos de acordo com a distribuição proporcional das seitas dominantes dentro da população. A razão de 6:5 deveria ser aplicada a todos os cargos públicos e administrativos de nível mais alto, como ministros e diretores. Este foi o sistema político e judicial que esteve estabelecido até o início da Guerra Civil em 1975 e que, com alterações relativamente pequenas, foi reestabelecido após o fim oficial da guerra em 1990 com o Acordo de Taif, mediado pela Arábia Saudita.⁶⁰

Quando o Pacto Nacional foi assinado em 1943, essas elites sectárias naturalmente assumiram o manto da liderança nacional. Chefes políticos negociaram intensamente sobre recursos e posições para as suas comunidades (NELSON, 2013, p. 353-354). Mas este não era apenas um fenômeno político: o confessionalismo permeia todos os aspectos da vida diária

of economic interests, power and influence among external players and local traditional influential politicians. Such a situation finds its origins in patronage and the sharing of common economic and power interests. Hence, during the period of the French mandate over Lebanon 1920-1943, this complex unstable situation continued to exist as French rule worked at preventing the emergence of a unifying nationalist ideology among the various confessional groups and of traditions of political accommodation among the elites (apart from one based on economic interests) that would make communal coexistence peaceful” (ASSAF, 2004, p. 102-103).

⁶⁰ Desde a obtenção de sua independência em 1943, o Líbano preferiu não realizar um censo populacional, devido ao temor de que os resultados poderiam tencionar ou deformar a fórmula política pela qual seu sistema político é regido. O último censo da população libanesa, realizado em 1932, sob o mandato francês, mostrou uma população total de 875.252, com uma maioria cristã de 53%, representada no governo na proporção de 6 para 5. (SALEM, 1973, p. 20, apud CHAMIE, 1980). Em 1932, os maronitas constituíam 28,7% da população, os ortodoxos gregos 9,7% os católicos 5,9% e as minorias cristãs 5,7%; dos muçulmanos, sunitas compunham 22,4% da população, os xiitas 19,6%, os drusos 6,7% e outras minorias respondiam por 1,3% da população. (MAJED, 2010, p.15) Alterada para 5:5 em 1989 sob o acordo de Taif, esta tem sido a base da fórmula política de atribuição de cargos políticos e administrativos, além da distribuição de recursos estatais (SALEM, 1973, p. 20, apud CHAMIE, 1980). Uma estimativa de 1986 da distribuição confessional da população elaborada pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos mostrou 27% de sunitas, 41% de xiitas, 7% de drusos, 16% de maronitas, 5% de ortodoxos gregos e 3% de católicos gregos. (ABUKHALIL, 1989, p. 48).

libanesa. Empregos, habitação e educação não eram garantidos pelo Estado, mas pelos ministros que representavam cada comunidade, que por sua vez, foram eleitos através das leis sectárias (MAKDISI, 1996). Uma disputa semelhante de poder ocorreu no período de reconstrução no pós-guerra Civil. Isto introduziu, nas palavras de Sally Nelson, um ciclo de patronagem pelo qual os cidadãos dependiam de seus líderes comunitários para oportunidades e serviços que, em outros países, seriam fornecidos pelo Estado (NELSON, 2013, p. 354). Esta prática, conhecida como o clientelismo, prosperou na era pós Independência, uma vez que as elites foram forçadas, através da institucionalização do confessionalismo, a fortalecer os laços com os seus clientes, a fim de ganhar eleições e serem ministros nomeados (HAMZEH, 2001)⁶¹. Muitos, se não todos os partidos do Líbano contam com o clientelismo para alargar a sua base eleitoral⁶². Nas palavras de Tom Najem, 2012⁶³, apud Nelson, 2013:

As elites propositadamente impediram o estabelecimento de um Estado forte, bem consciente de que isto refrearia seus próprios reinos tradicionais de influência e capacidade para fornecer patronagem às suas comunidades. Isto foi observado com mais intensidade no governo de Franjeh [Suleiman, (1970-1976)], que efetivamente bloqueou propostas feitas pelos Chehabistas que serviriam para fortalecer o Estado (NAJEM 2012, p.31, apud NELSON, 2013, p. 354, tradução nossa)⁶⁴.

Conforme explica Noura Assaf (2004), o Pacto Nacional de 1943, uma tradução da Constituição de 1926 na prática, refletiu a estrutura do poder político e de domínio na sociedade libanesa, nomeadamente a maronita e, em certa medida, a hegemonia sunita. De modo que o Pacto não foi feito entre cidadãos representados por partidos políticos que entram em acordo, foi estipulado entre líderes de uma comunidade cristã e de uma comunidade muçulmana, fora dos textos constitucionais - não entre cidadãos livres e iguais (ainda que

⁶¹ Este sistema inclusive encorajou a identificação confessional e as tensões que levaram à Guerra Civil anos mais tarde. Mas também foram fundamentais os valores de honra, patriarcalismo e respeito.

⁶² Certamente, há inúmeras razões explicativas para práticas endêmicas de corrupção e de clientelismo. Contudo, sabe-se que o clientelismo não floresce em serviços e bens públicos distribuídos universalmente. Neste contextos, partidos engajam em bens públicos alternativos que não sejam distribuídos de forma universal. (Marta Arretche, 2016, informação verbal, em seminário proferido por Pablo Beramendi ‘Economic and political inequality’ em 25 Agosto de 2016, no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo). Aqui, nosso objetivo é tão somente lançar luz ao cenário que propiciou o desenvolvimento e permanência do clientelismo no Líbano – o que naturalmente não dá conta dos demais casos de adoção desta prática.

⁶³ NAJEM, Tom. **Lebanon: The politics of a penetrated society**. Nova Iorque: Ed. Routledge, 2012.

⁶⁴ No original: “*The elites purposefully prevented the establishment of a strong state, well aware that it would curb their own traditional realms of influence and capacity to provide patronage to their communities (Najem 2012, p.31). This was most keenly observed in the Franjeh government, who effectively blocked proposals made by the Chehabists that would serve to strengthen the state (Najem 2012, p.31)*” (NELSON, 2013, p. 354)

nenhum pacto efetivamente o seja⁶⁵). Os atores que produziram aquele Líbano eram indivíduos que, além de subscreverem à república democrática e aos direitos humanos, pertenciam a comunidades religiosas. O poder foi dividido pela metade entre cristãos e muçulmanos, mas sob a condição de que *“uma vez que o país se tornasse moderno e civilizado, a igualdade entre os cargos públicos e ministérios seria retomada”* (CHAOUL, 2015, informação verbal). Isto terminou por ser realidade até os dias de hoje, com a exclusão da cláusula condicional em 1990, e com a institucionalização ainda mais forte da divisão dos cargos e ministérios de forma sectária. De acordo com Milhem Chaoul, as estruturas que antes concediam maior força ao Estado agora ficam trancadas sem poderem ser questionadas. Estava sepultada a possibilidade constitucional de revoga eventual da distribuição de cargos entre as religiões.

Um dos propósitos do Pacto Nacional Libanês era a criação de um conjunto de instituições que respondessem de alguma forma às necessidades dos vários agrupamentos e que reconhecessem o equilíbrio de poder existente entre eles. Contudo, na prática, argumenta, *“o resultado foi a formação de um pequeno número de elites políticas que participavam, de maneira razoavelmente democrática, na governança desta sociedade plural e em estreita ligação com as elites comercial-financeiras”*. (ASSAF, 2004, p. 212). Conforme escreve Ussama Makdisi, apresentado ao povo como um ‘fato consumado’, o Pacto Nacional (1943), ele próprio resultado de compromissos entre as elites, essencialmente legitimou um sistema de patronagem e uma divisão do espólio entre as elites do novo Estado-nação – traindo a incapacidade de instalar uma base genuinamente nacional (MAKDISI, 1996, p. 25).

O acordo entre um número muito limitado de elites confessionais (cristãs e sunitas) trouxe alguma acomodação dos grupos confessionais à posição política dominante dos maronitas. Como tal, argumenta Assaf, *“os processos e as instituições criadas não tornaram a Constituição de 1926 um instrumento eficaz para a criação e manutenção da ordem na sociedade, como sugere o início da guerra civil em 1975. Tampouco permitiram mudanças pacíficas à luz das realidades mutantes da sociedade política e demografia libanesas, mantendo restrito o âmbito da grande coalizão governante”*. (ASSAF, 2004, p. 212). Assim, Assaf explica que o limitado escopo da representação do Pacto de 1943 e sua rigidez não asseguraram a existência de processos e mecanismos que ordenariam a sociedade e

⁶⁵ Agradeço aqui a Adrian Gurza Lavalle, presente na banca de qualificação desta dissertação de mestrado, por esta importante ressalva.

permitiriam mudanças pacíficas. *“O escopo estreito da grande coalizão implicou a exclusão de grupo que eventualmente levou a um significativo ressentimento societal/comunal e agitação latente. Nesse sentido, o experimento libanês pré-guerra com o consociacionalismo ilustra as lacunas do modelo idealizado por Lijphart, uma falha que se manifestou de forma mais marcada na guerra civil”*. (ASSAF, 2004, p. 212).

Poderia ter sido diferente: na década de 1960, o espaço público aumentou gradualmente e o poder das comunidades diminuía em termos de força, universidades públicas foram criadas, como a Universidade Libanesa, o cenário parecia indicar um destino diferente. Mas o crescente armamento da população civil a partir dos anos 1969 em virtude de conflitos regionais – muitas vezes mais bem armadas que o próprio exército – passou a paulatinamente enfraquecer o poder estatal e a possibilitar a retomada do poder comunal. O armamento da população civil a partir de então foi extremamente destabilizador na construção desta democracia consociativa de equilíbrio tão frágil entre o Estado moderno e as diferentes comunidades religiosas tradicionais (CHAOUL, 2015, informação verbal).

A posterior alteração no equilíbrio demográfico muçulmano no país foi também resultado do deslocamento de centenas de milhares de refugiados palestinos em direção ao Líbano, quando da criação do Estado de Israel em 1948, e na Guerra dos Seis Dias de 1967⁶⁶. A Guerra Fria também teve um papel na identificação ideológica e polarização do conflito que precedeu a crise política de 1958, quando o Líbano esteve ameaçado por uma guerra civil entre cristãos maronitas e muçulmanos. Na ocasião, libaneses muçulmanos esquerdistas e pan-árabes ao lado de países árabes alinhados à União Soviética pressionaram o governo a se unir a recém-criada República Árabe Unida, enquanto os cristãos maronitas desejavam que o Líbano permanecesse aliado às potências estrangeiras ocidentais. A crise resultou em estimados 2.000 mortos⁶⁷.

Conforme escreve Saliba (2010), o Pacto Nacional conseguiu acabar com o Mandato Francês, mas falhou em transformar o Líbano em um Estado funcional coeso. A posição política dos vários grupos continuou a ser dividida principalmente ao longo de linhas

⁶⁶ Atualmente, 450.000 refugiados palestinos estão registrados no Líbano, quase 8% da população total do país. Segundo a UNRWA, Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina, 53% deles vivem em 12 campos para refugiados desprovidos de quaisquer direitos e como cidadãos de segunda classe. (UNRWA, 2014).

⁶⁷ Em resposta à crise de 1958, uma espécie de ensaio sectário do que viria anos mais tarde, fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram em Beirute e ajudaram a restabelecer a ordem e devolver o país à normalidade. (SALIBA, 2010).

religiosas. Era apenas uma questão de tempo até que a divisão política entre cristãos e muçulmanos explodisse em um conflito armado completo. Conforme escreve Albert Hourani, entre 1945 e 1958, o sistema confessional foi capaz de manter um equilíbrio e um certo grau de cooperação entre os líderes das diferentes comunidades, mas no período de uma geração suas bases começaram a se enfraquecer:

Houve uma mudança demográfica: a população muçulmana cresceu mais rápido que a cristã, e na década de 1970 admitia-se em geral que as três comunidades coletivamente vistas como muçulmanas (sunitas, xiitas e drusos) eram maiores em número que as comunidades cristãs, e alguns de seus líderes mostravam-se menos dispostos a aceitar uma situação em que a presidência e o poder último ficavam nas mãos dos cristãos. Além disso, as rápidas mudanças econômicas no país e no Oriente Médio haviam levado à transformação de Beirute numa grande cidade, na qual metade da população do país vivia e mais da metade trabalhava. O Líbano tornara-se uma extensa cidade-Estado; precisava do controle de um governo forte e eficaz. O fosso entre ricos e pobres aumentara, e os pobres eram sobretudo muçulmanos sunitas ou xiitas; precisavam de uma redistribuição de riqueza, através de impostos e serviços sociais. Um governo baseado num frágil acordo entre líderes não estava em boa posição para fazer o que se exigia, pois só podia sobreviver se não seguisse qualquer política que perturbasse interesses poderosos. Em 1958 o equilíbrio se desfez, e houve vários meses de guerra civil. [...] Mas as condições subjacentes que haviam levado ao colapso continuaram existindo, e na década e meia seguinte acrescentou-se a elas um outro fator – o papel maior desempenhado pelo Líbano nos confrontos entre palestinos e Israel. Depois que o poder da Fatah e outras organizações guerrilheiras na Jordânia foi quebrado em 1970, seus principais esforços concentraram-se no sul do Líbano, cuja fronteira com Israel era a única através da qual podiam esperar operar com alguma liberdade, e com apoio da grande população de refugiados palestinos. Isso causou alarme em importantes elementos entre os cristãos, e em particular no seu mais bem organizado partido político, o Kata'eb (Partido Falangista): tanto porque as atividades palestinas no sul estavam levando a uma forte reação israelense, que podia ameaçar a independência do país, quanto porque a presença de palestinos dava apoio aos grupos, sobretudo muçulmanos e drusos, que queriam mudar o sistema político no qual o poder ficava sobretudo em mãos cristãs. (HOURANI, 1994, p. 428)

Nos primeiros anos, escreve Christian Karam, os combatentes palestinos foram acolhidos pela população libanesa sulista, constituída em sua maioria “*de um subproletariado e de um campesinato xiita extremamente pobre, que estavam apreensivos devido à derrota nasserista pan-árabe*”. Jovens libaneses, “*particularmente xiitas pró-nasseristas e comunistas, ingressaram em unidades dos comandos palestinos, ou, pelo menos, simpatizavam com a sua causa nacional*” (KARAM, 2010b, p. 43).

A Guerra Civil libanesa na década de 70 ocorreu em um contexto de continuidade da influência significativa das elites cristãs maronitas sobre o gerenciamento do Estado libanês. Os opositores ao governo maronita pró-ocidental eram compostos de muitos grupos pan-arabistas e de esquerda, além de uma expressiva população muçulmana. Em 1975 os confrontos tiveram início entre cristãos maronitas e forças palestinas, sobretudo da Organização para Libertação da Palestina (OLP), que inicialmente estavam alinhadas a grupos

pan-arabistas, esquerdistas e muçulmanos – ainda que estas alianças tenham sucessivamente se alterado de forma rápida e inesperada ao longo dos 15 anos de conflito.

A guerra estourou entre dois campos: de um lado, o "Movimento Nacional", liderado por Kamal Joumblat, que incluía os partidos esquerdistas libaneses - o Partido Socialista Progressista, o Partido Comunista e a Organização da Ação Comunista - além de algumas forças muçulmanas, a saber, os sunitas nasseristas Mourabitoun e o Partido Socialista Sírio Nacionalista. De outro lado, os partidos cristãos direitistas que uniram forças mais tarde sob a bandeira da "Frente Libanesa", que reuniu os partidos falangista e liberal, o Grupo Organização, os Guardiões dos Cedros e a Ordem Maronita. Enquanto o primeiro campo desfrutou do apoio da OLP, o segundo recebeu apoio do exército libanês (antes de uma divisão dividir o próprio exército). As opiniões divergentes sobre as reformas políticas do sistema libanês e sobre o ativismo militar da OLP no Líbano foram as principais razões por trás do conflito. Diferentes Estados do Oriente Médio (principalmente Israel, Síria, Iraque e Líbia) enviaram armas aos diferentes beligerantes, alimentando e recrudesando as operações militares e de certo modo internacionalizando ainda mais o conflito. (MAJED, 2010).

O Acordo Taif, assinado em 22 de outubro de 1989 na Arábia Saudita pelos parlamentares libaneses, inaugurou um processo que pôs fim à guerra civil libanesa e colocou o país no caminho da paz e da reconstrução. (TRABOULSI, 2012, p. 246)⁶⁸. Em termos práticos, o regime de Taif novamente reproduziu o sistema sectário, mas com uma modificação considerável no equilíbrio de poder entre seus constituintes. A paridade substituiu a antiga proporção de 6:5 na distribuição de assentos parlamentares, que foram aumentados para 128, e em pastas do gabinete. Por outro lado, escreve Fawwaz Traboulsi (2012) as cotas sectárias foram abolidas nos cargos de serviço público, no judiciário, no exército e na polícia, com a exceção dos cargos de primeiro escalão, isto é, diretores gerais de Ministérios, onde a paridade e a rotação deveriam ser aplicadas, de forma que nenhum posto de alto escalão fosse reservado a uma seita fixa. (TRABOULSI, 2012, p. 250-251). O autor continua:

⁶⁸ O Acordo Taif exigiu, e a Câmara dos Deputados aprovou, as seguintes emendas à Constituição: uma disposição que estipula que "[não] haverá legitimidade para qualquer autoridade que contradiga o pacto de coexistência"; a atribuição do poder executivo do Estado ao Conselho de Ministros e não ao Presidente (artigo 17.º); a necessidade de uma votação de dois terços pelo Gabinete (Conselho de Ministros) sobre todas as decisões importantes (artigo 65.º); a criação de um Tribunal Constitucional (artigo 19º); instauração da proporção de 5:5 até que a Câmara dos Deputados promulgue uma lei eleitoral que não seja baseada na representação religiosa (artigo 24); e a criação de um Senado onde todas as comunidades religiosas sejam representadas quando os membros da Câmara dos Deputados deixarem de ser eleitos em caráter confessional (artigo 22). (SALIBA, 2010).

Mais importante, as prerrogativas do presidente da República foram severamente reduzidas a favor do primeiro-ministro, do gabinete, do parlamento e do seu orador, tudo confirmado através de sua representação das seitas maronita, xiita e sunita, respectivamente. Embora ele permanecesse como chefe de Estado, símbolo da unidade do país e guardião da constituição, o presidente tinha praticamente perdido a maior parte de seus poderes executivos. Ele compareceria às reuniões do gabinete, mas sem o direito de voto, em comparação com a situação anterior em que ele presidiria as reuniões do gabinete e o gabinete não poderia emitir decretos em sua ausência. O primeiro-ministro, anteriormente nomeado pelo presidente da República, seria doravante designado por "consultas obrigatórias" que o presidente realizaria com os deputados, e estava vinculado pela decisão da maioria (artigo 53 modificado). Adicionalmente, o direito de dissolução do parlamento passou do presidente para o gabinete (artigo 55 modificado), e os decretos que ele assinava anteriormente com o ministro em questão exigiam doravante a assinatura adicional do primeiro-ministro (artigo 54 modificado). (TRABOULSI, 2012, p. 251, tradução nossa).⁶⁹

No mesmo sentido, de acordo com Saliba (2010), o acordo Taif despojou o presidente de seus poderes constitucionais e, possivelmente, deixou-o com apenas um instrumento eficaz de governança - a autoridade para nomear os membros do gabinete, como acordado com o primeiro-ministro. Paradoxalmente, sob o acordo, o Presidente é o Comandante Supremo do Exército, mas o Exército está sob a autoridade do Gabinete, no qual o Presidente não tem direito de voto. (SALIBA, 2010). Mas ainda que a nova fórmula confessional de 1990 baseie-se na redução das prerrogativas e autoridade do Presidente da República e na transferência do poder executivo para o Conselho de Ministros como um órgão colegiado - ampliando a grande coalizão de gabinete e fortalecendo o aspecto consociativo na política libanesa - na prática, contudo, para Assaf (2004) as manifestações empíricas pós-guerra no Líbano não refletem estas alterações. Processualmente falando, argumenta, *“a conduta da política consociativa do pós-guerra reflete a posição dominante do Primeiro-Ministro na sua qualidade de Presidente do Conselho de Ministros, em relação ao Conselho”*.

Além disso, continua, há uma tendência para o Presidente da República a exercer mais poder do que as disposições ditadas pelo acordo de Taif. *“Tanto o Presidente da República Maronita como o primeiro-ministro sunita tendem a ignorar o poder atribuído à grande coalizão, [o Conselho de Ministros], e tendem a agir como a real grande coalizão do Líbano*

⁶⁹ No original: *“More importantly, the prerogatives of the president of the republic were severely curtailed in favor of the prime minister, the cabinet, the parliament and its speaker, all confirmed in their representation of the Maronite, Shi’i and Sunni sects respectively. Though he remained head of state, symbol of the country’s unity and guardian of the constitution, the president had practically lost most of his executive powers. He would attend cabinet meetings but without the right to vote, compared to the previous situation in which he would preside over cabinet meetings and cabinet could not issue decrees in his absence. The prime minister, previously appointed by the president of the republic, would henceforth be designated by ‘obligatory consultations’ that the president carried out with the MPs, and he was bound by the decision of the majority (modified article 53). In addition, the right to dissolve parliament passed from the president to the cabinet (article 55 modified), and the decrees he previously signed with the minister concerned required henceforth the additional signature of the prime minister (article 54 modified).”* (TRABOULSI, 2012, p. 251)

(juntamente com o Presidente do Parlamento xiita)”. (ASSAF, 2004, p. 170-171). Enquanto as disposições de Taif falam de um governo por duas instituições: o Conselho de Ministros como uma instituição executiva de governo e o Parlamento como uma instituição legislativa, na prática, o Líbano pós-guerra é governado pelo presidente maronita, pelo primeiro-ministro sunita e pelo presidente do parlamento xiita. (ASSAF, 2004, p. 171).

Para Traboulsi, este arranjo governamental da troika “*criou uma das relações de poder mais instáveis que se pode imaginar. Nesse sentido, o Acordo de Taif meramente criou outro sistema de discórdia. Os conflitos entre os detentores dos três postos mais importantes tornaram-se endêmicos*”. (TRABOULSI, 2012, p.251). Mas desta vez, havia um árbitro: o presidente Al-Asad em Damasco. Assim, continua Traboulsi, “*da melhor maneira tribal, a mediação em conflitos, e o que agora chamamos de "resolução de conflitos", tornou-se em si mesma uma potente alavanca do poder sírio sobre o Líbano e os libaneses*”. O Líbano pós-guerra tinha sido confiado a Damasco como poder mandatário pelos Estados Unidos e Europa. E, embora o Acordo Taif tivesse a Síria e a Arábia Saudita como patronos regionais, o papel decisivo foi assumido por Damasco. (TRABOULSI, 2012, p.251)

O Documento do Acordo Nacional adotado em Taif, conforme descreve Traboulsi (2012), previa uma solução para a crise libanesa em dois tempos. A Segunda República, à qual deu à luz, foi concebida como conducente a uma Terceira República, na qual o sectarismo político seria abolido. O artigo 95 foi modificado para que o primeiro parlamento eleito fosse confiado a criar um conselho especial para esse propósito, sem um limite temporal. A Terceira República, escreve o autor, liberta do sectarismo político, seria inaugurada pela eleição de um Parlamento não-sectário. As seitas seriam representadas num Senado semelhante ao da Constituição de 1926, que teria um voto decisivo sobre questões de caráter nacional. Contudo, o conselho para a abolição do sectarismo era natimorto, enfrentando oposição aberta de líderes cristãos e oposição tácita de outros líderes sectários. (TRABULSI, 2012, p.250)

Ussama Makdisi chama o Acordo de Taif de “*mais um acordo misterioso de bastidores*” - sem a participação popular através de referendo - e, como em 1943, “*impôs um outro fato consumado*”. (MAKDISI, 1996, p. 25). A lógica da guerra civil no país, explica Makdisi, é que muitos dos cidadãos usaram o sectarismo para expressar seu descontentamento em relação ao produto destes compromissos elitistas. No período pós-guerra, as novas elites resumem a mesma política do passado. Em muitos casos, são os mesmos indivíduos ou as

mesmas famílias. Ainda que um discurso de democracia e de unidade nacional tenha voltado a surgir, “*as dinâmicas de uma sociedade democrática falharam, dando seguimento à política elitista de exclusão*” (MAKDISI, 1996, p. 25).

Suechika Kota (2012) sinaliza o que caracteriza como peculiaridade do caso libanês, refletido no impasse político intransigente entre as elites políticas do país: a chamada “*consociação sem reconciliação*” no Líbano pós-guerra. Michael Kerr (2005) salienta que o Acordo Ta’if baseava-se na “*falsa premissa de que a reconciliação nacional tinha ocorrido*”, porque o acordo “*pressupunha que existia um consenso nacional no Líbano ao final da guerra, que o consagrava com a Síria como padrinho supervisor deste processo*” (KERR, 2005, p. 178 apud KOTA, 2012, p. 123). O mesmo afirma Traboulsi (2012), para quem, apesar de suas ambiguidades e contradições, o Acordo de Taif conseguiu pôr fim aos conflitos armados, dando início a um novo período na história libanesa. Contudo, a prática sinaliza um continuísmo muito mais do que uma mudança. Nas palavras de AbuKhalil:

A história econômica do Líbano tem sido marcada por uma distribuição desigual de renda nacional e má alocação de benefícios e recursos. O governo central tendeu a considerar as regiões que foram anexadas ao que era o Monte Líbano em 1920 como partes marginais do Líbano. Além disso, a centralização do governo em Beirute piorou as condições das zonas rurais, atraindo muitos libaneses para cinturões de pobreza superlotados e de comunidade confessional ao redor do centro metropolitano. A negligência do governo central em relação ao sul do Líbano, em particular, contribuiu para um sentimento de humilhação pelos xiitas, que em 1987 constituíam a maior comunidade sectária. A situação econômica no Líbano periférico - que geograficamente compreende as províncias de Al Janub, Al Biqa, e a região de Akkar na província de Ash Shamal, era nitidamente diferente daquela que cerca Beirute. A exploração econômica foi mais evidente nestas áreas, com o domínio de padrões de produção feudais. A terra era dividida entre uma pequena elite, e as condições de trabalho nas grandes propriedades eram duras. Além disso, os serviços públicos eram escassos fora da capital. Beirute e seus subúrbios se tornaram politicamente e socialmente explosivos quando indivíduos da periferia empobrecida migraram para a cidade e entraram em contato com os opulentos moradores da cidade (ABUKHALIL, 1989, p. 56, tradução nossa)⁷⁰

⁷⁰ No original: “*The economic history of Lebanon has been marred by an unequal distribution of national income and misallocation of benefits and funds. The central government tended to regard the regions that were annexed to what was Mount Lebanon in 1920 as marginal parts of Lebanon. Furthermore, the centralization of government in Beirut worsened the conditions of the rural areas, luring many Lebanese to crowded, confessional community, poverty belts around the metropolitan center. The central government's neglect of southern Lebanon, particularly, contributed to a feeling of humiliation by the Shias, who in 1987 constituted the largest sectarian community. The economic situation in peripheral Lebanon, which geographically comprises the provinces of Al Janub and, Al Biqa, and the Akkar region in Ash Shamal Province, differed sharply from that around Beirut. Economic exploitation was more evident in these areas, with the dominance of feudalistic production patterns. The land was divided among a small elite, and working conditions on the large estates were harsh. In addition, state services were scarce outside the capital. Beirut and its suburbs became politically and socially explosive when people from the impoverished periphery migrated to the city and came in contact with the affluent city dwellers*” (ABUKHALIL, 1989, p. 56)

O foco na família e na seita na vida política significou que os candidatos efetivamente herdaram as posições de seus antepassados. Em virtude da anistia pós-guerra, entre 1989 e 2003, os ex-senhores da guerra asseguraram 39 posições no Gabinete, totalizando 22% dos cargos centrais (GEBARA, 2007, p.10⁷¹, apud NELSON 2013). Como consequência, o governo logo se tornou o que Nelson chamou de “*agente dos interesses financeiros individuais e sectários, sem prestação de contas aos seus cidadãos*” (GEBARA 2007, p.11, apud NELSON 2013, p.355) e minando o suposto comprometimento com o bem público. Nos termos de Imad Salamey, encolhem os espaços seculares e que atravessem transversalmente as confissões. Grupos políticos confessionais e étnicos “*emergem como governantes opressivos ou até mesmo totalitários dentro de enclaves étnicos, atuando como entidades autoritárias intra-estatais*” (SALAMEY, 2009, p. 86). O que chama de partilha de poder corporativa-consociativa leva a que estes grupos recorram ao controle sectário local e excludente e a afiliações estrangeiras - contestando fortemente, dentro de tal contexto institucional, a preservação da pluralidade pacífica e coexistente, argumenta (SALAMEY, 2009, p. 95.)

Conforme escreve Nelson:

A democracia consociacional falha, assim, em entregar um verdadeiro Estado democrático, visto que canais tradicionais da democracia, como a votação para um representante, são dificultados a todo momento por questões de parentesco, no lugar de questões nacionais. Redes de elite têm sido facilitadas pelo sistema de maioria baseado em lista plural na qual os líderes incumbentes barganham entre si, trocando votos através das linhas sectárias, sem necessariamente obter votos do seu próprio grupo social⁷² (SALAMEY, 2009, p.84). Concentrando-se mais na expansão de sua influência pessoal, as elites ignoraram questões prementes, tais como reforma econômica, *accountability* e o Estado de Direito (SALAMEY; PAYNE, 2008). (NELSON, 2013, p. 355-356, tradução nossa)⁷³.

⁷¹ GEBARA, Khalil. Reconstruction Survey: The Political Economy of Corruption in Post-War Lebanon. **Lebanese Transparency Association**. 2007.

⁷² Sob a lei eleitoral atual, os eleitores votam em todas as linhas de seita, um sistema projetado para maximizar a cooperação interconfessional, de modo que enquanto os candidatos competem apenas com seus correligionários, eles devem obter apoio externo para ganhar um assento. Configuração atual que partidos cristãos do Líbano alegam permitir que os não cristãos, que compõem a maioria da população, obtenham uma influência desproporcional sobre a eleição mesmo de parlamentares cristãos. (esclarecimento deste autor, não presente no original).

⁷³ No original: “*Consociational democracy thus fails to deliver a true democratic state as traditional channels of democracy, such as voting for one’s representative, are hampered at every turn by kinship issues rather than national ones. Elite networks have been facilitated by the plurality list-based majority system in which incumbent leaders bargain between themselves, trading votes across sectarian lines ‘without necessarily soliciting votes from their own social grouping’ (Salamey 2009, p.84). Focusing more on expanding their personal influence, the elites ignore pressing issues such as economic reform, accountability and the rule of law (Salamey and Payne, 2008)*”. (NELSON, 2013, p. 355-356).

2.2 As especificidades do confessionalismo libanês: *muhassasah ta'ifiyah*

Conforme visto na seção anterior, no Líbano atual o poder executivo é estabelecido constitucionalmente da seguinte forma: o presidente deve ser um cristão (na prática, um maronita⁷⁴), o primeiro-ministro um muçulmano sunita, o presidente ou porta-voz do Parlamento um muçulmano xiita, o vice-primeiro-ministro e o vice-presidente do Parlamento um ortodoxo oriental (HARB, 2006), e o chefe do contingente militar um druso (COLLELO, 2003, p. 183). O poder legislativo unicameral é exercido por uma Assembleia Nacional de 128 membros equitativamente distribuídos entre cristãos e muçulmanos. A composição confessional da legislatura é a seguinte: 34 maronitas, 27 sunitas, 27 xiitas, 14 gregos ortodoxos, 8 gregos católicos, 8 drusos, 5 armênios ortodoxos, 2 alauitas, 1 armênio católico, 1 protestante, e 1 minoria cristã. Isto totaliza 64 assentos aos muçulmanos e 64 assentos aos cristãos, em proporções iguais dos 128 assentos no total. [ver tabela 1].

[Tabela 1] - Confissões religiosas e respectivos assentos no Parlamento:

Confissões Religiosas (18)	Número de assentos no parlamento
Cristãos Maronitas	34
Muçulmanos Sunitas	27
Muçulmanos Xiitas	27
Gregos Cristãos Ortodoxos	14
Gregos Cristãos Católicos	8
Muçulmanos Drusos	8
Armênios Cristãos Ortodoxos	5
Muçulmanos Alauitas	2
Armênios Cristãos Católicos	1
Cristãos Protestantes/Evangélicos	1
Outros Cristãos/Minorias Cristãs (Siriacos Ortodoxos, Siríacos Católicos; Nestorianos, Católicos Caudeus; Católicos Romanos; Coptas; Ismailis; Judeus) ⁷⁵	1
Total de assentos	128

⁷⁴ Após aprovação da Constituição Libanesa em 23 de Maio de 1926, foi eleito pelo parlamento libanês o primeiro presidente libanês, o greco-ortodoxo Charles Debbas, primeiro e último presidente não maronita da história libanesa.(KARAM, 2010b, p. 33).

⁷⁵ Algumas das comunidades são tão pequenas que não possuem assentos no Parlamento. De acordo com os dados de registro de eleitores de 2010, as "minorias" não representadas no eleitorado totalizaram apenas 48.347 (ou 1,5%) de um eleitorado composto por 3.310.806 eleitores votantes (MUHANNA, 2012, p. 13)

Os 128 assentos parlamentares do Líbano estão divididos entre as cinco províncias ou *mohafazahs* do país⁷⁶, por sua vez subdivididas em 26 distritos eleitorais, geralmente baseados nas fronteiras administrativas da *qadhaa*⁷⁷. Os vários assentos em cada distrito são repartidos de acordo com a representação religiosa sectária e os representantes somente podem concorrer com seus correligionários. O sistema eleitoral para a Assembleia Nacional unicameral (*Majlis Al-Nuwwab*) é majoritário de uma rodada usando o voto em bloco. Conforme o Artigo 89 do Capítulo 7 da Lei para Eleições Parlamentares Nr. 25, cada eleitor tem o direito de votar em tantos candidatos quantos forem os assentos atribuídos a cada distrito, com base na sua distribuição confessional (LAW NO. 25, PARLIAMENTARY ELECTIONS LAW, 2008). Os eleitores podem escrever os nomes dos candidatos em uma folha de papel em branco fornecida no local de votação ou levar consigo uma cédula preparada, que já contenha os nomes dos candidatos, tendo em conta a distribuição pré-estabelecida dos lugares entre as comunidades religiosas. O(s) candidato(s) que ganhar(em) o maior número de votos para cada comunidade religiosa é (são) declarado(s) eleito(s). O voto não é compulsório. (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2016).

Isto garante que, apesar dos cristãos constituírem menos de 30% da população (em estimativas extraoficiais), exatamente a metade dos assentos no parlamento vai para seitas cristãs (divididos entre maronitas, gregos ortodoxos, gregos católicos, armênios ortodoxos, armênios católicos, protestantes e uma minoria cristã), e a outra metade para muçulmanos (repartidos entre alauitas, sunitas, xiitas e drusos). Em teoria, isso foi projetado para assegurar que a composição cosmopolita e plurirreligiosa do Líbano fosse refletida em seu *status quo*

⁷⁶ No Líbano, há cinco províncias principais, as chamadas *mohafazah*, divididas entre o Norte, o Monte Líbano, Beirute, Bekaa e o Sul. [ver Figura 2 e Tabela 4]. Cada uma delas é composta por vários distritos, as chamadas *qadhaa* ou *caza*. Estas, por sua vez, combinam uma série de cidades e vilas. Cada governadoria tem uma cidade principal, como se a capital dessa província. Beirute, a capital do país, é também uma província. Não há muitos distritos dentro desta governadoria que é primordialmente uma área metropolitana. Portanto, em geral, qualquer lugar dentro de Beirute é, na verdade, na cidade de Beirute, ou pelo menos dentro da área metropolitana. A realidade é diferente em outras governadorias, como no Bekaa, por exemplo, que possui cinco distritos (Baalbek, Rachayya, Hermel, Bekaa Ocidental e Zahleh). Na governadoria do Bekaa a cidade principal é Baalbek - que é uma cidade dentro do distrito de Baalbek (cf. FARHAT, 2004).

⁷⁷ Os 26 distritos eleitorais atuais são baseados nas fronteiras administrativas da *qadhaa* ou *caza*, mas com algumas exceções: em três casos, duas *cazas* são fundidas em um distrito (por exemplo, Marjeyoun-Hasbaya) e em um caso, uma única *caza* é dividida em dois distritos (Saida e Zahrany). O uso da *caza* individual como base para os distritos eleitorais foi usada pela última vez no Líbano como parte de uma lei eleitoral adotada em 1960. Por essa razão os limites atuais são frequentemente conhecidos como os "distritos de 1960". (IFES LEBANON BRIEFING PAPER, 2009).

político. Na prática, contudo, enrijece a representação política em linhas exclusivamente religiosas e modela a relação Estado-cidadão para ser lida como Estado-cliente⁷⁸.

Este sistema provoca distorções adicionais, como a sub-representação política dos xiitas empobrecidos, comunidades com menor canalização de recursos, o que contribuiu para sua pobreza desproporcional. Em franco crescimento demográfico desde os anos 1970, habitando majoritariamente as periferias de Beirute e o sul do Líbano e com uma população estimada entre 40% e 60%, os xiitas mantêm a proporção de representação política do acordo de Taif, de 1990, que concede 50% dos assentos parlamentares à totalidade dos muçulmanos no país - contemplando não somente xiitas, mas também sunitas e drusos^{79 80}.

Assim, as cadeiras não cristãs no Parlamento equivalem às cristãs, apesar destes serem em menor número e com população em declínio. Nas eleições de 2011 os cristãos totalizaram 38,22% dos eleitores e os muçulmanos 61,62% (THE LEBANESE DEMOGRAPHIC REALITY, 2013, p. 13). Aos sunitas também foi concedido o mesmo número de assentos que aos xiitas (27 assentos ou 21,09% da parcela de poder a cada um), a despeito dos últimos serem cerca de duas vezes mais numerosos que os primeiros. (IZADY, 2016) – bastante distante, portanto, da realidade demográfica estimada [ver Tabela 2]. De modo que ainda que seja amplamente aceito que os xiitas tenham se tornado o maior segmento populacional – a presidência ainda é reservada a um maronita e o cargo de primeiro ministro a um sunita. Contudo, o cargo de porta voz do parlamento assume, a partir de 1990, mais poder, e forma parte do triunvirato (JOHNSON, 2001).

⁷⁸ Os libaneses, por exemplo, não votam nos bairros onde vivem. Em vez disso, eles devem retornar ao distrito onde suas famílias foram registradas pela primeira vez, na década de 1930. Votar em linhas sectárias significa desestimular o voto em representantes que não serão responsáveis por projetos de desenvolvimento, zoneamento ou coleta de lixo no local onde se vive. E, nos locais onde governam, não serão responsivos já que seu eleitorado vive alhures.

⁷⁹ Em 2009, segundo dados do Ministério do Interior, 77 anos após o último censo oficial de 1932, dos eleitores registrados (com 21 anos ou acima), os sunitas constituíam 27,16%, xiitas 26,32%, maronitas 21,93%, ortodoxos gregos 7,62% e drusos 5,73%. (MAJED, 2010, p. 20). Conforme o *Lebanese Information Center*, a estimativa da população do Líbano por confissão em 2011 informa 65,47% de muçulmanos e 34,35% de cristãos. (THE LEBANESE DEMOGRAPHIC REALITY, 2013, p. 17).

As estatísticas (extraoficiais) sobre o percentual atual da população xiita são bastante variadas, percorrendo de 33% a 59,7% (JAMAIL, 2006) da população total do país, estimada em 5,851 milhões de habitantes - excluindo os cerca de 1.500.000 de refugiados. (Cf. UN ESA, dados de 2015).

⁸⁰ Críticos apontam que a mediação saudita do Acordo de Taif em 1989, ainda que tenha permitido a alteração da razão dos assentos de 6:5 para 5:5, foi capaz de fazer prevalecer seus interesses anti-xiitas através da manutenção de 50% dos assentos aos cristãos. (IZADY, 2016).

Abaixo expomos a Tabela 2 contendo a distribuição dos 128 assentos no Parlamento entre as 11 seitas religiosas politicamente representadas, conforme estipulado no Acordo de Taif de 1990, obedecendo à proporção de 5:5 entre cristãos e muçulmanos. E na Figura 1 e Figura 2 a seguir, a distribuição sectária dos assentos parlamentares ao longo do território nacional libanês e seus distritos pode ser observada.

[Tabela 2] – Confissões religiosas e respectivas parcelas de poder (Taif)

Confissão Religiosa	Acordo de Taif	‘Parcela de Poder’
Maronitas	34	26,56%
Gregos Ortodoxos	14	10,94%
Gregos Católicos	8	6,25%
Armênios Ortodoxos	5	3,91%
Armênios Católicos	1	0,78%
Protestantes	1	0,78%
Outros Cristãos	1	0,78%
Total de Cristãos	64 (50%)	
Sunitas	27	21,09%
Xiitas	27	21,09%
Alauitas	2	1,56%
Drusos	8	6,25%
Total de Muçulmanos	64 (50%)	
Total de assentos	128	

[Figura 1] - Representação sectária dos assentos parlamentares desde Taif. ⁸¹

81 Fonte da imagem: TRABOULSI, 2012, p. 247 (reprodução integral do original)

[Figura 2] – Divisão dos distritos eleitorais libaneses⁸²

LEBANON ELECTORAL DISTRICTS

⁸² Fonte da imagem: PETALLIDES, 2011, apêndix. Também em: CARR, 2005. (reprodução integral do original)

Os 128 deputados, diretamente eleitos a cada quatro anos, representam as preferências políticas e a diversidade religiosa de seus distritos. Cada um dos 26 distritos tem um dado número de assentos parlamentares determinados pela população do distrito e sua distribuição confessional respectiva. O parlamento a cada seis anos elege um presidente. O que torna o elaborado cálculo consociativo confessional no Líbano único é que cada distrito reserva assentos para diferentes grupos religiosos, visando garantir a representação de todas as minorias - independentemente dos resultados eleitorais. Ou, na realidade, conforme dito anteriormente, estimulando resultados eleitorais estruturados exclusivamente em linhas confessionais, ignorando eventuais demandas de outras naturezas.

Conforme escreve Constantine Petallides: *"enquanto como um ideal, este sistema parece perfeito dadas as circunstâncias e demografias únicas do Líbano, a realidade de eleições recentes pinta um quadro diferente, questionando se um sistema confessional pode realmente representar cada e todo o povo do Líbano"* (PETALLIDES, 2011, p. 3, tradução nossa)⁸³. Tomando Beirute como exemplo, dos 19 assentos totais, 9 são reservados aos muçulmanos e 10 aos cristãos - divisões subsequentes são feitas entre os grupos, assegurando que a proporção de lugares atribuídos a sunitas, drusos, xiitas, gregos ortodoxos e candidatos maronitas represente a suposta realidade demográfica do distrito. (PETALLIDES, 2011, p. 3).

Abaixo na Tabela 3 é possível conferir as divisões subsequentes em Beirute:

⁸³ No original: *"While as an ideal, this system sounds perfect given Lebanon's unique circumstances and demographics; the realities of recent elections paint a different picture, and we are left to wonder whether a confessional system can every truly represent the people of Lebanon"*. (PETALLIDES, 2011, p. 3).

[Tabela 3] – Divisão de assentos em Beirute (regiões 1, 2 e 3)⁸⁴

BEIRUTE	19
Muçulmanos	9
Cristãos	10

Beirute 1	5
Cristãos Maronitas	1
Gregos Ortodoxos	1
Gregos Católicos	1
Armênios Católicos	1
Armênios Ortodoxos	1

Beirute 2	4
Armênios Ortodoxos	2
Muçulmanos Sunitas	1
Muçulmanos Xiitas	1

Beirute 3	10
Muçulmanos Sunitas	5
Gregos Ortodoxos	1
Drusos	1
Cristãos Evangélicos	1
Muçulmanos Xiitas	1
Outros Cristãos	1

A Tabela 4 a seguir mostra a distribuição dos 128 assentos parlamentares entre muçulmanos e cristãos em cada um das cinco províncias eleitorais e seus respectivos 26 distritos, obedecendo a proporção total e final de 50:50:

⁸⁴ Fontes dos dados: <http://www.elections.gov.lb/Parliamentary/Elections-Results/2009> e também em Parliamentary Election Law No 25, Appendix 1: Parliamentary seats and their confessional distribution in electoral constituencies: <http://www.elections.gov.lb/Parliamentary/Legal-Framework/Election-Law/Appendix-1.aspx>.

[Tabela 4] – Distribuição de assentos por província, distrito e confissão⁸⁵

Distribuição de Assentos por Distrito Eleitoral		Muçulmanos	Cristãos	Total
Beirute (19)	Beirute 1	0	5	5
	Beirute 2	2	2	4
	Beirute 3	7	3	10
Bekaa (23)	Baalbek +Hermel	8	2	10
	Zahleh	2	5	7
	Rashaya + Bekaa Ocidental	4	2	6
Monte Líbano (35)	Jbeil	1	2	3
	Kisrawan	0	5	5
	Metn Norte	0	8	8
	Baabda	3	3	6
	Aley	2	3	5
	Chouf	4	4	8
Norte do Líbano (28)	Akkar	4	3	7
	Dinniyeh +Minnieh	3	0	3
	Bsharreh	0	2	2
	Tripoli	6	2	8
	Zgharta	0	3	3
	Koura	0	3	3
	Batrun	0	2	2
Sul do Líbano (23)	Saida	2	0	2
	Tyre	4	0	4
	Zahrani	2	1	3
	Hasbaya +Marjeyoun	4	1	5
	Nabatiyeh	3	0	3
	Bint Jbeil	3	0	3
	Jezzine	0	3	3
128 assentos totais		64	64	128

Separando os respectivos assentos reservados a cada distrito entre as diferentes confissões cristãs e muçulmanas, obtemos a seguinte Tabela 5:

⁸⁵ Fontes dos dados: CARR, 2009.

[Tabela 5] Distribuição regional dos assentos parlamentares entre as 11 confissões⁸⁶

Distribuição dos assentos parlamentares entre os 26 distritos eleitorais		Sunitas	Xiitas	Drusos	Alauitas	Maronitas	Ortodoxos Gregos	Católicos Gregos	Ortodoxos Armênios	Católicos Armênios	Evangélicos	Minorias	Total de assentos por distrito
Norte do Líbano 28	Akkar	3			1	1	2						7
	Dinniyeh +Minnieh	3											3
	Bsharreh					2							2
	Tripoli	5			1	1	1						8
	Zgharta					3							3
	Batrun					2							2
	Koura						3						3
Monte Líbano 35	Jbeil		1			2							3
	Kisrawan					5							5
	Metn					4	2	1	1				8
	Baabda		2	1		3							6
	Aley			2		2	1						5
	Chouf	2		2		3		1					8
Sul do Líbano 23	Saida	2											2
	Zahrani		2					1					3
	Jezzine					2		1					3
	Nabatiyeh		3										3
	Tyre		4										4
	Bint Jbeil		3										3
	Marjeyoun + Hasbaya	1	2	1			1						5
Bekaa 23	Baalbek +Hermel	2	6			1		1					10
	Zahleh	1	1			1	1	2	1				7
	Bekaa Oeste + Rashaya	2	1	1		1	1						6
Beirute 19	Beirute 1					1	1	1	1	1			5
	Beirute 2	1	1						2				4
	Beirute 3	5	1	1			1				1	1	10
Total de assentos por confissão		27	27	8	2	34	14	8	5	1	1	1	128

Total muçulmanos e cristãos	64	64
-----------------------------	----	----

⁸⁶ Fonte dos dados: IFES LEBANON BRIEFING PAPER, 2009.

Dadas as desafiadoras realidades demográficas e o fraturado sistema político exposto acima, para Constantine Petallides as coligações e alianças políticas têm sido a única maneira para que as partes possam permanecer no poder no Líbano. Analisando os resultados da eleição parlamentar mais recente, em 2009 [ver Tabela 6], Petallides escreve:

Olhando para os resultados, se é imediatamente tomado de assalto com o fato de que a Aliança 14 de Março recebeu apenas uma média de 44,5% do voto nacional, mas recebeu 71 assentos; enquanto a Aliança 8 de Março recebeu 55,5% dos votos nacionais, mas apenas 57 assentos na legislatura. Coincidentemente, este resultado é praticamente o mesmo que o resultado da eleição de 2005 (PETALLIDES, 2011, p. 4, tradução nossa)⁸⁷.

[Tabela 6] – Distribuição de votos eleições legislativas 2009 (Alianças 14 e 8 de Março).

Eleições de 2009	Total	% Votos 14 de Março	Assentos 14 de Março	% Votos 8 de Março	Assentos 8 de Março
128 Assentos Totais	128	44.5%	71	55.5%	57

São estes os tipos de inelasticidades e de desproporcionalidades que o sistema confessional engendra. O autor continua analisando os números:

O que é significativo sobre estas eleições torna-se evidente após a conclusão do cálculo de proporcionalidade dos Quadrados Mínimos. *O que obtemos é um desvio de aproximadamente 11% de proporcionalidade; quase duas vezes a nossa base universal de 6,65%.* Sob circunstâncias normais, o valor de 11% não levantaria quaisquer sinais de alerta, mas quando o consideramos no contexto do Líbano, um país com um sistema político que se desmorona sobre si mesmo para assegurar a representação proporcional dos diferentes grupos, esse número se torna mais interessante. Por que, apesar de seus melhores esforços, estão os libaneses ainda tão longe da proporcionalidade que se empenham para alcançar? A resposta encontra-se dentro do próprio sistema confessional. (PETALLIDES, 2011, p. 4, tradução e ênfase nossa).⁸⁸

Conforme dados fornecidos pela LADE, Lebanese Association for Democratic Elections, o mapa do chamado ‘poder de voto’ tampouco é homogêneo ao longo dos

⁸⁷ No original: “Looking at the results, one is immediately struck by the fact that the March 14th Alliance received only an average of 44.5% of the national vote, but received 71 seats; while the March 8th Alliance received 55.5%, but only 57 seats in the legislature. Coincidentally, this result is virtually the same as the result from the election in 2005” (PETALLIDES, 2011, p. 4).

⁸⁸ No original: “What is significant about these elections becomes evident after completing the Least Squares calculation of proportionality. What we are left with is a roughly 11% deviation from proportionality; nearly twice our global baseline of 6.65%. Under normal circumstances, the 11% figure would not raise any red flags, but when we consider it in the context of Lebanon, a country with a political system that is falling over itself to ensure proportional representation of different groups, this figure becomes more interesting. Why, despite their best efforts, are the Lebanese still so far from the proportionality they strive to achieve? The answer lies within the confessional system itself.” (PETALLIDES, 2011, p. 4).

diferentes distritos do país. Ao indicar a porcentagem dos eleitores registrados no distrito sob o total de eleitores no Líbano em comparação com a porcentagem dos assentos atribuídos para esse distrito no parlamento, os dados indicam que determinados distritos eleitorais estão sub-representados enquanto outros estão sobre representados. Em 2009, por exemplo, a província de *Akkar*, ao norte do país, detinha 6,86% de votantes elegíveis registrados (223.538 para 3,2 milhões de votantes em todo o país). Contudo, Akkar somente possuía 7 dos 128 assentos no parlamento, ou 5,47% das cadeiras, configurando um caso de província sub representada. Em 2015, estes números passam para 7,38% de votantes elegíveis registrados (263.268 para 3,5 milhões de votantes em todo o país) e os mesmos 7 dos 128 assentos no parlamento, mantendo os 5,47% das cadeiras, agravando a sub-representação (VOTE POWER, LADE, 2015). O mesmo ocorre na província de *Sour*, ou Tyre, no sul do país, que em 2009 detinha 4,70% de votantes elegíveis registrados (153.060 para 3,2 milhões de votantes em todo o país) e 4 dos 128 assentos no parlamento, ou 3,13% das cadeiras. Em 2015, estes números passam para 5,01% de votantes elegíveis registrados (178.726 para 3,5 milhões de votantes em todo o país) e os mesmos 4 dos 128 assentos no parlamento, ou 3,13% das cadeiras mantidas. Distorções semelhantes de sub-representação são registradas nas províncias ao norte, como em *Dinniyeh-Minnieh* e *Zgharta*, e ao sul, como *Nabatiyeh* e *Bint Jbeil*. [ver Figuras 3 e 4]

De outro lado, distritos são também sobre representados, como é o caso de *Kisrawan*, *Koura*, *Beirute I* e *Jezzine*. *Kisrawan*, na região central do Monte Líbano, em 2009 detinha 2,74% de votantes elegíveis registrados (89.228 para 3,2 milhões de votantes em todo o país) e 5 dos 128 assentos no parlamento, ou 3,91% das cadeiras. Em 2015, estes números passam para 2,58% de votantes elegíveis registrados (91.993 para 3,5 milhões de votantes em todo o país) e os mesmos 5 dos 128 assentos no parlamento, ou 3,91% das cadeiras mantidas. O mesmo também ocorre para *Beirute I*, que em 2009 detinha 2,85% de votantes elegíveis registrados (92.764 para 3,2 milhões de votantes em todo o país) e 5 dos 128 assentos no parlamento, ou 3,91% das cadeiras. Em 2015, estes números passam para 2,58% de votantes elegíveis registrados (92.212 para 3,5 milhões de votantes em todo o país) e os mesmos 5 dos 128 assentos no parlamento, ou 3,91% das cadeiras mantidas. (VOTE POWER, LADE, 2015). [ver Figuras 3 e 4]⁸⁹.

⁸⁹ O que parecem acima como pequenas distorções representativas, em um país em que tudo deve ser milimetricamente ajustado – ou, nos termos de Petallides “*em um sistema político que desmorona-se sobre si mesmo para assegurar a representação proporcional dos diferentes grupos*” – se transformam em falhas e desproporcionalidades que não podem ser ignoradas, e que terminam por deixar o país refém de um rígido

O mapa do país considerando o chamado ‘poder de voto’ e as distribuições de super e sub-representação ao longo dos distritos eleitorais configura-se como a seguir [ver Figura 3].

[Figura 3] – Mapa do poder de voto, 2009.⁹⁰

[Figura 4] - Mapa do poder de voto, 2015.⁹¹

acompanhamento censitário e sujeito a constantes contestações de pequenos desajustes de representação tais como os acima.

⁹⁰ Fonte da imagem: VOTE POWER, LADE, 2015.

⁹¹ Fonte da imagem: VOTE POWER, LADE, 2015.

As sub-representações e super-representações somadas ao longo do território e aliadas a um quadro confessional (onde cada província reserva um certo número de cargos para cada confissão conforme sua distribuição demográfica local) tornam estas desproporcionalidades problemáticas, em um país onde equilíbrio sectário é mantido de forma bastante tênue. Haja vista, por exemplo, que entre 2009 e 2013 a província de Akkar anteriormente analisada registrou uma variação significativa no número de votantes registrados como sunitas em relação ao total de votantes registrados naquele distrito. De 64,17% em 2009 os sunitas subiram para 65,87% da população no distrito em 2013, registrando um aumento de 1,7% seguido de +0,39% de 2013 para 2014 e outros +0,28% de 2014 para 2015. *Tyre*, *Nabatiyeh* e *Bint Jbeil*, fortemente sub-representados como visto acima nas figuras 3 e 4, também indicam importantes movimentos nos números de votantes registrados: em *Bint Jbeil*, de 2009 à 2013 os xiitas diminuíram de 87,85% para 86,73% da população, registrando uma queda de 1,12%, enquanto em *Nabatiyeh* esta queda foi de 1,7% - ainda que esta população tenha voltado a crescer nos últimos 2 anos perto de 0,20%. Em *Kisrawan*, majoritariamente maronita, de 2009 à 2013 esta população decresceu impressionantes 6,10%, caindo de 89,03% dos votantes registrados para 82,93% (REGISTERED VOTERS BY CONFESSION, LADE, 2015). Em todos os casos a representação parlamentar permaneceu inalterada em relação à variação demográfica e sectária.

Adicionalmente, não é excessivo lembrar, ainda que a proporcionalidade fosse garantida ao longo dos distritos, ela não seria efetivamente representativa na medida em que o controle confessional só poder ser feito através do acompanhamento do registro do local de nascimento. Este, na ampla maioria dos casos, remete ao vilarejo dos ancestrais familiares, o que não coincide com o local de habitação de um cidadão determinado. Este mecanismo ignora completamente movimentos migratórios significativos registrados ao longo das últimas cinco décadas no país e não teve como resultado a promoção de qualquer mudança nas respectivas representações parlamentares.⁹²

⁹² Além dos 450.000 refugiados palestinos (majoritariamente sunitas) não contemplados, conforme dados do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (UNHCR) de 7 de Novembro de 2016, adicionais 1.017.433 refugiados sírios (majoritariamente sunitas e também xiitas) vivem no Líbano, quase um quinto da população do país (UNHCR, 2016). De modo que importantes desequilíbrios migratórios na fronteira ao norte com a Síria não são contemplados. A entrada de refugiados sírios, performando o equivalente a mais de 17% da população libanesa, entrando em um Estado libanês já absolutamente debilitado, pode provocar desequilíbrios adicionais no arranjo consociativo do país. (ATRACHE, 2016). Os sírios deverão agora ser apressadamente culpados (como foram os palestinos nos anos 1970) pela ineficiência e esgotamento estatal.

Em outro sentido, Constantine Petallides ilustra seu ponto com o exemplo da cidade de Baabda, no distrito eleitoral do Monte Líbano. Os seis assentos neste distrito são divididos entre três assentos reservados para maronitas, dois para xiitas e um assento para os candidatos drusos [ver Tabela 7]. Neste sistema, os três principais candidatos maronitas serão eleitos para o legislativo, mas o candidato com a quarta maior votação total não recebe nada, mesmo se ele tiver recebido mais votos que os candidatos xiitas ou drusos mais votados. *"Esses votos que são perdidos e enviados para o vazio eleitoral diminuem a proporcionalidade dos resultados eleitorais e minam diretamente as preferências dos eleitores"*. (PETALLIDES, 2011, p. 4, tradução nossa)⁹³. [ver Tabela 8]

[Tabela 7] – Distribuição de assentos no distrito de Baabda⁹⁴

Distribuição de Assentos por Distrito Eleitoral		Muçulmanos	Cristãos	Total
Monte Líbano	Baabda	3	3	6
	<u>Distribuição por Confissão:</u>			
	Cristãos Maronitas		3	
	Muçulmanos Xiitas	2		
	Drusos	1		

Resulta deste sistema, nas palavras de Constantine Petallides:

Com o sistema confessional, um eleitor maronita em Baabda vê a magnitude do distrito efetivamente ser reduzida pela metade a partir de seus pretendidos seis assentos para apenas três. Enquanto os eleitores são encorajados e esperados a votar em candidatos para cada assento, independentemente de sua identidade religiosa pessoal, isto raramente funciona como inicialmente previsto. Interesses políticos, na prática, não são intersectários nem atravessam religiões (PETALLIDES, 2011, p. 4, tradução nossa)⁹⁵

⁹³ No original: *"These votes that are lost and sent into the electoral void decrease the proportionality of the election results and directly undermine voter preferences"*. (PETALLIDES, 2011, p. 4).

⁹⁴ Fonte dos dados: PETALLIDES, 2011.

⁹⁵ No original: *"With the confessional system, a Maronite voter in Baabda sees the district magnitude cut effectively in half from its intended six seats down to only three. While voters are encouraged and expected to vote for candidates for each seat, regardless of their personal religious identity, this rarely works as originally intended. Political interests, in practice, are not cross-sectarian"*. (PETALLIDES, 2011, p. 4)".

[Tabela 8] – Distribuição de votos por candidato e confissão no distrito de Baabda⁹⁶

BAABDA (6 Deputados)			
Votantes Registrados:		151,590	
Votos Expressos:		84,546	55.8
Votos Inválidos:		940	01.1
Votos Válidos:		83,606	98.9
Cristãos Maronitas (3 Deputados)			
Candidato	Partido	Votos	%
Hekmat DIB	Change and Reform, FPM	45,386	54.8
Alain AOUN	Change and Reform, FPM	45,055	53.9
Naji GHARIOUS	Change and Reform, FPM	44,735	53.5
Edmond Gharios	Aliança 14 de Março	37,108	44.4
Salah Honein	Aliança 14 de Março	36,548	43.7
Elias Abou Assi	Aliança 14 de Março, NLP	35,742	42.8
9 outros		3,636	04.3
Muçulmanos Xiitas (2 Deputados)			
Candidato	Partido	Votos	%
Ali AMMAR	March 8 Alliance, Hezbollah	44,995	53.8
Bilal FARHAT	March 8 Alliance, Hezbollah	44,181	52.8
Bassem Sabeh	March 14 Alliance, FM	37,420	44.8
Salah Al Harake	March 14 Alliance	35,561	42.5
9 outros		2,659	03.2
Drusos (1 Deputado)			
Candidato	Partido	Votos	%
Fadi Al AAWAR	March 8 Alliance	45,718	54.7 ⁹⁷
Ayman Shoukair	March 14 Alliance, PSP	36,287	43.4
6 outros		92	00.1

⁹⁶ Fonte da Tabela disponível em: 2009 ELECTIONS RESULT. OFFICIAL RESULTS PER DISTRICT, 2009.

⁹⁷ Em destaque os candidatos maronitas, xiitas e drusos que foram eleitos como deputados (membros do parlamento) para os seis assentos reservados ao distrito de Baabda, na província do Monte Líbano. São eles: maronitas: Hikmat Dib; Alain Aoun e Naji Gharios; xiitas: Ali Ammar e Bilal Farhat; druso: Fadi Al Aawar.

A lista de todos os incumbentes eleitos por confissão em todos os 26 distritos pode ser conferida em: THE 2009 MPS, 2009 ELECTIONS RESULTS.

Ainda de acordo com Petallides "*com 26 distritos elegendo 128 representantes, a magnitude média distrital no Líbano é 4,92 ($M = 128/26$), que é bem abaixo do limiar mágico de Lijphart $M = 7$ onde uma legislatura representa verdadeiramente o microcosmo da sociedade*" (PETALLIDES, 2011, p. 4). Segundo este cálculo, os distritos deveriam totalizar 18 para que a magnitude média de 7,11 fosse atingida.

Dados oficiais libaneses indicam, adicionalmente, que nas eleições de 2009, apesar dos cristãos terem 50% dos assentos parlamentares (64), estes totalizaram apenas 39,8% dos eleitores registrados. Os muçulmanos, por seu lado, totalizaram 59,28% dos eleitores registrados com cédulas computadas, tendo obtido os mesmos 50% dos assentos garantidos (64). [ver Tabela 9]

[Tabela 9] – Composição confessional do eleitorado nacional – eleições legislativas de 7 de Junho de 2009⁹⁸

Confissão	Votantes	%	Assentos	%
Cristão Armênio Católico	20,229	00.6	1	00.8
Cristão Armênio Ortodoxo	88,589	02.8	5	03.9
Cristão Católico	152,052	04.8	8	06.3
Cristão Evangélico	16,787	00.5	1	00.8
Cristão Grego Ortodoxo	240,918	07.6	14	10.9
Cristão Maronita	690,368	21.8	34	26.6
Outros Cristãos	54,200	01.7	1	00.8
Total de Cristãos	1,263,143	40.0	64	50.0
Alauitas	26,503	00.8	2	01.6
Drusos	178,712	05.7	8	06.3
Muçulmanos Xiitas	840,308	26.6	27	21.1
Muçulmanos Sunitas	851,670	26.9	27	21.1
Total de Muçulmanos	1,897,193	60.0	64	50.0
Total	3,160,336		128	

⁹⁸ Fonte: CARR, 2009

Os "Outros" sob a categoria cristã incluem 5.525 judeus.

2.3 O Hezbollah, as crises institucionais e instabilidades contemporâneas

O partido Hezbollah é frequentemente acusado de representar os interesses iranianos na região e de possuir como *raison d'être* a aniquilação do Estado de Israel após a instauração de uma República Islâmica no Líbano, nos moldes iranianos. O grupo também é frequentemente acusado – o que é mais relevante para nossa pesquisa – de ser o responsável último pela instabilidade institucional libanesa, na medida em que não se adequaria às regras do jogo sectário e, em sua recusa em se desarmar, rompendo o monopólio do uso da força pelo Estado nacional libanês. Doméstica e internacionalmente, o Hezbollah é habitualmente apresentado como o ator radical no país e que por vezes se beneficiaria do vazio do *status quo*. Ou, ainda, como o controlador *de facto* da política e do governo libanês (CASPI, 2017).

A opinião sobre a responsabilidade do Hezbollah no fracasso do consociativismo confessional e como ameaça doméstica e regional é compartilhada por Terence Trenchard (2011), Daniel Byman (2003), James Abrahamson (2013) e outros. Cel. Terence D. Trenchard argumenta, por exemplo, que "*o poder e influência do Hezbollah no Levante dificultam drasticamente as aspirações dos Estados Unidos em promover a paz, a segurança e uma conjuntura favorável no Grande Oriente Médio*" e que "*o Hezbollah claramente representa a maior ameaça direta, principalmente ao povo do Líbano e depois, secundariamente, a Israel*" (TRENCHARD, 2011, p.18)⁹⁹. Ziad Majed, ainda de que forma menos inflamada, afirma que a força do partido realmente permite que ele "*através de vários meios mine a democracia consociacional, sem rejeitá-la abertamente*" (MAJED, 2010, p.13). A literatura também frequentemente superestima inclusive a presença do Hezbollah em regiões como Europa (LEVITT, 2013 ; WEINTHAL, 2013a ; WEINTHAL, 2013b), Estados Unidos e América do Sul (como em NORIEGA ; CÁRDENAS, 2011)¹⁰⁰.

⁹⁹ Trenchard corretamente reconhece que "*desde os anos 70, o Hezbollah transformou-se de um grupo militante sombrio [...] a uma milícia armada mais poderosa do que o exército libanês e com uma ampla rede que fornece serviços de bem-estar social aos seus distritos xiitas em todo o Líbano*". (TRENCHARD, 2011, p.1-2). Contudo, ao mesmo tempo, argumenta que "*o Hezbollah no Líbano é maior, mais organizado, mais tecnologicamente avançado, melhor financiado, melhor treinado e melhor armado do que a Al Qaeda e tem a capacidade de semear uma instabilidade muito maior no Oriente Médio*". (TRENCHARD, 2011, p.1-2).

¹⁰⁰ Durante os anos 1980, as campanhas militares do Hezbollah inauguraram o fenômeno do terrorismo suicida, que se espalhou posteriormente para regiões que hospedavam conflitos civis como Sri Lanka, áreas curdas da Turquia e Chechênia (CRENSHAW, 2007). Estas campanhas foram direcionadas a alvos militares norteamericanos, franceses, israelenses e as milícias libanesas pró-Israel, tendo como consequência bem sucedida a retirada das tropas americanas e francesas do Líbano em 1983. (PAPE, 2003). Com a expulsão destas forças estrangeiras na década de 1980 e após o movimento de desradicalização e de pragmatismo político, o Hezbollah passou a limitar sua ação paramilitar às incursões militares israelenses ao sul do Líbano. (CARNEIRO MAIA, 2013a)

O grupo, que passou a integrar a política doméstica libanesa a partir dos anos 1990, além de partido político é também uma força militar de resistência às incursões israelenses ao sul do Líbano, assim como provedor de serviços sociais cobrindo ações de educação, microcrédito, habitacionais e de saúde pública. Ainda que o grupo tenha sido condenado pelos seus ataques suicidas contra forças estrangeiras norte-americanas e francesas nos anos 1980, é consenso entre a literatura especializada que a inserção política após os anos 1990 reflete uma atividade legítima e pactuante com as regras do jogo político libanês. Neste sentido, nos últimos 20 anos, o Hezbollah tem fornecido exemplos de boa conduta parlamentar e de alianças eleitorais inter-religiosas, numa clara demonstração de racionalidade política estratégica. (DEEB, 2006 ; WIEGAND, 2009 ; KARAM, 2010b ; CARNEIRO MAIA 2013b). A atividade institucional do Hezbollah revela sua performance dentro do modelo confessional, tendo as suas exigências e agenda de aumento de poder pleiteadas dentro da engenharia política libanesa. A postura do partido reflete acomodação, construção de consenso e formação de alianças pragmáticas inter-religiosas. Sobretudo, ela representa a demanda xiita por maior inclusão política e sócio econômica.

Ainda assim, o Líbano viveu um impasse institucional de Maio de 2014 à Outubro de 2016, com suas coligações políticas majoritárias incapazes de formar um governo de consenso. Opositores a presença do Hezbollah no Parlamento acusavam o partido de ser responsável pelo impasse institucional e pelo fracasso na formação de um governo de união nacional no país. Outros exemplos, relativamente recentes, também refletiram a insatisfação de parcelas da elite política e de setores populacionais a atuação política do grupo, como em 2005 e em 2008. De modo que apesar da literatura apontar para uma adequada inserção do grupo no jogo político e institucional libanês, não parecem claras suas influências sobre o atual impasse institucional no país, e é por esta razão que a análise das seções que se seguem se torna necessária. Delas resultará uma análise que vai além das hipóteses que consideram o Hezbollah como provocador da instabilidade institucional: o Hezbollah não é causa, mas sintoma dos desajustes do sistema confessional, assim como são sintomas as dinâmicas que suscita em interação com as demais elites. E estes desajustes do sistema confessional repousam na própria característica que lhe distancia do consociativismo clássico.

As acusações com respeito aos ataques terroristas na Argentina em 1993 e 1994, o assassinado do ex-premiê libanês Rafiq Hariri, e mais recentemente a acusação de ataque terrorista na Bulgária em 2013 foram todas veementemente condenadas pelo grupo. A presença do Hezbollah na América Latina e sua consequente associação com o narcotráfico devem também ser tomadas com bastante cautela, visto que não existem indícios formais de sua presença na região, e, principalmente, pois estão intimamente relacionadas com o aumento da securitização da América Latina e tríplice fronteira. (LAMMERHIRT, 2016 ; SOUSA ; SOLIGO, 2011)

2.3.1 Atuação do Hezbollah na política libanesa no pós-guerra civil

O partido político libanês Hezbollah (Partido de Deus) surgiu inicialmente como milícia em resposta à invasão israelense no Líbano em 1982 (Operação Paz para a Galileia) e resistiu à ocupação israelense durante toda a guerra civil libanesa (1975-1990). Sua ascensão é reflexo de um processo que envolve o apoio à causa palestina e a oposição à ocupação israelense das terras árabes e a ressonância e influência que ambas vêm tendo na região nas últimas décadas. É ao mesmo tempo reflexo do apoio de grupos sociais domésticos historicamente marginalizados (KARAM, 2010a). As origens sociais do Hezbollah remontam ao ambiente das décadas de 1960 e 1970 de fervor radical e de secularismo militante por reformas inclusivas que incitaram os xiitas à ação política, historicamente à margem do Estado, economia e sociedade libanesas. Hoje o Hezbollah é uma das forças políticas mais importantes e influentes no Líbano, presente no atual governo interino do país, além de deter um extensivo programa de bem-estar social (NORTON, 1998).

De acordo com Augustus Norton, os xiitas têm raízes históricas profundas em Jabal Amil, ao sul do Líbano, e no Vale do Bekaa. Estiveram mergulhados na pobreza por séculos, e durante o domínio otomano foram tratados com suspeita e desprezo. Quando da fundação do Estado independente libanês em 1943, os xiitas eram a terceira maior comunidade do país, depois dos cristãos maronitas e dos muçulmanos sunitas, e lhes foi concedido o terceiro gabinete político, de porta-voz do parlamento. Em meados do século a comunidade xiita detinha pouca influência sobre o sistema político libanês, vez que era empobrecida e subdesenvolvida. (NORTON, 2007a, p. 12). Na prática, eram fortemente sub-representados nas nomeações para altos cargos (NORTON, 1998). O sistema confessional de então era estagnado, uma vez que baseado no último censo oficial de 1932, falhando em levar em consideração as mudanças demográficas. Conforme a população xiita crescia em ritmo acelerado em comparação com outros grupos, a inflexibilidade do sistema exacerbava sua sub-representação no governo. Como a seita confessional era a forma de ganhar acesso aos recursos do governo (redes de bem estar e instituições como escolas e hospitais) a sub-representação política dos xiitas empobrecidos canalizava menos recursos para estas comunidades, contribuindo para a pobreza desproporcional entre este segmento. Esta dinâmica era agravada pelo fato de que os assentos xiitas no parlamento eram geralmente preenchidos por latifundiários feudais e outras elites insuladas. (DEEB, 2006).

De acordo com As'ad AbuKhalil, uma estimativa da representação sectária de 1955 entre os funcionários públicos dos mais altos postos civis (legislativo, executivo e posições militares) colocou os maronitas em 40% dos cargos, enquanto 27% eram sunitas e apenas 3,6% eram xiitas – outras estimativas falam em 3,2% dos cargos. Em inícios da guerra civil em 1975, esses índices permaneceram relativamente inalterados. (ABUKHALIL, 1989, p. 153). Na década de 1980, os xiitas se tornaram a maior comunidade confessional do Líbano com quase 1,4 milhões de pessoas, superando as populações maronita e sunitas, estimadas cada uma em quase 800 mil (HAMZEH, 2004)¹⁰¹. O desenho institucional, contudo, não acompanhou em boa medida esta mudança, o que corresponde, em parte, a causa de nossa problemática em questão.

Em meados da década de 1980, os xiitas geralmente ocupavam o estrato mais baixo da sociedade libanesa; eram camponeses ou trabalhadores, exceto por uma pequena burguesia xiita. Os xiitas concentravam-se principalmente nos distritos pobres do sul do Líbano e do Vale do Bekaa. Destas áreas rurais, atingidas pela pobreza e negligenciadas pelo governo central, muitos xiitas migraram para os subúrbios de Beirute e alguns emigraram para a África Ocidental em busca de melhores oportunidades [...]. Os xiitas do Líbano, a maioria dos quais eram duodécimos ou imamis, careciam de suas próprias instituições religiosas reconhecidas pelo Estado, independentes das instituições muçulmanas sunitas, até 1968, quando o Imam Musa as Sadr, clérigo de ascendência libanesa nascido no Irã, criou o Conselho Islâmico Superior Xiita no Líbano. Sadr foi eleito presidente do conselho, que deveria representar os xiitas libaneses tanto a nível político como religioso. O Conselho incluía como membros todos os clérigos xiitas, bem como deputados, funcionários do Estado, ministros, escritores, profissionais e os mais notáveis xiitas residente no Líbano. (ABUKHALIL, 1989, p. 62-63, tradução nossa).¹⁰²

A comunidade, adicionalmente, possuía baixa influência econômica, com o analfabetismo amplamente difundido e até os anos 1940 a maioria dos xiitas era formada de agricultores (NORTON, 1998). Até os anos 1960 a maioria da população xiita vivia em áreas rurais, especialmente no sul e no vale do Bekaa, aonde as condições de vida não se aproximavam dos padrões do resto da nação. Nos termos de Lara Deeb, seguindo o programa de modernização que estabeleceu redes rodoviárias e introduziu políticas de plantio comercial no ambiente rural, muitos xiitas migraram para Beirute, se estabelecendo em um anel de

¹⁰¹ As'ad AbuKhalil fala em 1.066.000 ou 41% da população em 1986 (ABUKHALIL, 1989, p. 63)

¹⁰² No original: “*In the mid-1980s the Shias generally occupied the lowest stratum of Lebanese society; they were peasants or workers except for a small Shia bourgeoisie. The Shias were concentrated chiefly in the poor districts of southern Lebanon and the Biqa. From these rural areas, stricken by poverty and neglected by the central government, many Shias migrated to the suburbs of Beirut. Some Shias emigrated to West Africa in search of better opportunities. [...]. Shias of Lebanon, most of whom were Twelver or Imami Shias, lacked their own state-recognized religious institutions, independent of Sunni Muslim institutions, until 1968 when Imam Musa as Sadr, an Iranian-born cleric, created the Higher Shia Islamic Council. Sadr was elected chairman of the council, which was supposed to represent Lebanese Shias both at the political and religious levels. The council included as members all Shia clerics, as well as deputies, state employees, ministers, writers, professionals, and most noted Shias residing in Lebanon.*” (ABUKHALIL, 1989, p. 62-63)

subúrbios empobrecidos em torno da capital. A “*rápida urbanização fruto da incorporação na economia capitalista mundial alargou ainda mais as disparidades econômicas no Líbano*” (DEEB, 2006). Os tradicionais detentores do poder no Líbano, os maronitas e os sunitas, tampouco estavam fortemente interessados em dividir o poder com os xiitas. Não houve iniciativa para atender às demandas xiitas por um acesso mais amplo aos serviços públicos e por uma parcela maior de poder político, além das demandas de reformas basilares socioeconômicas e no sistema político (NORTON, 1998). Conforme escreve Ziad Majed (2010):

Após o fim da guerra civil, os xiitas obtiveram ganhos administrativos no governo libanês e assumiram posições mais significativas dentro dos círculos do poder político. Eles ocuparam cargos públicos no Parlamento e na Polícia, que tinha se desdobrado em um pequeno exército. Entre outras instituições, os xiitas assumiram cargos no Serviço de Segurança do Estado (*Amn Addawleh*), a Sûreté générale (*Al-Amn al-'Aam*), o Conselho Para o Sul do Líbano, o Fundo Nacional de Segurança Social, A Universidade Libanesa, e os ministérios da Informação, Saúde e Energia. Eles obtiveram compensações por deslocamento e por danos resultantes de ataques israelenses no sul em 1993 e 1996. A comunidade xiita também se beneficiou de novas estradas (mesmo que mal construídas) e de escolas públicas, algumas das quais permaneceram quase vazias no Sul devido ao reassentamento da população em Beirute e nos seus subúrbios. Além disso, as instalações sanitárias foram concedidas aos distritos xiitas, mas ou nunca foram postas em prática ou não funcionavam bem. A presença de xiitas nestas posições governamentais, tendo em conta a importância do recrutamento e do clientelismo no equilíbrio da liderança política no Líbano, não neutralizaram, contudo, a falta de influência xiita nas questões relacionadas a economia ou as relações externas. Os xiitas não puderam competir com o primeiro-ministro Rafic Hariri, o líder sunita, em sua autoridade sobre estas questões. (MAJED, 2010, p. 6, tradução nossa).¹⁰³

Esta histórica sub-representação política foi paulatinamente sendo compensada pelos dois maiores partidos xiitas no país, Amal e Hezbollah, culminando na obtenção por este último do poder de veto em 2008, fruto do acordo de Doha. Esta vitória política reequilibrou de certo modo as forças entre cristãos, sunitas e xiitas. Sob este prisma, este evento dá indícios de bom funcionamento do arranjo confessional, já que, paulatinamente, uma nova,

¹⁰³ No original: “*Following the end of war, the Shiites made administrative gains in the Lebanese government and assumed more significant positions inside the political power circles. They occupied public posts in Parliament and Police, which had developed into a small army. Among other institutions, the Shiites took up positions in the State Security Service (Amn Addawleh), the Sureté Générale (Al-Amn al-'Aam), the Council for South Lebanon, the National Social Security Fund, the Lebanese University, and the ministries of Information, Health, and Energy. They obtained compensations for displacement, and for damages resulting from Israeli attacks on the South in 1993 and 1996. The Shiite community also benefited from new roads (even if badly built) and public schools, some of which remained almost empty in the South due to the resettlement of the population in Beirut and its suburbs. In addition, sanitary facilities were granted to the Shiite districts, but were either never put in place or did not function well. The presence of Shiites in these government positions, taking into account the importance of recruitment and clientelism in the balance of political leadership in Lebanon, did not however counteract the lack of Shiite influence on matters related to the economy or foreign relations. The Shiites were unable to compete with Prime Minister Rafic Hariri, the Sunni leader, in his authority over these issues.*” (MAJED, 2010, p. 6).

crescente e demandante elite política foi capaz de inserir-se no jogo político e obter poder de veto ao lado das duas outras elites concorrentes majoritárias: sunitas e maronitas.

Conforme escreve Norton (2007a, p.13) uma conjuntura de fatos sociais, conflitos regionais e políticas domésticas moldaram a politização dos xiitas libaneses nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Nos anos 1950 e 1960 as forças modernizantes como educação, mobilidade e aumento ao acesso a comunicação promoveram as precondições para a politização e mobilização política dos xiitas. Com a modernização da agricultura e aumento desta população, muitos agricultores migraram para Beirute e para outros países. Os palestinos refugiados em 1948 também se transformaram em mão de obra barata que posteriormente pressionou os xiitas a migrarem para além do sul e do Bekaa. Simultaneamente, explica Norton, o crescimento de forças políticas anti-*status-quo* no Líbano, incluindo as guerrilhas palestinas e as diversas correntes do movimento comunista, atraíram muitos jovens xiitas para suas fileiras. (NORTON, 1998). Inicialmente a crescente população urbana, majoritariamente formada por xiitas empobrecidos e privados de direitos, não estava mobilizada em torno de linhas sectárias, mas sim aliada ao Partido Comunista Libanês e ao Partido Socialista Nacionalista Sírio. (DEEB, 2006)¹⁰⁴.

A década de 1960 foi de fervor radical e de secularismo militante, e muitos xiitas se mobilizaram para juntar-se àqueles que prometiam reformas e revolução. Foi neste ambiente, no tumulto pré-guerra civil, que o clérigo iraniano *al-Sayyid Musa al-Sadr* fundou o Conselho Islâmico Superior Xiita. O Conselho institucionalizou a comunidade xiita em 1967 e Sard lançou em 1974 um movimento de reforma populista que incitou dezenas de milhares de xiitas à ação política, o Amal. (NORTON, 1998). Seu ativismo moldou a dinâmica política da comunidade xiita ao longo da década seguinte, em virtude dos seus esforços para enfraquecer as famílias tradicionais, por um lado, e competir com a esquerda emergente, de outro. Sua insistência no combate a Israel e sua simultânea crítica e combate às práticas e métodos palestinos caracterizaram sua ideologia política, assim como sua retórica com respeito aos direitos xiitas no Líbano e a defesa dos "privados" em geral. (MAJED, 2010, p. 3). O ativismo político militante dos anos 1960 e 1970 de Mussa al-Sadr contra a marginalização

¹⁰⁴ Conforme escreve Majed (2010), cerca de 40% dos membros do Partido Comunista no início da década de 1970 eram xiitas. Na época, o Partido Comunista era provavelmente o terceiro no país em termos de adesão, depois do partido de direita cristão Kataeb e do Partido Socialista Progressista druso. Isso atraiu parte da comunidade xiita próxima à esquerda política libanesa. A esquerda apoiava a OLP e pedia pela reforma no sistema libanês. Suas posições políticas divergiam das posições das famílias políticas "tradicionais" xiitas que continuava a gozar do apoio de outras partes da comunidade (como os Assaad, Khalil, Zein e Osseiran no Sul e Hamadeh no Bekaa, a despeito da rivalidade entre elas). (MAJED, 2010, p. 3).

política e social dos xiitas e dos libaneses empobrecidos inspiraria também o Hezbollah. (KARAM, 2010b).

De acordo com Lara Deeb, entre 1978 e 1982, diversos eventos propeliram a nascente mobilização xiita e a divorciaram dos partidos de esquerda, a saber: duas invasões israelenses no sul do Líbano, o inexplicável desaparecimento de Musa al-Sadr, e a Revolução Islâmica no Irã. Havia uma crescente percepção entre os xiitas de que a esquerda libanesa havia falhado tanto em assegurar maiores direitos aos pobres quanto em proteger o sul do Líbano dos confrontos entre a OLP e Israel. Nos termos de Deeb (2006), *“a Revolução Islâmica no Irã em 1979 estabeleceu uma nova forma de exemplo, fornecendo uma visão de mundo alternativa ao capitalismo ocidental liberal diferente da visão de mundo defendida pela esquerda até então”*. De acordo com a autora, não se pode subestimar a importância da invasão de Israel em Junho de 1982 sobre a formação do Hezbollah, com um saldo de centenas de milhares de mortos e feridos. Foi também fundamental o posterior massacre nos campos de refugiados de Sabra e Chatila em Setembro de 1982 pela milícia cristã falangista, sob a proteção e direção do exército israelense, que matou, estuprou e mutilou milhares de refugiados civis. Aproximadamente um quarto destes eram xiitas que já haviam fugido da violência no sul (DEEB, 2006). A partir de 1982, muitos membros proeminentes do Amal saíram do partido, que havia se envolvido em políticas patronais e se distanciado de empenhos mais acirrados contra a pobreza e a ocupação israelense.

Ao sul do Líbano os confrontos entre a OLP e o Amal eram frequentes. Norton explica que a animosidade entre palestinos e xiitas era crescente vez que as forças armadas palestinas tratavam a população de forma dura e a expunha aos ataques israelenses através de suas ações militares. Assim, a razão primordial do Amal era proteger a população civil do fogo cruzado israelo-palestino. Israel tampouco contemplou as necessidades do Amal ou dos xiitas quando expulsou a OLP do sul do país em 1982 (NORTON, 1998), deslocando 450.000 pessoas além das 250.000 deslocadas na invasão de 1978. (DEEB, 2006). Em 1985, quando o Amal lançou a ‘guerra dos campos’ para impedir o ressurgimento de forças palestinas, o Hezbollah emprestou apoio chave aos palestinos. Desde então o Hezbollah construiu uma rede de alianças com os palestinos, e frequentemente tem falado em nome da expansão de seus direitos e da ampliação de seu acesso à economia libanesa, apesar da opinião prevalecente no Líbano de oposição à naturalização dos refugiados palestinos.

Ao sul as forças de resistência do Amal tiveram papel essencial na confrontação contra a ocupação israelense. (NORTON, 1998 ; NORTON, 2007). O ápice do poder do Amal foi em 1985, e mesmo na ocasião estava profundamente ameaçado pelo então mais radical Hezbollah - inspirado no modelo clerical iraniano, e não reformista e secular como o Amal. O Hezbollah se fortaleceu ao longo de década de 1980 durante a guerra civil, com apoio iraniano, e terminou por suplantando parcialmente o Amal nos arredores de Beirute. Acusações de ineficiência, corrupção e fraca liderança enfraqueceram o Amal. Contudo, apesar da diminuição do seu apoio, o Amal mantém sua base política, especialmente nos vilarejos ao sul do Líbano. Com o fim da guerra civil libanesa no ano de 1990 e assinatura das reformas previstas pelo acordo de Taif, a influência política xiita cresceu, e o Amal participou das eleições em 1992 e 1996. O apoio popular do Amal diminuiu e muitos dos profissionais de classe média da comunidade xiita, antes base-chave de apoio ao partido, desertaram durante a década de 1990, alienando muitos de seus antigos apoiadores - muitos que hoje integram as fileiras do Hezbollah. (NORTON, 1998). Ainda hoje o Amal permanece uma importante força política no sul do país, e, apesar de pequenos confrontos, Hezbollah e Amal alcançaram um *modus vivendi* político (NORTON, 2007b), inclusive concorrendo lado a lado na Aliança 8 de Março. Augustus Norton afirma que é preciso enfatizar que esta mudança na base de apoio não necessariamente reflete um ressurgimento de religiosidade. Em realidade, muitos dos apoiadores xiitas do Hezbollah, especialmente aqueles da classe média, são bastante casuais na sua prática religiosa (NORTON, 1998) e detém preocupações de cunho mais pragmático, utilitário e socioeconômico que propriamente religiosas. (HAMZEH, 2000)

Nas palavras de Ziad Majed:

Entre as elites das comunidades libanesas, as elites xiitas indiscutivelmente experimentaram a transformação mais radical nas últimas décadas. Descendentes de famílias político-feudais representavam anteriormente os cidadãos xiitas do Bekaa e do Sul (ou das "periferias", como as duas regiões e o Norte são chamados, considerando que Beirute e o Monte Líbano constituem o centro do país). Estes representantes xiitas tiveram menos influência no processo de tomada de decisão política nacional, estavam menos ligados aos serviços e à administração pública, e tiveram posições políticas menos competitivas do que os seus homólogos maronitas e sunitas. Suas áreas residenciais receberam poucos projetos de desenvolvimento e sua localização em ambientes rurais reduziu sua influência nos setores econômicos emergentes na época, como bancos, comércio, turismo e outros serviços. Por um longo período, os xiitas, portanto, pareciam estar à margem da vida política e à margem do centro econômico libanês. Como disse [...] Sayyed Moussa Sadr, eles eram os "privados". (MAJED, 2010, p. 3, tradução nossa)¹⁰⁵

¹⁰⁵ No original: "Among Lebanese communities' elites, the Shiite elites have arguably experienced the most radical transformation over the past few decades. Descendents of political-feudal families formerly represented Shiite citizens of the Bekaa and the South (or the "peripheries", as the two regions and the North are called,

No momento da fundação do Hezbollah nos anos 1980 as lideranças do grupo eram a favor da instauração de uma República Islâmica no Líbano nos moldes da Revolução Iraniana de 1979, e pressionavam pela desconfessionalização do sistema eleitoral (WIEGAND, 2009). Contudo, a partir dos anos 1990 (quando ocorreram as primeiras eleições no Líbano após 15 anos de guerra civil) o Hezbollah abandonou este objetivo religioso em prol de temáticas mais políticas, desenvolvimentistas e nacionalistas, especialmente após o ano 2000 (KARAM, 2010).

O Hezbollah teria passado por uma crise de confiança em 1989 e três eventos proporcionaram a oportunidade política para que os moderados da organização aprovassem mudanças estruturais. Em primeiro lugar, Esposito (2009) apresenta a morte do Aiatolá Khomeini, que fez com que os níveis de apoio e recursos que o Irã fornecia ao Hezbollah se tornassem um tema de debate orçamental em Teerã. Em segundo lugar, a notória coesão das lideranças que até então tinha sido uma marca do Hezbollah estava agora fraturada. Com a ausência seu líder espiritual e mentor político, dissidências antes suprimidas vieram à tona abertamente. Em terceiro lugar, o fim da guerra civil libanesa estava à vista. Este último fator provavelmente acelerou a conclusão de que algumas (ou a maioria) das subestruturas originárias do grupo teriam que mudar (ESPOSITO, 2009).

A reestruturação do Hezbollah veio na forma do afastamento das políticas radicais de sequestro e do *jihad* militante visando à destruição do sistema político libanês, levantando também o manto de sigilo sobre a organização em torno de suas motivações e tomadas de decisão. O ajuste mais significativo que permitiu essa mudança ideológica foi a decisão de participar nas eleições políticas libanesas de forma regular. Isto seria realizado através do reenquadramento do conceito clássico de "*jihad*", ampliando sua definição de forma a permitir a participação do grupo nas eleições (HARIK, 2007, p. 55¹⁰⁶ apud ESPOSITO, 2009, p. 41)¹⁰⁷. De acordo com Naim Qasim (2002¹⁰⁸ apud ALAGHA, 2006, p. 152), a questão da

considering that Beirut and Mount Lebanon constitute the center of the country). These Shiite representatives were less influential in the national political decision-making process, less connected to services and public administration, and had less competitive political positions than their Maronite and Sunni counterparts. Their residential areas received few development projects, and their location in rural environments reduced their influence on emerging economic sectors at the time, such as banking, commerce, tourism and other services. For a long period, the Shiites therefore seemed to be on the sidelines of political life and on the margins of the Lebanese economic center. As Sayyed Moussa Sadr later put it, they were the "deprived." (MAJED, 2010, p. 3)

¹⁰⁶ Harik, Judith Palmer. **Hezbollah: the Changing Face of Terrorism**. New York: Ed. I.B. Tauris & Co, 2007.

¹⁰⁷ Quanto ao conceito de *jihad*, um breve esclarecimento se faz necessário. A definição precisa de *jihad* equivale em português à contenda ou esforço, não refletindo o uso da violência em nome do Islã. O preceito religioso

adesão ao Parlamento libanês levou a ampla discussão interna e debate entre os quadros de dirigentes do Hezbollah. (CARNEIRO MAIA, 2013a).

Para Hamzeh (2000), ao lidar com os aspectos práticos da política, o Hezbollah foi forçado a repensar e transformar sua estratégia revolucionária em prol de uma estratégia mais gradualista e pragmática. Por trás da transformação na prática estratégica do grupo estão três elementos. Primeiramente, o sistema confessional representa a antítese dos objetivos políticos dos grupos islâmicos, o estabelecimento de um Estado Islâmico, o que freou seus anseios por objetivos mais radicais. Em segundo lugar, a força iraniana sobre o Líbano decresceu a partir de 1989 com a ascensão de Rafsanjani, que traçou um curso mais pragmático para o país, em oposição às facções militantes de Muhtashami e Khroubi. Com os radicais eclipsados, a maioria das facções militantes no Líbano perdeu seu poder, assim, as mudanças políticas no Irã teriam encorajado o Hezbollah a desmilitarizar sua identidade e construir uma base mais ampla na sociedade. (HAMZEH, 1993¹⁰⁹, apud HARB & LEENDERS, 2005). A influência síria no Líbano e declínio das forças militantes iranianas forçaram o Hezbollah a trabalhar dentro do sistema político libanês, transformando sua estratégia revolucionária em pragmática e gradualista. O Hezbollah admitiu a falta de condições práticas para o estabelecimento da ordem islâmica no país, numa chamada para o diálogo com cristãos, aceitando a realidade do sistema confessional libanês. A própria política doméstica libanesa, que não é a favor da revolução islâmica, nem entre as fileiras xiitas, teria levado o Hezbollah a ser menos motivado pela ideologia e mais por considerações políticas relacionadas à consolidação de sua existência. (HAMZEH, 1993, apud HARB & LEENDERS, 2005).

Em terceiro lugar, aponta Hamzeh (2000), o próprio processo de fornecimento de serviços de bem estar promoveu o crescimento dos eleitores dos grupos islâmicos. O

dirige os muçulmanos ao estudo, à pregação e à defesa da religião. O maior jihad não é a “luta contra os infiéis em batalha” ou a comumente conhecida “guerra santa”, mas a batalha contra a própria alma humana, em direção à melhoria moral e espiritual do muçulmano, na luta contra o mal dentro de si mesmo. O pequeno jihad, ou “guerra santa propriamente dita”, de fato possui uma característica defensiva, visando proteger o Islã de ataques externos, como escreve Karam, 2010b (p.17). Na impossibilidade de acordo através do grande jihad, a via belicosa poderia ser adotada, manifestando-se em termos defensivos ou ofensivos. Contudo, o maior jihad trata da jornada de resistência no Islã, de luta em direção à *sharia* (lei islâmica) como o verdadeiro e correto caminho de Deus a ser seguido: a *Ash-shari'a*. Conhecimento, educação e autocontrole são os meios para a resistência às paixões, instintos e ignorâncias humanas. (RAMADAN, 2013). Naturalmente, o reenquadramento do conceito de jihad ao qual Esposito se refere é certamente mais amplo do que o esclarecimento que fizemos aqui.

¹⁰⁸ QASIM, Na'im. Hizbullah: Al-Manhaj, Al-Tajriba, Al-Mustaqbal [Hizbullah: The Curriculum, the Experience, the Future]. Beirut: **Dar Al-Hadi**. 2002.

¹⁰⁹ HAMZEH, A. Nizar. Lebanon's Hizbullah: From Islamic revolution to parliamentary accommodation. **Third World Quarterly**, v. 14, n. 2, p. 321-337, 1993.

Hezbollah aumentou seu número de simpatizantes através do fornecimento expressivo de serviços de bem estar social. O grupo fornece sofisticados hospitais, centros médicos, e uma rede comercial que inclui supermercados, postos de gasolina, lojas de departamento e construtoras (*Muassast Jihad al-Bina'* ou Instituição da Reconstrução Sagrada). A lógica do fornecimento destes serviços à comunidade forneceu um ambiente propício para o desenvolvimento de uma estratégia pragmática e gradual, que tomou lugar do anterior compromisso destes grupos com a violência para derrubada do sistema político. À medida em que o Hezbollah obtinha vitórias contra o exército israelense e oferecia proteção e algum tipo de assistência social e econômica às vítimas da destruição e de deslocamentos forçados e suas famílias, a milícia tornava-se um movimento social reconhecido e respeitado pelos xiitas e outras comunidades no sul do país, em Beirute e no Bekaa. (KARAM, 2010b).

Tal estratégia somente foi possível devido a sua participação nas eleições parlamentares, que lhes conferiu representação simbólica no Parlamento. Adicionalmente, as funções e poderes disponíveis nos municípios libaneses chamaram a atenção do Hezbollah em relação à importância da divisão do poder em nível subordinado. As funções e responsabilidades sob jurisdição do conselho municipal, sob o conceito de autonomia e descentralização, envolve decisões a respeito de orçamento anual, impostos e taxas, gerenciamento de fundos, planejamento urbano, transporte público, desenvolvimento de recursos naturais, projetos de energia elétrica entre muitos outros. Em outras palavras, o famigerado fraco mecanismo do governo central libanês permitiu o fortalecimento do Hezbollah na instância local. (HAMZEH, 2000).

Assim, o sistema consociacional libanês e as necessidades de aliança da política parlamentar comum possuem um efeito pragmatizante sobre o Hezbollah. Neste sentido, a entrada do Hezbollah na política doméstica libanesa após o fim da Guerra Civil teria, *de facto*, aliado seu compromisso em estabelecer um sistema de governo islâmico no país. (CARNEIRO MAIA, 2013a). A literatura especializada da chamada escola 'libanizante' sugere que seu comportamento parlamentar, efetivamente responsável e cooperativo, privilegia a construção de alianças políticas em bases pragmáticas e utilitárias - como presente em Norton (1998), Wiegand (2009), Hamzeh (2000), Harb; Leenders (2005), Alagha (2006), entre outros.

Hamzeh (2000) defende que a estratégia gradualista e pragmática do Hezbollah é refletida em seus programas, alianças e comitês de campanha. O partido oferece programas

com amplo escopo e de natureza prática e não ideológica. Visando atrair votos, os programas dão ênfase nos aspectos econômicos, sociais e desenvolvimentistas dos vários municípios, particularmente os mais privados. O partido introduziu seus candidatos em bases não sectárias, enfatizando a honestidade e a seriedade no trabalho municipal, refletido nos slogans de campanha do grupo. Os programas de campanha nos municípios nos subúrbios ao sul de Beirute, no sul, Nabatiyyeh, Beirute e no Bekaa, excluem plataformas puramente ideológicas, excetuando as declarações relembrando o eleitorado das atividades da resistência islâmica contra Israel no Sul do Líbano. O partido enfatiza sua experiência no fornecimento de serviços de cunho social desde sua fundação. Hamzeh defende que as políticas e plataformas do Hezbollah se tornaram puramente utilitárias, ao invés de ideológicas ou religiosas. (HAMZEH, 2000).

De acordo com a escola libanizante, desde 1992, fruto da inflexão ideológica adotada pelos altos dirigentes do partido, os líderes do Hezbollah têm frequentemente reforçado o reconhecimento das contingências da sociedade multiconfessional libanesa e da importância da coexistência e do pluralismo dentro do país (DEEB, 2006). Foi sob a liderança de Hassan Nasrallah iniciada em 1992 que o Hezbollah se comprometeu em trabalhar conjuntamente com o Estado libanês através da participação eleitoral, uma decisão que alienou alguns dos clérigos mais radicalmente orientados da liderança do grupo. De acordo com os teóricos da acomodação política, o Hezbollah acompanha de maneira racional e estratégica a demanda de seu eleitorado, representando seus interesses de cunho socioeconômico, político, securitário e de autonomia através do próprio sistema vigente, e não procurando derrubá-lo (DEEB, 2006). A popularidade do Hezbollah seria, portanto, baseada em uma combinação de ideologia, resistência e aproximação ao desenvolvimento político e econômico das populações marginalizadas - e sua legitimidade estaria estabelecida institucionalmente. Esta atuação de pouco mais de 20 anos refletiria uma inclusão pragmática do Hezbollah dentro da política libanesa, sua inserção sendo reflexo de sua moderação e significando uma total adaptação ao sistema político libanês.

Atualmente, o Hezbollah abarca apoio político que transpõe questões meramente sectárias, numa chave muito mais nacionalista (JELLOUN, 2007), o que reforça seus quadros não de populações pobres, mas de classe média e alta, inclusive não xiitas. De acordo com Lara Deeb, o apoio popular do Hezbollah não se limita exclusivamente ao segmento xiita, demonstrando a diversificação de sua plataforma e o largo espectro do apoio libanês, que se

identifica com seu trabalho social, mas também seu papel ativo na resistência, sua ideologia nacionalista e anticorrupção (DEEB, 2006).

O Hezbollah é, para Esposito, uma organização militar, política e social resiliente, que se integra à sociedade e política libanesas. Esta organização islâmica continua a transformar-se e a alcançar sucesso em ser percebida como um ator político e legítimo participante do governo libanês, para além da rotulação terrorista (ESPOSITO, 2009).¹¹⁰ O projeto político do Hezbollah pós-1992 apela por inclusão social e política da parcela xiita, projeto este que, aliado ao seu crucial papel na guerra de 2006 contra Israel, tornam o grupo ator fundamental na região (DEEB, 2006; KARAM, 2010; NORTON 1998, NORTON, 2007). Desde o fim da guerra civil, o Hezbollah tem gozado de relativa boa convivência com os demais partidos políticos cuja maioria, apesar de algum ceticismo e eventuais críticas, aceitou a sua crescente participação no governo. (CARNEIRO MAIA, 2013a).

No mesmo sentido, Christian Karam afirma que desde o pós-guerra seus programas contemplam o tratamento de questões socioeconômicas, além de reformas políticas e econômicas no setor público que propõem fim da corrupção, da ineficiência, do clientelismo e do nepotismo (KARAM, 2010b, pp.115). Para o autor, o Hezbollah propõe melhorias na assistência social oferecida pelo Estado, acusado de ser negligente quanto ao cumprimento de seus deveres socioeconômicos com seus cidadãos (KARAM, 2010b). O Hezbollah teria adotado, portanto, uma postura racionalmente estratégica que optou pela inclusão do grupo como partido dentro do sistema confessional libanês, abrindo mão de suas ideologias originárias integrando-se verdadeiramente ao sistema político nacional.

Desde o período colonial francês em 1920 do Grande Líbano, explica Karam (2010b), o Líbano operou principalmente servindo aos interesses de uma minoria demográfica e social que durante décadas se encastelaria no poder público e no controle de uma economia baseada no chamado “modelo da república comercial libanesa”. Para o autor, tratava-se de uma *“ordem liberal burguesa dominada pelo libanismo maronita e, a partir dos anos 1950-60, também pela burguesia sunita, que se mostrou altamente concentradora de riqueza e renda,*

¹¹⁰ Mona Harb e Reinoud Leenders, por exemplo, contribuem para uma análise mais complexa e multifacetada do Hezbollah. Para eles, a variedade de instituições – sociais, políticas, militares – que o Hezbollah tem elaborado e readaptado cuidadosamente durante as duas últimas décadas no Líbano operam hoje como uma rede integrada, holística e indesvencilhável, que produz conjuntos de valores e significados que se penetram em uma armação religiosa e política inter-relacionada (HARB; LEENDERS, 2005). Contudo, não é intuito de nosso estudo pormenorizar a abordagem holística sobre o Hezbollah. Para mais informações sobre esta perspectiva ver nosso trabalho anterior “Hezbollah: do terrorismo ao empoderamento socioeconômico no Líbano” (CARNEIRO MAIA, 2013a).

socialmente desigual e excludente, sobretudo em relação à comunidade xiita” que enfrentava baixos indicadores sociais e econômicos. (KARAM, 2010b, p. 122).

Após a participação na política libanesa enquanto partido, o Hezbollah promove mudanças e adaptações no pensamento jurídico-teológico e no programa político e social da organização em relação a sua fase inicial de formação, modificando seus objetivos iniciais (KARAM, 2010b). Para Christian Karam, após 1992 o Hezbollah sofreu um processo histórico diferenciado que o fez conceber um desvio nas características até então tidas como típicas e regulares para uma organização considerada como islamista ou fundamentalista - e igualmente para uma sociedade fundada em um sistema político de bases étnicas, identitárias e religiosas como no caso do modelo libanês. De modo que haveria dois momentos claros na curta história do Hezbollah: que foi da revolução política quando da sua formação como milícia nos anos 1980 ao reformismo socioeconômico no pós-guerra civil. O grupo teria passado da rigidez crítica e de certa da forma ação contra o sistema político confessional e social libanês, que propunha islamizar, à opção consciente pela participação eleitoral e pela integração ao sistema político e econômico libanês. Este movimento também teria preenchido um vácuo político liberado pela crise da esquerda mundial, praticando uma função social, progressista e reformista (KARAM, 2010b).

Na primeira fase, de 1980 à 1990, escreve Karam, o ativismo militante do Hezbollah pretendia derrubar a ordem social libanesa e exigia o fim do confessionalismo político. O grupo defendia a abolição do sistema eleitoral como gravemente injusto e desigual, não representando assim a realidade social e econômica do Líbano nos anos 1980, sobretudo no que dizia respeito à sub-representação da comunidade xiita no poder estatal. Além disso, propunha um novo ordenamento socioeconômico de características islâmicas e xiitas que se opusesse ao predomínio do modelo da “república comercial” libanesa vigente desde o período colonial. (KARAM, 2010b). Na segunda fase após 1990, o grupo sofreu uma guinada em seu discurso e *práxis* política. A inserção pragmática e realista no sistema político confessional através da participação em pleitos eleitorais contribuiu para a relativização, de certo modo, das características sectárias, desproporcionais e não representativas da demografia social no sistema político, realizando alianças estratégicas conjunturais com cristãos e demais muçulmanos, através da elaboração de um discurso que o autor chama de islamo-nacionalista. (KARAM, 2010b.)

Assim, o grupo foi da revolução política islâmico-militante ao islamo-nacionalismo, aliado ao reformismo socioeconômico em forma de redes no pós-guerra, uma evolução considerável em se tratando de um grupo com uma história tão curta e conturbada. Conforme escreve Majed (2010), a elite xiita no final da guerra diferia completamente daquela no início da guerra. As famílias tradicionais que sobreviveram a esta mudança estavam sob as asas da nova liderança política. Esta nova liderança política xiita derivou sua legitimidade da guerra e do desejo coletivo por uma nova geração de xiitas libaneses de compensação da marginalização de sua comunidade. Neste sentido, continua Majed, *“os ativistas desta geração diferiam daqueles que tomaram a esquerda como sua identidade política; enquanto os últimos estavam preocupados com os horizontes da mudança e do secularismo, os primeiros se preocupavam em melhorar a posição xiita dentro do estado confessional e não superá-lo ou mudar sua estrutura”*. (MAJED, 2010, p. 5)

O próprio embarque no processo de "libanonização" (*labnana*) ou *infatih* "abertura" foi destinado especialmente aos cristãos, através do lançamento de uma campanha de relações públicas e políticas sem precedentes e de grande alcance dirigida a fomentar laços, apesar das diferenças ideológicas, com todos os demais poderes políticos e sociais que compunham a miríade de seitas libanesas. O processo visava inculcar uma política de diálogo aberto em um ambiente pluralista através da interação e cooperação com todas as comunidades libanesas, a fim de livrar o Líbano de seus problemas políticos e sociais e promover a unidade nacional (ALAGHA, 2006). A *infatih* visava atribuir maior importância e dedicar um esforço construtivo para aliviar problemas socioeconômicos e questões comunitárias concernentes a todos os segmentos, especialmente os estratos nas áreas mais desfavorecidas. O Hezbollah mobilizaria agora suas instituições para melhorar seus serviços às bases oprimidas e atender às suas necessidades mantendo a continuidade da resistência (ALAGHA, 2006). Todos dentro do âmbito confessional e promovendo diálogo inter-religioso. (CARNEIRO MAIA, 2013a).

A ampla interação com os cristãos e a atuação contemporânea do Hezbollah em paridade com os demais atores convenceram muitos libaneses de que a militância radical do Hezbollah estava reservada (exclusivamente) aos israelenses e não a destruição do modo libanês de vida (HARIK, 2007, apud ESPOSITO 2009). Com a participação eleitoral, o Hezbollah tinha então enquadrado com sucesso sua legitimidade igualmente como força de resistência e como representante cívico do povo (ESPOSITO 2009).

Conforme escreve Bassel F. Salloukh (2014), o Hezbollah tem sido assombrado por questões de legitimidade desde a sua entrada na cena libanesa em 16 de fevereiro 1985, com a sua "*Carta Aberta aos Oprimidos no Líbano e no Mundo*". Visto por muitos atores libaneses domésticos, e também pelos Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita, como nada mais que um “agente por procuração da Guarda Revolucionária Iraniana”, o partido tem se esforçado para provar suas credenciais libanesas, tendo se transformado de um ardente partido revolucionário em um dos principais atores domésticos do Líbano. O autor continua:

A Carta Aberta de 1985 prometeu a criação de um Estado Islâmico no Líbano, uma disposição que contradizia o sistema político confessional do país com base num acordo de partilha de poder consociacional [...]. Depois do fim da guerra civil inicialmente o Hezbollah rejeitou o Acordo de Taif de 1989, alegando que ele simplesmente consagrava aquele mesmo Estado confessional que o partido havia condenado como injusto e que procurava substituir com uma ordem islâmica. Mas posteriormente decidiu entrar na política libanesa, disputando as eleições parlamentares de 1992. De fato, o partido demonstrou um alto nível de pragmatismo político na era pós-guerra, negociando uma série de alianças eleitorais, aparentemente contra intuitivas, cruzadas ideologicamente e interseccionárias para garantir a sua porção de assentos parlamentares.

Em conjunto com os seus esforços para reforçar a sua legitimidade política doméstica, o Hezbollah trabalhou assiduamente para cultivar sua legitimidade social, principalmente no cerne de seu eleitorado xiita. O partido implantou uma estrutura institucional corporativista complexa que penetrou e mobilizou comunidades xiitas no sul, na região de Ba'albak-Hermel no Beqaa, e nos subúrbios ao sul de Beirute. Essas instituições oferecem uma miríade de serviços de assistência social, que incluem cuidados de saúde, educação, assistência financeira, atividades extracurriculares, reconstrução de casas destruídas nas várias guerras com Israel, e cuidados especiais às famílias dos mártires do partido. Esta rede também serviu para disseminar e consolidar a hegemonia ideológica do Hezbollah entre seus seguidores como através do cultivo de uma leal "sociedade de resistência" (*mujtama' al-muqawama*).[...] As capacidades militares do Hezbollah para resistir os ataques de Israel (na guerra de 2006) surpreenderam seus defensores domésticos e adversários, e sua rápida mobilização de um esforço de reconstrução hercúleo demonstrou seu compromisso com a sua "sociedade resistência"¹¹¹ (SALLOUKH, 2014, p. 100-102, tradução nossa).¹¹²

¹¹¹ Ainda que o autor deixe lugar para afirmar que a sensação de invencibilidade resultante desencadeou algumas práticas incontroláveis dentro e fora dos subúrbios do sul, que comprometeram a imagem até então imaculada do partido. Da mesma forma, o crescente consumismo e clientelismo entre alguns quadros de nível médio do partido expuseram o Hezbollah a sérias críticas até mesmo de dentro da comunidade xiita. (SALLOUKH, 2014, p. 102-103).

¹¹² No original: “*The 1985 Open Letter pledged the creation of an Islamic state in Lebanon, a provision that contradicted the country’s confessional political system based on a consociational power-sharing arrangement. [...] After the end of the war Hezbollah initially rejected the 1989 Taif Agreement, claiming that it simply consecrated the very confessional state that the party had condemned as unjust and sought to replace with an Islamic order. But it later decided to enter Lebanese politics by contesting the 1992 parliamentary elections. In fact the party demonstrated a high level of political pragmatism in the post-war era, negotiating a number of apparently counterintuitive cross-ideological and cross-sectarian electoral alliances to secure its share of parliamentary seats. In tandem with its efforts to bolster its domestic political legitimacy, Hezbollah worked assiduously to cultivate its social legitimacy, primarily among its core Shia constituency. The party deployed a complex corporatist institutional structure that penetrated and mobilized Shia communities in the south, the Ba'albak-Hermel region in the Beqaa, and Beirut’s southern suburbs. These institutions offered an array of social welfare provisions that included health care, education, financial assistance, extracurricular activities,*

Para muitos teóricos da chamada ‘libanização’, é posição consolidada a opção do Hezbollah em seguir uma via pragmática no pós-guerra quando decidiu integrar-se ao sistema político-econômico libanês através da participação em eleições municipais e nacionais. Este movimento denotou certa relativização do seu discurso anti-confessional e anti-comunitário dos anos 1980, que denunciava o confessionalismo político como politicamente desigual e socialmente injusto, assim como em certa medida relativizou sua retórica econômica antiliberal presente até o fim da guerra civil (KARAM, 2010b). O sistema político libanês, construído sobre uma base confessional e de atribuição (*muhasasa*) era criticado como empecilho ao desenvolvimento do país e aos direitos dos indivíduos como cidadãos (QASSEM, 1996¹¹³, apud HARB; LEENDERS, 2005). Posteriormente o Hezbollah passou a abraçar o sistema de atribuições e até a defender formas radicais de democracia consociacional (JELLOUN, 2007) demonstrando lealdade ao sistema confessional para prosseguir com suas agendas e demandas.

Nas eleições parlamentares de Agosto de 1992, os membros do Hezbollah foram bem sucedidos em mobilizar apoio popular através da apresentação de um programa político e social inclusivo, o que lhe concedeu 8 dos 128 assentos. Um dos fatores mais significativos para a vitória foi a formação de uma coalizão com outros segmentos religiosos, incluindo muçulmanos sunitas e cristãos. Desde então, o Hezbollah participou nas eleições parlamentares de 1996, 2000, 2005 e 2009 (última promovida no país) e nas eleições municipais de 1998, 2004, 2010 e 2016. Nas eleições parlamentares de 2000, a presença do Hezbollah no parlamento subiu de 9 para 12 assentos. (CARNEIRO MAIA, 2013a). Em coalizão com o Amal, conquistou todos 23 assentos no sul do Líbano e todos os 9 assentos na região de Baalbek-Hermel, no vale do Bekaa. Nas eleições de 2005, a aliança entre o Hezbollah e o Amal obteve controle de 35 dos assentos, ou 27% de todas as cadeiras. E nas eleições de Junho de 2009 o bloco 8 de Março liderado pelo Hezbollah – e em aliança com os cristãos - conquistou 57 assentos, ou 44,5% das cadeiras (WIEGAND, 2009).

the rebuilding of houses destroyed in multiple wars with Israel, and special care to the families of the party's martyrs. They also served to disseminate and consolidate Hezbollah's ideological hegemony among its followers as it cultivated a loyal "resistance society" (mujtama' al-muqawama).[...] Hezbollah's military capabilities to resist Israel's attacks (in the 2006 war) stunned its domestic supporters and opponents alike, and its swift mobilisation of a Herculean reconstruction effort demonstrated its commitment to its "resistance society" (SALLOUKH, 2014, p. 100-102).

¹¹³ Entrevista com Naim Qassem, Beirute: **Al-Nahar**, 5 jul.1996.

O grupo se adaptou ao jogo político abrandando suas posições e acomodando-se às regras do sistema eleitoral libanês (NORTON, 1998; DEEB, 2006; NORTON, 2007b; WIEGAND, 2009; HAMZEH, 2000; KARAM, 2010b)¹¹⁴. Seus candidatos concorrem nas chapas dos distritos multiconfessionais ao invés de concorrerem como indivíduos, e se aliam, mesmo que por vezes temporariamente, com políticos que não apoiam seu programa, de modo a aumentar sua chance de vitória, numa clara demonstração de racionalidade política estratégica (HAMZEH, 2000).

Para Esposito, os eventos históricos após 1992, “*ilustram ulteriormente a postura mais pragmática (se não mais moderada) que o Hezbollah adotou em direção à sua integração no sistema político libanês estabelecido*” (ESPOSITO, 2009, p. 43). Anne Marie Baylouny (2004)¹¹⁵ reforça o argumento de Esposito e dos demais teóricos libanizantes:

Dados indicam que, quando dada a oportunidade de participar da política, sob o preço da moderação, os movimentos irão alterar sua própria natureza para responderem a esse estímulo. A experiência do Hezbollah demonstra essa dinâmica. Não somente o grupo se moderou para entrar na política eleitoral, mas também reformulou seu objetivo central, renunciando seu objetivo de um Estado islâmico. (BAYLOUNY, 2004, apud ESPOSITO, 2009, p. 44, tradução nossa)¹¹⁶.

A política de abertura, ou *infītah*, é definida pela concordância em participar de um processo político sectário-confessional, ao mesmo tempo, afirma Alagha, em que o Hezbollah “*ganhou reputação de probidade, transparência, responsabilidade e integridade em sua política e trabalho socioeconômico*” (ALAGHA, 2006, p. 218, apud ESPOSITO, 2009). Peita Davis (2007) concorda, afirmando que a alta qualidade das instituições do Hezbollah e o fato de serem livres de corrupção aumentaram sua legitimidade. Seus serviços de saúde, sociais e educacionais têm motivado os xiitas a transferirem sua lealdade ao Estado em direção à organização.

¹¹⁴ Muitos dos constituintes do Hezbollah na realidade não querem viver em um Estado Islâmico, ao contrário, querem que seu partido represente seus interesses dentro de uma sociedade pluralista (DEEB, 2006). Na sociedade libanesa, a ampla maioria de seus habitantes é secular e se opõe ao conceito de Estado Islâmico (SAAB, 2008).

¹¹⁵ BAYLOUNY, Anne Marie. Emotions, Poverty or Politics: Misconceptions about Islamic Movements. *Strategic Insights*, v.3, n. 1, jan. 2004.

¹¹⁶ No original: “*The data indicate that when given the opportunity to participate in politics at the price of moderation, movements will alter their very nature to respond to this stimulus. Hezbollah’s experience demonstrates this dynamic. Not only had the group moderated to enter electoral politics, but also it reframed its central objective, forgoing its objective of an Islamic state*” (BAYLOUNY, 2004, apud ESPOSITO, 2009, p. 44).

Na chave argumentativa de um Estado libanês fraco e ineficiente, Peita Davis (2007) defende o fracasso do Estado libanês em fornecer serviços para muitos de seus cidadãos, sua incapacidade de retomar o monopólio dos meios de coerção após a guerra civil, e sua inabilidade de impedir a interferência interna e externa. Na verdade, o Hezbollah superaria o Estado libanês em muitos dos critérios empíricos de um Estado. Para Davis, ele tem mais a ganhar com o confronto democrático e legítimo com o Estado do que drenando seus recursos em um confronto *all-out* (DAVIS, 2007).

O Hezbollah seria um grupo sub-estatal militarizado que desafia a autoridade do Líbano estabelecendo uma estrutura de poder paralelo dentro do Estado. Davis defende que o fracasso do governo libanês em fornecer serviços e representatividade aos seus cidadãos - particularmente a população xiita marginalizada - permitiu que o Hezbollah preenchesse o vazio de governo ausente do Líbano, criando uma estrutura paralela semelhante àquela idealmente estatal. O Hezbollah se esforçaria para democraticamente reestruturar o sistema político em seu favor, em vez de tomar o Estado pela força. (CARNEIRO MAIA, 2013a).

O Hezbollah, como representante do islã-político em sua versão islamo-nacionalista e libanesa (KARAM, 2010b), atua às margens do Estado como entidade associativa, beneficente, espiritual e material em virtude da ausência de serviços públicos adequados e amplamente distribuídos. O Hezbollah atua, portanto, permeando as instituições estatais, mas também em estrita colaboração com as mesmas, como uma forma de preenchimento de um vácuo tanto ideológico quanto de função socioeconômica por ineficiência ou incapacidade estatal. Como afirma Elias Khoury, o Hezbollah é um importante ator na redistribuição da riqueza e é um grande poder econômico, não apenas militar. (TRABULSI; KHOURY, 2007). Para Fawwaz Trabulsi, o Hezbollah é um típico partido populista, assim como o Movimento Patriótico Livre, representando uma grande parte da classe média xiita:

Olhe para os sindicatos das profissões, e você verá que os muçulmanos são principalmente representados pelo Hizballah e os cristãos pelo Movimento Patriótico Livre. Então você tem uma classe média marginalizada, que nunca se beneficiou de qualquer ligação com o Estado. O Hizballah é marginalizado duas vezes: foi a única força lutando, e também é principalmente um partido do setor privado. Você pode dizer o mesmo sobre o Movimento Patriótico Livre. Eles representam um grande setor da nova burguesia [...] Então não estamos falando sobre os xiitas que estão lá fora, estamos falando de dois movimentos populistas que são bastante influentes. Ele são a prova de quão fechado e impermeável é o sistema político libanês. (TRABULSI; KHOURY, 2007, p. 22, tradução nossa)¹¹⁷.

¹¹⁷ No original: “I want to emphasize that Hizballah is a typical populist party, as is the Free Patriotic Movement. Hizballah represents a large section of the Shi’i middle class. Look at the syndicates of the professions, and you’ll see that the Muslims are mainly represented by Hizballah and the Christians by the Free

Em suma, a desradicalização, normalização ou libanização do grupo reflete o sucesso das sucessivas vitórias eleitorais e democráticas do partido, a proposição de plataformas cada vez mais pragmáticas, utilitárias e socioeconômicas – e não teológicas (HAMZEH, 2000). Para os teóricos libanizantes, os deputados do Hezbollah têm se comportado de forma responsável e cooperativa, e frequentemente barganham e constroem alianças políticas multissetoriais no parlamento em bases pragmáticas, visando maior adaptabilidade e sucesso político (WIEGAND, 2009, NORTON, 1998). Como a decisão de participar da política libanesa foi amplamente popular entre a comunidade xiita, onde existe um profundo sentimento de privação ou cassação dos direitos políticos, a transformação e inclusão do grupo são respostas às demandas de suas lideranças, mas, principalmente, de seu próprio eleitorado (HAMZEH, 2000). A aquisição de assentos no Parlamento também permitiu acesso mais amplo aos recursos do governo (alocações), que são tipicamente distribuídas de forma confessional no país.

De modo que não se pode buscar compreender o sistema sectário libanês e sua atribuição de cargos políticos e de recursos – orientadas confessionalmente – sem que se compreendam as razões e motivações da entrada política do Hezbollah no processo institucional do país, e de que forma ela foi percebida e reagida pelos demais atores e elites políticas. A inflexão ideológica do partido está intimamente associada às demandas de suas bases – xiitas e politicamente marginalizadas – que justamente buscam maior representatividade através da aliança xiita Amal-Hezbollah. Neste sentido, a natureza e caráter da atuação parlamentar do Hezbollah refletem o atendimento (ou sua tentativa) de demandas por maior representatividade de uma seita demograficamente significativa - e até então excluída. Contudo, ainda assim, o Hezbollah é acusado de ser responsável pelos atuais impasses institucionais no país. Adicionalmente, apesar de sua aparente incorporação ao modelo consociativo - reequilibrando, em alguma medida, o balanço confessional - o Estado libanês não parece funcionar de forma eficaz ou estar livre de constantes impasses institucionais. A razão destas imprecisões é o que buscaremos compreender nas seções que se seguem.

Patriotic Movement. So you have a marginalized middle class, which has never benefited from any link to the state. Hizballah is marginalized twice: It was the only force fighting, and also it is mainly a private-sector party. You can say the same about the Free Patriotic Movement. They represent a large sector of the new bourgeoisie, people who send a lot of money to Michel Aoun. They are the ones who have been financing his television station, which takes in tens of millions of Lebanese pounds. So we're not talking about those Shia who are outside, we're talking about two populist movements that are quite influential. They are the proof of how closed and impermeable the Lebanese political system is" (TRABULSI; KHOURY, 2007, p. 22

2.3.2 Delineando o problema da governabilidade

A recente crise institucional no país nos remete aos períodos de instabilidade e impasse parlamentar previstos no debate entre democracias majoritárias e consociacionais. O Líbano encontrou-se mergulhado por dois anos e meio em um vácuo de poder desde 25 de Maio de 2014, quando o mandato de seis anos do presidente Michel Suleiman terminou com os membros do parlamento incapazes de estabelecer um candidato consensual para substituir o ex-presidente. Na ausência da figura maronita, o enfraquecimento da posição presidencial enfraquece os cristãos no Líbano, automaticamente estremecendo o equilíbrio sectário estabelecido no Acordo de Taif. A paralisia política e legislativa marcou a atividade do Parlamento libanês por 29 meses devido aos frequentes boicotes pela Aliança 08 de Março¹¹⁸. O Hezbollah tem atualmente o poder de paralisar o gabinete já que seus membros e aliados detêm mais de um terço das cadeiras, uma vez que dois terços de quórum dos 128 assentos são necessários para dar andamento à votação. Após a entrada do Hezbollah na guerra civil síria, Riad expressou sua oposição ao envolvimento do partido no país, vetando a participação do grupo em um futuro governo libanês. Isto deixou o país em um estado de paralisia executiva, e o Hezbollah passou a bloquear qualquer tentativa de formar um novo gabinete em que não estivesse representado (SALLOUKH, 2014, p. 104).

Os legisladores do Bloco Mudança e Reforma, do deputado Michel Aoun, junto ao bloco do Hezbollah e seus aliados, denominado Coalizão 8 de Março, vinham frustrando qualquer quórum de 23 de Abril de 2014 à 31 de Outubro de 2016, através do boicote às sessões parlamentares. O bloco exigia um acordo de antemão com seus rivais da Coalizão 14 de Março acerca de um candidato presidencial de consenso. O Hezbollah apoiava seu aliado, o deputado Michel Aoun, como único candidato à Presidência em virtude de sua ampla base popular dentro da comunidade cristã. O Bloco Futuro e seus aliados da Aliança 14 de Março¹¹⁹ até então apoiavam o chefe das Forças Libanesas Samir Geagea para Presidente, o que era rechaçado pela coalizão liderada pelo Hezbollah - que o acusa de criminoso de guerra. Opositores a presença do Hezbollah no parlamento acusam o partido de ser

¹¹⁸ A Aliança 8 de Março possui atualmente 57 assentos dos 128 no parlamento libanês e é composta pelos partidos Amal, Hezbollah, Movimento Patriótico Livre, Tashnag Armênio, Partido Sírio Nacionalista Socialista, Partido Democrático Libanês, Movimento Marada, Partido da Solidariedade e Ba'ath. (SAMAHA; CHUGHTAI, 2015; DAGHER, 2016b)

¹¹⁹ A Coalizão 14 de Março possui atualmente 52 assentos dos 128 no parlamento e é composta pela coligação entre os partidos Movimento Futuro, Forças Libanesas, Kata'eb, Murr, Partido Hunchakian, Grupo Islâmico, Partido Ramgavar, Movimento da Esquerda Democrática e Partido Nacional Liberal (SAMAHA; CHUGHTAI, 2015; DAGHER, 2016b).

responsável pelo impasse institucional e pelo fracasso na formação de um governo de união nacional no país. Hariri reconfigurou o cenário ao nomear seu apoio a Franjeh para a presidência e, meses depois, a Michel Aoun, que foi finalmente eleito em 31 de Outubro de 2016 como presidente do Líbano.

Além da presente acusação de impedimento das eleições, responsabilização pelo impasse institucional e pelo fracasso na formação de um governo de união nacional no país, outros exemplos, relativamente recentes, também refletiram a insatisfação de parcelas da elite política e de setores populacionais à atuação política do Hezbollah, como em 2005 e em 2008. De modo que apesar da literatura apontar para uma adequada inserção do grupo no jogo político e institucional libanês - em que pese seu braço militar e suas atividades de cunho socioeconômico – não parecem claras as razões para o atual impasse institucional no país e o papel do partido como obstáculo à governabilidade. A despeito de sua inserção no arranjo confessional libanês, o Líbano vem enfrentando constantes quebras de institucionalidade e acirramento de tensões sectárias, aliadas a crises orçamentárias, de luz, água e lixo em um Estado fundamentalmente débil e inoperante.

2.3.3 A instabilidade institucional libanesa e a atuação do Hezbollah na política doméstica: as crises de 2005, 2008 e 2014

Em certa medida, sistemas consociativos preveem algum grau de instabilidade institucional e de dificuldade na formação de consenso. Conforme já antecipado por Lijphart (2003), na falta de consenso o modelo consensual prefere pecar pela inação. Ainda que não se possa proclamar o esgotamento do sistema confessional no Líbano, é fato que as crises nos últimos 10 anos representam um importante abalo na política libanesa que precisa ser devidamente endereçado. Esta configuração dual é refletida pela própria ausência de consenso no estado da arte local e internacional quanto ao adequado funcionamento do sistema confessional no Líbano, contido no *subitem 1.3* deste trabalho. Em razão desta problemática e da falta de clareza quanto às verdadeiras influências do Hezbollah sobre o atual impasse institucional no país, as subseções a seguir se propõem a analisar brevemente cada uma das crises de 2005, 2008 e 2014. Neste sentido, nos preocupamos com as racionalidades do partido em cada um destes momentos e quais os motivos que o levam a ser visto por seus adversários como desestabilizador do governo de consenso nacional. Novamente, o diálogo

com o sistema confessional será inevitável, na medida em que ele é testado a cada uma das crises - que, por sua vez, expõem as fraquezas e desajustes do próprio desenho institucional.

(i) A crise de 2005

A Revolução dos Cedros foi uma sequência de manifestações principalmente em Beirute desencadeadas pelo assassinato do ex-primeiro-ministro libanês Rafiq Hariri, em 14 de Fevereiro de 2005. Em 08 Março de 2005 diferentes partidos convocaram uma manifestação em massa no centro de Beirute, em resposta à Revolução dos Cedros. A demonstração agradecia à Síria pela ajuda no encerramento da guerra civil libanesa e pela estabilização do Líbano, além de apoiar a resistência libanesa à ocupação israelense. Em oposição, uma coalizão de partidos políticos e de independentes foi formada em 14 de Março de 2005, unidos por sua postura anti-regime sírio e por sua oposição à Aliança 8 de Março. Seus principais objetivos eram a retirada das tropas sírias do Líbano; um governo sob uma liderança mais independente; e a criação de uma comissão internacional para investigar o assassinato do premier. Após o assassinato, diversos líderes anti-Síria foram assassinados, acusações que recaíram sobre a coalizão anti-governo. Depois da Síria e do Hezbollah terem sido acusados de serem responsáveis pelo atentado, o Hezbollah e seus partidos aliados – Amal, Partido Socialista e Sírio – entraram em confronto com a coalizão 14 de Março, formada por sunitas, drusos e partidos políticos cristãos (Movimento Futuro, Partido Progressista Socialista, Falange e as Forças Libanesas). Em meio a protestos e manifestações pacíficas pró e anti-Síria, a coalizão 14 de Março exigiu a retirada das forças sírias do território libanês e o fim da interferência síria na política doméstica libanesa. Em Abril de 2005 os protestos e a forte pressão internacional convenceram a Síria a retirar suas tropas do Líbano (WIEGAND, 2009).

Em Fevereiro de 2006 o secretário geral do Hezbollah Nasrallah e Michel Aoun, chefe do Movimento Cristão Patriótico Livre, assinaram um memorando de acordo, encorajando o diálogo nacional com todos os partidos políticos no Líbano, apoiando a democracia consensual, e, dentre outras coisas, pedindo a reforma da lei eleitoral enfatizando a representação proporcional (MEMORANDUM OF JOINT UNDERSTANDING BETWEEN HEZBOLLAH AND THE FREE PATRIOTIC MOVEMENT, 2006)¹²⁰. Basicamente, a

¹²⁰ Os ‘Aounistas’ e a parcela xiita dividem um profundo senso de vitimização e opressão face ao que eles entendem como um sistema político corrupto e irresponsável. O Movimento Patriótico Livre (FPM) rompeu com

oposição, através da figura da Aliança 8 de Março, buscava expandir sua parcela de poder em medida significativa, especialmente às custas da elite cristã maronita tradicional e dos muçulmanos sunitas (num claro jogo político e pragmático). Com a ameaça na diminuição do poder sunita no Líbano, a Arábia Saudita se reforçou como apoiadora chave da posição, personificada na Aliança 14 de Março (NORTON, 2007b), polarizando desde então a política libanesa entre os dois blocos e suas respectivas alianças regionais.

Depois da guerra de 2006 com Israel, a aliança 14 de Março, apoiada pelos Estados Unidos, exigiu o desarmamento do Hezbollah e sua dedicação exclusiva à política libanesa¹²¹. Em Novembro de 2006, em protesto pela exigência do governo de maioria pela investigação da participação síria no assassinato de Hariri, cinco membros do gabinete xiita renunciaram. O partido também promoveu manifestações pacíficas pró-Hezbollah e pró-Síria em conjunto com o Movimento Patriótico Livre Cristão de Aoun, mobilizando 800.000 pessoas que pediam pela renúncia do então primeiro ministro anti-sírio Fuad Siniora, apoiado pelo ocidente. As manifestações também pediam pelo fim da corrupção e por maior representação no gabinete, com poder de veto pelo Hezbollah - relativo às decisões que envolvessem seu desarmamento. (WIEGAND, 2009). A aliança com Michel Aoun ajudou o Hezbollah a ganhar algum apoio perpassando diferentes linhas sectárias, mas foram as táticas políticas que forneceram ao Hezbollah a habilidade de operar de dentro do governo de forma a romper a formação de políticas pró-governo. (SALAMEY; PEARSON, 2006¹²², apud WIEGAND, 2009).

O Hezbollah precisava controlar ao menos um terço do parlamento mais um para ser capaz de ter poder de influenciar decisões importantes, que exigem uma maioria de dois

a aliança 14 de Março em 06 de fevereiro de 2006, quando seu líder Michel Aoun assinou o Memorando de Entendimento com o Hezbollah, o que promoveu grandes mudanças nas relações xiitas-cristãs com aumento significativo do apoio de cristãos ao Hezbollah. O Memorando de Entendimento assinado com o aliado de Damasco em Fevereiro de 2006, um ano após seu retorno do exílio na França e da retirada das tropas sírias do Líbano em Abril de 2005, surpreendeu a muitos, já que Aoun sempre foi um forte opositor da presença síria no país. O FPM considerou seu projeto em relação ao governo sírio concluído quando o exército sírio deixou o Líbano no final de Abril de 2005, tornando-se um dos principais consortes da coalizão 8 de Março.

¹²¹ Tensões entre o Hezbollah e a maioria dos blocos políticos e confessionais libaneses emergiram em 2004, mais precisamente, após a adoção da Resolução do Conselho de Segurança da ONU Nr. 1559 em Setembro daquele ano e da extensão do mandato do Presidente Emile Lahoud pelo parlamento libanês pró-sírio. (MAJED, 2010, p. 9). A UNSCR 1559 chamava pela retirada das tropas estrangeiras (sírias e israelenses) do Líbano, respeito pela constituição, eleições livres e justas, soberania, integridade territorial e independência política, além do desmantelamento das milícias (desarmamento do Hezbollah). (UNSCR 1559, 2004).

¹²² SALAMEY, Imad ; PEARSON, Fred. Hizbollah: A Proletarian Party with an Islamic Manifesto. **Midwest Political Science Association Annual Conference**, Chicago, abr. 2006.

terços. Com a recusa do governo em aceitar a demanda do Hezbollah em deliberar sobre seu armamento, e após manifestações massivas com presença de até 1,5 milhões de partidários contra a interferência norte americana e saudita, o Hezbollah ameaçou retirar seus ministros do gabinete, forçando uma paralização do governo e deixando-o sem escolha senão convocar novas eleições (SAAD-GHORAYEB; OTTAWAY, 2007). Dez dias após a sua demissão, Omar Karami foi restituído primeiro-ministro e exortou a oposição a participar no governo até as eleições previstas para Abril de 2005. E ainda que a aliança xiita-cristã da coalizão 8 de Março obtivesse maioria, o primeiro ministro deveria permanecer sunita em virtude das regras confessionais – com o que o Hezbollah estava de absoluto acordo. O fato de que não tinha sido atribuída aos xiitas no Líbano uma quota de poder político comensurável a sua crescente parcela populacional e poder social tornava uma mudança no então equilíbrio confessional particularmente ameaçadora às demais elites confessionais (SAAD-GHORAYEB; OTTAWAY, 2007).

Nas palavras de Bassel F. Salloukh (2014), o impasse entre o Hezbollah e a Aliança 14 de Março atingiu níveis inéditos quando todos os seis ministros xiitas se demitiram do governo de Siniora em 11 de Novembro de 2006, protestando contra a sua decisão unilateral de esboçar um estatuto para um Tribunal Internacional proposto para investigar o assassinato de Rafiq Hariri. Quando o governo de Siniora aprovou o estatuto em 13 de Novembro 2006, a despeito da ausência de todos os ministros xiitas, o Hezbollah respondeu organizando um enorme ‘*sit-in*’ ou ocupação pacífica no distrito central de Beirute, que teve início em 1 de Dezembro de 2006 e durou ininterrupta por 18 meses. O Hezbollah estava determinado a paralisar o governo de Siniora e negar qualquer aparência de legitimidade doméstica onde sua participação política não estivesse incluída. (SALLOUKH, 2014).

Os ministros xiitas no governo libanês, afiliados ao Hezbollah e ao movimento Amal, deixaram o Gabinete em protesto à rejeição de seus colegas de sua demanda por um governo da unidade nacional. Este governo concederia aos partidos xiitas e seu aliado cristão maior representação no gabinete. A maioria no gabinete argumentou que os libaneses haviam eleito seu governo nas eleições parlamentares de Maio a Junho de 2005, após o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafiq al-Hariri e da saída das tropas sírias do Líbano. Após as demonstrações populares pacíficas da oposição no centro e nos subúrbios ao sul de Beirute, a oposição liderada pelo Hezbollah exigia que o governo promovesse novas eleições parlamentares. Siniora, apoiado por Washington e Paris, denunciou este apelo como uma "tentativa de golpe de Estado".(TRABULSI ; KHOURY, 2007).

Para Fawwaz Trabulsi (2007), a constituição libanesa baseia-se em dois princípios bastante contraditórios. O primeiro é a democracia parlamentar republicana, ou regra da maioria. Efetivamente, as eleições produzem uma maioria, que escolhe um primeiro-ministro, que escolhe seu gabinete, e então, em teoria, a maioria governa. Por outro lado, em razão do sistema confessional, no Líbano sempre se pode defender que a regra não pode ser majoritária, e que o governo deve sempre ter espaço para a minoria: disposições claramente consociativas. Assim, o governo [de Siniora] *“ênfatiza sua eleição legítima pelo povo como uma maioria, enquanto a oposição diz que uma grande seita, a xiita, está fora do gabinete e, consequentemente, a minoria tem o direito do poder de veto sobre as decisões do executivo”*. (TRABULSI ; KHOURY, 2007, p. 20).

A renúncia dos ministros xiitas ocorreu após o fracasso de negociações anteriores nas quais pediam maior poder político ao grupo – que, apesar de ser atualmente a maior comunidade religiosa do Líbano, não estava apropriadamente representado no governo, razão pela qual questionava a legitimidade do governo de Siniora (NASSER, 2006). Ainda que a oposição política do Hezbollah dentro do Parlamento libanês tenha gerado desconfiança interna ao suposto excessivo sectarismo e apoio ao Irã - resultando em perda de apoio sunita - a análise da crise de 2005 demonstra que as táticas políticas do Hezbollah foram capazes de romper as formações políticas pró-governo. E, sobretudo, se provam hábeis em fazer avançar sua agenda de autonomia através de mecanismos institucionais e estadistas.

Tratou-se, portanto, de uma espécie de manobra política da oposição (através do Movimento Patriótico Livre, Hezbollah e Amal) para correção ou ajuste dos mecanismos consociativos - ainda que, em absoluto, formulado nestes termos. Ao exigir a aquisição do poder de veto da minoria em questões de alta relevância nacional, estava-se, na prática, aproximando o confessionalismo das prescrições consociativas de Lijphart. A paralização e boicote dos ministros do Hezbollah no gabinete representaram não um radicalismo e sectarismo do grupo, mas uma tentativa de aumentar e corrigir sua proporcionalidade e participação no sistema. Esta estratégia se provaria proveitosa três anos depois. Quanto às demandas por eleições proporcionais, estas ainda são pautas permanentes de especialistas e lideranças políticas. Voltaremos a este tema na seção 3.2 do próximo capítulo.

(ii) A crise de 2008

A crise de 7 Maio de 2008 registrou a pior luta sectária desde a guerra civil do Líbano, resultando na morte de 65 pessoas e com seções de Beirute Ocidental tomadas pelo Hezbollah de 9 à 14 de Maio, em uma tentativa de pressionar o governo de Siniora a ceder às suas exigências. A tensão ocorreu depois de 17 meses de uma crise política provocada por um movimento do governo para encerrar a rede clandestina de telecomunicações do Hezbollah e remover o chefe de segurança do Aeroporto de Beirute, Wafic Shkeir, por supostas ligações com o grupo. O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, afirmou que a decisão do governo de Siniora de declarar em 5 de Maio de 2008 a rede de telecomunicações militares do grupo ilegal e inconstitucional era uma "declaração de guerra" à organização. E, adicionalmente, uma acusação equivalente a declaração do partido como uma milícia banida, exigindo que o governo a revogasse (SALLOUKH, 2014).

O Hezbollah opera uma estratégica rede de telecomunicações de fibra óptica, que liga seus redutos do sul e do leste do Líbano, e os subúrbios ao sul de Beirute. O grupo alega que a rede foi um elemento-chave na Guerra do Líbano de 2006 contra Israel, já o governo considerou a rede ilegal uma violação de sua soberania. Além disso, a rede foi considerada pelo governo como uma violação aos fundos públicos, uma vez que compete com sua própria rede e utiliza infraestrutura libanesa. O Hezbollah declarou que considera a rede parte integrante das suas medidas defensivas contra Israel tendo sido utilizada pelo exército libanês em parceria com o grupo na guerra de 2006.

Como resultado da crise política escalada, milícias de ambos os lados tomaram as ruas controlando alguns bairros de Beirute. Combatentes da oposição liderada pelo Hezbollah fizeram demonstração de força e recuperaram bairros, como a oeste de Beirute, de milicianos leais ao Movimento Futuro e ao governo, cujas áreas foram entregues ao exército libanês. O exército também se comprometeu a resolver a disputa e reverteu as decisões do governo, deixando o Hezbollah preservar sua rede de telecomunicações e reestabelecendo o chefe de segurança do aeroporto. Um acordo foi obtido em 21 de maio de 2008 em Doha.

Assim, depois de 18 meses de protestos pacíficos no centro de Beirute e seis dias de tomada armada da capital, o Hezbollah foi bem sucedido em obter uma concessão fundamental com a aliança governista majoritária 14 de Março. Nas negociações, mediadas pelo Qatar, o Hezbollah alcançou o que sempre buscou como partido de oposição: o poder de veto no gabinete. Apesar do desejo da maioria governista pelo desarmamento do grupo como

milícia, o Hezbollah foi capaz de conquistar o poder de veto executivo através da promessa de que não utilizaria sua força armada dentro do Líbano para solucionar problemas políticos domésticos, mas não teve que concordar em desarmar sua milícia. Assim, o Hezbollah seria visto não somente como um ator legítimo pelos demais partidos governistas, mas como um ator que empunha poder suficiente para ser respeitado e levado a sério (WIEGAND, 2009). Sua exigência por poder de veto para as principais decisões constitucionais em 2008 demonstrou sua lealdade ao sistema consociativo, através da demanda pelo direito legítimo da oposição de uma representação mais precisa no Gabinete. Aqui também incluído seu aliado cristão principal, o Movimento Patriótico Livre, do General Michel Aoun, que contribuiu para suavizar a terrível clivagem cristã-muçulmana no país. (JELLOUN, 2007).

Em Maio de 2008 o Hezbollah alterou sua estratégia de protestos não violentos e votos parlamentares para o uso limitado de violência visando obter concessões políticas. Foi a primeira vez desde o pós-guerra civil do Líbano que o Hezbollah direcionou seu poder de fogo e expertise militar para dentro, contra outros libaneses - apesar das promessas frequentes da liderança do partido de que suas armas eram destinadas exclusivamente a Israel (SALLOUKH, 2014). Os protestos pacíficos do grupo já não mais lhe ajudavam a ganhar terreno político, e quando o governo fez dois movimentos que foram percebidos pelo Hezbollah como ameaçadores (a remoção do gerente aeroportuário pró-Hezbollah e investigações na rede de comunicação privada do partido), os líderes do Hezbollah retaliaram através do uso limitado da violência. O Hezbollah fez uso da violência política como alavanca para compelir o governo de maioria a reconsiderar de forma mais séria as demandas políticas da oposição (WIEGAND, 2009).

O acordo mediado pelo Qatar exigiu a formação de um governo de consenso no qual o gabinete seria composto de 30 postos: 16 para a maioria, 11 para a oposição e outros 3 assentos a serem nomeados pelo presidente. A alocação dos assentos vinha sendo uma demanda chave da oposição, que queria garantir seu poder de veto para as decisões mais importantes – já que desde o acordo de Taif o sistema político permanecia essencialmente maronita-sunita (MAJED, 2010). Com os 11 assentos no gabinete (um terço mais um) concedidos à oposição, o Hezbollah ganhou a habilidade de vetar quaisquer leis futuras que peçam pelo desarmamento do grupo, uma importante concessão que aumentou seu poder no governo. Em troca, o Hezbollah concordou em não mais fazer uso de nenhuma força armada para lidar com problemas políticos domésticos. Apesar do apelo da maioria governista pelo desarmamento, as negociações com o Qatar não envolveram a entrega das armas do

Hezbollah e o governo majoritário concordou com o acerto¹²³. Mais uma vez, o Hezbollah se mostrou capaz e hábil em obter importante influência política sem ter que ceder às demandas pelo desarmamento (WIEGAND, 2009).

Conforme escreve Bassel F. Salloukh:

O Acordo de Doha de 21 de Maio 2008, negociado pelo Qatar, resolveu temporariamente o impasse político entre as coalizões 8 e 14 de Março, mas foi incapaz de curar a cicatriz sectária criada pela tomada militar do Hezbollah de Beirute Ocidental. Para pelo menos metade do Líbano e uma secção transversal substancial da comunidade sunita do país, as armas do Hezbollah eram agora nada mais do que o poder de fogo de uma milícia ilegítima. Em contraste, a outra metade do país, e, especialmente, a maioria dos xiitas libaneses, viu a operação militar do Hezbollah em Beirute Ocidental como um ataque preventivo tático destinado a eliminar potenciais ameaças militares no próprio ambiente de segurança do partido. (SALLOUKH, 2014, p. 103).¹²⁴

A decisão pela utilização de mesmo algum grau de violência política foi um importante movimento para o Hezbollah. É compreensível que o governo de maioria queria o desarmamento do Hezbollah. Contudo, nenhum movimento proeminente para pressionar o partido neste sentido tem ocorrido desde a crise de Maio de 2008. Ao contrário, de acordo com Wiegand, o Hezbollah continua a ampliar seu arsenal em prol da resistência contra Israel. O governo possui pouca escolha com respeito ao armamento continuado do Hezbollah, vale a pena notar. O Hezbollah é mais forte, mais efetivo e mais eficiente que o exército libanês, e o governo sabe disso (WIEGAND, 2009) – além das eventuais parcerias militares entre ambos.

¹²³ O acordo de Doha de Maio de 2008 estabelecia que: fosse eleito um candidato de consenso para o cargo de Presidente que havia ficado vago meses antes; fosse formado um governo de unidade nacional no qual a oposição (o Hezbollah e seus aliados) tivesse poder de veto sobre decisões importantes; e que fosse conduzida uma eleição parlamentar de acordo com uma lei anterior para refletir uma representação mais precisa das comunidades religiosas cristãs.

Na realidade, afirma Saliba (2010), o Acordo de Doha foi um reconhecimento de que nenhuma decisão importante do governo libanês poderia ser efetiva sem o consentimento de todas as principais comunidades religiosas, independentemente do tamanho da maioria que apoiasse o governo na Câmara dos Deputados. Em outras palavras, a formalização e anuência do princípio consociativo dando veto e voz à minoria em decisões importantes. Nas palavras de Saliba: “*o Acordo de Doha, como os anteriores que o precederam, foi um reconhecimento tácito dos líderes políticos libaneses de que o regime constitucional no Líbano está subordinado ao consenso de suas principais comunidades religiosas, independentemente do regime democrático sob o qual a minoria parlamentar se submete à maioria. Quando tal consenso ocorre, todas as barreiras constitucionais podem ser removidas, tanto dentro quanto fora do processo constitucional*” (SALIBA, 2010, s/p).

¹²⁴ No original: “*The Qatari-negotiated 21 May 2008 Doha Accord temporarily resolved the political stand-off between the 8 and 14 March coalitions, but it was unable to heal the sectarian scar created by Hezbollah’s military takeover of West Beirut. For at least half of Lebanon and a substantial cross-section of the country’s Sunni community, Hezbollah’s weapons were now nothing more than the firepower of an illegitimate militia. In contrast, the other half of the country, and especially most Shia Lebanese, saw Hezbollah’s military operation in West Beirut as a tactical pre-emptive strike aimed at eliminating potential military threats in the party’s own security environment*”. (SALLOUKH, 2014, p. 103).

Adicionalmente, as declarações do Hezbollah prometem cooperação ao Líbano. À exemplo do pronunciamento de Hassan Nasrallah em 25 de Maio de 2008 na ocasião da posse de Michel Suleiman como presidente: *“Nós não queremos ter controle sobre o Líbano, tampouco ter governança sobre o Líbano ou impor nossas ideias sobre a população libanesa, pois acreditamos que este é um país diversificado e especial que necessita da colaboração de todos”* (NASRALLAH, 2008). E complementou afirmando que *“eu renovo meu apelo e convite para uma parceria verdadeiramente nacional sem eliminações ou imposições. O governo de unidade nacional não é a vitória da oposição contra os pró-governo. É a vitória de todos os libaneses”* (NASRALLAH, 2008).

Em 2009, 24 anos após a publicação da “Carta Aberta”, o Hezbollah lançou a público seu novo Manifesto Político em 30 de Novembro de 2009, a segunda plataforma ideológica do grupo desde 1985. O Manifesto (NASRALLAH, 2009) formaliza a postura contemporânea do grupo, assemelhando-o cada vez mais a uma espécie de esquerda islâmica. O documento reitera seus questionamentos à hegemonia norte-americana e geopolítica para região, empregando uma terminologia “anti-globalização” e identificando-se com a luta de movimentos não islâmicos análogos na América Latina (BERTI, 2010). O grupo questiona a presença dos conglomerados financeiros e empresariais, sua construção norte-americana da ‘Guerra ao Terror’, sua frequente violação dos Direitos Humanos na região, bem como o apoio incondicional à Israel como cabeça de ponte no Oriente Médio. E a temática religiosa é utilizada para corroborar conceitos de igualdade e justiça, reforçando a necessidade de diálogo e de coesão nacional e pan-árabe. (CARNEIRO MAIA, 2013a).

Ainda assim, com a nomeação de Saad Hariri para primeiro ministro em Novembro de 2009, dos 30 ministros a serem nomeados, 15 foram da Aliança 14 de Março, 10 da Aliança 8 de Março e 5 “neutros” atribuídos ao presidente Michel Suleiman. A atribuição das pastas negou à 14 de Março uma maioria de postos do gabinete, mas, igualmente, impediu a oposição de exercitar o poder do veto, que exigiria 11 postos (um terço mais um). Em 12 de Janeiro de 2011, o governo entrou em colapso depois que o ministro da Energia Gebran Bassil anunciou que os dez ministros da oposição renunciaram após meses de advertências do Hezbollah de que não permaneceriam inativos caso houvesse acusações formais contra o grupo pelo assassinato do ex-primeiro-ministro Rafic Hariri.

No Manifesto de 2009 o Hezbollah afirma seu comprometimento com o Líbano nacional, visando atender os interesses do país como um todo e respeitando os valores de

justiça e liberdade. O partido afirma ter evoluído e mudado de um poder de libertação e de confronto para um poder de equilíbrio, defesa e contenção na região, além de possuir um papel político interno fundamental e influente na construção de um Estado nacional libanês ‘justo e capaz’ (NASRALLAH, 2009; CARNEIRO MAIA, 2013a). O Hezbollah reconheceu oficialmente que o sistema político libanês é a melhor arena na qual a organização pode desenvolver-se e, portanto, abandona seu objetivo de criar um Estado Islâmico no Líbano. No entanto, a declaração reflete o aumento do poder político do Hezbollah domesticamente e de seu *status* dentro do país. Conforme escreve Benedetta Berti, o grupo tem, de facto, “*se tornado tão arraigado no sistema político que agora demanda aumento de seu poder de decisão - por exemplo, insistindo em uma fórmula de democracia consensual*” (BERTI, 2010, p. 99).

Conforme defende Bassel F. Salloukh (2014), o documento político de Novembro de 2009 foi desdobrado, em parte, para restaurar uma parcela perdida de legitimidade doméstica e obter maior consentimento em torno de sua capacidade militar. O partido agora aceitava formalmente o sistema político confessional que condenara outrora em 1985, em sua Carta Aberta, ressaltando o poder de veto pós-Doha gozado pelas três principais comunidades sectárias na formação do governo e nas tomadas de decisão do gabinete. Além disso, o Hezbollah insistiu que suas armas eram parte de uma trindade responsável por deter quaisquer futuros ataques israelenses, trindade que também incluía as Forças Armadas Libanesas (LAF) e a população libanesa - uma doutrina denominada *al-jaysh*, *alsha'b*, *al-moqawama* [o exército, o povo (o jovem), a resistência]. Combinadas, argumenta o autor, “*a condição da cláusula consociacional e a postura de dissuasão garantiam seu poder de veto sobre as deliberações futuras concernentes a uma estratégia de defesa nacional, ao papel do Hezbollah na mesma, e as modalidades de qualquer desmobilização ou desarmamento potenciais*”. (SALLOUKH, 2014, p. 100-102).

(iii) A crise (atual) de 2014

Beirute vive uma crise de gerenciamento de dejetos sem precedentes na história recente do país. Com resoluções pontuais tendo sido adotadas, a chamada crise do lixo continua a persistir desde o fechamento forçoso pela população do principal aterro da cidade, Naameh, em 17 de Julho de 2015, devido ao excesso de capacidade. Montanhas de lixo amontoaram-se na capital do país e nas montanhas circundantes, enquanto a falta de

alternativas adequadas para depósito do lixo estimulam protestos contra o fracasso do governo em encontrar uma solução. Os políticos continuam a debater sobre como lidar com a situação, enquanto ativistas, organizações não governamentais e municípios tomam iniciativas próprias, como reciclagem local e tratamento de resíduos para conter o problema pontualmente (CALFAT, 2015a). Recentemente, refugiados sírios têm trabalhado em projetos de reciclagem no país para endereçar diferentes formas de solucionar a crise. (SLEIMAN ; CHERRI, 2016).

A população libanesa vem lançando campanhas de reciclagem e de coleta de lixo, bem como vociferando acusações sobre um governo visto como paralisado e ineficaz ao tratar de problemas como a falta de água, eletricidade, coleta e despejo de lixo. Mas a crise ecoa problemas mais amplos que desafiam o Líbano: o Estado fraco tem sido há muito criticado por não ser capaz de desenvolver sua infraestrutura. A procrastinação dos políticos em tomar uma decisão, corrupção e descaso com a população são apontados por manifestantes como a causa da paralisia decisória e da disfuncionalidade do governo (CALFAT, 2015a). Um acordo foi obtido em Março de 2016 para abertura de uma nova instalação de descarte de resíduos, mas críticos categorizam a solução simplesmente como mais um outro acordo de bastidores que não conseguiu resolver a raiz do problema.

Manifestantes anti-governo de vários grupos ativistas continuam, desde o início da crise do lixo em Julho de 2015, ainda que em menor medida, tendo como alvo de seus protestos diferentes instituições e ministérios do governo libanês. Manifestantes de campanhas como *“You Stink”* e *“Nós Queremos Accountability”* vêm experimentando diferentes métodos e plataformas para mobilizar apoio para sua causa e pressionar a classe política tida como estagnada. Lançam mão de protestos, manifestações pacíficas, greves de fome e pichações.

Além de frequentes crises de água e de fornecimento de eletricidade, entre Maio 2014 e Outubro de 2016 o Líbano ficou sem um presidente por 29 meses consecutivos, incapaz de votar por um novo nome para o cargo executivo. O vácuo político se instalou desde o término do mandato do ex-presidente Michel Suleiman em 25 de Maio de 2014. Para além dos protestos populares e crises de infraestrutura, a multifacetada crise do país também era acompanhada das facções políticas rivais no governo de "acordo nacional" incapazes de chegar a qualquer acordo sobre suas soluções, apesar da pressão paulatina dos ativistas anti-corrupção. (CALFAT, 2015b). Até a 46ª rodada de eleição de um presidente, as partes não

eram capazes de entrar em acordo sobre nomeações e de garantir quórum necessário para a sessão eleitoral em plenário.

As eleições parlamentares, que deveriam ter sido realizadas em 2013, foram adiadas inconstitucionalmente duas vezes pelo governo, citando preocupações de segurança ligadas à instabilidade política, exacerbada pelo conflito sírio (DAGHER, 2015)¹²⁵. O Legislativo já estendeu seu mandato por duas vezes, a primeira em 31 Maio de 2013, por 17 meses, e a segunda em 5 de Novembro de 2014 por 31 meses, até Junho de 2017 (GHANEM, 2016). O resultado foi um país sem presidente por dois anos e meio e que não promove eleições legislativas desde 2009. O Parlamento ficou sem presenciar sessões legislativas de Novembro de 2015 à Outubro de 2016, já que os partidos cristãos e as Forças Libanesas se recusavam a participar de qualquer sessão legislativa cuja agenda não incluísse a votação de uma nova lei eleitoral. Já o Hezbollah e seu aliado Michel Aoun, líder do Bloco Mudança e Reforma, boicotaram as sessões desde Abril de 2014. As partes exigiam um acordo de antemão com seus rivais da Coalizão 14 de Março acerca de um candidato cristão de consenso para a presidência. (GHANEM, 2016).¹²⁶

A crise do vácuo presidencial que finalmente se encerrou em 31 de Outubro de 2016 foi precedida por algumas etapas. Quando o mandato do presidente Michel Suleiman terminou em Maio de 2014, o Hezbollah nomeou formalmente Aoun como seu candidato, e se juntou ao "General"¹²⁷, como chamado, em um boicote às sessões das eleições parlamentares

¹²⁵ Sobre a inconstitucionalidade da extensão do mandato, parlamentares do Bloco Mudança e Reforma questionaram a mais alta autoridade jurídica do país, o Conselho Constitucional do Líbano, que em 28 de Novembro de 2014 declarou que a extensão poderia ocorrer já que “promover eleições não seria seguro em virtude da situação síria e de circunstâncias excepcionais”. Mas tal decisão se tornaria nula e vazia com as eleições municipais de Maio de 2016, urgindo pela necessidade de novas eleições parlamentares de forma imediata. (DAGHER, 2015)

¹²⁶ Na sessão de 7 de Outubro de 2015, por exemplo, políticos rivais foram incapazes de chegar a um acordo sobre nomeações superiores do Exército, uma condição para que o Movimento Patriótico Livre permitisse que o governo se reunisse novamente e abrisse uma nova votação com o quórum necessário de dois terços para manter uma sessão eleitoral em plenário. A 45ª e última sessão frustrada para eleição de um novo Presidente libanês ocorreu no dia 28 de setembro de 2016. Apenas 53 legisladores compareceram ao Parlamento na Praça Nejme, em Beirute, muito aquém dos 86 deputados necessários para obtenção dos 2/3 de quórum. A Coalizão 14 de Março respondeu pela maioria dos presentes, enquanto que a Coalizção 8 de Março manteve o boicote às sessões, por não ter garantida sua indicação de Aoun ao cargo. (CALFAT, 2016b)

¹²⁷ Michel Aoun é maronita e fundador do Movimento Patriótico Livre, o maior partido político cristão no Líbano. Foi um poderoso general na Guerra Civil (1975-90). Em 1988-1989 liderou um governo militar contestado e temporário após o término do termo do presidente Amin Gemayel e supervisionou um esforço fracassado e destrutivo para expulsar o exército sírio do Líbano. (YAHYA, 2016). Encerrado o conflito, acabou exilado na França para protestar contra a presença de tropas sírias no país. Com a Revolução dos Cedros em 2005 e a retirada das tropas sírias, retornou ao Líbano.

que durariam até que votos suficientes dos blocos rivais fossem garantidos para assegurar a vitória de Aoun. Saad Hariri, líder do Movimento Futuro, por sua vez, endossava a candidatura de Samir Geagea, das Forças Libanesas, membro de sua coalizão 14 de Março, condenado pelos seus opositores. Em Dezembro de 2015 Hariri anunciou que concederia seu aval a Suleiman Franjeh, líder do Movimento Marada para a presidência, embaralhando as cartas políticas. (HARIRI..., 2016). Agora Hariri se opunha à Samir Geagea, a quem inicialmente havia indicado ao cargo, por, conjuntamente com o Hezbollah, ter “obstruído a sua iniciativa para acabar com o vácuo presidencial”. (LEBANON..., 2016a).

Em 18 Janeiro de 2016, Samir Geagea, líder das Forças Libanesas, agora já não mais apoiado por Saad Hariri, indicou seu apoio a Michel Aoun para a presidência, encerrando mais de duas décadas de relações amargas entre então inimigos em tempo de guerra e irradiando ondas de choque através de todo o espectro político do Líbano. (DAGHER, 2016c). Os dois também chegaram a um entendimento em 10 questões nacionais, sobretudo visando proteger os interesses cristãos e, no seu núcleo, a eleição de um presidente forte, além de entendimentos comuns sobre a política externa do Líbano e o papel desempenhado pelas agências de segurança e militares do Estado. Com o aval de Geagea, Aoun - que já era o candidato da Coalizão 8 de Março - tinha agora o apoio da maioria das Forças Libanesas, segundo grupo cristão mais popular no país. A aliança foi endossada em Maio de 2016, o que desestabilizou ainda mais as relações entre Geagea e seus próprios aliados da aliança 14 de Março, bem como entre Aoun e seus aliados da 8 de Março (GEAGEA..., 2016).¹²⁸

A reconciliação (e agora aliança eleitoral) entre as Forças Libanesas (LF) e o Movimento Patriótico Livre (FPM), depois de décadas de rivalidade literalmente assassina, parecia adicionar problemas à falta de consenso na nomeação do presidente maronita. Em 19 de Maio de 2016, Samir Geagea, líder das Forças Libanesas, reafirmou seu comprometimento com o Movimento Patriótico Livre, quatro dias após os dois grupos terem apoiado listas opostas nas eleições municipais em Jounieh. (GEAGEA..., 2016). Em pronunciamento,

¹²⁸ A própria Aliança 8 de Março somente ganhou força adicional quando o Movimento Patriótico Livre, que pertencia anteriormente a Aliança 14 de Março, se aliou à 8 de Março em Fevereiro de 2006 ao assinar um Memorando de Entendimento com o Hezbollah (vide nota 120). O Movimento Patriótico Livre (FPM) foi até então a base da Aliança 14 de Março. O movimento lançou a guerra de libertação contra o exército sírio em 14 de Março de 1989 e participou de todas as manifestações contra a ocupação síria até a Revolução do Cedro, em 14 de Março de 2005, até finalmente se unir à 8 de Março no ano seguinte.

Outro grande acontecimento positivo para a 8 de Março foi a aliança com o Partido Socialista Progressivo, que deixou a 14 de março em 2011, após o líder druso Walid Jumblatt ter visitado Damasco, na Síria. (KOBESSI, 2012).

Geagea reforçou a aliança entre os dois grupos em muitas municipalidades, como nos subúrbios ao sul de Beirute, onde as Forças Libanesas e o Movimento Patriótico Livre de Aoun promoveram uma lista conjunta em oposição à do Amal e do Hezbollah.

Neste estágio a corrida presidencial colocava Franjeh contra Aoun, então apoiado pelo Hezbollah, alguns membros da Aliança 8 de Março e pelo líder das Forças Libanesas Samir Geagea. Ou seja, colocando do mesmo lado, na prática e de forma surpreendente, a Aliança 8 de Março liderada pelo Hezbollah e seus inimigos das Forças Libanesas na figura de Samir Geagea¹²⁹. Já Franjeh era apoiado por Nabih Berri do Amal, porta-voz do parlamento, pelo membro do parlamento Walid Jumblatt e também por alguns aliados da 14 de Março e legisladores independentes (LEBANON..., 2016a).

Em 20 de Outubro de 2016 o líder do Movimento Futuro Saad Hariri endossou oficialmente Michel Aoun como seu candidato à presidência do Líbano¹³⁰. Em 23 de Outubro

¹²⁹ A problemática se acentuou na medida em que o Hezbollah não é inimigo, mas aliado de Franjeh na 8 de Março, e sua nomeação por Hariri não foi confortável para o partido, que não quis desfazer sua aliança com Aoun firmada desde 2006. Isto por estarem “*política e moralmente comprometidos com a nomeação de Aoun*” e uma vez que as alianças do grupo “*não são estabelecidas apenas com base em interesses políticos, mas também na confiança e na amizade.*” (HASHEM, 2016a, p.1). O posicionamento de Aoun durante a guerra de 2006 com Israel é fundamental na construção deste comprometimento moral, assim como quando Aoun manteve-se firme ao lado do Hezbollah durante a sua crise interna, nas manifestações contra o governo de 2007-2008, e depois, quando o Hezbollah decidiu intervir militarmente dentro de Beirute, em 2008, para bloquear a decisão do governo de dismantlar a rede de telecomunicações do grupo e remover o chefe de segurança do aeroporto de Beirute. Mas o principal marco que reforçou o vínculo foi a posição de Aoun sobre a guerra na Síria - os discursos e aparições públicas de Aoun em 2013 com respeito à ameaça sofrida pelos cristãos, a porosidade das fronteiras em Akkar e os embates entre moradores de Aarsal e Hermel forneceram à intervenção do Hezbollah na Síria o tão necessário aval cristão (HASHEM, 2016a, p.1). Ainda que Franjeh ele mesmo muitas vezes tenha tomado o mesmo posicionamento em relação à guerra no país vizinho.

Ambos os parlamentares cristãos (Aoun e Franjeh) são aliados próximos do movimento e “*conferiram total apoio a todas as decisões controversas que grupo tem tomado nos últimos anos*” além de Franjeh ser amigo próximo do presidente sírio, Bashar al-Assad, e de Nasrallah (HASHEM, 2016a, p.1). Franjeh é mais jovem, muito mais pró-sírio do que Aoun e mais próximo de Berri e de Jumblatt (DAGHER, 2016c). Ainda assim, em 29 de Janeiro de 2016, o secretário geral do Hezbollah Hassan Nasrallah afirmou que o Hezbollah continuaria a apoiar a candidatura presidencial do líder do Movimento Patriótico Livre general Michel Aoun e que o faria enquanto Aoun desejasse permanecer candidato (HEZBOLLAH CHIEF..., 2016). A “*tentação*” oferecida ao Hezbollah acabou por descontentar as Forças Libanesas na figura de Geagea.

Tanto o Movimento Futuro quanto o Hezbollah são contra a aproximação das Forças Libanesas e o Movimento Patriótico Livre, ainda que o líder do Hezbollah tenha negado alegações de que o partido estava desgostoso com a reconciliação dos líderes cristãos. Nasrallah a descreveu como um “*desenvolvimento positivo*” e disse que a escolha entre os então dois candidatos restantes - Aoun, apoiado por Geagea e pelo Hezbollah; e Franjeh, então apoiado pelo Movimento Futuro e o Amal, entre outros - só poderia ser favorável à Coligação 8 de Março. “*O presidente não vai ser da 14 de Março, mas da 8 de Março. O desacordo é somente quanto a pessoa.*” (HEZBOLLAH CHIEF..., 2016).

¹³⁰ Hariri alegou ter tomado a decisão “*para que o Líbano como um todo preservasse o Estado, suas instituições, sua estabilidade e sua segurança*”. Classificando a decisão como um “*sacrifício e não um acordo*”, Hariri declarou que o Líbano precisava “*desesperadamente alcançar uma solução política*” e, que, portanto, estava formalmente endossando Michel Aoun para o cargo de presidente do país. Hariri fez referência à vizinha Síria

de 2016 Nasrallah confirmou que deixaria de boicotar as sessões parlamentares e que votaria em Aoun para presidente. Isto foi feito a despeito de seu maior aliado xiita da coalizão 8 de Março, o Amal, ter confirmado que não votaria em Aoun. (DAGHER, 2016c)¹³¹. A vitória de Aoun para a presidência foi registrada em 31 de Outubro de 2016, na quarta rodada da 46ª sessão parlamentar para eleição presidencial, com quórum suficiente para a obtenção de uma maioria de 2/3 para a eleição presidencial. A maior parte do bloco parlamentar do Hezbollah votou em Aoun, suspendendo o longo período de boicote às sessões. Em virtude da proximidade de Aoun ao Hezbollah, Sami Gemayel, chefe do partido Kataeb (Falange) e seu bloco parlamentar, votaram contra o novo presidente. (HASHEM, 2016b). Walid Jumblatt, velho adversário de Aoun que manifestava, até então, apoio a nomeação do líder do Movimento Marada, Sleiman Franjeh, se arrependeu e apoiou Aoun para a presidência (NAKHOUL; PERRY, 2016). Nabih Berri e Franjeh, contudo, não endossaram o apoio a Aoun. Mesmo assim, com 86 votos dos 127, a eleição de Aoun como presidente refletiu o aval inédito do Hezbollah, das Forças Libanesas, do Movimento Futuro e do Partido Socialista Progressista Druso, juntos, em torno de Aoun. O anúncio foi amplamente visto como uma vitória para o Hezbollah, Síria e seu 'patrono regional', o Irã, e como um revés para Hariri e Arábia Saudita.

Ao assumir, Aoun declarou que o Líbano *"deve permanecer fora dos conflitos regionais e seguir uma política externa independente, de acordo com seus interesses"*. E confirmou que o Líbano *"não poupará qualquer tipo de resistência na luta com Israel para libertar os territórios libaneses ocupados"* e que *"recorrerá à dissuasão preventiva para lidar com ameaças terroristas"*, sublinhando a construção do Estado, do exército e da economia, juntamente com o compromisso do Líbano com a Liga Árabe. (HASHEM, 2016b). O agora presidente Aoun era obrigado, na primeira semana de Novembro de 2016, a designar seu candidato a primeiro-ministro com o maior apoio entre os deputados membros do parlamento. Saad Hariri, que serviu anteriormente como primeiro-ministro entre 2009 e 2011, foi nomeado como novo primeiro-ministro do Líbano em 03 de novembro de 2016¹³². Hariri foi

como uma das principais razões por ter confirmado o apoio a Aoun, e exortou os cidadãos libaneses a se reunirem em torno do candidato. O país faz fronteira a norte e leste com a Síria, devastada pela guerra desde 2011, e que já gerou estimados 500.000 mortos (BERCITO, 2016). Como consequência, o Líbano vem registrando um alastramento no número de combatentes extremistas e grande influxo de refugiados, deteriorando a já debilitada infraestrutura do país.

¹³¹ O Hezbollah tentou absorver o impacto da manobra do Movimento Futuro, com líderes-chave no partido (incluindo Nasrallah) reiterando que o Amal não seria isolado pelo acordo, suavizando o golpe para Berri. (DAGHER, 2016c).

¹³² No Líbano, a posição mais eficaz e potente no Estado é o de primeiro-ministro. Este tem sido o caso desde o Acordo de Taif de 1989. Ainda que a posição de primeiro-ministro seja o cargo mais poderoso no governo do país e que o presidente no Líbano tenha poder limitado, "ele é mais um pai para a nação do que seu líder". (HASHEM, 2016c, p.2)

endossado por 112 membros do parlamento de 127 assentos. Os movimentos xiita do Hezbollah, Partido Nacional Social da Síria e o partido Baath libanês - todos os apoiadores do governo da Síria - optaram por não endossar qualquer candidato ao cargo de premier. Berri disse que o apoiaria e cooperaria com seus esforços para formar um governo. Assim, após as consultas parlamentares necessárias e vinculantes, o presidente Aoun confiou a Saad Hariri a formação de um governo, cujo retorno foi assegurado como parte do acordo de apoio ao ex-general Michel Aoun¹³³. Hariri afirmou que esperava formar um governo de acordo nacional rapidamente, e prometeu uma "nova era para o Líbano".(SAAD HARIRI..., 2016)¹³⁴

Mas este movimento de apoio a Aoun, na prática, coloca Hariri - líder do Movimento Futuro de maioria sunita e apoiado pela Arábia Saudita e pelo Ocidente - ao lado do Hezbollah - crítico severo das políticas sauditas, aliado do Irã e que possui membros combatendo na vizinha Síria. Hariri e seus parceiros apoiam o levante contra Bashar al Assad, enquanto o Hezbollah denuncia a presença de jihadistas no país. Enquanto o partido é próximo a Aoun, suas relações com Hariri e Geagea não são boas. (YAHYA, 2016). Ainda assim, o Hezbollah já sinalizou que aceitará Hariri como premier pelos próximos seis anos (HEZBOLLAH MPS..., 2016) - o que igualmente classificou como “um grande sacrifício”. (HASHEM, 2016c).

Especula-se que a eleição de Aoun encerrará um período de crise institucional no país ao também ter aberto espaço para Saad Hariri voltar ao cargo de primeiro-ministro. Assim, estariam contemplados no governo de união nacional não somente todas as confissões como

¹³³ Após o endosso a Aoun, era esperado que Hariri voltasse ao cargo de premier. Com um oficial de alto escalão da coalizão 08 de Março como Michel Aoun na presidência, Hariri poderia mais facilmente garantir o cargo de primeiro-ministro para si, já que é o líder da coalizão 14 de Março e do maior bloco sunita no parlamento (YAHYA, 2016). O fraco desempenho dos candidatos de Hariri durante as eleições municipais de 2016 – sobretudo em seu tradicional reduto em Trípoli - e adversidades financeiras sendo enfrentadas pela sua gigante petroleira Saudi Oger em reestruturação financeira multibilionária (FRENCH; ARNOLD; PAUL, 2016) fazem com que o acordo seja necessário para garantir a própria sobrevivência política de Hariri. Graves contratempos financeiros influenciados pela situação econômica na Arábia Saudita e pela abalada relação pessoal entre Hariri e o príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Nayef.(HASHEM, 2016c) talvez tenham incentivado que as concessões à Aoun fossem feitas sob os custos de diminuir a influência da Arábia Saudita sobre a política do país. (NAKHOUL; PERRY, 2016).

¹³⁴ "*Nós, o governo, vamos começar a trabalhar para resolver os problemas econômicos, ambientais, de segurança e políticos que os libaneses enfrentam*", disse Hariri. O país enfrenta desafios de segurança relacionados com a guerra civil na vizinha Síria e luta para lidar com o influxo de refugiados, além dos já mencionados problemas com a economia, infraestrutura e serviços básicos. (SAAD HARIRI..., 2016).

A manutenção da estabilidade política e de uma economia em crescimento não é uma tarefa fácil, sobretudo tendo como vizinhos a Síria em Guerra Civil ao leste e norte, Israel, formalmente um inimigo, ao sul. Mas, apesar da presença pontual do Estado Islâmico sobretudo em áreas fronteiriças e a promoção de alguns atentados terroristas no país (Trípoli em Janeiro 2015, Beirute Novembro de 2015 e Al Qaa em Junho de 2016) a estabilidade está sendo minimamente mantida no país, permanecendo uma das capitais mais seguras no mundo árabe.

as duas alianças opositoras: 14 e 8 de Março. A grande coalizão incluiria agora as forças opositoras, conforme dita a teoria consociativa. Mas as constantes instabilidades e impasses têm suas origens no próprio sistema e, a despeito da coalizão já ter sido ampliada em 2008, as crises parecem ter se reforçado – sobretudo em termos de inoperância estatal. Neste sentido, a análise das crises acima não nos fornecem insumos para afirmar que o país tenda à estabilização nos próximos anos.

Adicionalmente, a despeito da esperança de encerramento da crise institucional com as nomeações de Aoun e Hariri, conforme escreve Maha Yahya (2016), haverá obstáculos à frente sobre como o governo formulará sua declaração de política externa, que terá que refletir um consenso mínimo sobre questões de interesse nacional. Estes incluem o envolvimento do Hezbollah na Síria, o financiamento do Tribunal Internacional que julga suspeitos no assassinato de Rafiq Hariri (todos eles membros do Hezbollah) e até mesmo como conter a retórica anti-saudita do partido. Hariri e Aoun não necessariamente concordam em seus posicionamentos sobre estas questões¹³⁵. Ao assumir, Aoun tampouco fez menção a algumas das questões mais divisivas enfrentadas pelo Líbano: o arsenal armado do Hezbollah e a posição do Líbano sobre a guerra na Síria, onde a postura oficial do governo tem sido de "dissociação".(NAKHOUL; PERRY, 2016).

A atual crise política está longe de ser encerrada e deve ser acompanhada em seus desdobramentos diários. As análises preliminares que podem ser esboçadas devem necessariamente envolver uma avaliação da continuidade das alianças estabelecidas pelo partido Hezbollah após a Revolução dos Cedros em 2005 e a cada vez mais presente insatisfação popular em relação ao manejo e provisão de recursos públicos. As manifestações populares iniciadas em 2015 parecem indicar o esgotamento dos cidadãos com relação ao sistema confessional de gerenciamento público. Ao mesmo tempo, a despeito do impasse institucional e vácuo político de 2014 à 2016 (e do acúmulo de crises anteriores em 2005 e 2008) há uma relativa continuidade da governabilidade – ainda que mínima - no país, mesmo sob um cenário de instabilidade regional e contínua ingerência externa.

¹³⁵ Adicionalmente, conforme escreve Maha Yahya (2016), “*como os principais fornecedores da retórica anti-refugiados sírios, os aounistas podem escalar a xenofobia que tem dominado o debate público sobre a questão síria, talvez traduzindo isso em ainda maior abuso aos refugiados. No longo prazo, e tendo em vista as crescentes tensões sectárias no Líbano, tais ações podem precipitar o crescimento de elementos radicais dentro de comunidades de refugiados e outras*”. (YAHYA, 2016, p. 3).

2.4. As eleições municipais de 2016

Durante Maio de 2016 quatro rodadas de votações municipais ocorreram sob forte esquema de segurança nas cinco províncias do país, para preencher 11.424 assentos em conselhos municipais nas cerca de 1.015 municipalidades. As eleições municipais para votação nos novos Conselhos Municipais e Mukhtars, ou funcionários do governo local, tiveram início em Beirute, no vale do Bekaa e em Baalbek-Hermel no dia 8 de Maio, enquanto as eleições no Monte Líbano foram realizadas em 15 de Maio. As eleições no sul do Líbano, nos arredores xiitas da capital libanesa e em Nabatieh ocorreram em 22 de Maio e no norte do Líbano e em Akkar, em 29 de maio de 2016. (CALFAT, 2016a). Estas foram as primeiras eleições municipais desde 2010¹³⁶. Apesar do notável aumento de candidatos de base, em resposta à crise do lixo em Julho de 2015 em Beirute, os tradicionais e já estabelecidos grupos políticos demonstraram confiança com relação aos resultados em algumas regiões. Foi este o caso do Movimento Futuro, do sunita Saad Hariri, em Beirute, e do Hezbollah no Vale do Bekaa, do druso Walid Jumblatt nas aldeias drusas e dos partidos cristãos em Zahle – mas que enfrentaram oposição em seus redutos tradicionais. Cerca de 35% dos eleitores no Sul e cerca 45% deles em Baalbek no Bekaa não votaram nas listas xiitas do Hezbollah e Amal. Com respeito ao Movimento Futuro do Sunita Saad Hariri, baixa participação foi registrada em seus redutos em Beirute, Sidon e Oeste do Vale do Bekaa, além da forte derrota em Trípoli e em algumas municipalidades do norte do país. Derrotas de partidos tradicionais como o druso de Walid Jumblatt e Forças Cristãs também foram registradas. Contudo, embora tenham feito progressos significativos nestes locais, as organizações de base como *Beirut Madinati* e *Baalbek Madinati* não conseguiram garantir cargos majoritários.

O estudo das eleições municipais no país e da formação de listas eleitorais pelos candidatos concorrentes é relevante para compreensão da dinâmica do consociativismo do tipo confessional. As eleições municipais no Líbano ocorrem com os partidos políticos muitas vezes formando listas conjuntas de candidatos, frequentemente orientados em linhas sectárias e liderados por antigos senhores de guerra. De acordo com Amanda Rizkallah (2016), historicamente, as eleições municipais no Líbano têm sido dominadas por membros de

¹³⁶ Durante a guerra civil libanesa os conselhos municipais perderam muito de sua influência. Mesmo com o término da guerra em 1990, novas eleições não foram realizadas até 1998. Desde então, as eleições municipais prosseguem em intervalos regulares de seis anos, com eleições tendo ocorrido em 2004, 2010 e em 2016. (RIZKALLAH, 2016).

famílias políticas tradicionais aliadas a partidos sectários nacionais. Na prática, afirma, “*as eleições municipais são frequentemente desprovidas de competição significativa*”. O resultado a partir da perspectiva dos eleitores é semelhante: geralmente uma única lista viável de candidatos e uma eleição cujo resultado já é previamente conhecido. Os vencedores são geralmente aqueles associados aos polos tradicionais de poder, sejam partidos ou famílias poderosas¹³⁷. Conforme escreve Rizkallah, uma vez eleitos, os representantes servem como mais um ponto de conexão para os cidadãos, que tentam navegar no sistema de nepotismo de “*wasta*” do Líbano, sob o qual quem se conhece é a chave para conseguir o que se quer. (RIZKALLAH, 2016). Os candidatos para as eleições municipais raramente apresentam plataformas programáticas e agendas concretas para o desenvolvimento local – ainda que os novos movimentos de base e independentes pretendam mudar este cenário. Para Majed (2010) em muitas eleições municipais, as lealdades aos laços familiares e clânicos vêm antes de considerações políticas.

Como a grande maioria dos cidadãos libaneses só pode votar em sua cidade natal de origem - e não no município em que vivem atualmente - esta restrição ao direito de voto tem implicações de longo alcance em um país onde a migração rural-urbana e as mudanças demográficas induzidas pela guerra são generalizadas (RIZKALLAH, 2016). Para Beirute, este sistema é particularmente importante: apesar de ser o lar de pouco menos de dois milhões de habitantes, a capital tem apenas 470.000 eleitores registrados, muitos dos quais vivem no exterior. Isto significa que a maioria das pessoas que vive na cidade não tem direito efetivo ao voto, mas alhures, não sendo atendidas por seus respectivos líderes comunitários tradicionais, portanto. [vide nota 78]

Em 08 de Maio de 2016 os residentes de Beirute elegeram um Conselho Municipal de 24 lugares para administrar os assuntos da cidade pelos próximos seis anos. Todos os 24 assentos foram para a lista “*Beirutes*”, liderada por Jamal Itani e apoiada pelo Movimento Futuro, do sunita Saad Hariri, que normalmente domina as eleições na capital. As listas apoiadas por Hariri ganharam na maioria das áreas sunitas, as listas apoiadas pelo druso Walid Jumblatt ganharam nas aldeias drusas. Na cidade de maioria cristã de Zahleh, no

¹³⁷ Para agravar o cenário, a Associação Libanesa para Eleições Democráticas (LADE), grupo de monitoramento eleitoral, relatou grande aumento das irregularidades em comparação com a última eleição, incluindo compra de votos, violência e interferência na votação. O grupo de observação disse que 647 irregularidades foram registradas somente em Beirute e no vale do Bekaa, em comparação com 314 nas mesmas duas áreas, em 2010. O monitoramento observou um declínio significativo no padrão do processo eleitoral, com locais de votação mal preparados e caos na triagem e transporte das cédulas de voto. (CITIZEN OBSERVATION MAP. LADE, 2016).

Bekaa, uma lista de candidatos dos partidos cristãos Movimento Patriótico Livre, Forças Libanesas e Partido Kateb ganhou todos os assentos no Conselho. (CALFAT, 2016a).

Na capital, a lista conjunta dos “*Beirutes*” foi apoiada por uma coligação entre os principais partidos políticos do Líbano, incluindo o Movimento Futuro, o Partido Socialista Progressista, Al-Jamaa Al-Islamiya, o Movimento Amal, Kataeb, as Forças Libanesas e o Movimento Patriótico Livre. Os blocos rivais se uniram em Beirute para apoiar a mesma lista “*Beirutes*” contra o recém criado grupo independente: “*Beirut Madinati*”. Nas palavras de Alex Rowell, “*a mais palpável ruptura ou segregação hoje não é entre os próprios partidos tradicionais, mas sim entre eles e as novas correntes dirigidas por movimentos de base e da sociedade civil que atingiram a maioria política durante a catástrofe do lixo de Agosto de 2015*” (ROWELL, 2016, p.1).

A vitória dos partidos tradicionais em Beirute desafiou o movimento independente e secular “*Beirut Madinati*” em português, “*Beirute, minha cidade*”, que buscava galvanizar votos dos eleitores irritados com a paralisia política no país. A votação de 8 de Maio foi a primeira desde que a crise do lixo de onze meses em Beirute provocou protestos maciços anti-governo. Desde então, organizações de base e outros grupos tradicionalmente excluídos desafiam o *establishment* político dominante, amplamente visto como corrupto e inapto. O movimento Beirut Madinati (DAGHER, 2016d), promete limpar a política – e as ruas – da cidade. A aliança secular e apartidária é composta por professores, empresários, artistas, educadores, engenheiros e pescadores, além da conhecida diretora de cinema Nadine Labaki. O novo movimento foi fundado em 2015, logo após a crise do lixo no verão daquele ano, exigindo uma inspeção nas paralisadas instituições governamentais. Sua lista de 24 candidatos independentes era dividida igualmente entre homens e mulheres, muçulmanos e cristãos, e prometia endereçar questões de trânsito, lixo e corrupção (GRASSROOTS..., 2016).¹³⁸

A nova iniciativa popular ganhou 37% dos votos nas eleições municipais na capital libanesa (que é dividida em três zonas), apesar de todos os assentos do Conselho terem ido

¹³⁸ Outras listas desafiadoras também foram formadas em outras cidades. Apesar da popularidade do Hezbollah na cidade de Baalbek, por exemplo, famílias notáveis formaram a lista “*Baalbek Madinati*” para desafiar a lista “*Desenvolvimento e Lealdade*”, apoiada pelo Hezbollah e seu aliado Amal. Em uma cidade tão crítica como Baalbek, rivais do Hezbollah não afiliados a partidos foram capazes de ganhar mais de 40% dos votos (ROWELL, 2016, p.3). Listas semelhantes foram formadas não somente no Bekaa, mas em outras áreas também predominantemente xiitas, como os subúrbios de Beirute e o Sul do Líbano – em meio à crescente insatisfação com a governança local. Residentes locais têm formado suas próprias listas, alheias a partidos políticos. Ainda que o Hezbollah e o Amal tenham sido vitoriosos na maioria dos municípios em que concorreram, o partido pediu apoio e rechaço às listas compostas por candidatos de notáveis em suas respectivas cidades, insatisfeitos com os conselhos locais regidos pelo Hezbollah e pelo Amal, eleitos na votação de 2000.

para a classe política estabelecida. Os independentes ficaram em segundo lugar, e os vitoriosos do “Beirutes”, apoiados pelos partidos políticos arraigados, com cerca de 54% dos votos e todos os 24 assentos - já que as eleições municipais são majoritárias e os vitoriosos obtêm todas as cadeiras. (LEBANON... 2016b). Vale ressaltar que a votação pode ser feita através de votos mistos, mesclando candidatos de diferentes listas. A prática de votar em listas em sua totalidade, sem alterações, a chamada “*zay ma hiyye*” (literalmente ‘tal qual é’) já não é mais aplicada. (LEBANON... 2016b).

A campanha “Beirut Madinati” opõe-se aos partidos arraigados e à classe política tradicional profundamente enraizada. Mas muitos questionam se os tecnocratas independentes podem ter sucesso em um sistema dominado por políticos vitalícios e por uma lógica institucionalmente sectária¹³⁹. Ainda assim, especialistas saudaram os resultados do Beirute Madinati como uma vitória, apesar de não ter ganho nenhum dos 24 assentos do Conselho da cidade. O analista Rabee al-Haber disse que os resultados da lista da sociedade civil “*não foram um fracasso, porque seis partidos se aliaram contra ela*”. (BEIRUT..., 2016). Além disso, o “Beirut Madinati” obteve mais do que 60% dos votos no distrito de maioria cristã de Achrafieh, sendo cerca de 30% dos votos sunitas na cidade - um número surpreendentemente elevado, tendo em conta o apoio generalizado a Hariri entre a comunidade sunita. (RIZKALLAH, 2016). Foi em distritos cristãos, mais do que em qualquer outro lugar, que os tecnocratas apartidários do Beirute Madinati avançaram.

Com um sistema proporcional, os independentes estariam representados no novo Conselho Municipal de Beirute com ao menos 10 lugares, afirmou o chefe da Estatística Libanesa. (BEIRUT..., 2016). Sob o atual sistema de votação, os eleitores têm tantos votos quantos sejam os lugares – em listas diferentes, se assim escolherem – e os candidatos que ganham o maior número de votos ganham as eleições. As regras atuais são baseadas no sistema de 1960 do ‘*winner-takes-all*’. Caso se tratasse de um sistema de representação proporcional, os eleitores teriam escolhido uma lista e cada uma teria recebido assentos na proporção da sua quota global de votos obtidos. De modo que apesar de “proporcional em seus efeitos”, nos termos de Lijphart, este arranjo consociativo do tipo confessional não produz

¹³⁹ Os resultados eleitorais em Beirute mostraram que “*membros da sociedade civil não podem explodir um establishment político, não importa o quão degenerado ele seja*”. Mas que “*o que Beirute Madinati fez é fundamental: ele semeou um grão que irá contribuir grandemente para uma mudança inevitável de mentalidades*”. Hilal Khashan afirmou que a sociedade civil ainda é fraca no Líbano. “*Ela se eleva contra o sistema político sectário do país, mas é desligada do processo político*”. Acrescentando que o movimento Beirute Madinati reflete uma elite cultural que ainda não conseguiu atingir o público em geral. (NOT..., 2016).

os efeitos esperados. Este cenário reforça a demanda por reformas eleitorais que enderecem a questão da proporcionalidade, do voto feminino, da transparência e correção da dinâmica eleitoral.

Na quarta etapa das votações, em 29 de Maio de 2016, a cidade de maioria sunita de Trípoli produziu a maior surpresa, com uma aliança de dois ex-primeiros-ministros, bilionários e islâmicos, Saad Hariri e Najib Mikati pela lista ‘Para Trípoli’ derrotados por uma lista de azarões semi-independentes denominada ‘A Escolha de Trípoli’, apoiada pelo político e ex-ministro da Justiça Ashraf Rifi¹⁴⁰, Mohammad Safadi, ex-ministro Faisal Karami, além de diversos deputados locais e uma variedade de grupos islamistas (MUNICIPAL POLLS..., 2016). Os resultados na segunda maior metrópole do Líbano, com 80,93% de muçulmanos sunitas registrados como votantes (REGISTERED VOTERS BY CONFESSION, LADE, 2015), podem ter implicações de longo alcance para a liderança desta importante comunidade sunita. Rifi é popular na cidade, não só por causa de sua linha dura contra o Hezbollah - visto por muitos na comunidade sunita como seu inimigo principal - mas também porque ele tem ficado ao lado de militantes islâmicos locais, muitos dos quais estão agora detidos em função de confrontos anteriores com militantes pró-regime sírio na cidade¹⁴¹. Adicionalmente, Rifi teria se conectado com êxito à classe pobre e trabalhadora na cidade. A vitória de Rifi nas eleições locais de Trípoli – apesar de não deter apoio da mídia local nem dos serviços de segurança - representaria um sério desafio aos líderes sunitas tradicionais do país, que precisam do apoio do bastião sunita libanês de Trípoli para reivindicar representação legítima da comunidade. (NORTH LEBANON...2016). Ainda que Rifi seja, ele próprio, um sunita, e que o resultado possa significar um sinal de crescente radicalização de grupos sunitas radicais ou islamistas e, na prática, represente aumento do extremismo em Trípoli.

¹⁴⁰ Rifi foi anteriormente parte do Movimento Futuro de Hariri, mas desde então tem se distanciado do poderoso líder sunita em virtude do que ele percebe como ‘apaziguamento de Hariri em relação ao Hezbollah’. Rifi se classifica como “ligado ao Harirismo”, mas não a Saad Hariri (HASHEM, 2016c). A acusação à Hariri é feita em referência a nomeação em Dezembro de 2015 do maronita Suleiman Franjeh para a presidência, político aliado do Hezbollah e líder do Movimento Marada. Posteriormente, em 20 de Outubro de 2016, Hariri iria mais além e endossaria publicamente o apoio a Michel Aoun, candidato do Hezbollah. Rifi declarou que sua vitória era uma indicação de que “o povo de Trípoli rejeitou o caminho de Hariri”. (NORTH LEBANON... 2016).

¹⁴¹ Trípoli tem sido um ponto de instabilidade associado ao conflito na Síria desde seu início em 2011. Islamitas sunitas travaram uma insurreição armada com o exército em Trípoli em 2014, e os combatentes também entraram em confronto com membros das comunidades sunitas e alauitas. A última grande violência foi um ataque suicida em janeiro de 2015. (PERRY; BASSAM, 2016). Em Junho de 2016, o vilarejo cristão de Qaa no nordeste do país, fronteira com a Síria, foi bombardeado.

Em Maio de 2016, propostas de uma nova lei eleitoral foram discutidas nas comissões conjuntas mais uma vez - incluindo debates de grandes mudanças, como alterar 60 ou até 64 assentos para a representação proporcional e maiores distritos eleitorais podendo substituir os distritos menores. Alguns afirmam que a mudança da lei é extremamente provável depois dos resultados das eleições municipais em Maio de 2016 terem quase derrubado todos os políticos de seu "feudo" (DAGHER, 2016d). Outros, ao contrário, afirmam que a representação proporcional é uma perspectiva arriscada para todos, e que quando finalmente as deliberações sobre as leis alternativas se resolverem, elas terão a forma de uma iteração da lei atual majoritária, segundo a qual o vencedor obtém todos os votos - já que, por enquanto e no limite, as grandes figuras ainda controlam o cenário político (ROWELL, 2016, p.3).¹⁴²

Ainda assim, conforme Alex Rowell, todos os lados professam-se muito descontentes com a atual lei do “vencedor leva tudo”, apelidada de “Lei de 1960”, pelo ano em que foi formulada pela primeira vez. Em 20 de maio de 2016 legisladores da Frente Libanesa, Movimento Patriótico Futuro, Movimento Futuro e Hezbollah todos devidamente rejeitaram a lei de 1960, e Sami Gemayel do Kataeb foi tão longe a ponto de chamá-la de um “massacre”. (ROWELL, 2016, p.2). Leis alternativas permanecem sendo estudadas, como as propostas de leis híbridas que combinem a eleição de alguns deputados por representação proporcional e o restante pelo sistema majoritário, a redução dos distritos para 13, e até as que propõem que o Líbano se torne um único distrito eleitoral sob bases de representação proporcional (LAKKIS, 2016)¹⁴³. A proporcionalidade - sempre na realidade bastante impopular entre os intermediadores chave de poder - nunca posou como uma grande ameaça para o *establishment* como faz hoje. O que é especialmente verdadeiro para os dois grupos que, ostensivamente, têm sido os mais abertos à proporcionalidade no passado: os partidos cristãos e o Hezbollah.

¹⁴² Um projeto de lei para eleições municipais foi proposto em Fevereiro de 2010 pelo ex-ministro do Interior Ziad Baroud. Entre as reformas estavam cédulas pré-impressas, uma quota de 30% para mulheres, a eleição direta dos presidentes do Conselho e os seus adjuntos, e representação proporcional nos distritos maiores. O projeto nunca foi aprovado e acusações giram em torno da ausência de interesse de partidos políticos tradicionais de verem sua capacidade de manipulação do sistema eleitoral reduzida. (DAGHER, 2016a).

¹⁴³ A chamada *Orthodox Gathering Law*, por exemplo, foi proposta em 2012 pelo ex-vice presidente do parlamento Elie Ferzli, e foi apoiada principalmente pelo Movimento Patriótico Livre. A proposta basicamente exige que cada seita eleja seus próprios deputados com o país como um único distrito. Críticos, entretanto, afirmam que tal medida agravaria o sectarismo no país. (LAKKIS, 2016). Qualquer proposta de reforma eleitoral se pretende “alheia a concessões pessoais, partidárias ou sectárias”, incorporando os direitos estipulados pela Constituição e pelo Pacto Nacional. Contudo, “com a continuidade da aplicação do Pacto Nacional e das normas constitucionais, os reais apelos por mudança parecem frustrados na medida em que a lógica sectária permanece”. (LAKKIS, 2016). Conforme se busca a proteção da unidade nacional e da coexistência através da igualdade real [por meio da partilha de poder] pela parceria muçulmano-cristã, se reforça a lógica sectária – ainda que haja um acordo tácito sobre a importância da manutenção do caráter cristão do país, mesmo que na prática eles não respondam por 50% da população.

(ROWELL, 2016, p.3). Isto seria explicado pelo ganho de terreno pelos partidos independentes e não tradicionais em bastiões tradicionalmente cristãos e xiitas nas últimas eleições municipais durante Maio de 2016 – vide os exemplos de Achrafieh, Baalbek e subúrbios de Beirute. Ainda que seja verdade que a análise da ascensão dos independentes deva ser tomada com bastante prudência.

Em relação ao voto feminino, uma das pautas dos pedidos de reforma, o Líbano está no 135º lugar no ranking mundial, contando com somente 3% das mulheres no parlamento – detendo 4 dos 128 assentos, conforme resultados eleitorais de 2009 (WOMAN IN PARLIAMENTS UNPD Lebanon, 2013). No ano de 2009, a porcentagem de mulheres votantes entre os diferentes distritos do país variou de 50,3% em Beirute III, menor número de mulheres votantes, até 54,3% em Rashaya/Oeste do Bekaa, que registrou a maior parcela de mulheres votantes (2009 PARLIAMENTARY ELECTIONS VOTER TURNOUT, UNPD Lebanon, 2009). Dos 705 candidatos registrados em Junho de 2013, 44 ou 6,2% eram mulheres, um aumento de 366% em relação ao total de mulheres registradas como candidatas em 2009. (2013 WOMAN REGISTERED CANDIDATES, UNPD Lebanon, 2013). No ano seguinte, em 2014, 36 mulheres eram candidatas registradas para as eleições parlamentares de 2014. E ainda um ano adiante, em 2015, 51% dos votantes registrados eram mulheres¹⁴⁴.

Já com respeito às eleições municipais, em 2004 2,02% de mulheres ocupavam conselhos municipais, e em 2010 4,7% delas ocupavam tais cargos. Em 2010 39% das mulheres candidatas foram eleitas tendo vencido as eleições municipais daquele ano, representando 526 em cada 1.346 mulheres candidatas. (MUNICIPAL AND MUKHTAR ELECTIONS, RESULTS AND FIGURES, UNPD Lebanon, 2010). Os resultados variam entre as diferentes províncias. Em Beirute, por exemplo, as mulheres obtiveram em 2010 12,5% dos assentos municipais, enquanto no Norte do Líbano o número cai para 7,56%, no Monte Líbano para 5,33%, 3,97% no Sul do Líbano, 2,48% no Bekaa e 1,61% em Nabatiyeh. (MUNICIPAL AND MUKHTAR ELECTIONS, RESULTS AND FIGURES, UNPD Lebanon, 2010). No total, as mulheres preencheram 536 dos 11.424 cargos nos conselhos municipais, o que representa 4,69% dos assentos.

¹⁴⁴ Conforme escreve Arda Arsenian Ekmekji (2012), 53% da população libanesa é composta por mulheres, que contam com 3% de representação no parlamento. As universidades libanesas vangloriam-se de que cerca de 80% de suas listas de honra são compostas de mulheres, contudo, nos partidos políticos, no setor público ou nas corporações oficiais as mulheres estão quase ausentes, argumenta. “*Uma ativista feminina e reformista, Laure Moghaizel, comentou uma vez que as únicas mulheres que entram no Parlamento libanês usam preto - para substituir um pai, marido, irmão ou filho falecido*” (EKMEKJI, 2012, p.15).

Quanto à participação feminina nas eleições para Mukhtar em 2004, 16 mulheres foram eleitas para Mukhtaras, e em 2010, 39 delas ocupavam tais cargos, ainda representando 1,52% dos eleitos para um total de 2.570 cargos. Em 2010, 39 de 132 mulheres candidatas, ou 30% do número total de mulheres candidatas foram eleitas como Mukhtara. Em Beirute, por exemplo, 4,6% das mulheres foram eleitas como Mukhtara em 2010 (das 11 candidatas 5 obtiveram um dos 108 cargos), enquanto no Norte do Líbano o número cai para 2,1% de mulheres eleitas, no Monte Líbano para 1,2%, 1,6% no Sul do Líbano, 1,1% no Bekaa' e virtualmente zero em Nabatiyeh (onde das 10 candidatas somente uma obteve um dos 302 cargos) (MUNICIPAL AND MUKHTAR ELECTIONS, RESULTS AND FIGURES, UNPD Lebanon, 2010).

Em ambas as estâncias municipais, uma breve análise dos dados nos permite sugerir que a dificuldade da inserção feminina não está propriamente localizada na rejeição a tais figuras, mas ao seu acesso às candidaturas. Considerando o universo das mulheres candidatas, a porcentagem de sucesso (ou em ser eleita) gira entre 30% à 40% - o que não representa números exatamente tímidos. O problema parece estar localizado no número de mulheres candidatas em relação ao número de homens para um mesmo cargo ou assento. É desta lacuna que resultam participações finais tão pequenas, tanto em conselhos municipais quanto no Parlamento.

As eleições municipais de 2016 no país, sobretudo na capital, foram uma demonstração da possibilidade de canalizar as energias dos protestos espontâneos e as legítimas frustrações populares na forma de uma oposição formal e institucional a parcelas das elites políticas dominantes. Em um país onde o discurso sectário muitas vezes domina tanto as campanhas políticas quanto a análise política, a campanha popular de base e secular do “Beiruti Madinadi” é um lembrete poderoso de que a mudança, ainda que lenta e incremental, é possível. Neste sentido, o resultado das eleições municipais pode dar fôlego a esta democracia tão debilitada por instabilidades internas e turbulências externas. No atual contexto, estas eleições foram especialmente relevantes, já que manifestantes e membros da sociedade civil apelaram por mais recursos fiscais e maior descentralização para os conselhos municipais (RIZKALLAH, 2016). No último ano, os municípios tornaram-se a linha de frente *de facto* na gestão tanto da crise do lixo quanto da situação do enorme influxo de refugiados.

Uma parcela considerável da receita municipal vem diretamente do Fundo Independente Municipal (IMF), de coordenação nacional. O desembolso dos fundos é

oficialmente baseado no tamanho da população, mas a falta de transparência assola o processo de distribuição. Em 2009, uma média de 36% das receitas municipais veio através do Fundo Independente Municipal. Outros 16% vieram de sobretaxas coletadas de autoridades gerenciando água e telefone em nome dos municípios. E os 48% restantes vieram através de receita direta, principalmente de imóveis e impostos sobre a propriedade. (RIZKALLAH, 2016). A lei de 1977 estabeleceu relativamente amplos poderes locais, afirmando que qualquer "trabalho de natureza ou de utilidade pública" está dentro da jurisdição municipal (THE ROLE OF REGIONAL ADMINISTRATIONS IN THE CONTEXT OF DECENTRALIZATION. LCPS, 2012). Mas apesar destes poderes formais, os municípios são frequentemente incapazes de implementar políticas e projetos locais devido ao seu tamanho. Embora o Líbano seja um país pequeno de apenas 10.452 kms² de território e uma população de aproximadamente 5,8 milhões de habitantes, ele é dividido em 985 municípios, muitos dos quais contêm menos de 4.000 habitantes – este ordenamento é feito precisamente para que o sistema confessional possa funcionar. Sob as leis atuais, os municípios recebem a maior parte das suas receitas de impostos locais, mas seu pequeno tamanho os torna incapazes de financiar projetos de obras públicas e de desenvolvimento local. (RIZKALLAH, 2016).

Pode-se concluir que o desenrolar das eleições municipais em 2016 não se deu sem obstáculos significativos. Abundam as demandas por eleições proporcionais e por reformas eleitorais (tema ao qual retornaremos na seção 3.2); relatos de violações na prática eleitoral; pequena participação de mulheres; e incapacidade de desenvolvimento público dos municípios. Adicionalmente, as eleições municipais refletem a dinâmica generalizada do clientelismo para ampliação da base eleitoral dos partidos, além do descontentamento de setores independentes da população demonstrados nos resultados eleitorais. Conforme escrevem Dagher e Fares, (2016), muitos, se não todos os partidos do Líbano contam com o clientelismo para alargar sua base eleitoral. *“Nas cidades de status socioeconômico mais elevado, a dependência do eleitorado sobre os partidos tradicionais será menor. Esses eleitores não precisam de seus partidos políticos nos moldes neo-socialistas em que a maioria dos partidos no Líbano funciona”*. Isto explicaria, por exemplo, os mais altos resultados de votação ao Beiruti Madinati nas eleições municipais de 2016 em Ashrafieh. Em Beirute 1 a lista independente obteve 60% dos votos¹⁴⁵. A explicação é concedida na medida

¹⁴⁵ Achrafieh é uma das áreas socioeconômicas mais elevadas de Beirute, com taxas mais altas de renda e de educação. Em Achrafieh, por exemplo, as Forças Libanesas e o Movimento Patriótico livre não fornecem serviços médicos, educação gratuita ou oportunidades de emprego para os eleitores da cidade tanto quanto os

em que estes residentes teriam menor medo da mudança e seriam mais propensos a votar em pautas como reforma, transporte e triagem de lixo - por serem menos dependentes dos vínculos clientelistas para provisão de bens e serviços básicos que outras regiões menos favorecidas (DAGHER; FARES, 2016).

2.5 O papel desempenhado pelo Hezbollah sobre a governabilidade

A análise das três crises supracitadas revela um descompasso entre as demandas apresentadas pelo Hezbollah e a vontade política das demais elites em reconhecer tais exigências. É verdade que em oposição, o Hezbollah por vezes promoveu manifestações pacíficas, fez demonstrações públicas de força em Beirute em 2008, e fez uso de seu poder de veto ao boicotar inúmeras sessões no parlamento (precisamente 45 vezes desde Maio de 2014 até a eleição de Michel Aoun como presidente em Outubro de 2016). Ainda assim, cada um destes momentos demonstra uma tentativa do partido de levar a cabo sua agenda dentro do modelo institucional – fruto do próprio movimento de moderação apontado desde 1992. Assim, mesmo que continue havendo uma tensão significativa entre a aliança liderada pelo Hezbollah e seu bloco rival, a tensão é dominada pela contínua influência do Hezbollah na política doméstica libanesa e dentro das regras do jogo consociativo confessional. Os esforços de adequação do Hezbollah ao jogo político libanês lhe conferiram legitimidade e uma posição relativamente forte no país, que somente foi fortalecida com sua vitória na guerra com Israel em 2006 e com o resultado da crise política de 2008: o acordo de Doha e a obtenção do poder de veto. As crises refletem, portanto, ajustes representativos por ampliação da grande coalizão e pelo poder de veto, conforme os preceitos consociativos de Lijphart.

Neste sentido, se o acirramento das tensões tão tivesse atingido tal ponto e o Hezbollah não tivesse se percebido forçado a manifestar-se de forma truculenta em 2008 – como fizeram também as milícias do Movimento Futuro – o poder de veto não teria sido obtido. E este tão caro poder de veto às parcelas historicamente excluídas do jogo político somente pôde ser obtido com a Aliança 8 de Março, fruto da crise de 2005, quando, igualmente, o Hezbollah buscou promover seus interesses institucionalmente através de mecanismos de boicote e renúncia. De modo que as crises analisadas são ajustes de inserção

demais partidos o fazem em outros distritos. Por isto, ao longo dos anos, o eleitorado de Achrafieh conseguiu desenvolver uma independência em relação aos partidos cristãos tradicionais. (DAGHER; FARES, 2016).

política, através da figura do Hezbollah, de uma parcela populacional significativa que ficou por décadas à margem do processo político no país – além de social e econômico. Conforme escreve Ziad Majed, apesar do Hezbollah ter o poder de enfraquecer o consociacionalismo e as fórmulas prevaletentes de poder, o partido se absteve de fazê-lo até agora¹⁴⁶. Ele prefere, assim, usar alguns aspectos do consociacionalismo para justificar seus pedidos pelo direito no terço de bloqueio no governo (isto é, o direito de veto), permitindo que ele rejeite qualquer grande decisão que não se adeque aos seus interesses. (MAJED, 2010, p. 14).

De modo que se verifica que a entrada do Hezbollah na vida política comum libanesa de facto representou uma inflexão ideológica de suas doutrinas mais originais e sua atuação parlamentar efetivamente respeita ‘as regras do jogo’ do consociacionalismo sectário libanês. A atuação institucional do Hezbollah durante as crises de 2005, 2008 e 2014 corrobora fortemente sua atuação dentro do modelo confessional e de modo a levar suas demandas e suas agendas de aumento de poder dentro da engenharia política libanesa, refletindo necessidades de acomodação, obtenção de consenso e formação de alianças. Contudo, ao mesmo tempo, as crises provam os limites e desajustes do modelo confessional libanês, espelhando a resistência dos feudos elitistas tradicionais e de potências regionais em absorver a entrada de uma nova elite demandante e em franco crescimento – refletidos na persistência das instabilidades.

Atualmente, após a intervenção militar do Hezbollah na Síria, mais notadamente na batalha de Qusayr em Abril de 2013, a legitimidade doméstica do grupo parece novamente abalada, reabrindo o debate sobre seu armamento¹⁴⁷. Contudo, de acordo com Bassel F. Salloukh, a intervenção do Hezbollah na Síria somente destaca a medida em que o enigma de

¹⁴⁶ Esta abordagem pragmática implica “lidar com o sistema político atual até que ele possa ser alterado de democracia consensual para democracia majoritária”, com escreve Naim Qassem (2008, apud KHATIB ; MATAR ; ALSHAER, 2014, p. 25). Conforme estipula o Manifesto do Hezbollah de 2009: “Até que os libaneses possam alcançar através de seu diálogo nacional esta realização histórica e sensível, que é a abolição do sectarismo político, e uma vez que o sistema político no Líbano se baseia em fundações sectárias, a democracia consensual [por vezes traduzida como democracia homogênea] continuará a ser a base fundamental para a governança no Líbano, pois é a encarnação real do espírito da constituição e a essência da Carta da coexistência”. (NASRALLAH, 2009, p. 5).

QASSIM, Naim. Mujtama’ al-muqawamah: Iradat al-shahadahwa-sina’at al-intissar (A Sociedade da Resistência: A vontade do martírio e a obtenção vitória). Beirute: **Dar al-Maaref Al-hijmiah**, 2008.

¹⁴⁷ A liderança do partido tem investido muito tempo e esforço explicando o significado estratégico de sua intervenção na Síria. Já os oponentes domésticos do Hezbollah - especialmente o Movimento Futuro - argumentam que a intervenção militar do partido na Síria “provou que a principal utilidade de suas armas era proteger a agenda externa do Irã ao invés de garantir a segurança do Líbano contra a agressão israelense”. Ignorando, contudo, seus próprios papéis de representantes dos objetivos regionais de Riad na Síria e no Líbano (SALLOUKH, 2014, p. 104).

seu arsenal de armas vai além dos contornos de um ator político doméstico e coercitivo buscando por legitimidade em uma ordem pós-guerra. Segundo o autor, também faz parte de uma *“batalha geopolítica maior entre a Arábia Saudita e Irã sobre a supremacia regional, desencadeada na sequência da invasão e ocupação liderada pelos EUA do Iraque. Desta perspectiva, o Líbano é simplesmente um lugar, e os atores libaneses representantes por procuração neste confronto regional maior”*. (SALLOUKH, 2014, p. 104).¹⁴⁸ Mas é preciso cuidado nas análises que retiram das instituições e das lideranças sua autonomia e capacidade de escolha em relação ao futuro do país. No mínimo, elites locais se aliam a potências regionais ou estrangeiras para fortalecerem e respaldarem seus próprios interesses e agendas.

Desde 2015 e em certa medida traduzido nas urnas municipais de 2016, manifestantes começam a desafiar de forma histórica no Líbano a natureza confessional e sectária subjacente ao seu sistema de partilha de poder político (KHOURI, 2015b). A atual insatisfação popular no país demonstra revolta contra a corrupção endêmica, ineficiência estatal, indiferença e falta de fornecimento de bens públicos. (CALFAT, 2015b). A raiva e descontentamento vão além da questão atual do lixo: envolve cortes de eletricidade, a diminuição das fontes de água fresca, questões econômicas, como o aumento do desemprego e os preços elevados, infraestrutura de transporte público deficiente e a crise de refugiados que drena a infraestrutura já distendida do país (KHOURI, 2015a). A partilha sectária de poder que, para uns, teria concedido até então acesso equitativo de todos os libaneses aos corredores do poder, entrou em colapso na última década, criando um governo falido e praticamente imobilizado. (KHOURI, 2015a).

As revoltas atuais em Beirute parecem indicar um problema estrutural maior: a validade e eficiência de um modelo quase centenário de governo sectário e de gestão de poder. Os libaneses parecem estar finalmente condenando suas elites econômicas e políticas que se perpetuam no poder por gerações, e, ao fazê-lo, abordam as origens mais profundas do impasse institucional atual (KHOURI, 2015a). Assim, na presença das características consociativas de autonomia segmental, política de elites e proporcionalidade das confissões na figura da pré-atribuição de cargos, e a despeito da ampliação da grande coalizão e da

¹⁴⁸ Para o autor, apenas um grande acordo envolvendo os principais atores regionais e internacionais poderia permitir o desarmamento consensual, a integração de sua ala militar nas Forças Armadas Libanesas e a transformação do partido em um ator político libanês não coercitivo, pavimentando o caminho para uma paz pós-guerra durável no Líbano. (SALLOUKH, 2014, p. 104). Isto necessariamente perpassa pela necessidade de fortalecimento do Estado libanês como entidade nacional e do desenvolvimento de uma estratégia de defesa nacional viável.

aquisição do poder de veto através da figura do Hezbollah – todos estes ajustes necessários em direção às diretrizes consociativas clássicas – os frequentes protestos e imobilismos refletem problemas endêmicos anteriores. As crises atuais parecem ser sintomas do limite e insuficiência do sistema confessional do Líbano, que mostra sinais de seu esgotamento. (CALFAT, 2015b). Nas palavras de Salem Nasser (2016):

O episódio do lixo, que não deixa de ser poderoso como símbolo de um país que não sabe ou não consegue lidar com seus dejetos, contém detalhes, de concessões vencidas e de licitações viciadas, de uma história que se resume na captura dos negócios públicos por oligarquias econômicas que frequentemente são também as políticas. Numa democracia falha – vá lá que todas o sejam, mas tudo tem limites – tocada por uma herança colonial que tudo organizou em torno das diferentes comunidades religiosas que compõem a sociedade, os interesses particulares e comunitários por vezes funcionam como forças centrífugas em relação ao Estado, sugando-lhe qualquer energia de que se pudesse vir a dotar. A mesma divisão comunitária, religiosa se quiserem, faz sentir os seus efeitos na questão da presidência vaga. (NASSER, 2016, p. 1).

Foi objetivo deste longo capítulo identificar o funcionamento preciso do modelo confessional libanês em suas características mais singulares, explicitando como o estudo de caso escolhido representa um tipo especial, particular e fortemente institucionalizado de consociativismo, e de que forma este processo foi sendo construído e cristalizado ao longo da história libanesa, do Império Otomano ao Acordo de Doha. A análise deste capítulo e das três principais crises da última década sinaliza as limitações, desproporcionalidades e quicá o esgotamento do sistema confessional - muito mais do que revelam uma inaptidão ou radicalismo do Hezbollah em adequar-se às regras do jogo libanês. Ao contrário, suas investidas parecem indicar uma tentativa de reequilíbrio das forças políticas no governo libanês e de uma representatividade real dos vários grupos sectários que compõem a cena política do país. Neste sentido, o Hezbollah e seu papel de liderança da Coalizão 8 de Março é o responsável efetivo pela manutenção da, ainda que restrita e limitada, governança que resta ao país - dando provas de rearranjos e reordenamentos das diferentes elites políticas dentro de um sistema consociativo de tipo confessional, que minimamente mantém o país em funcionamento. Ainda assim, a despeito da inclusão e da incorporação de uma nova elite no arranjo consociativo e com poder de veto, permanece um Estado frágil, ineficiente no manejo e provisão de bens públicos, com constantes paralisias e instabilidades institucionais e com importantes traços de clientelismo sectário. Antes de causa da instabilidade institucional, o Hezbollah, sua ascensão e interação com as demais elites demonstram serem sintomas dos desajustes do sistema confessional. E ainda que através dos acordos de Taif e Doha se tenha corrigido importantes desequilíbrios sectários e se tenha reajustado desproporcionalidades de

representação, ambos, ao cabo, ratificam o sistema confessional e institucionalizam a representação política no país única e exclusivamente em bases religioso-sectárias. A análise das especificidades libanesas, da trajetória do sectarismo institucionalizado e da evolução e composição política de suas elites ao longo do tempo refletem problemas endógenos ao próprio desenho político no país. Assim, como veremos no próximo capítulo, o que caracteriza a especificidade libanesa é também o que a afasta da teoria consociativa original – e, por consequência, o que explica sua instabilidade e ineficiência.

CAPÍTULO 3: UM BALANÇO DO CONSOCIATIVISMO CONFESSIONAL E A PROPOSTA DE REVISÃO TEÓRICA

كاننا للوطن للعلى للعلم ؟¹⁴⁹

Neste último capítulo faremos um balanço sobre o funcionamento do sistema confessional em nosso estudo de caso e demonstraremos de que modo um país considerado modelo de democracia plural no Oriente Médio resultou em um Estado fraco, que reforça padrões sectários e clientelistas. Apresentaremos, adicionalmente, as críticas tecidas ao consociativismo do tipo confessional na medida em que engessa as identidades político representativas. Avaliaremos também as propostas de reforma do modelo libanês na medida em que elas nos auxiliam a compreender a natureza da nossa problemática de pesquisa. Ainda que sem pretensão de esgotarmos ou darmos conta deste empreendimento, os resultados obtidos nos auxiliam a fomentar o debate sobre o desempenho do consociativismo no Líbano. Como consequência, explicitaremos de que modo os efeitos do estiramento excessivo do consociativismo nos auxiliam a delinear nossa incipiente proposta de revisão teórica ao modelo de Arend Lijphart, de tal forma a retirar do mesmo arranjos consociativos altamente institucionalizados.

3.1 As críticas teóricas ao consociativismo e ao confessionalismo

A tipologia de sistemas democráticos de Arend Lijphart é uma das principais contribuições para a Ciência Política Comparada nas últimas décadas. Sua diferenciação entre democracias majoritárias e consociativas tem sido amplamente adotada e ampliada por outros pesquisadores. Contudo, ao mesmo tempo, tem sido ferozmente debatida. (BORMANN, 2010). Também o debate quanto à eficácia do modelo consociacional para o caso libanês é intenso e não se dá sem discórdias. Uma gama de autores defende a melhoria do sistema confessional como solução para a atual instabilidade libanesa (BARCLAY, 2007; NELSON, 2013; MUHANNA, 2012; EKMEKJI, 2012; MAJED, 2010). Outros, ao contrário, como Assaf (2004), questionam sua eficácia dentro do cenário libanês, colocando em xeque a

¹⁴⁹ *Koulluna lilwatan Lil'oula lil'alam* é o primeiro verso do hino nacional libanês, e significa “todos pela pátria, para a sublime (pela glória), pela bandeira”.

própria aplicação da teoria de Lijphart neste contexto, ou criticam o consociativismo em suas bases mais fundamentais e em suas consequências para a qualidade da democracia (BARRY, 1975; LUSTICK, 1997 ; VAN SCHENDELEN, 1983). Nesta seção apresentaremos o estado da arte da literatura sobre este debate, expondo as críticas sofridas tanto pelo confessionalismo quanto pelo próprio consociativismo, sem termos a pretensão, contudo, de esgotar esta discussão ou de tecer conclusões últimas sobre eficácia ou desempenho do consociativismo. Nossa proposta aqui é tão somente fazer um balanço reflexivo sobre as críticas sofridas pela teoria consociativa e resgatar as avaliações sobre o confessionalismo libanês, para que este exercício nos auxilie a verdadeiramente compreender as diferenças entre teoria e caso.

Lijphart (2004) reconhece que o modelo de partilha de poder tem recebido uma grande quantidade de críticas, sobretudo argumentando que a democracia de partilha de poder não é idealmente democrática ou efetiva¹⁵⁰. Contudo, argumenta o autor, muito poucos críticos teriam apresentado alternativas sérias ao modelo de partilha do poder – a exceção de Donald Horowitz e Brian Barry. Os casos de Lijphart foram criticados em muitos sentidos e a classificação dos países consociacionais é frequentemente debatida. (SAURUGGER, 2016; ANDEWEG, 2000). Para Van Schendelen (1984), por exemplo, Lijphart apresenta a sociedade holandesa como profundamente dividida em pilares, quando na verdade ela seria composta de clivagens transversais consideráveis, e o mesmo poderia ser argumentado para a Suíça, defende. Essa classificação levanta questões tais como se as clivagens religiosas e de classe da sociedade suíça são ou não transversais. Lijphart também foi acusado de caracterizar erroneamente os arranjos institucionais em alguns lugares, além de ter sido problematicamente vago no uso de alguns conceitos. (ANDEWEG, 2000). Van Schendelen questiona, por exemplo, se as sociedades "fragmentadas", "pluralistas" e "profundamente divididas" são todas iguais. (VAN SCHENDELEN 1984). Saurugger (2016) afirma que o consociacionalismo exige acomodação de elite, mas, frequentemente, o comportamento de elite é misto ou até mesmo adversário. Quais seriam então as razões para a cooperação? Todas as elites sempre cooperam ou apenas em algumas questões e em algumas áreas? (SAURUGGER, 2016). Andeweg (2000) também escreve que Lijphart afirmaria de forma tautológica que a cooperação das elites leva à estabilidade política.

¹⁵⁰ Conforme argumenta Andeweg, a ausência de oposição, a predominância das elites e a apatia política de massa não concederiam vitalidade democrática ao consociativismo (ANDEWEG, 2000, p. 530).

Em sua crítica à teoria consociativa mais geral, Andeweg (2000) sustenta, ao nosso ver acertadamente, que profundas clivagens sociais não são, de fato, realidades sociais pré-existentes que as elites políticas “encontram pelo caminho”, mas sim divisões sociais que foram propositadamente exacerbadas e salientadas pelas elites políticas. E em torno das quais estas elites mobilizaram outros indivíduos através de organizações políticas, sociais e econômicas. (ANDEWEG 2000, p.519, apud NELSON, 2013). Em consonância, Horowitz (1985) afirma que o próprio ato de formar coalizões multiétnicas gera competição intraétnica – ou flaqueamento – se ele já não existir (HOROWITZ, 1985, p.575). É irônico, então, nos termos de Andeweg, que as elites políticas “*em cuja prudência o consociacionalismo confia para mitigar os efeitos desestabilizadores da segmentação*” sejam as próprias responsáveis pela criação do problema¹⁵¹. Ainda que não se possa argumentar que as diferenças sejam inteiramente construídas no Líbano – como bem ressalva Nelson (2013) – é claramente possível ver, no mínimo, que elas não têm sido moderadas pelo modelo consociativo (NELSON 2013, p.356).

O modelo de Lijphart é, de fato, fundamentalmente centrado na elite, e ainda que esta seja uma crítica amplamente difundida, a substituição de instituições democráticas de governança por um modelo centrado nos atores membros das elites talvez seja uma das desaprovações mais incisivas à teoria do autor. Adicionalmente, a adoção de algumas modalidades de consociativismo em países como Líbano e Índia, de fato, parecem promover uma visão essencialista e imutável da identidade étnica, congelando-a ou promovendo o que Ashutosh Varshney (2007; informação verbal 2013/2014)¹⁵² chama de “aprisionamento estatal das identidades”. Daí a importância da durabilidade do modelo: que ele seja compreendido como uma solução necessária, mas transitória.

Atualmente, conforme escreve Andeweg (2000), após anos de implementação a democracia consociativa parece estar recuando em sua região empírica de origem. Ainda resta saber, contudo, quais razões fizeram as clivagens sociais erodirem em países como Áustria,

¹⁵¹ Rudy Andeweg vai ao cerne da questão em sua crítica ao consociativismo. No original: “*Some of the criteria to measure plurality and pillarization, such as the existence of subcultural organizations or the encouragement of social apartheid, indicate that cleavages are not pre-existing social realities that political elites find on their paths; they are social divisions that have been made salient by these political elites, and around which they have mobilized other people through political, social and economic organizations. In other words, the political elites on whose prudence consociationalism relies to mitigate the destabilizing effects of segmentation are the same ones who created the problem in the first place*”. (ANDEWEG 2000, p.519)

¹⁵² Informação verbal proferida por Ashutosh Varshney em conjunto de conferências intitulado “Speaking of Ethnic Conflict, 18 Lectures by Ashutosh Varshney”. Conflict Resolution Program, National Institute of Advanced Studies, Bengaluru, India, 2013/2014.

Luxemburgo e Holanda, e se a natureza da clivagem impacta na capacidade de acordo entre as elites. Permanece incerto se esta erosão é fruto do próprio consociativismo - que enfraqueceu as segmentações sociais para as quais era, inicialmente, uma resposta - ou se é fruto de outras alterações sociológicas e contextuais.

Em outro sentido, Robert Dahl (2015) afirma que o pluralismo de subculturas não necessariamente afasta a possibilidade de uma Poliarquia inclusiva. Ainda que esta seja encontrada mais frequentemente em países relativamente homogêneos, ela é sim possível a despeito da profusão do pluralismo subcultural em determinados contextos. Nos termos do liberalismo tolerante do maximalista John Rawls (2011), a justiça como equidade em uma sociedade democrática bem ordenada tampouco está longe de ser viável, apesar da existência de diferentes doutrinas de bem - mesmo as de cunho religioso¹⁵³.

A democracia é definida em Dahl como um regime no qual as oportunidades de contestação pública estão disponíveis para a maioria da população e onde garantias mútuas são esperadas por opositores em conflito. Os custos da tolerância são reduzidos pelas garantias mútuas efetivas contra a destruição, a coerção extrema ou danos graves. Neste sentido, uma estratégia de liberação requer a busca de tais garantias (DAHL, 2015, p.202). A adesão às regras democráticas depende, sobretudo, de considerações estratégicas dos atores, do cálculo do conflito e do custo de repressão (LIMONGI, 2015¹⁵⁴ In: DAHL, 2015, p. 21).

Para o pluralista, os baixos níveis de desenvolvimento econômico são eles próprios inimigos da política competitiva, mas três requisitos são essenciais para que um país com pluralismo subcultural considerável mantenha seus conflitos em um nível suficientemente baixo para garantir a Poliarquia (DAHL, 2015, p. 114-122): em primeiro lugar, é mais provável que o conflito seja mantido em níveis moderados se nenhuma cultura subétnica, religiosa ou regional for “indefinidamente” privada da oportunidade de participar do governo,

¹⁵³O consenso sobreposto entre as diferentes doutrinas razoáveis de bem – sobretudo as religiosas - as fazem subscrever a uma concepção de justiça autossustentada como uma concepção que fornece o conteúdo de seus julgamentos políticos quando dizem respeito às instituições básicas. É no exercício de sua liberdade de pensamento e consciência, e voltando-se para suas próprias doutrinas abrangentes, que estes cidadãos veem a concepção política de justiça *freestanding* como derivada de outros valores seus, ou congruente com eles, ou pelo menos não contraditória em relação a esses outros valores. Estes indivíduos recorrem a uma ideia de razão pública e de racionalidade democrática comum para decisões políticas estruturais fundamentais – sem recorrer a moralidades internas às suas respectivas doutrinas abrangentes de bem. A democracia liberal equitativa de Rawls é uma maneira de argumentar sobre valores políticos fundamentais compartilhados por cidadãos livres e iguais, que não se imiscui nas suas respectivas doutrinas abrangentes, contanto que estas doutrinas sejam compatíveis com uma sociedade democrática. (RAWLS, 2011).

¹⁵⁴ DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**/prefácio Fernando Limongi. São Paulo: Edusp, 2015.

isto é, da coalizão majoritária cujos líderes formam o governo ou a administração – quer seja por alternância de coalizões quer seja por unanimidade com cada grande partido representado no governo. O segundo requisito é um conjunto de entendimentos ou engajamentos, nem sempre codificados nas provisões constitucionais formais, que proporcione um grau relativamente alto de segurança às diversas subculturas. Entre as formas mais assíduas de arranjos de segurança mútua estão as garantias de que as principais subculturas estarão representadas no Parlamento em uma proporção aproximada de seu peso numérico e através dos vários tipos de representação proporcional. São eles: veto de minorias, federalismo nos casos de subculturas mais regionais ou ainda através de provisões constitucionais específicas, pactos ou entendimentos que imponham limites à autoridade constitucional. Em terceiro lugar, o povo de um país – talvez o mais correto aqui devesse ser suas lideranças e elites - deve acreditar que uma Poliarquia é efetiva no atendimento de reivindicações relativas aos principais problemas da nação – um requisito geral a todas as Poliarquias. Sobretudo já que o imobilismo, o hegemonismo ou a ruptura territorial são riscos inerentes nestes arranjos. (DAHL, 2015)

É pressuposto do autor que a democracia envolve a contínua responsividade do governo às preferências de todos os seus cidadãos, considerados como politicamente iguais. Estes devem ter oportunidades plenas não somente de formular e expressar, mas também de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo. Mas a democratização também é formada por duas dimensões, a saber, da contestação pública efetiva e do direito de participação. De especial importância para o nosso trabalho está a tipificação de Dahl em termos de liberalização, inclusividade e democratização. Em Poliarquias, a inclusividade (participação) dos cidadãos é alta, assim como o processo de liberalização (contestação pública). O problema libanês parece estar em desajustes não na contestação pública, mas na inclusividade – o que nos remete igualmente à discussão de segurança representativa das diferentes subculturas no governo - problemática latente em nosso estudo de caso.

Nossos resultados expostos no capítulo anterior indicam que alguns critérios de Poliarquia não são obedecidos pela realidade libanesa, como é o caso da liberdade de formular, exprimir e ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo (como prescreve DAHL, 2015, p. 27). Em virtude da organização e representação política libanesa se dar exclusivamente em um âmbito sectário e comunitário, não há ampla liberdade, por exemplo, de formar e aderir a organizações trans-sectárias que sejam politicamente relevantes; ou direito equitativo de líderes políticos disputarem apoio fora de suas bases

comunitárias, salvo através de listas plurais – o que efetivamente é o que garante a governabilidade. Igualmente, não há elegibilidade livre para cargos públicos, haja vista que obedecem a um estrito critério de proporcionalidade sectária – por décadas não somente aplicado a cargos políticos e diplomáticos de primeiro escalão, como de segundo e terceiro escalão nos âmbitos de funcionalismo público civil, judiciário, militar e de Polícia. É o que por vezes é chamado pelos críticos de “ação afirmativa *ad absurdum*”. Adicionalmente, este sistema, em permanente tensão, não sobrevive a qualquer indício de desproporcionalidade, exigindo cada vez maior inclusão sectária, inclusive de grupos minoritários irrelevantes¹⁵⁵.

Em *Democracy in Plural Societies*, escreve Lijphart, a escolha pela democracia consociativa em detrimento da majoritária não trata da opção desejável, mas de qual objetivo é realisticamente alcançável: “*A paz positiva e fraterna são obviamente objetivos mais dignos para empenhar-se que a mera coexistência pacífica, mas em uma sociedade plural a coexistência democrática pacífica é amplamente preferível tanto em relação à paz não democrática quanto em relação a uma democracia instável rachada pela luta segmental.*” (LIJPHART, 1977, p. 49.). Resgatando o debate anunciado no Capítulo 1, trata-se, portanto, menos de uma escolha normativa e mais de uma necessidade induzida pela própria realidade empírica.

Em resposta aos críticos da qualidade democrática do confessionalismo, Lijphart argumenta que “*plena liberdade e igualdade dependem da fraternidade, - um forte consenso e um forte senso de pertencimento coletivo em um ambiente homogêneo. Quando a fraternidade é insuficiente, a coexistência pacífica se torna o objetivo seguinte mais elevado*”. Isso pode exigir alguns desvios da democracia pura, defende, mas, se bem sucedido, “*não representa uma conquista desprezível e não deve ser desmerecida*” (LIJPHART, 1968, p. 179). Em última análise, para Lijphart, seria impossível argumentar que

¹⁵⁵ Representantes de grupos cristãos minoritários – como cristãos siríacos que representam 0,9% da população – acusam o governo de discriminação, já que nenhum membro de sua denominação religiosa foi nomeado ministro, mesmo tendo servido em alguns cargos públicos de alto escalão (como o de diretor geral). Ou seja, a demanda por uma especificação religiosa cada vez maior é utilizada como forma de obter acesso político, perpetuando e acirrando a lógica sectária.

Em Maio de 2016 deputado Neamatal-lah Abi Nasr do Movimento Patriótico Livre, por exemplo, propôs elevar o número de deputados de 128 para 140, para permitir que a diáspora libanesa fosse representada por 12 legisladores adicionais (LAKKIS, 2016). Tentativas anteriores já teriam sido promovidas em 2005, 2008 e 2011. Como manda o modelo, estes deputados seriam eleitos à base de meação religiosa (a divisão seria feita proporcionalmente entre as confissões) e isto faria com que os libaneses no exterior pudessem votar nas eleições legislativas ou municipais – vez que as eleições presidenciais não são diretas no Líbano. Segundo acreditavam os promotores, o resultado prático seria o aumento no número de maronitas e sunitas no parlamento. Uma manobra de oposição à bancada xiita. (FARHAT, 2011).

a Holanda se afastasse muito do ideal democrático. “*A democracia holandesa possui sufrágio universal, governo majoritário e justiça para todos. O povo elege seus próprios governadores, quer direta ou indiretamente, e possui ampla oportunidade de mostrar qualquer descontentamento. Não há minorias subjugadas, privadas de suas liberdades civis, ou sujeitas a discriminação sistemática*” (LIJPHART, 1968, p. 180).

De modo que a partilha de poder “*provou ser o único modelo democrático que parece ter boa chance de ser adotado em sociedades divididas*”, além de contemplar enormes variações entre os casos belga, norte irlandês, sul africano, bósnio e libanês (LIJPHART, 2004). De qualquer forma, conforme argumenta acertadamente Sabine Saurugger, tanto o consociacionalismo puro quanto o majoritarismo puro são tipos ideais. A maioria dos sistemas políticos varia entre essas formas. (SAURUGGER, 2016). De fato, a pureza teórica dos tipos ideais não se faz presente na realidade empírica, e mesmo os ditos casos clássicos se movem em pequena medida dentro do espectro majoritário-consociativo. Neste sentido, os modelos nos fornecem mais critérios de análise e balizamento teórico que conteúdo a ser verificado em qualquer estudo de caso.¹⁵⁶

De outro modo, a denúncia sobre a divisão do poder entre as elites das várias comunidades¹⁵⁷ em uma democracia consociativa nos remete à questão schumpeteriana da democracia elitista e em que medida qualquer democracia não é igualmente governada por elites políticas. Bernard Manin (1997), por exemplo, afirma que o próprio processo democrático de seleção através de eleições (mesmo majoritárias) é aristocrático, em virtude da escolha dos representantes através do princípio da distinção. O método eleitoral teria um efeito aristocrático já que consiste no entendimento de que os eleitos devem ser socialmente superiores aos eleitores (MANIN, 1997). Em uma democracia, “*escolhemos aqueles que possuem qualidades que valorizamos e, portanto, escolhemos os que são diferentes de nós*”, e esta diferença pode ser, por exemplo, o acesso destacado aos recursos políticos. (SILVA, 2016). Esta seleção dos que podem ser efetivamente candidatos a um cargo eletivo qualquer é feita pelos partidos antes do eleitores, e, de acordo com Glauco Peres da Silva, está neste

¹⁵⁶ Agradeço aqui ao Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis por esta contribuição durante a banca de defesa desta dissertação de mestrado.

¹⁵⁷ A divisão do poder entre poucas famílias tradicionais, como no Líbano, em detrimento do estabelecimento de compromissos políticos pragmáticos entre as diferentes elites em um sistema de democracia consociativa é um problema de outra natureza e mais severo.

processo de seleção partidária a chave para entendermos o porque desta dissociação entre representante e representados. (SILVA, 2016)¹⁵⁸.

De acordo com Andeweg (2000), embora os críticos de Lijphart se preocupem com a concorrência, caso se faça uso das medidas de Dahl, a inclusividade do consociativismo garante um alto nível democrático. Mas mesmo quando se trata de competição, Dahl se concentrou no direito de concorrer a cargos, em eleições livres e justas, e na capacidade de resposta das instituições aos votos. *“Possivelmente com exceção do último critério, não há razão para que os regimes consociacionais não possam satisfazer os demais critérios de competitividade”* conclui Andeweg.

Andeweg (2000) argumenta que este debate relativo ao grau de democracia do consociativismo é fácil de ser resolvido. Dahl define a Poliarquia através duas dimensões: competição e inclusividade. O autor discute a competição entre as elites garantida institucionalmente, mas enfatiza a competição eleitoral (o direito de ser elegível para cargos públicos, o direito de competir por votos, eleições livres e justas, etc.). E a arena eleitoral tem, com poucas exceções, sido isenta da exigência consociativa de que as elites cooperem (embora essa competição tenha como objetivo mobilizar os fiéis em vez de conquistar novos convertidos). De modo que com a única exceção do requerimento de Dahl quanto a responsividade das instituições aos votos e outras expressões de preferências, escreve, as democracias consociativas não precisam ser inferiores a outras formas de democracia. E, sobretudo, argumenta Andeweg, *“a segunda dimensão da poliarquia é a inclusividade, a proporção da população com direito a participar da contestação pública. E aqui o consociativismo poderia até superar democracias adversárias, já que visa evitar a exclusão permanente de qualquer segmento social do poder”* (ANDEWEG, 2000, p. 530).

¹⁵⁸ O autor defende que a seleção inicial que os partidos fazem interage com as escolhas que os eleitores podem fazer. *“E este é um processo dinâmico entre eleições. Se os eleitores também premiam este tipo de distinção, ela tende a se estabilizar e a durar períodos longos de tempo”*. (SILVA, 2016). Transpondo este raciocínio para o nosso estudo de caso, os eleitores premiam os candidatos e incumbentes que lhes forneçam serviços através de canais comunitários/sectários, uma vez que estas são as únicas formas de obter recursos e bens às suas localidades. O mecanismo também estimula os próprios candidatos e oficiais, que recorrem aos respectivos cargos e obtém acesso a recursos de acordo com a mesma dinâmica.

Como as confissões são a única maneira de se obter recursos estatais e acesso a cargos, candidatos e incumbentes continuarão a se apresentar em termos religiosos para obter votos e recursos. Como consequência, os eleitores irão votar em conformidade e fazer uso dos canais/líderes comunitários para obter bens públicos às suas localidades. Como a provisão de bens públicos é feita por seitas e as seitas são diferentemente contabilizadas, resulta disto a pobreza desproporcional em alguns segmentos e a questão da carência xiita, por exemplo. Como resultado, tem-se a terceirização de bens públicos e ‘privatização’ de serviços na forma de instituições não estatais provendo serviços relativos à educação, habitação e saúde – muitas vezes de caráter restritivamente confessional.

O autor argumenta que existem diferentes perspectivas sobre a democracia, e que o consociativismo está mais de acordo com uma que com a outra – o que não lhe desonera de suas credenciais democráticas. *“Se a democracia for percebida como um dispositivo para manter as elites políticas responsivas e responsáveis às massas, a competição (e não somente na arena eleitoral) é essencial; mas se a democracia é percebida como dispositivo para evitar a tirania (incluindo a tirania Madisoniana da maioria contra a minoria) então a inclusividade é vital”*. O autor conclui:

Nenhuma das perspectivas é inerentemente mais democrática que a outra (cf. Huber & Powell 1994¹⁵⁹), mas uma pode ser preferível à outra em determinada situação. Onde as distinções mais salientes repousam não nas massas, mas entre as elites e as massas, a necessidade por competição pode pedir por uma democracia majoritária ou adversária; onde a distinção mais saliente for entre segmentos sociais de natureza relativamente atributiva dentro das massas, a necessidade por inclusividade pode demandar uma democracia consociativa ou de consenso. (ANDEWEG, 2000, p. 531, tradução nossa).¹⁶⁰

Ora, se, como argumentam Andeweg e Lijphart, a democracia consociativa não se afasta tanto do ideal democrático na medida em que a inclusividade que garante é vital, ela deixa de sê-lo quando representação e participação são deficitárias. Andeweg tem razão com respeito ao consociativismo, mas a realidade libanesa guarda debilidades no âmbito da inclusividade que ficam aquém do modelo previsto por Lijphart.

Ponderadas as críticas sobre o consociativismo – sobretudo as relativas à sua suposta falta de qualidade democrática – passemos às críticas ao confessionalismo libanês. Para Assaf, por exemplo, o novo sistema consociacional "melhorado" pós-guerra civil não parece ter cumprido seu objetivo de criar a estabilidade sociopolítica e econômica endógena no seio das práticas democráticas. A origem da instabilidade institucional libanesa estaria no próprio sistema consociativista adotado, cuja estrutura institucionaliza e promove o sectarismo e suas consequências correlatas. Para a autora, o consociacionalismo libanês impede a maturidade do

¹⁵⁹ HUBER, John D.; POWELL, G. Bingham. Congruence between citizens and policymakers in two visions of liberal democracy. *World Politics*, v. 46, n. 3, p. 291-326, 1994.

¹⁶⁰ No original: *“This is not to deny consociationalism's democratic credentials but to argue that there are different perspectives on democracy, and that consociationalism agrees more with one than with the other. If democracy is perceived as a device to keep political elites responsive and accountable to the masses, competition (and not just in the electoral arena) is essential, but if democracy is perceived as the avoidance of tyranny (including Madison's tyranny of the many over the few), inclusiveness is vital. Neither perspective is inherently more democratic than the other (cf. Huber & Powell 1994), but one may be preferable to the other in a given situation. Where the most salient distinction lies not within the masses, but between elites and masses, the need for competition may call for majoritarian or adversarial democracy; where the most salient distinction is between social segments of a relatively ascriptive nature within the masses, the need for inclusiveness may require a consociational or consensus democracy.”* (ANDEWEG, 2000, p. 531)

sistema político, como sugere a incapacidade ou falta de vontade das elites - de se harmonizarem. (ASSAF 2004, p. 201). Ao estudar o caso libanês, Assaf credita ao desenho institucional a excessiva fragmentação, elitismo e instabilidade democrática presentes no país:

[...] a abordagem do consociacionalismo à organização da sociedade presta um apoio considerável ao argumento de que, sob a estrutura de governo consociacional, a fragmentação permanente da sociedade é um resultado provável. De fato, o exame dos vários aspectos do modelo consociacional e, fundamentalmente, o considerável grau de autonomia segmental que prescreve (segundo o qual é desejável um contato mínimo entre os grupos comunais), revela que a teoria consociacional incentiva implicitamente a distinção, a discriminação e o separatismo. Isso torna difícil a tolerância inter e intracomunitária, bem como a coexistência comunitária pacífica, e, de fato, tende a perpetuar divisões dentro das sociedades. [...] Além disso, o funcionamento do modelo consociacional, conforme prescrito pela teoria consociacional, demonstrou incentivar os grupos a continuar buscando vínculos externos para preservar seus diferentes sistemas de valores e escorar suas posições no sistema, trazendo a intervenção externa e, portanto, a instabilidade [...] O consociacionalismo institucionaliza a fragmentação societal permanente, aliada ao elitismo extremo, e antecipa que esta combinação funcionará perfeitamente na criação e manutenção da estabilidade democrática. Como resultado, a teoria consociacional espera que as elites sejam hábeis na aplicação das medidas corretas de unidade *versus* confessionalismo. Procedimentalmente, parece que as elites desempenham esse papel. No entanto, isso vem à custa da estabilidade e permite que as elites controlem seus seguidores que estão perdidos e mobilizados, enquanto [as elites] dirigem o país em conjunto para seus próprios interesses. (ASSAF, 2004, p. 210, tradução nossa).¹⁶¹

Para Imad Harb (2006), o sectarismo libanês, ou *taifiyya*, é o sistema de governo que incorporou – embora de forma revisada – elementos que permanecem em vigor até hoje: uma concepção limitada do papel do Estado; a atribuição de funções legislativas a instituições não estatais; e o domínio tradicional da política pelas elites maronitas e sunitas. O Estado, como pessoa jurídica, nunca foi projetado para interferir na política comunitária, defende (HARB, 2006). Para Usama Makdisi, por exemplo, foi resultado deste arranjo confessional que as dinâmicas de uma sociedade democrática falharam, dando seguimento ao que chama de uma

¹⁶¹ No original: [...] “the approach of consociationalism to the organisation of society lends considerable support to the argument that under the consociational structure of rule, permanent fragmentation of society is a likely outcome. Indeed, the examination of the various aspects of the consociational model, and crucially, the considerable degree of segmental autonomy it prescribes (according to which a minimal contact between the communal groups is desirable), reveals that consociational theory implicitly fosters distinctiveness, discrimination and separatism. This makes inter- and intracomunal tolerance/toleration as well as peaceful communal coexistence difficult, and indeed, tends to perpetuate divisions within societies. [...] Moreover, the functioning of the consociational model as prescribed by consociational theory has been shown to encourage groups to continue to seek external linkages to preserve their different value systems and buttress their positions in the system, bringing outside intervention and hence instability [...] Consociationalism institutionalises permanent societal fragmentation, coupled with extreme elitism, and anticipates that this combination will work flawlessly in creating and maintaining democratic stability [...] As a result, consociational theory expects that elites will be skilful in applying the right measures of unity versus confessionalism. Procedurally, it appears that elites do play that role. However, this comes at the expense of stability and allows elites to control their followers who are lost and mobilised, while the elites run the country together for their own interest”. (ASSAF, 2004, p. 210).

“política elitista de exclusão” e de domínio da política libanesa por poucas famílias. (MAKDISI, 1996, p. 25). Nas palavras de Ziad Majed:

Percebemos que a democracia consociacional no Líbano é incapaz de institucionalizar a cooperação mesmo em tempos de concórdia política. Assim, a cooperação permanece confinada aos círculos comunitários que se situam fora das instituições estatais, que desempenham um papel primordial no enfraquecimento da autoridade e da soberania do Estado. Além disso, a democracia consociacional é incapaz de compensar disputas ou recorrer a mecanismos constitucionais para resolver diferenças de pontos de vista. Esses fatores, bem como a questão das intervenções estrangeiras e um poder armado excessivo nas mãos de um partido libanês, servem para provar que a experiência consociacional no Líbano tem sido bastante agonizante. De fato, a morte clínica do sistema não é improvável se a situação regional explodir e se o Líbano for usado como cenário para resolver disputas. (MAJED, 2010, p. 14, tradução nossa).¹⁶²

Para Elias Muhanna, na prática este sistema promoveu, na melhor das hipóteses, “uma autoridade central fraca, propensa a episódios repetidos de paralisia e ruptura, e, na pior das hipóteses, um governo que funciona principalmente como um espaço para as elites confessionais competirem por interesses paroquiais à custa do bem-estar geral.” (MUHANNA, 2012, p.1).¹⁶³ Cenário aliado, como diz Trabulsi, a “uma longa história das seitas do Líbano acreditando que elas podem se capacitar contra seus rivais locais recorrendo a forças externas”. (TRABULSI ; KHOURY, 2007, p. 21).

Para Rami Khouri o sistema se decompõe a tal ponto de rivalizar ou feudalizar as lideranças políticas nacionais, de modo que até pouco o país não tinha nenhum presidente ou parlamento ativo, e o gabinete é “fundamentalmente moribundo”. Nas palavras do autor:

O Líbano tem muitas qualidades excelentes, mas a governança política absolutamente não está nessa lista. O atual sistema político libanês é um constrangimento catatônico que irrita ou humilha a maioria dos cidadãos libaneses. Ele gera impasses, vazios de poder, disputas ideológicas infantis, deterioração das condições econômicas e outras, corrupção, nepotismo, desperdício, má utilização de recursos, abuso de poder, imobilidade política estrutural, morte da meritocracia, desconfiança dos doadores estrangeiros, ruas que se sobrepõem como obstáculos de circuitos de *mountain bike* e situações perigosas, como a atual falta de coleta de lixo

¹⁶² No original: “We realize that consociational democracy in Lebanon is unable to bring about the institutionalization of cooperation even in times of political concord. Cooperation thus remains confined to communitarian circles that lie outside of state institutions, which play a primary role in weakening the state’s authority and sovereignty. Furthermore, consociational democracy is unable to measure disputes or have recourse to constitutional mechanisms to settle differences in points of view. These factors, as well as the issue of foreign interventions and an excessive armed power in the hands of one Lebanese party, serve to prove that the consociational experience in Lebanon has been rather agonizing. Indeed, the system’s clinical death is not unlikely if the regional situation explodes and if Lebanon is used as a stage to settle scores.” (MAJED, 2010, p. 14)

¹⁶³ No original: “In practice, this system has promoted, at best, a weak central authority prone to repeated bouts of paralysis and breakdown, and, at worst, a government that functions primarily as a space for confessional elites to compete over parochial interests at the expense of general welfare”. (MUHANNA, 2012, p. 1)

adequada, deterioração da qualidade da água e fornecimento de energia elétrica irregular. O poderoso status independente do Hezbollah destaca a inabilidade do sistema político baseado na partilha de poder de efetivamente chegar a um acordo sobre como dividir o poder entre o Estado e maior força não-estatal do país. (KHOURI, 2016b, p. 1, tradução nossa)¹⁶⁴

Para Assaf (2004), o Acordo Taif sublinha que, para salvaguardar o princípio da harmonia entre religião e Estado, os chefes religiosos dos grupos comunais libaneses devem ter o direito de consultar o Conselho Constitucional no que diz respeito aos estatutos pessoais, à liberdade de crença e de prática de ritos religiosos e à liberdade de educação religiosa. Em outras palavras, argumenta, busca preservar o princípio consociacional de autonomia segmental. Mais importante, contudo, o acordo parece ser uma maneira de *“permitir uma dose pesada de envolvimento da religião na política, não somente quando se trata de questões politicamente salientes, mas também socioculturais”*. No final, o acordo pós-guerra *“pode ser claramente visto como uma forma dos líderes religiosos manterem sob controle os vários grupos comunais através da manipulação de identidades religiosas e sectárias e, portanto, um instrumento consociativo para manter a sociedade profundamente dividida ao longo das linhas comunais”*. De acordo com a autora, isso dificulta as tentativas de secularização por parte dos indivíduos da sociedade civil, bem como de outros partidos e grupos de interesse envolvidos, impulsionados por questões seculares não comunitárias (ASSAF, 2004, p.167, tradução nossa)¹⁶⁵.

Nos termos excepcionalmente claros de Sally Nelson:

¹⁶⁴ No original: *“Lebanon has many fine qualities, but political governance absolutely is not on that list. The current Lebanese political system is a catatonic embarrassment that irritates or demeans a majority of Lebanese citizens. It leads to stalemate, power vacuums, childlike Ideological feuds, deteriorating economic and other conditions, corruption, nepotism, waste, misuse of resources, abuse of power, structural political immobility, the death of meritocracy, distrust of foreign donors, streets that double as mountain bike obstacle courses, and dangerous situations such as the current lack of proper garbage disposal, deteriorating water quality, and erratic electricity supplies. Hezbollah’s powerful independent status highlights the powersharing based political system’s inability actually to agree on how to share power between the state and the country’s strongest nonstate force”* (KHOURI, 2016, p. 1)

¹⁶⁵ No original: *“The Ta’if Agreement emphasises that in order to safeguard the principle of harmony between religion and state, religious heads of the Lebanese communal groups shall have the right to consult with the Constitutional Council with regard to personal statutes, the freedom of belief and practice of religious rites and the freedom of religious education. In other words, the amended article seeks to preserve the consociational principle of segmental autonomy. More importantly, however, the article seems to be one way of allowing a heavy dose of involvement of religion in politics, not only when it comes to politically salient, but also socio-cultural issues. In the end, the amended article can be clearly seen as a way for religious leaders to keep the various communal groups under control by manipulating religious and sectarian identities, and hence a consociational tool to keep the society deeply divided along communal lines. This hampers the secularisation attempts by civil society individuals as well as other parties and interest groups concerned, driven as they are by secular non-communally based issues”* (ASSAF, 2004, p. 176)

De fato, parece impossível alcançar coesão em um sistema que constantemente divide e subdivide o seu povo em categorias separadas e distintas. A hipótese de que a democracia consociacional de Lijphart pode criar 'clivagens transversais' é, portanto, provada falsa no caso do Líbano. O sistema confessional na verdade alcança o exato oposto, congelando clivagens em seu lugar, ou, em alguns casos, tornando-as ainda mais distantes entre si. (NELSON 2013, p.358, tradução nossa)¹⁶⁶

Na mesma linha, Samir Makdisi e Marcus Marktanner (2009) argumentam que o consociacionalismo precisamente cimentou o que deveria superar, ou seja, a desigualdade vertical e horizontal. Como o Líbano permaneceu socialmente dividido, argumentam, tornou-se vulnerável para o conflito interno - que por sua vez foi impulsionado por fatores externos¹⁶⁷. (MAKDISI; MARKTANNER, 2009). Nas palavras dos autores:

O caso do Líbano mostrou que o sectarismo tem cimentado desigualdades iniciais em vez de ajudar a superá-las. [...] A experiência libanesa demonstra que nem o consociacionalismo nem a renda per capita relativamente elevada e o rápido desenvolvimento econômico são garantias suficientes contra o aparecimento de conflitos internos em países em desenvolvimento com divisões sociais ou religiosas significativas. Este é especialmente o caso quando tais países são vulneráveis a influências regionais desestabilizadoras ou negativas de conflitos em curso e de regimes vizinhos não democráticos. Sob tais condições, o consociacionalismo pode servir a um propósito útil, mas apenas como um arranjo político temporário para um sistema político mais viável. O objetivo final deve ser proteger o país contra fatores externos desestabilizadores através da construção da coesão social. O Líbano não tem conseguido este objetivo. A análise qualitativa do nosso trabalho mostra como os fatores externos, nomeadamente o conflito árabe-israelense, mas também a prevalência de regimes altamente autocráticos na região, arrastaram o Líbano em direção a um turbilhão de desconfiança política e de incerteza (MAKDISI; MARKTANNER de 2009 , p. 13, tradução nossa).¹⁶⁸

¹⁶⁶ No original: “*Indeed, it appears impossible to achieve cohesion in a system that constantly divides and subdivides its people into separate and discrete categories. Lijphart’s hypothesis that consociational democracy can create ‘cross-cutting cleavages’ is therefore proved false in the case of Lebanon. The confessional system in fact achieves the exact opposite, freezing cleavages in place, or in some instances driving them further apart*”. (NELSON, 2013, p.358).

¹⁶⁷ Os resultados empíricos quantitativos dos autores sugerem que o Líbano é extremamente desigual com respeito ao seu nível de desenvolvimento democrático e econômico, e que esta incapacidade de reduzir as desigualdades preexistentes e em avançar adiante na capacitação democrática é parte significativa da explicação do conflito armado. Neste sentido, o modelo consociacional do Líbano não foi capaz de criar uma sociedade de oportunidades econômicas mais igualitárias; e a partir de uma perspectiva de corte transversal, a desigualdade de oportunidades é um preditor altamente robusto de conflitos armados (MAKDISI; MARKTANNER, 2009).

¹⁶⁸ No original: “*The case of Lebanon has shown that sectarianism has cemented initial inequalities rather than helped to overcome them. [...] The Lebanese experience demonstrates that neither consociationalism nor relatively high per capita income and rapid economic development are sufficient guarantees against the onset of domestic conflicts in developing countries with significant social or religious divisions. This is especially the case when such countries are vulnerable to destabilizing or negative regional influences from ongoing conflicts and non-democratic neighboring regimes. Under such conditions, consociationalism may serve a useful purpose, but only as a temporary political arrangement towards a more viable political system. The ultimate objective must be to shield the country against destabilizing external factors through social cohesion building. Lebanon has not accomplished this objective The qualitative analysis of our paper shows how external factors, namely the Arab-Israeli conflict but also the prevalence of highly autocratic regimes in the region dragged Lebanon into a maelstrom of political mistrust and uncertainty*”. (MAKDISI; MARKTANNER, 2009, p. 13).

Segue-se disto que os objetivos de qualquer reforma política no país devam ser o de reforçar a sua capacidade de proteção das influências combinadas tanto das divisões sectárias quanto das intervenções externas. Somente desta forma o país poderá redirecionar a liderança política de forma a distanciar-se da *de facto* divisão intra-sectária para aproximar-se de uma *accountability* política efetivamente inter-sectária - que promoverá melhor governança, melhores políticas de redistribuição, e fortalecerá a imunidade do Líbano contra conflitos domésticos. (MAKDISI; MARKTANNER, 2009)

Outros problemas surgem com a modalidade de partilha de poder engessada tal como no Líbano. Conquanto persistir o sistema confessional e a *troika* libanesa - que se propõem altamente representativos - membros das demais quinze orientações religiosas, por exemplo, que compõem menos de 30% da população total, nunca atingirão os altos gabinetes. (NORTON, 2007b). Em outro sentido, conforma aponta Arda Ekmekji, a presidência cristã maronita não é muito bem aceita por outras denominações cristãs. Muitos concordam que a presidência deva ser realizada por um cristão, mas por que um maronita? Por que não um ortodoxo, um armênio ou um protestante? Sentimentos semelhantes também são por vezes expressos com respeito ao Parlamento: dizem ser salutar que o orador da Casa seja xiita, mas este sempre tem que ser o mesmo tipo de xiita? Pode um xiita ter a liberdade de ser anti-Hezbollah no Líbano? Questiona Ekmekji (2012, p. 15)

De algum modo, arriscamo-nos dizer, o mecanismo através do qual o desenho institucional no Líbano estimula e reifica identificações sectárias é uma modalidade de profecia autorrealizável das quais Merton (1968¹⁶⁹, apud HEDSTRÖM; LITOSKI, 2010, p.62) fala. Ela nos convida a questionar se a institucionalização das divisões sectárias é um reflexo do desejo social comunal ou, se ao contrário, o Estado através de seu desenho institucional imprime e congela estas divisões sectárias. De tal forma que é possível afirmar, em termos normativos, que este sistema retira dos libaneses a capacidade de serem representados como cidadãos em uma democracia representativa - em vez de crentes de uma determinada fé. Este seria um processo de naturalização de uma forma de identificação exclusivamente político-religiosa a despeito de outras quiçá mais democráticas. Assim, o sistema não admite a secularização das esferas políticas e sociais, não permitindo, portanto, que a cidadania substitua as identidades confessionais. Isto nos convida a pensar sobre quais

¹⁶⁹ MERTON RK. **Social Theory and Social Structure**. New York: Ed. Free Press, 1968.

são as clivagens verdadeiramente relevantes para uma representação cidadã apropriada em tais sociedades ditas ‘profundamente divididas’.

O consociativismo do tipo confessional é problemático em termos de fortalecimento do Estado nacional porque através da institucionalização do confessionalismo reifica as identidades, promove canais comuns de obtenção de recursos, cria um sistema de patronagem e enfraquece o Estado como entidade que provê aos seus cidadãos. O confessionalismo engendra e engessa, portanto, a “privatização” e sectarização do provimento de serviços públicos. Neste sentido, este ciclo de auto reforço, ao repetir-se, pode fazer com que uma crença inicialmente falsa (ou desimportante politicamente) torne-se verdadeira. Nas palavras do sociólogo libanês Milhem Chaoul,

Em seu estado atual, as estruturas do Estado no Líbano são espaços submersos por estruturas comunitárias e patrimoniais que tomam de assalto os serviços públicos, uma espécie de "privatização" disfarçada por potencialidades econômicas e humanas de seus membros. Parafraseando uma conclusão do Leviatã: é a sociedade que engole o seu Leviatã e não o Leviatã quem engole a sociedade (CHAOUL, informação verbal, 2015).

A religião permeia a vida civil, política e jurídica libanesa. Como vimos, casamentos inter-religiosos (ou casamentos civis) são proibidos de serem realizados pelo Estado. O Líbano não possui um código civil para assuntos pessoais independentemente da filiação sectária, e os cidadãos libaneses vivem e morrem de acordo com estipulações e convenções sectárias. Cada seita tem seu próprio conjunto de leis de status pessoal que abrangem questões como noivado, casamento, dote, a anulação do casamento, divórcio, adoção e herança. (ABUKHALIL, 1989, p. 55). A religião é geralmente identificada em cartões de identidade nacionais e anotada nos documentos de registro oficial *ikhraaj qaid* (INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM REPORT, USDS, 2011). Adicionalmente, o registro de eleitores é mandatório e necessariamente vinculado à confissão. O Artigo 27, Capítulo 4, da Lei para Eleições Parlamentares nº 25 estipula que “*os boletins de eleitores devem incluir necessariamente: nome completo do eleitor e o nome da mãe, número de registro de acordo com os registros de status pessoal, sexo, data de nascimento e confissão*” (LAW NO. 25, PARLIAMENTARY ELECTIONS LAW, 2008).

Todos estes elementos entrincheiram identidades sectárias e desestimulam clivagens transversais. Nas palavras de AbuKhalil, “*Estas leis são vinculativas para o indivíduo, quer seja membro praticante de uma seita ou não. O sistema confessional de leis de status pessoal fortalece o papel dos líderes religiosos comuns e impede a evolução de ideias nacionalistas*

libanesas ou de ideias seculares universalistas". (ABUKHALIL, 1989, p. 55-56 tradução nossa)¹⁷⁰. De modo que tal sistema não somente contém importantes desproporcionalidades de representação como também enrijece a categoria de representação política, pré-determinada pelo Estado de cima para baixo, e não produto espontâneo de agremiação social.

O sistema sectário no Líbano foi desenhado para garantir a representação política de suas diferentes seitas, mas acabou contribuindo para a marginalização de muitos, nomeadamente os sunitas que vivem em áreas remotas do norte como em Akkar, e dos xiitas no sul (KHATIB, 2015b). Isso ocorre porque os recursos estatais não são distribuídos equitativamente, mas cooptados por líderes comunitários tradicionais que visam aumentar sua riqueza e autoridade feudal (KHATIB, 2015b). Neste status quo, a corrupção e o acesso privilegiado a patronagem de uma figura política poderosa economicamente ou de um segmento político sectário torna-se um objetivo a ser perseguido, por parecer a única forma de sobrevivência e de impunidade. Busca de proteção de interesses privados, maximização dos ganhos individuais, redes de relacionamento pessoais, patronagem e corrupção, são todos resultado da ausência de uma *accountability* formal. São, fundamentalmente, uma modalidade de contorno do sistema, não de mudança do mesmo (KHATIB, 2015a).

De tal forma que o sistema confessional implementado no Líbano é acusado de empoderar as elites, reforçar o sectarismo – através do entrincheiramento das identidades existentes e da reificação das divisões étnicas – e de enfraquecer o Estado. Além disso, o projeto institucional libanês promoveria, institucionalmente, o feudalismo e o elitismo, além de impedir a formação de consenso e gerar impasses institucionais. Isso seria configurado como um ciclo vicioso que produzia ineficiência estatal, corrupção, abandono de algumas parcelas populares, graves desproporcionalidades e distorções de representatividade. (PETALLIDES, 2011; KRAYEM, 1997). Adicionalmente, e de suma importância, fomentaria mecanismos clientelistas, ou dinâmicas de patronagem na distribuição de bens e serviços (o sistema de nepotismo denominado "*wasta*"), ao lado do importante papel desempenhado pela família e pelo elemento clânico na prática política e sucessória no país¹⁷¹. A prática de *wasta*

¹⁷⁰ No original: "*These laws are binding on the individual, whether one is a practicing member of the sect or not. The confessional system of personal-status laws strengthens the role of communal religious leaders and impedes the evolution of Lebanese nationalist or universalist secular ideas*". (ABUKHALIL, 1989, p. 55-56).

¹⁷¹ Temos ciência do perigo que configura falarmos em 'política clânica' ou de 'tribalismos' em se tratando de Oriente Médio. Qualquer perspectiva pós-colonial se oporia frontalmente a este tipo de abordagem, perspectiva à qual subscrevemos. Desqualificar democracias não ocidentais ou reduzi-las a seus "elementos mais primitivos" ou pré-políticos configuram práticas das quais se deve distanciar. Conforme escreve acertadamente Nussaibah Younis, "*há uma tendência de simplificar as divisões nestas sociedades, reduzindo-lhes a divisões étnicas ou*

está amplamente difundida no país, sendo frequente a obtenção de empregos, posição social e até mesmo evasão de ações legais meramente através de parentesco ou de conexões pessoais. (MAKHOUL; HARRISON, 2004). Este uso é constantemente acusado de ignorar qualificações, competências e méritos em situações de obtenção de empregos e de sucessão política. Trata-se do papel desempenhado pelas intercessões, indicações, mediações e demais práticas de clientelismo para obtenção de serviços ou recursos dentro de um contexto consociativo altamente institucionalizado e enrijecido.

Weber em 1919 já condenava os riscos do que seria futuramente cunhado como democracia consociativa, o que chamou de “*sinecuras administrativas que se tornaram uma espécie de seguro específico para o futuro*” ou ainda, ao falar dos partidos espanhóis e antigas colônias, “*alternância de poder consentida permitindo o benefício das vantagens propiciadas pelos postos administrativos e que não tiveram outro objetivo senão o de dispor da vasilha de manteiga de que os vencedores esperavam servir-se*”. (WEBER, 2011, p. 83). Ele escreve em *A política como vocação*:

Na Suíça, os partidos, pacificamente, repartem entre si os empregos, segundo o princípio da distribuição proporcional. Aliás, mesmo na Alemanha, certos projetos de constituição ditos “revolucionários” como, por exemplo, o primeiro projeto elaborado em Baden, propõem estender o sistema suíço à distribuição dos cargos ministeriais e, conseqüentemente, consideram o Estado e os postos administrativos como instituições destinadas a simplesmente proporcionar prebendas. Foi especialmente o partido do Centro que se entusiasmou com projetos desse tipo e, em Baden, chegou a inscrever em seu programa a aplicação do princípio de distribuição proporcional de cargos segundo as confissões religiosas, sem se preocupar com a capacidade política dos futuros dirigentes. (WEBER, 2011, p. 83)

De acordo com Ussama Makdisi (1996), dado o fracasso das autoridades estaduais em estender seu alcance às áreas predominantemente xiitas no sul do Líbano e nas regiões do norte como Akkar, o projeto nacionalista do Líbano permaneceu indissociavelmente ligado às elites filiadas ao Estado, que dispensavam empregos, pavimentavam estradas e levavam eletricidade para suas próprias regiões. O “equilíbrio sectário”, baseado no censo populacional de 1932, paralisou o governo e reforçou o sistema de patronagem. A corrupção serviu como o sistema de seguridade social eficaz dos libaneses. Os benefícios não poderiam ser obtidos simplesmente com base nos direitos de cidadania, já que empregos, habitação, telefones e

religiosas primordiais, exacerbando o potencial para a essencialização dessas ‘outras’ sociedades. É preciso evitar a armadilha de ver divisões etno-sectária como características inevitáveis destas sociedades que parecem intratavelmente divididas” (YOUNIS, 2011, p. 18)

Ainda assim, há um elemento personalista quase dinástico de extensão do clientelismo a determinadas comunidades e um papel importante na dinâmica de ‘herança política’ entre famílias tradicionais e proeminentes no país que não podem estar ausentes desta análise.

educação não eram garantidos pelo Estado, mas por meio de apelos a deputados, ministros e presidentes que foram eles próprios nomeados ou eleitos de acordo com leis sectárias (MAKDISI, 1996, p. 25).

Analisando as eleições municipais de 2016, Dagher e Fares afirmam que em Tariq el Jdide, por exemplo, o Movimento Futuro, através de várias políticas governamentais, tem forçado os habitantes de muitas áreas sunitas a sempre permanecerem dependentes de sua intervenção para obter necessidades básicas. Que, em realidade, deveriam ser um direito de todo cidadão libanês, e as quais muitos habitantes em outras áreas têm acesso sem a necessidade da mediação de seus partidos políticos. Como dito anteriormente, é o que DAGHER e FARES (2016) chamam de “modo neo-socialista” de funcionamento da maioria dos partidos no país, que torna determinadas regiões especialmente dependentes dos vínculos clientelistas para provisão de bens e serviços básicos.

Ao discorrer sobre de que modo o confessionalismo permeia a realidade no país, Fawwaz Traboulsi escreve: *“os discursos religiosos e identitários coloream amplamente os escritos sobre o Líbano. A redução da identidade do libanês a uma única forma de identidade - sua afiliação sectária - é uma abordagem muito simplista e reducionista para uma situação extremamente complexa.”* As seitas religiosas politizadas, argumenta em termos neomarxistas, devem ser tratadas como produtos históricos, e não como essências ahistóricas enraizadas em diferenças religiosas ou como meras entidades políticas:

As seitas no Líbano são um exemplo perfeito da maneira como as formações pré-capitalistas são recicladas para desempenhar novos papéis em uma economia capitalista periférica. Constituem formas multifuncionais de identificação e solidariedade que passaram a permear todos os aspectos da vida do Líbano com um modo específico de articulação entre a luta pelo poder, por um lado, e as estruturas e interesses socioeconômicos, por outro. E duas funções principais das seitas são frequentemente negligenciadas: em primeiro lugar, o seu papel como redes clientelistas alargadas destinadas a resistir às desigualdades do mercado e a competir pelos seus benefícios e pela apropriação da riqueza social e dos serviços do Estado; em segundo lugar, seu hábito de longa data de recrutar ajuda externa em sua luta pelo poder ou pela pura sobrevivência. (TRABOULSI, 2012, p. viii)

Conforme escreve Ekmekji (2012), a tapeçaria multicultural libanesa tem o potencial de tornar-se não apenas um país, mas uma lição, uma mensagem de coabitação para toda a humanidade. Para tanto, cada denominação deveria ao menos *“parar de proteger seus próprios seguidores corruptos”*, e a reforma administrativa deveria poder ser implementada sem represálias religiosas ou tumulto. E exemplifica:

Se um empregado do governo é demitido depois de ser pego aceitando subornos, os membros da denominação daquele empregado frequentemente assumem que estão sendo perseguidos e explodem o incidente de forma desproporcional - ao invés de lidar com a corrupção em suas fileiras. Os membros da denominação do empregado se levantarão contra comunidades opostas, tomarão de assalto os inimigos presumidos, protestarão nas ruas e fecharão lojas – ou seja, até que o funcionário demitido seja reintegrado. Esta é a doença libanesa. Não somente a religião pode ser um ticket para o Parlamento, mas a religião é também frequentemente manipulada, usada como desculpa para infringir a lei e se esconder atrás de líderes religiosos para escapar da punição. Esta situação se agrava quando a economia é ruim e o clima predominante é de desconfiança e alienação. Empregos limitados criam competição, mas quando muitos empregos são pré-marcados para uma denominação em particular, então isto pode ser extremamente frustrante e desiludir jovens graduados antes motivados – muitos dos quais emigram eventualmente aos países do golfo e então mais tarde às pastagens mais verdes nos Estados Unidos (EKMEKJI, 2012, p. 15, tradução nossa)¹⁷²

Para Noura Assaf (2004), as restrições socioeconômicas e a sua tradução para a atual crise econômica constituem obstáculos formidáveis à estabilidade e à democratização da sociedade, além de contribuírem para a politização da etnia / lealdade, para a persistência da rede patrono-cliente e, conseqüentemente, para a dependência de amplos segmentos da população do sistema de patronagem. Pode-se dizer que seu impacto prejudicial sobre a continuidade do sistema constitui a mais séria ameaça enfrentada pela estabilidade do Líbano:

A rede patrono-cliente contribui para a politização da identidade religiosa, já que a religião se torna a base sobre a qual os indivíduos podem reivindicar a sua quota de benefícios materiais e econômicos [...]. Isso resulta no surgimento de diferentes agrupamentos de tamanho e poder desiguais e traz à mente a situação pré-guerra, sinalizando que o conflito violento pode facilmente erigir novamente. No contexto libanês, uma redistribuição de fundos estatais para os pobres, um grande segmento dos quais são muçulmanos, ainda não ocorreu. Embora esta questão pareça estar localizada dentro do contexto social, na verdade ela requer uma decisão política, que é difícil de alcançar à luz do complexo processo de barganha no qual as elites se envolvem. [...] As implicações da falta de uma visão compartilhada sugerem uma permanente fragmentação da sociedade. Como resultado, o único denominador comum entre os diferentes grupos é a sobrevivência do sistema através da alocação de recursos políticos e econômicos. À luz da escassez de benefícios materiais, a estabilidade e, por conseguinte, a estabilidade democrática parecem difíceis de alcançar (ASSAF, 2004, p. 217, tradução nossa)¹⁷³

¹⁷² No original: “*The Lebanese multicultural tapestry truly has the potential to become, as Pope John Paul II once said, not merely a country but a lesson, a message of cohabitation for all humanity. If only each denomination would stop protecting its own corrupt followers; if only administrative reform could be implemented without religious reprisals or uproars. For example, if a government employee is fired after being caught accepting bribes, members of that employee’s denomination will often assume they are being persecuted and blow the whole incident out of proportion, rather than cope with corruption in its ranks. Members of the employee’s denomination will rise up against opposing communities, assault presumed foes, protest in the streets, and close down shops—until, that is, the dismissed employee is reinstated. This is the Lebanese disease. Not only can religion be a ticket to Parliament, but religion is also often manipulated, used as an excuse for breaking the law and hiding behind religious leaders to escape punishment. This situation grows more acute when the economy is bad and the prevailing mood is one of mistrust and alienation. Limited jobs create competition, but when many jobs are ear-marked for a particular denomination, then it can be extremely frustrating and disillusioning to once-motivated young graduates—many of whom eventually emigrate to Gulf countries and then later to greener pastures in the United States*” (EKMEKJI, 2012, p. 15)

¹⁷³ No original: “*Particularly, socio-economic constraints and their translation into the current economic crisis constitute formidable obstacles to stability and the democratisation of society, and contribute to the*

3.2 As propostas reformistas

Conforme visto na seção acima, para além de eventuais críticas ao modelo consociativo de Arend Lijphart – sobretudo no que tange às suas imprecisões conceituais, insuficiência democrática, flaqueamento e exacerbação das clivagens sociais – repousam na realidade libanesa problemáticas mais profundas. A literatura especializada não ignora estas debilidades confessionais e propõe uma gama de reformas políticas e eleitorais para melhoria do funcionamento deste desenho institucional. A seção que se segue se propõe a apresentar algumas destas propostas e analisar em que medida elas nos parecem atingir o cerne da problemática aqui em questão.

Para Arda Arsenian Ekmekji (2012), por exemplo, para que um Líbano moderno e democrático seja sustentado como um Estado viável, o chamado *Projeto da Comissão Boutros*, de 2006, deve ser implementado. Este projeto compõe: um sistema eleitoral misto de votação (majoritário dentro dos pequenos distritos e proporcional nos maiores); rebaixamento da idade eleitoral mínima para 18 anos; instauração de uma comissão independente para supervisão das eleições; adoção de 30% de quota de gênero para mulheres nas listas eleitorais; incorporação do voto de não residentes (locais e expatriados); e finalmente, e talvez mais complicado aventar, o compromisso presidencial entre cristãos e xiitas. Numerosas reformas logísticas também deveriam ser adotadas, tais como: eleições em todo o Líbano ao mesmo tempo e no mesmo dia, contagem eletrônica de votos e cédula de votação pré-impressa. (EKMEKJI, 2012). O projeto da Comissão Eleitoral Nacional combinaria aspectos do majoritarismo e da representação proporcional. Tal sistema uniria a representação sectária local em distritos menores (*caza*), baseados em pluralidade ampla (votação em bloco); com a representação transversal de clivagens em distritos maiores (*mohafazah*) baseados em listas proporcionais multi-membros (SALAMEY, 2009, p. 97). Contudo, escreve Salamey, as

politicisation of ethnicity/loyalty, the persistence of the patron-client network and hence, the dependency of large segments of the population on the patronage system. It may be said that the detrimental impact of this on the stability of the system constitutes the most serious threat that faces Lebanon's stability. Indeed, the patron-client network contributes to the politicisation of religious identity, as religion becomes the basis upon which individuals can claim their share of material and economic benefits [...] This results in the emergence of different groupings of unequal size and power, and brings to mind the pre-war situation and signalling that violent conflict may very well break out again. In the Lebanese context, a redistribution of state funds towards the poor, a large segment of which are Muslim, has not yet occurred. While this issue appears to be located within the social context, it actually requires a political decision, which is difficult to achieve in light of the complex bargaining process elites engage in. [...] The implications of the lack of a shared vision suggest a permanent fragmentation of society. As a result, the only common denominator among the different groupings is the survival of the system by allocating political and economic resources. In light of the scarcity of material benefits, stability and hence democratic stability appear difficult to achieve.” (ASSAF, 2004, p. 217)

recomendações foram “*rejeitadas pelas elites confessionais autoperpetuantes reunidas em Doha, que, alternativamente, propuseram pequena pluralidade em grandes distritos com cadeiras predeterminadas ao longo de linhas sectárias*”. (SALAMEY, 2009, p. 97).

A ausência do federalismo no Líbano e a presença de somente uma casa legislativa são apontadas por alguns críticos como características debilitantes do modelo político. Conforme escreve Elias Muhanna (2012), o Estado moderno do Líbano nasceu com um governo bicameral, mas que foi de curta duração. Sob o Mandato Francês, a Constituição libanesa de 1926 decretou a formação de um Senado ao lado de uma Câmara dos Deputados, sendo o primeiro composto por nove cristãos (cinco maronitas, três ortodoxos gregos e um católico grego), sete muçulmanos (três sunitas, três xiitas e um druso) e um assento reservado para as minorias remanescentes. No entanto, a experiência bicameral durou apenas um ano e meio. Em 17 de outubro de 1927, o Senado foi abolido por meio de uma emenda à Constituição por ser visto como “*muito caro, muito lento e muito fraco*” (HABACHY, 1964¹⁷⁴, apud MUHANNA, 2012). Na atual Constituição da Segunda República, resquícios da presença do Senado permanecem nos Artigos revogados 23, 96-100, e no Artigo 22, que mira para um futuro pós-confessional para o Líbano: “*com a eleição do primeiro Parlamento numa base nacional, não confessional, e um Senado a ser estabelecido no qual todas as famílias espirituais (al-’ā’ilāt al-rūḥiyya) sejam representadas, e cuja autoridade está limitada a questões cruciais (al-qaḍāya al-maṣīriyya)*”. (MUHANNA, 2012, p. 5)

O Acordo de Ta’if (1989), que encerrou a guerra civil no Líbano, chamava explicitamente pelo dismantelamento do confessionalismo político através da eleição de uma Câmara dos Deputados em “uma base nacional, não confessional” e a formação de um Senado representando “todas as famílias espirituais”. Líderes de todo o espectro ideológico e confessional declararam seu apoio a essa ideia, e é rotineiramente levantada sempre que questões de reforma institucional e de “des-confessionalização” são discutidas. (MUHANNA, 2012, p.3-4 tradução nossa)¹⁷⁵

¹⁷⁴ HABACHY, Saba. The Republican Institutions of Lebanon: Its Constitution. **The American Journal of Comparative Law**, v. 13, n. 4, p. 594-604, 1964.

¹⁷⁵ No original: “*The Ta’if Accord (1989), which ended Lebanon’s civil war, called explicitly for the dismantling of political confessionalism through the election of a Chamber of Deputies on “a national, non-confessional basis” and the formation of a Senate representing “all of the spiritual families”. Leaders from across the ideological and confessional spectrum have declared their support for this idea, and it is routinely raised whenever questions of institutional reform and “de-confessionalization” are discussed.*” (MUHANNA, 2012, p. 3-4)

O Presidente Michel Suleiman, por exemplo, expressou seu apoio em 2009 pelo bicameralismo, de acordo com o Acordo de Taif, sem tecer especificações concretas. Nabih Berri, Walid Jumblatt, Amin Gemayel e vários outros políticos proeminentes fizeram declarações vagas semelhantes em apoio ao Taif e a uma transição bicameral em direção a um sistema não-confessional (MUHANNA, 2012, p. 6).

A terceira República, projetou-se, seria organizada de modo que a base comunitária da política libanesa seria em grande parte abolida. O sistema de cotas na Câmara dos Deputados seria eventualmente desmantelado juntamente com a distribuição sectária dos altos postos governamentais (como os de Presidente, Primeiro-Ministro, Presidente do Parlamento, Vice-Primeiro-Ministro, General do Exército, etc.) e uma nova câmara legislativa seria criada para representar todas as comunidades religiosas do Líbano. Para Imad Salamey a representação bicameral permitiria ao eleitor individual expressar sua identidade duplamente: a representação sectária é investida na Câmara Alta enquanto a cidadania nacional se manifesta no voto secular para a Câmara Baixa. (SALAMEY, 2009, p. 96). Contudo, nem o Acordo de Taif nem o Artigo 22 da Constituição especificam o equilíbrio confessional do Senado, seu método de eleição ou seus poderes, exceto para dizer de forma ampla que sua jurisdição se limitaria a questões importantes (*al-qaḍāya al-maṣīriyya*). (MUHANNA, 2012, p. 5). Esta realidade pós-confessional libanesa nunca se realizou.

Com uma legislatura bicameral, argumenta Elias Muhanna, o Senado eleito por representação proporcional das comunidades religiosas e a Câmara Baixa eleita com base no sufrágio universal, representando cidadãos individuais numa base puramente democrática e não confessional, poderia suavizar o problema das disparidades drásticas no voto popular (MUHANNA, 2012). Nas palavras do autor:

De acordo com os teóricos políticos, as virtudes dos sistemas bicamerais incluem uma maior estabilidade, uma tendência para aprovar legislação com maior grau de consenso e uma maior supervisão entre as duas câmaras e o poder executivo. É um sistema que parece adequado para enfrentar o impasse confessional que muitas vezes paralisa a governança no Líbano. Na legislatura bicameral de Beirute, a Câmara dos Deputados (*Majlis al-Nuwwāb*) seria eleita sem quotas confessionais, enquanto o Senado (*Majlis al-Shuyūkh*) poderia servir como garantidor explícito dos direitos das minorias. Sequestrar os interesses confessionais em uma instituição dedicada poderia permitir que a Câmara dos Deputados fosse transformada de um mercado de permuta sectária em um locus primário de autoridade política cujo constituinte é o cidadão, independentemente de sua religião. Esta ideia não é nova nem particularmente controversa. (MUHANNA, 2012, p.3-4 tradução nossa)^{176 177}

¹⁷⁶ No original: “According to political theorists, the virtues of bicameral systems include increased stability, a tendency to pass legislation with higher degrees of consensus, and greater oversight between the two chambers and over the executive branch. It is a system that would seem well-suited to address the confessional deadlock that often paralyzes governance in Lebanon. In Beirut’s bicameral legislature, the Chamber of Deputies (*Majlis al-Nuwwāb*) would be elected without confessional quotas, while the Senate (*Majlis al-Shuyūkh*) could serve as the explicit guarantor of minority rights. Sequestering confessional interests in a dedicated institution could allow the Chamber of Deputies to be transformed from a marketplace of sectarian bartering into the primary locus of political authority whose constituent is the citizen, irrespective of his or her religion. This idea is neither new nor particularly controversial” (MUHANNA, 2012, p. 3-4)

¹⁷⁷ Em seu estudo preliminar Muhanna (2012) também sugere outras opções de reforma, como através da manutenção de um sistema unicameral que forneça alguma representação limitada para as comunidades

De seu lado, Ziad Majed (2010) propõe reformas relativas à lei eleitoral e ao código civil, descentralização administrativa e leis de nacionalidade de forma a neutralizar alguns elementos de tensão nacional-local e regional. Ainda que reformas radicais ainda sejam irrealistas atualmente (em virtude das parcelas de poder de cada ator fortemente apegado ao confessionalismo e de seu respectivo poder de veto) reformas relativamente ‘realistas’ são propostas por Majed para que o consociativismo evolua com menos crises, ou pelo menos com crises mais gerenciáveis. Para o autor, reformas realistas prioritárias não devem contornar a possibilidade de novas reformas em etapas posteriores; pelo contrário, devem assegurar a possibilidade de tais reformas acontecerem.

Para Majed, a elaboração de uma nova lei de nacionalidade deveria permitir que imigrantes que satisfaçam requisitos específicos possam solicitar nacionalidade libanesa. Esta medida provavelmente ofereceria aos cristãos algumas garantias de que o desequilíbrio demográfico atualmente existente no Líbano poderia ser parcialmente contido e seu impacto divisivo "aliviado". Um censo oficial deveria ser promovido, prescreve, assim como a aplicação do princípio da igualdade de gênero nos direitos de cidadania. Sua proposta de reforma da lei eleitoral sugere que a representação proporcional seja adotada ao invés do voto simples majoritário, para restaurar o equilíbrio da vida política e para que os diferentes grupos possam ser representados na proporção de seu apoio popular. Também são indicadas a diminuição da idade mínima para voto de 21 para 18 anos e o estabelecimento de um Senado, (conforme o Acordo de Taif e também presente em Muhanna, 2012). Esta é uma prioridade para Majed, que promoveria a *“emancipação do Parlamento da sua anomalia sectária e o estabelecimento de um Senado, onde grupos sectários estariam representados e onde resoluções estatais seriam tomadas”*. (MAJED, 2010, p. 16). A descentralização e reformas administrativas criariam conselhos distritais e reforçariam o papel das municipalidades e sua independência¹⁷⁸, podendo inclusive diminuir o problema da migração para centros urbanos e suas pressões sociais, demográficas e alianças sectárias correlatas.

Majed também propõe que a lei das eleições municipais conceda aos cidadãos a flexibilidade na escolha da preferência de eleição, para que optem por fazê-lo em locais de

confessionais no Parlamento, enquanto dedica a maioria dos assentos à representantes popularmente eleitos com base no sufrágio equitativo e sem quotas confessionais.

¹⁷⁸ As municipalidades possuem importante relevância social e política no Líbano. Como as eleições municipais são independentes de qualquer quota ou divisão sectária, a atividade municipal é considerada a principal atividade política dos cidadãos na administração pública.

residência (onde vivem, pagam impostos e beneficiam de instalações públicas) ou nas suas aldeias de origem (compulsório sob a lei atual). (MAJED, 2010, p. 16). No que se refere à administração pública, recrutamento, inspeções e testes de aptidão devem ser adotados para limitar o recrutamento aleatório e clientelista nos empregos públicos. Naturalmente, essas reformas não acontecerão sem a ab-rogação das cotas sectárias no plano da burocracia pública e sem a separação da intervenção política dos assuntos de administração pública. Por fim, Majed sugere a adoção de uma lei civil opcional de status pessoal que daria a todos os cidadãos, independentemente da religião, a liberdade de organizar suas vidas e estado civil independentemente das autoridades religiosas/confessionais. *“Esta adoção forneceria um caminho em direção à ampliação dos círculos seculares no país. Este alargamento criaria um espaço de cidadania onde as divisões não seriam mais necessariamente primordiais ou verticais. Esta questão é de importância crucial no Líbano”*. (MAJED, 2010, p. 17, tradução nossa).¹⁷⁹ Para proteger estas e outras reformas, e para estabelecer a primazia do Estado democrático de Direito no Líbano, é preciso que qualquer plataforma estabeleça as bases para um judiciário independente no país, através de uma legislação que o proteja de intervenção política¹⁸⁰.

Por sua vez Imad Salamey (2009) propõe um "consociacionalismo integrativo", um sistema híbrido marcado pelo *"bicameralismo, dualidade de governança nacional e administrativa local, sistema eleitoral misto e distritamento eleitoral transversal"* (SALAMEY, 2009, p. 95 apud NELSON, 2013, p. 371). Salamey enfatiza a necessidade de uma reforma eleitoral consociativa integrativa como um arranjo de partilha de poder que possa acomodar *"as aspirações dos vários grupos, moderar a probabilidade e o impacto da intervenção externa, evitar a fragmentação interna e alcançar uma justiça individual e*

¹⁷⁹ No original: *“An optional civil personal status law that would give all citizens, regardless of religion, the freedom to organize their lives and marital status independently from religious/confessional authorities would provide a pathway towards enlarging the secular circles in the country. This enlargement would create a space of citizenship where divisions are not necessarily primordial or vertical. This issue is of crucial importance in Lebanon”* (MAJED, 2010, p. 17)

¹⁸⁰ Por fim, para que se possa conter as tensões internas e externas, Majed argumenta que é preciso: apoiar o Estado libanês (apoiar os projetos de reforma e acompanhar a sua execução; apoiar as Forças Armadas Libanesas; pressionar Israel a pôr fim à sua ocupação das fazendas de Shebaa e da aldeia de Ghajar e apoiar a missão da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) - pressionando Israel para que cesse suas violações aos territórios, água e espaço aéreo libaneses - ; apoiar as organizações da sociedade civil libanesa ativas nos domínios da educação cívica, da cultura, dos meios de comunicação e da reforma eleitoral; lidar com o Hezbollah através de instituições do Estado em um compromisso com o processo político libanês; e, por último, apoiar as iniciativas de paz no Médio Oriente, baseadas no respeito às Resoluções da ONU e conduzindo à criação de um Estado Palestino viável e independente, que permanece uma das chaves para a estabilidade em toda a região. (MAJED, 2010, p. 18)

comunitária equitativa e sustentável”. Fundamental para tal reforma, defende, é o alcance da acomodação coletiva, direitos de cidadania e integração nacional. (SALAMEY, 2009, p. 99). A opção consociacional integrativa moderaria o apelo sectário em favor da formação de clivagens sectárias transversais. Isto reduzirá contendas existentes entre as comunidades e os cidadãos, preservando a coesão nacional e a integração política e contendo o impacto de um ambiente transnacional turbulento (SALAMEY, 2009, p. 99-100).

O problema com o arranjo de compartilhamento de poder consociativo do tipo corporativo e etno-sectário, argumenta Salamey, é que ele se recusa a se adaptar a um ambiente nacional em rápida mutação e não imuniza o país do intervencionismo regional - vinculando a dinâmica sectária nacional à geopolítica regional. (SALAMEY, 2009, p. 99). Seu consociacionalismo integrativo, através do bicameralismo, reformas institucionais eleitorais e administrativas, é apresentado como um *"modelo de representação sintético transformacional que pode preservar os interesses comunitários e, ao mesmo tempo, integrar a hibridização de comunidades e cidadania individual em constante mudança"*. (SALAMEY, 2009, p. 99). Ele sintetiza arranjos nacionais e sectários de repartição de poder por meio da combinação da regra democrática proporcional com aquela do consociacionalismo sectário. Assim, institucionaliza a autodeterminação secular ao lado da predeterminação sectária comunal; ou, em outras palavras, enfatiza a inclusão política de cidadãos individuais sem minar o comunalismo etno-sectário, preservando tanto os interesses cidadãos quanto das comunidades emergentes. (SALAMEY, 2009, p. 95).

Além do estabelecimento de cargos eletivos étnico-sectários ao lado de cargos não étnico-sectários, Salamey propõe um sistema eleitoral misto: lista de representação proporcional - visto que representa melhor a mudança demográfica etno-sectária e preserva a representação minoritária - combinada com um sistema de voto em bloco multi-membros em distritos mistos confessionalmente – o que fomenta alianças entre clivagens. O bicameralismo proposto por Salamey, juntamente com uma combinação de distritos eleitorais transversais e administração centralizada nacional e descentralizada local, estabelecem as bases para a dualidade de representação e de governança comunal (sectária) e individual (nacional), pavimentando o caminho para a moderação do atual conflito inter-sectário. (SALAMEY, 2009, p. 98). Nas palavras do autor, estas reformas institucionais do consociativismo integrativo incentivam a formação de clivagens sociopolíticas transversais e a atividade conjunta de grupos, e não seu contrário:

Contrariamente ao que é ditado pelo atual sistema, a reforma eleitoral proposta acima assegura a autodeterminação e torna a identificação confessional e secular voluntárias ao invés de "pré-determinadas". A representação eleitoral proporcional fornece um mecanismo corretivo interno sempre que ocorrem mudanças demográficas e espaciais. Pode corresponder melhor ao dinamismo da pluralidade geopolítica moderna. O majoritarismo "equilibrado" mina a polarização étnico-sectária ao exigir a formação de alianças étnico-sectárias transversais em vários níveis no país, reduzindo assim a probabilidade de uma intervenção regional. (SALAMEY, 2009, p. 98, tradução nossa).¹⁸¹

Conforme corretamente escreve Ziad Majed, as reformas propostas são motivadas pelas necessidades prementes de, em primeiro lugar, acalmar o medo confessional das mudanças demográficas. Em segundo lugar, enfraquecer os monopólios na representação de confissões / comunidades para evitar conflitos verticais contínuos na sociedade. Em terceiro, para enfraquecer o próprio confessionalismo. E finalmente, para apoiar o desenvolvimento socioeconômico local nas regiões libanesas para contrapor o impacto do clientelismo na esfera política e para permitir o desenvolvimento de iniciativas locais. (MAJED, 2010, p. 15). Todas as propostas de reforma elencadas acima indicam uma mesma direção necessária e correta e ser perseguida. Ainda assim, nas palavras de Muhanna, há limites em qualquer reforma institucional, que parece míope em um ecossistema político onde *“prevalecem redes de patronagem confessionais (Cammatt ; Issar, 2010¹⁸², Cammett, 2011¹⁸³, Chen ; Cammett, 2012¹⁸⁴), a fraqueza do Estado central, a persistência de intervenções estrangeiras e os cultos personalistas que cercam os líderes sectários, tudo isso equivalendo a uma "oligarquia confessional" (Ottaway; Choucair-Vizoso, 2008¹⁸⁵)”*. (MUHANNA, 2012, p. 27-28).

Assim, apesar de todos caminharem em um eixo que visa corrigir problemas prementes no desenho institucional libanês, alguns autores chegam mais perto que outros na identificação da pré-atribuição de cargos como elemento chave das reformas. E, ainda que

¹⁸¹ No original: “Contrary to what the current system dictates, the electoral reform proposed above assures self-determination and makes confessional and secular identification voluntary rather than 'pre-determined'. Electoral proportional representation provides an internal corrective mechanism whenever demographic and spatial changes occur. 'Balanced' majoritarianism undermines ethno-sectarian polarization by necessitating cross-cutting ethno-sectarian alliance formation at various levels in the country, hence tempering the likelihood of regional intervention” (SALAMEY, 2009, p. 98)

¹⁸² CAMMETT, Melani; ISSAR, Sukriti. Bricks and mortar clientelism: sectarianism and the logics of welfare allocation in Lebanon. **World Politics**, v. 62, n. 03, p. 381-421, 2010.

¹⁸³ CAMMETT, Melani Claire. Partisan activism and access to welfare in Lebanon. **Studies in comparative international development**, v. 46, n. 1, p. 70-97, 2011.

¹⁸⁴ CHEN, Bradley; CAMMETT, Melani. Informal politics and inequity of access to health care in Lebanon. **International journal for equity in health**, v. 11, n. 1, p. 23, 2012.

¹⁸⁵ OTTAWAY, Marina; CHOUCAIR-VIZOSO, Julia. **Beyond the façade: political reform in the Arab World**. Carnegie Endowment, 2008.

indiquem a necessidade da maior descentralização e autonomia das municipalidades, de ações que promovam a integração nacional, o secularismo e o código de direito civil de status pessoal - independentemente das autoridades religiosas - igualdade de gênero, representação proporcional e independência do judiciário, há uma notável dificuldade em se desvencilharem da representação confessional ao manter a proposta bicameral e a figura do Senado como representante das comunidades tradicionais. Dificuldade esta igualmente patente na incapacidade de pleitearem pela ab-rogação das cotas sectárias no plano da burocracia pública para que haja real espaço de cidadania, onde as divisões não sejam mais necessariamente religiosas.

3.3 Um balanço final sobre o consociativismo libanês

Ao nos depararmos com a realidade de nosso caso, pudemos observar que, por um lado, as crises da última década parecem muito mais ajustes de representação para incluir elites não tradicionais (como o poder de veto obtido pelo Hezbollah em 2008), do que demonstrações de falta de governança. Além disso, paralisias institucionais são relativamente frequentes em países consociativos. Lijphart (1977) ele próprio já alertava que o consociativismo e seu sistema de vetos mútuos pode levar a indecisão, ineficiência e no limite impasse. Mas, apesar dessas desvantagens políticas de curto prazo, o consociacionalismo teria sucesso no longo prazo na preservação da estabilidade:

A barganha das elites dentro das grandes coalizões desacelera a tomada de decisões; a aplicação da proporcionalidade à composição dos cargos públicos infere em nomeações por mérito; a autonomia segmental leva a multiplicação de agências e instalações; e o veto mútuo pode produzir impasse, o que Lijphart considera o problema mais grave do consociacionalismo (1977:50-51). Quando avalia a significância destas desvantagens potenciais, Lijphart continua, nós devemos distinguir entre eficácia de curto prazo e de longo prazo. No curto prazo, o consociativismo pode ser menos efetivo pelas razões mencionadas, mas no longo prazo ele será mais eficaz que políticas adversárias em virtude da estabilidade e legitimidade que o consociativismo engendra em sociedades profundamente divididas (Lijphart 1977: 51-52). (ANDEWEG, 2000, p. 529, tradução nossa.)¹⁸⁶

¹⁸⁶ No original: “Elite bargaining within grand coalitions will slow down decision making; applying proportionality to the composition of the civil service interferes with merit appointments; segmental autonomy leads to a multiplication of agencies and facilities; and the mutual veto may produce deadlock, which Lijphart regards as the gravest problem of consociationalism (1977:50–51). When assessing the significance of these potential disadvantages, Lijphart continues, we should distinguish between short-term and long-term effectiveness. In the short term consociationalism may be less effective for the reasons mentioned, but in the long term it will be more effective than adversarial politics because of the stability and legitimacy consociationalism engenders in deeply divided societies (Lijphart 1977:51–52)”. (ANDEWEG, 2000, p. 529)

Conforme observado, apesar de apresentar importantes distorções representativas, o sistema confessional libanês garante governabilidade mínima ao país. Nota-se uma espécie de acomodação entre as elites após as crises de 2005 e 2008 de modo que os equilíbrios de poder parecem ter sido ajustados. No longo prazo, os acordos de Taif e Doha tiveram como demanda e resultado um maior equacionamento entre as três principais elites do país: maronitas, sunitas e xiitas. Adicionalmente, as duas grandes alianças políticas que se formaram após a retirada síria do país, as coalizões 8 de Março e 14 de Março, abrangem várias forças políticas e confessionais. Estas não mais estão segmentadas de forma puramente confessional, mas colocam de lados opostos cristãos do Movimento Patriótico Livre e das Forças Libanesas e Kataeb; e muçulmanos sunitas do Movimento Futuro contra muçulmanos xiitas do Amal e Hezbollah.

No entanto, ao mesmo tempo, as crises provam os limites e desajustes do modelo confessional libanês, refletindo a resistência dos feudos das elites tradicionais em absorverem a entrada de uma nova e demandante elite em rápido crescimento. O que persiste, na verdade, é um Estado fraco e clientelista e um sistema ainda desproporcional de representação. Ainda que o sistema pareça (parcialmente) funcionar ao incluir uma nova elite em ascensão, ao mesmo tempo ele demonstra sinais de desajustes: a profunda institucionalização das diferenças religiosas através de leis eleitorais não promove uma democracia altamente representativa ou inclusiva, pelo contrário, enfraquece o Estado nacional promovendo feudalização, elitismo e instabilidade institucional. Permanece um Estado fraco e clientelista e, indo mais além, uma forte polarização social e entricheiramento do sectarismo e das identidades exclusivamente em linhas religiosas.

Neste sentido, a permanência do sistema consociativo do tipo confessional nos parece de extrema importância: em todos os países o recurso consociativo foi utilizado como medida temporária, apaziguadora. Em 1967, com o fim da política pacificadora de *verzuiiling* na Holanda, por exemplo, a lealdade baseada no pilar foi paulatinamente diminuindo, assim como o apoio a partidos confessionais. Em contra partida, a secularização se tornava cada vez mais presente. Atualmente, 35% do eleitorado navega pelo espectro partidário e a política é menos previsível - mais da metade dos holandeses se declaram sem religião. (SOMSEN, 2016, informação verbal). Mas a adaptabilidade holandesa não é verificada no Líbano. Este país parece a cada pacto nacional cada vez mais preso a este sistema, adicionando subcamadas à representação política – ao invés de se desfazer das mesmas e diluir o recurso consociativo.

O debate em torno da eficácia do modelo confessional não se refere somente à questão da representatividade – ainda que ela não tenha sido completamente resolvida e que ainda haja desproporcionalidades no sistema eleitoral libanês. Para além da aparente acomodação após as crises de 2005 e 2008 e normalização das relações, persiste um Estado débil e clientelista que, hipotetizamos aqui, é fruto do desenho institucional confessional do sistema de *taifiyya*¹⁸⁷. A despeito da instabilidade institucional na última década, o funcionamento do sistema é garantido e ele se mantém, mas não de forma inteiramente democrática, tampouco funcional. Assim, o modelo confessional pode ser questionado tanto no que diz respeito à manutenção da estabilidade institucional e governabilidade libanesa como quanto a real representatividade e inclusividade dos diferentes segmentos religiosos.

A presente instabilidade institucional do país dá indícios de ser fruto das inadequações do arranjo entre as elites confessionais libanesas, na medida em que resistem ou não contemplam as reivindicações do bloco de oposição. A análise da atuação política do Hezbollah desde 1992, muito mais do que revelar uma incapacidade ou radicalismo do partido em adequar-se às regras do jogo libanês, sinaliza as limitações, desproporcionalidades e talvez o esgotamento do próprio sistema confessional. O Líbano esteve, por dois anos e meio, novamente paralisado pela rivalidade entre as elites, negligenciando o cidadão comum. A limitada governança que resta ao país se dá a despeito dos rearranjos e reordenamentos entre as diferentes elites políticas dentro do sistema confessional e talvez, sobretudo, por se dar em meio à tentativa de reequilíbrio e melhor representação das várias forças políticas sectárias no governo. Ao mesmo tempo, o aparelho estatal dá provas cabais de sua ineficiência de gestão pública, fragilidade e sobretudo de clientelismo sectário.

O debate intelectual atual sobre a eficácia do sistema consociativo no país segue presente. O estado da arte contemporâneo permanece buscando qualificar se o sistema consociativo do tipo confessional que é impróprio ou se é a aplicação do sistema em sua forma atual que é inadequada. A literatura especializada por vezes incentiva a crítica ao confessionalismo e ressalta a frequência das instabilidades e falhas do sistema; por outras,

¹⁸⁷ Algumas das condições explicativas presentes neste trabalho, como capacidade militar estatal, promoção de bem estar social e Estado democrático de direito não são, naturalmente, características a se esperar do modelo consociativo clássico. Lijphart possui como preocupação central a manutenção da estabilidade e de relativa governabilidade como única escolha realista em sociedades altamente tensionadas – ainda que, conforme mencionado, a questão da inclusividade de minorias seja fundamental. De forma a robustecer a caracterização do confessionalismo libanês, nosso estudo contemplou características que vão além das promessas consociativas. Agradeço aqui à Profa. Dra. Luciana Gross Cunha, presente na banca de defesa desta dissertação de mestrado, por esta importante consideração.

reforça a continuidade e funcionamento deste arranjo político e sobretudo relembra a importância da manutenção do equilíbrio religioso no país. Estes últimos avançam somente até a proposição de reformas incrementais no modelo confessional, sem questionar suas bases mais profundas.

Não foi nosso objetivo promover uma avaliação profunda sobre as propostas de reforma político-institucional e eleitoral do sistema confessional libanês apresentadas na seção anterior, mas algumas considerações podem ser tecidas. É bem verdade que todas as propostas certamente contribuiriam com as tentativas de maior secularização, desestímulo ao clientelismo e maior representatividade. As reformas propostas – sobretudo às relativas à proporcionalidade e transversalidade das clivagens – seguramente tornariam este sistema menos enrijecido. E, dentro de um arranjo que vem permitindo pouca mudança, são prementes. O problema repousa na medida em que tais propostas não são suficientes para atingirem os fins pretendidos se não eliminarem a prefixação religiosa de cargos. Ao somente combinarem, como faz Salamey (2009), elementos confessionais e nacionais – ou, em seus termos, *“enfatarem a inclusão política de cidadãos individuais sem minar o comunalismo etno-sectário”* – não se permite ou estimula a organização partidária em outras chaves que não as religiosas; enrijecendo, conseqüentemente, a modalidade da representação política.

Ainda que o sistema de representação reformado em Taif seja mais adequado e justo que o antigo sistema pré-guerra civil, o presente sistema não parece mais capaz de contribuir em direção à prevenção de conflitos comunais no país. E ainda que o veto tenha sido obtido pelo Hezbollah em 2008 e que sua inserção na política confessional libanesa tenha sido promovida, o sistema não concede indícios de estabilização e normalização das tensões. Nem, de outro modo, parece sugerir bom funcionamento da máquina estatal. Críticos podem afirmar que este processo de estabilização não é imediato e que alguns anos de acomodação e ajuste são necessários para que este resultado se ilumine. A nosso ver, contudo, não há sinais nos últimos 8 anos de que este seja o vetor de orientação da política doméstica do país.

As tentativas de reformar ou mesmo suprimir o sistema confessional do país também serão alvo de impasse parlamentar e de um quase tabu popular, visto que estremeceriam o tênue equilíbrio sectário que vigora no país desde o fim da guerra civil e que implicariam o não reconhecimento das especificidades de cada segmento confessional¹⁸⁸. Há uma relutância

¹⁸⁸ Muitos como Ekmekji (2012) concordam que, se o confessionalismo político for removido, os maiores vencedores serão os xiitas: seus números estão aumentando, eles possuem presença militar (com as armas do Hezbollah), e o apoio de países vizinhos (Síria e Irã). Por isso, até mesmo outros muçulmanos, como os sunitas,

de todos os governos pré e pós-guerra em conduzir um censo populacional oficial, visando não aticar os medos e ansiedades de grupos minoritários, demograficamente fracos; ou incitar grupos majoritários, demograficamente fortes, a exigirem uma mudança no sistema representativo vigente. (ASSAF, 2004, p. 186)¹⁸⁹. Tamanho é o temor, que mesmo quando as plataformas políticas do secretariado geral da Aliança 14 de Março, o Movimento Futuro, o Hezbollah ou o Movimento Patriótico Livre mencionam a "*abolição do sectarismo*", elas falam de "*consociação, partilha de poder e garantias dadas a todos os libaneses*" (MAJED, 2010, p. 14) - nunca em abolição completa do sistema consociativo.

Em boa medida, o temor maronita remonta sua posição politicamente dominante pré-guerra, além do que Assaf chama de suas "tendências isolacionistas e separatistas", já que contribuíram significativamente para conferir uma identidade ao Líbano. Eles são representados no sistema de *troika* através do Presidente Maronita que, na prática, ainda exerce algumas das prerrogativas pré-guerra que o acordo de Taif cancelou. Os cristãos ortodoxos, por exemplo, cujo cargo político mais alto é o de vice Primeiro Ministro (não estando, portanto, representados na *troika*) não indicam estarem temerosos ou alienados como os maronitas. (ASSAF, 2004, p. 187). Assim, Assaf conclui que o maronitismo e o ressentimento significativo tanto entre massas quanto entre elites maronitas contribuem para a instabilidade (ASSAF, 2004, p. 204).

Desde a guerra civil tem havido repetidos apelos para limpar o Líbano do seu sectarismo e para promover uma identidade nacional partilhada através da dissociação da religião da política. Ao mesmo tempo, as preocupações com a evolução dos equilíbrios demográficos fizeram com que muitos considerassem suspeito qualquer projeto que pudesse erodir sua respectiva representação no Parlamento e ameaçar a identidade do Líbano como um

"prefeririam ter um presidente cristão sob o confessionalismo ao invés de um presidente xiita sob algum novo sistema puramente majoritário". (EKMEKJI, 2012, p.15).

¹⁸⁹ Escreve a autora: "'Ao controlar o sistema de registro civil (vital), os funcionários públicos maronitas foram capazes de nunca divulgar ou publicar dados sobre as taxas de nascimento e morte das várias seitas. Também não liberaram o número de cidadãos registrados pela religião' (Faour 1991, 631). Faour, além disso, escreve que várias outras medidas foram tomadas pelos maronitas, que dominam a administração do Estado, para não tornar públicos os dados demográficos relativos aos grupos religiosos. Dessa forma, as demandas muçulmanas poderiam ser ignoradas, pois não haveria dados oficiais sobre os quais poderiam basear suas demandas. Como resultado dessa situação, 'vários grupos religiosos coletaram e publicaram dados de avaliação duvidosa visto que a intenção de cada grupo era exagerar seu tamanho para fins políticos' (Faour 1991, 632-3), uma situação que existe amplamente hoje." (ASSAF, 2004, p. 186).

mosaico de comunidades confessionais. A tensão entre essas duas posições aparentemente irreconciliáveis foi o que ajudou a manter o *status quo* por mais de vinte anos depois da guerra civil, apesar do apoio público generalizado por reformas substantivas em algum formato. (MUHANNA, 2012).

A falta de estatísticas oficiais torna difícil uma análise demográfica da sociedade libanesa. Por causa do precário e delicado arranjo sectário no corpo político e temeroso em alterar os privilégios concedidos à confissão ‘majoritária’, o governo deliberadamente evitou fazer uma atualização abrangente do censo de 1932 (ABUKHALIL, 1989, p. 48). Isto terminou também por reconhecer uma relativa continuidade e permanência do sistema que, apesar de fortemente criticado, parece manter certo funcionamento estatal. Nas precisas palavras de Ziad Majed, “*O que vem mantendo esse sistema vivo no Líbano é mais o medo de seu colapso e seu efeito resultante sobre a paz civil do que o respeito genuíno pelas suas condições*”. (MAJED, 2010, p. 10).

A condução de um censo oficial nos parece importante na medida em que a política governamental atual, que evita esta aplicação, contribui para semear temores e inseguranças, encoraja separatismo, contribui para dividir os libaneses, revela as fraquezas estatais e de suas instituições, além de – sobretudo – permitir que as identidades comunais sejam manipuladas e politizadas. A questão do censo é evidentemente importante, mas não crucial. Há outros problemas profundos e questões de inclusão socioeconômica e secularismo, por exemplo, que atualmente nos parecem mais problemáticas e relevantes de serem endereçadas que a estrita representação confessional, mesmo com uma eventual atualização precisa do censo. Problemas ligados à pré-atribuição de cargos e ao engessamento representativo permanecerão. Isto porque, a despeito do novo regime pós-guerra civil, as prolongadas e persistentes causas do conflito continuam sem serem resolvidas, e disparidades econômicas e fraqueza das instituições estatais permanecem presentes. Também é necessária uma política econômica sólida e equilibrada que possa visar a proteção dos interesses nacionais, bem como proporcionar um isolamento e imunização da cena doméstica local de turbulências externas desestabilizadoras.

Conforme escreve Assaf, “*em um ambiente onde as elites manipulam identidades e onde a religião e os clérigos continuam a fazer parte do jogo político - principalmente através do poder relativo que o modelo consociacional lhes concede (autonomia segmental) - não está claro como o Líbano avançará para uma desconfessionalização de sua estrutura*

política”. (ASSAF, 2004, p. 219). A mudança em direção a maior estabilidade política somente poderá ser atingida como resultado da interação entre os processos de modernização em curso e a progressiva prosperidade econômica ao longo do tempo, levando a uma contínua despolitização e desconfessionalização, como em Assaf (2004, p. 218). A secularização *de facto* do sistema político somente pode ser obtida se acompanhada da secularização da sociedade e do reconhecimento de uma cidadania libanesa não religiosa. No país, o processo de secularização é problemático na medida em que ao mesmo tempo em que se busca a autonomia em relação a questões religiosas, o pertencimento à comunidade é tamanho que se resiste a qualquer tentativa de desenvolver um sistema político diferente do atual.

A ausência de um senso de cidadania ainda é substituída pelo confinamento dos sujeitos individuais em suas confissões, que, nas palavras de Ghassan Salamé (1994) “*estão proibidos de existir politicamente fora de seus grupos confessionais*”, já que “*a natureza duradoura destes grupos era o único instrumento efetivo para manutenção da quase-hegemonia maronita e a sobrevivência política de seus aliados cooptados de outras confissões*”. O sistema era então, em meados do século XX, escreve Salamé, “*uma democracia na qual o conceito de cidadania era estrangeiro, já que a paz civil era a paz entre os grupos (e incidentalmente a predominância de um deles) e não a emancipação de cidadãos individuais era o objetivo central do mecanismo*” (SALAMÉ, 1994, p. 99). O cenário libanês atual está ainda bastante próximo desta realidade, e prospectos para uma gradual desconfessionalização da política e da sociedade em direção a uma democracia mais integrativa parecem obscuros dentro de um desenho institucional altamente divisivo.

Conforme escreve Hassan Krayem (1997), o Estado moderno não pode ser construído com base em identidades sectárias, sendo preciso transcendê-las e estabelecer uma concepção clara de identidade nacional. Além disso, a sobrevivência, o desenvolvimento e a estabilidade do sistema libanês dependem de uma ruptura histórica para que o país se torne uma verdadeira nação, comunidade e Estado democráticos envolvendo cidadãos em vez de direitos comunitários (SALIBI 1988¹⁹⁰, p. 12 apud KRAYEM 1997, p.14). “*O dilema do Estado pós-Taif resulta do fato de que uma forma de representação nacional e não-sectária não pode ser levada a cabo por forças sectárias, dentro de uma estrutura sectária, e sob um sistema que se*

¹⁹⁰ SALIBI, K. “**The historical perspective**” in **Lebanon: A History of Conflict and Consensus**. Eds. N. Shehadi and D. Haffar Mills. London: Center for Lebanese Studies and I. B. Tauris & Co. Ltd. 1988.

baseia numa fórmula confessional de partilha de poder. Essa mudança exige novas forças e uma cultura política e cívica diferente". (KRAYEM 1997, p.14)¹⁹¹

No Líbano, governança, continuísmo e estabilidade convivem há mais de um século ao lado de uma democracia oligárquica sectária e da debilidade estatal. Esta não é uma celeuma resolvida, e tampouco é objetivo de nosso trabalho verificar a eficácia ou suficiência do modelo consociativo à realidade libanesa – não temos ferramentas para dar cabo a esta avaliação de forma sistemática. Esta seção teve como objetivo tão somente fazer um balanço do que resultou da adoção do sistema consociativo do tipo confessional. Ele é fruto da intersecção entre o continuísmo do sectarismo pré-independência e a adoção de um modelo de democracia consociativa. Como resultado, manteve-se uma estabilidade mínima e a permanência do sistema, mas com severos déficits democráticos e de representatividade – para além daqueles debatidos por Lijphart. Contudo, é preciso ressaltar que qualquer reforma institucional que seja adotada no Líbano possuirá limites, na medida em que prevalece um penetrado sistema político confessional composto por uma rede de patronagem e de clientelismo, além de um elemento personalista da política que enfraquece o Estado nacional e onde ingerências e intervenções estrangeiras possuem livre espaço de ação. Conquanto esta estrutura anterior e mais profunda não for contemplada, haverá pouca margem de sucesso para qualquer forma do consociativismo no país.

3.4 A proposta de revisão teórica

Através do estudo de caso libanês demonstramos que os complexos processos históricos de mudança durante o século XIX impactaram a natureza e a estabilidade do território que se configura nas atuais fronteiras libanesas. Com efeito, os processos de modernização econômica e política em curso ao longo do século XX remodelaram

¹⁹¹ No original: "*The Taif Agreement constitutes a step forward, but does not yet provide the basis for a more stable and democratic system in Lebanon. In fact, the civil war experience showed that the modern state cannot be built on the basis of sectarian identities. There is a need to transcend such an identity and to establish a clear conception of the national identity. Unless such a state is achieved, the Lebanese might not be able to develop or maintain this Agreement and the dangerous options of partition, disintegration, and war remain possible. [...] Moreover, the survival, development, and stability of the Lebanese system "depend on whether the Lebanese republic can break with its history to become truly a commonwealth involving citizens rather than community rights."* (Salibi 1988, 12). *The dilemma of the post-Taif state results from the fact that a national and non-sectarian form of representation cannot be carried out by sectarian forces, within a sectarian structure, and under a system which is based on a confessional power sharing formula. Such change needs new forces and a different political and civic culture*". (KRAYEM, 1997, p. 14).

politicamente as relações comunitárias ao longo de linhas religiosas. (como visto em CHAOUL, 2015). Este foi o resultado de uma interação notável entre, de um lado, as tradições do governo otomano e o que se tornaria o Líbano; e, de outro, o profundo envolvimento do imperialismo ocidental no processo. Como consequência produziu-se o sectarismo, tal como pode ser observado nas formas atuais (como também presente em ASSAF, 2004, p. 99). O sistema confessional libanês evoluiu consideravelmente do sistema de *millet* sob o Império Otomano, que pode ter sido a origem dos agrupamentos confessionais, para formas mais institucionalizadas sob o Pacto Nacional e o Acordo de Taif. Mas esta evolução não abandonou, contudo, os princípios mais fundamentais do confessionalismo libanês que respondem, ao mesmo tempo, pelo que caracteriza nosso caso e pelo que explica os indícios de fracasso do consociativismo no país.

Identificamos no estado da arte local e internacional em que aspectos o consociativismo indicava ser o modelo mais adequado para um tecido social plurirreligioso e segmentado e para manutenção da governança; e em quais outros ele dava sinais de engessamento sectário e de fraqueza estatal. Também pudemos verificar que apesar da inserção e atuação do partido Hezbollah de forma ajustada, permanecia o dissenso na literatura regional e especializada quanto ao bom funcionamento do sistema confessional em termos de representatividade religiosa e eficiência estatal. Isto se tornava patente pela própria ascensão e atuação do partido que, apesar de devidamente integrado e com poder de veto, permanecia atuando em um cenário instável, de debilidade estatal e clientelismo. Assim, nossa pesquisa também demonstrou que o partido é muito mais reflexo e sintoma de um sistema altamente problemático que propriamente a causa de qualquer instabilidade, como apontam alguns.

Em sua análise da grande coalizão no Líbano, tal como foi concebida por Lijphart, Assaf (2004) apontou que ela engendra uma importante exclusão de grupo, além de deter um caráter extremamente hegemônico – ao contrário das principais observações clássicas de sua característica elitista. Em outras palavras, o consociacionalismo parece incapaz de formar uma verdadeira grande coalizão no Líbano (ASSAF, 2004, p. 209). Mesmo após a obtenção do veto xiita em 2008, reajustando e ampliando o escopo da grande coalizão – o que aumentaria os prospectos para a estabilidade – este cenário não se equalizou. E há poucas razões para crer que ajustes feitos dentro do modelo consociativo do tipo confessional serão capazes de prevenir o conflito e gerar estabilidade democrática. Apesar da modificação do confessionalismo resultante dos acordos de Taif e Doha, o país permanece profundamente

dividido, e, nas palavras da própria autora, “as elites ainda são o que eram em essência”. (ASSAF, 2004, p. 202). De modo que a despeito da ampliação da grande coalizão e dos reajustes e incorporações trazidos pelos novos acordos nos anos 1990 e 2008, o cenário permanece instável, polarizado e as instituições frágeis. Não obstante a evolução deste sistema sob o cânone consociativo, o cenário não concede indícios de que qualquer reforma neste sentido bastará para destrincheirar as identidades confessionais, reduzir drasticamente o clientelismo ou fortalecer as instituições democráticas consociativas.

Conforme vimos, a política libanesa ainda é altamente instável, a despeito da fórmula revisada de seu sistema político ter paulatinamente sido ajustada conforme o modelo consociacional. Como escreve Assaf, mesmo que a tomada de decisão executiva tenha sofrido mutação significativa nos anos 90 (ao contrário do sistema presidencial pré-guerra, então dominado pelos maronitas), ampliando o escopo da grande coalizão, as perspectivas de estabilidade democrática não foram cumpridas. (ASSAF, 2004, p. 214). Escrito de outra forma, nosso estudo nos permitiu verificar que a despeito da recalibração da quantidade de poder detida pelos principais grupos comunais e da nação ser efetivamente conduzida pela definição de grande coalizão de Lijphart – traduzida pela *troika*, composta de representantes dos três segmentos significativos e do Gabinete (o Conselho de Ministros), que inclui representantes de quase todos os segmentos – o país não tem sua estabilidade, fortaleza e segurança institucional garantidas. Assim, mesmo os ajustes e aprimoramentos do modelo libanês *pari passu* o consociativismo, absorvendo novas elites demandantes e ampliando a grande coalizão de Lijphart – sobretudo sunita no Acordo de Taif, e xiita no Acordo de Doha – permanece o problema, o que nos sugere que as causas sejam anteriores e subterrâneas a uma mera aplicação do consociativismo ao caso libanês.

A sugestão de Assaf (2004) de ainda maior ampliação do escopo da grande coalizão é, de fato, uma maneira de evitar a exclusão de grupos. Isso leva a dar início, acertadamente, a um sistema de freios e contrapesos mútuos dentro do corpo executivo e, portanto, encoraja o surgimento de alianças internas que possam canalizar a tomada de decisões em direção a uma política mais representativa, e não uma extremamente excludente. No mínimo, escreve Assaf corretamente, a ampliação do escopo da grande coalizão preservaria o direito dos grupos comunais de fazer uso do veto mútuo, uma característica essencial do modelo consociacional. Embora isso possa envolver impasse, ainda é uma alternativa melhor em relação a do escopo estreito da grande coalizão, que geraria ressentimentos sociais significativos, agitação e permitiria um governo formado apenas de segmentos majoritários.

(ASSAF, 2004, p. 210). De fato, estes efeitos são mais perigosos para a estabilidade do sistema do que os riscos de impasse e imobilismo. Neste sentido, a inclusão do Hezbollah na grande coalizão e o veto eram medidas necessárias para diminuição da exclusão de grupos e um esforço para melhorar a representação no Líbano. Conforme visto no Capítulo 2, ainda que não totalmente compensada e presente em práticas discriminatórias, esta era uma dívida que o Líbano tinha com os xiitas. Ainda assim – e Assaf não podia ter analisado os resultados procedimentais e empíricos deste resultado, já que sua tese é de 2004 – após a obtenção do acordo de Doha de 2008, o Líbano não dá sinais de estabilidade. De modo que a despeito do equilíbrio da grande coalizão, da autonomia segmental, do poder de veto e da garantia de cargos políticos às diferentes seitas, o país permanece sob constantes impasses institucionais, incapacidade de gerenciamento da máquina pública e com permanentes queixas de sub-representação por diferentes seitas.

No Líbano a autonomia segmental de grupo, amplamente respeitada, atinge seu ápice, onde identidades religiosas são entrincheiradas e estáticas, sem transversalidade política; e onde o veto mútuo das minorias resulta mais frequentemente em impasse e inoperância do que é evitado em prol da governança, tal como gostaria e estaria disposta a teoria consociativa de Lijphart. A proporcionalidade e o governo da grande coalizão, ainda que supostamente amplamente representativa de todos os segmentos confessionais significativos, terminam por multiplicar tais grupos e promover a politização da religião. Isso resulta em efeitos contrários aos da despolitização como previsto pela política de pacificação de Lijphart. A forma holandesa de pacificar o conflito era através do provimento proporcional de recursos financeiros aos diferentes pilares, apoio educacional e distribuição proporcional de tempo de transmissão em veículos de mídia. No Líbano, a garantia de representação em 18 diferentes confissões e subconfissões se tornou uma forma de estimular novas demandas por representação de minorias popularmente insignificantes e de estruturação e enrijecimento da representação política única e exclusivamente em bases religiosas¹⁹². Na prática, o anseio por completa representatividade no Líbano se traduziu em barreira permanente à secularização da política.

¹⁹² Conforme escreve Noura Assaf, a implementação processual do princípio da proporcionalidade consociativa no Líbano contribui para a politização da etnia, no sentido de que “a competição inter e intra-grupo sobre o escasso poder político e econômico se traduz em rivalidades religiosas, minando deste modo a estabilidade do sistema”. (ASSAF, 2004, p. 211).

O aspecto secreto e frequentemente criticado como antipopular das elites consociativas, no Líbano toma cores oligárquicas e que efetivamente lida com a política como negócio. Ainda que de certo modo qualquer democracia seja elitista e antipopular, pois que suas decisões são tomadas pelas lideranças que pouco interagem com o povo, no Líbano esta queixa parece especialmente frequente. Teóricos denunciam a divisão do espólio estatal pelas elites confessionais mais do que a teoria consociativa teria previsto ou esperaria. A política como negócio tal qual Lijphart tinha em mente (a tomada de ações políticas pragmáticas orientadas para o resultado, reuniões a portas fechadas que visavam à obtenção do compromisso e o destensionamento) não é exatamente a realidade de patronagem, sectarismo e polarização libanesa. A tomada de boas decisões através das clivagens não parece ser verificada em nosso caso, cujo Estado vem sendo incapaz de resolver as atuais crises de energia, água e lixo. Lijphart alerta que, na ausência das “*top conferences* sigilosas” o conflito acontece, já que os membros do parlamento “*atuam abertamente como intermediadores e facilitadores dos seus constituintes*”. No Líbano, de forma surpreendente, estão aliados a tomada de decisão entre a *troika* sunita, xiita e maronita e o elemento clientelista e de barganha com os respectivos eleitorados confessionais.

Como Muhanna (2013) aponta, a solução ideal parece ser um sistema que proteja os direitos e interesses das minorias religiosas (ou outras), ao mesmo tempo em que forneça um canal para a vontade de uma maioria política. Outros países desenvolveram vários meios para alcançar esse ideal - do federalismo e outras formas de descentralização administrativa, a sistemas de cotas mais limitados do que os atualmente existentes no Líbano. (MUHANNA, 2013, p. 3). Este último, parece ser precisamente o centro da questão. Para nós, qualquer reforma institucional (sobretudo as referentes à adoção de um sistema bicameral) serão insuficientes se não atingirem o cerne do problema, qual seja, a proliferação de quotas sobrepostas em diversos cargos executivos de maior escalão – e que por décadas foram também aplicadas a escalões mais baixos – para as 11 diferentes clivagens.

Em sua análise do caso libanês, Assaf (2004) argumenta que as instituições do governo consociativo (crucialmente, o comportamento de elite através da grande coalizão) nem sempre fornecem um mecanismo ou instrumento eficaz para a criação e manutenção da ordem e da estabilidade dentro de uma sociedade plural. Assim, sua capacidade de produzir estabilidade democrática nessas sociedades teria sido posta em causa. Sua análise dos processos empíricos da teoria consociacional no Líbano sugere que a elite nem sempre desempenha um papel acomodativo e questiona a eficácia dos instrumentos institucionais do

consocialismo na prevenção do rompimento de conflitos e na manutenção da ordem em sociedades divididas. Assim, a autora critica os mecanismos consociativos neles mesmos, quando aplicados no Líbano. Nosso trabalho, de forma diversa, não afirma que o problema repousa na "incapacidade da elite", mas na sua falta de estímulo ou baixo custo de não cooperar. Isso se explica não pela sua incapacidade, mas pelo incentivo dado pelo modelo confessional, daí decorre a necessidade de distinguir o consociacionalismo do confessionalismo, presente desde o início de nosso trabalho. Isto demonstra que o problema repousa muito menos na aplicação do consociativismo no Líbano que no subtipo de consociativismo produzido neste país. Assim, diferente de Assaf, não nos propusemos a desqualificar o consociativismo na medida em que ele não se adequa ao caso libanês, mas a demonstrar de que modo, quando adotado no Líbano, o consociativismo adquire e assume características extremas que contribuem para a explicação de seu fracasso. E, neste sentido, ao contrário de Assaf, o problema não está na teoria em si, incapaz de gerar estabilidade democrática sem recorrer a mecanismos externos adicionais, mas no momento em que ela assume uma característica extrema e altamente institucionalizada.

Nossa contribuição propõe uma modesta revisão à teoria de Arend Lijphart de modo a eliminar sistemas confessionais altamente institucionalizados – como observado no caso proposto. Neste sentido, o caso escolhido não seria precisamente um caso desviante ou de fracasso, tampouco estaria fora do quadrante que inclui democracias consociativas. O Líbano adota um grau de democracia consociativa severamente enrijecida e imutável que promove a representação institucional das diferentes confissões presentes em uma sociedade. De modo que identificamos o insucesso da modalidade ou subtipo confessional tal como apresentado no caso libanês; resultado insatisfatório este – ainda que seja capaz de manter certa governabilidade – replicável a qualquer realidade que apresente características semelhantes.

Ainda que Lijphart tenha indicado em 2004 que o fracasso libanês seja devido às más escolhas de regras e instituições estabelecidas constitucionalmente - e não à insuficiente partilha de poder - nossa proposta busca indicar que o problema seja precisamente o inverso: a partilha de poder é organizada de modo tal que as partes não são capazes de concordar em como distribuir os recursos e benefícios entre si. E isto naturalmente não remete a uma incapacidade endêmica destas elites de entrarem em acordo, ou de uma propensão natural ao conflito, mas é tão somente reflexo do estímulo concedido pelo desenho institucional garantido pela constituição – e nisto Lijphart tem razão. Sem perceber, contudo, que justamente as “más escolhas de regras e instituições” no Líbano levam o consociativismo a

extremos que terminam por deixar patente a necessidade de prescrição, na tipificação original de Lijphart, da ausência de estiramentos institucionais excessivos.

Como argumentamos acima, no consociativismo do tipo confessional os estímulos eleitorais estão pré-estabelecidos e enrijecem as identificações em chaves sectárias. Ainda que as reformas em direção a uma maior proporcionalidade e transversionalidade segmental sejam desejáveis, elas não atingem o cerne da problemática libanesa. Com a manutenção da pré-atribuição sectária de cargos, somente as identificações religiosas e comunais (partidárias e individuais) serão fomentadas, o que engessa eventuais mudanças no padrão de identificação e de identidade – como a secular ou ideológica, por exemplo. De modo que os princípios consociativos tradicionais clássicos promovem a garantia da pluralidade em sociedades profundamente segmentadas, mas em sua modalidade confessional desencorajam um eventual secularismo, por exemplo, ou a transição identitária. Após ter temporizado as demandas segmentais dos diferentes pilares, o sistema consociativo nos Países Baixos pôde migrar para um que abandonasse a identificação e proteção pelo pilar na medida em que isto foi permitido pelo desenho institucional. Conforme (socialmente) os indivíduos e grupos se identificavam cada vez menos com seus respectivos pilares, exigiam maior transparência e perdiam a confiança em seus representantes segmentais. Esta mudança foi sendo incorporada pelo sistema consociativo que paulatinamente foi refletindo estes resultados e fluidez nas urnas. O sistema libanês, diferentemente, devido a sua característica institucional altamente enrijecida e pré-determinada, congela até certo ponto os resultados eleitorais e não permite a agregação de mudanças ou a migração de preferências - mesmo que elas ocorram no plano sociológico.

Não se trata de desqualificar ou invalidar a referência teórica clássica de Lijphart, nem afirmar que mecanismos de acomodação pragmática entre as elites, como grandes coalizões, proporcionalidade e veto (mútuo) da minoria não funcionem – mas seu contrário. A despeito de críticas que possam ser eventualmente feitas e de imprecisões conceituais, o modelo se provou eficaz e robusto em diversos países. E Lijphart, sobretudo, fala da capacidade de (re)invenção das modalidades de divisão do poder a cada vez e a cada país (1998, p. 145), o que nos parece essencial para que a teoria consociativa possa se adequar às diferentes realidades e demandas locais. Nas palavras de Rudy Andeweg, *“uma crítica válida a alguns aspectos de seu trabalho nem sempre é uma censura das ideias básicas do consociacionalismo”*. (ANDEWEG, 2000, p. 531). Continua o autor, ao qual subscrevemos:

O núcleo do consociacionalismo continua a ser que a instabilidade democrática resultante da segmentação social pode ser evitada quando as elites segmentares se

abstém de competir. Isso pode assumir a forma das quatro características de Lijphart, mas outros mecanismos não-majoritários para resolução de conflitos (como a arbitragem por um judiciário neutro, especialistas tecnocratas, etc.) não devem ser excluídos. As elites segmentais abster-se-ão de concorrer quando: (a) as condições ou arranjos institucionais forem tais que julguem benéfico e / ou apropriado fazê-lo, e (b) quando seus seguidores concordarem com eles ou, caso não concordem, quando os elevados custos de informação e a falta de concorrência intrasegmental proporcionem segurança às elites segmentais. (ANDEWEG, 2000, p. 532).¹⁹³

As elites libanesas não carecem de racionalidade na tomada de decisões, mas os arranjos institucionais lhes indicam os benefícios políticos da permanência de práticas sectárias e de mecanismos clientelistas com seu eleitorado confessional, por exemplo. Os custos e concorrências a estas práticas são baixos, o que termina por manter o *status quo* político confessional no país. De modo o que problema repousa nos estímulos institucionais concedidos às elites e como estas reagem a eles, daí decorrendo a importância de determinadas características da engenharia consociativa de nosso estudo de caso.

Ao considerar a guerra civil libanesa, Lijphart afirma ser importante “*reconhecer que a principal causa desta crise foi a intromissão de forças externas: envolvimento palestino substancial na política libanesa seguido de intervenções sírias e israelenses*”. Além disso, ele menciona “*uma série de fraquezas internas no governo consociativo libanês [que] deve compartilhar de uma parte da culpa para a quebra em 1975*”. Entre essas fraquezas, por exemplo, ele menciona que “*uma proporção de representação rigidamente fixada causou graves tensões no Líbano nas décadas de 1960 e 1970 e enfraqueceu sua democracia consociacional*”. (LIJPHART, 1985, p. 61¹⁹⁴ apud STEINER, 1987, p.369)

Nas palavras de Andeweg (2000), Lijphart argumenta que a maioria das descontinuações ocorre “*quando o consociacionalismo se torna a vítima de seu próprio sucesso*”, e que a maioria das interrupções ocorre porque “*as relações entre os segmentos sociais se inserem num conflito internacional*”. Este último é mais claramente o caso no Líbano e, em menor grau, no Chipre [dois casos reconhecidos de fracasso ou ruptura consociativa], “*embora em ambos os países houvesse também falhas no desenho*

¹⁹³ No original: “*The core of consociationalism remains that democratic instability resulting from social segmentation can be avoided when the segmental elites refrain from competition. This may take the form of Lijphart's four characteristics, but other nonmajoritarian mechanisms for conflict resolution (such as arbitration by a neutral judiciary, technocratic experts, etc) should not be excluded. The segmental elites will refrain from competition (a) when the conditions or institutional arrangements are such that they think it is beneficial and/or appropriate for them to do so, and (b) when their followers agree with them or, if they do not, when high information costs and lack of intrasegmental competition provide segmental elites with security.*” (ANDEWEG, 2000, p. 532)

¹⁹⁴ LIJPHART, Arend, Power-Sharing in South Africa. Berkeley: **Institute of International Studies, Policy Papers in International Affairs**, n. 24, 1985.

consociacional, tais como fórmulas fixas para a representação dos segmentos que eram realmente desproporcionais” (LIJPHART, 1977, p. 147-61; LIJPHART, 1985, p. 91-93 apud ANDEWEG, 2000, p. 515).

Mas para Lijphart (1985), escreve Steiner, *"a única conclusão razoável a ser extraída é que os arranjos consociacionais deveriam ter sido melhorados - não que todo o sistema consociacional merece ser condenado e abolido"* (STEINER, 1987, p.369). De fato, este não seria o caso. Todos os elementos teóricos do consociativismo estão presentes no caso libanês e corroborariam para seu sucesso. Lijphart, ciente da “rígida proporção fixa de representação” chegou bastante próximo do problema libanês, mas não o bastante. Faltou que o autor identificasse esta como a diferença entre o consociativismo e o confessionalismo, questão que está no cerne da problemática libanesa, e é a própria razão da necessidade de apontamento dos limites do modelo neste país. Talvez isto não tenha sido feito na medida em que o autor não promoveu uma depurada análise de caso da realidade libanesa, não tendo considerado o processo histórico do confessionalismo no país, a incorporação das novas elites e os desdobramentos pós-guerra. Mas a adição destes elementos à análise, como propusemos neste trabalho, se faz necessária para que se possa desenvolver uma apropriada comparação entre teoria e prática.

Lijphart pouco escreveu sobre o ‘fracasso’ do consociativismo no Líbano, e quando o fez, afirmou que o sistema funcionou durante décadas, até o estopim da guerra civil. Ainda que tenha reconhecido que as mazelas libanesas estejam relacionadas ao que chama de “institucionalização inflexível dos princípios consociativos” disto o autor não decorreu nenhuma revisão de suas orientações teóricas. O autor escreve:

No todo, a democracia consociativa no Líbano deve ser julgada como tendo tido desempenho satisfatório durante mais de trinta anos. Sua principal fraqueza foi a inflexível institucionalização dos princípios consociacionais. A alocação segmental dos cargos mais elevados e a proporcionalidade eleitoral "preestabelecida", ambas as quais favoreceram as seitas cristãs que constituíam uma maioria no censo de 1932, eram incapazes de permitir um ajuste suave à gradual perda de status de maioria pelos cristãos para a muçulmanos. Em outros aspectos, também, houve uma tendência ao imobilismo. [...] Antes de 1975, o regime foi desafiado por várias outras revoltas e conflitos civis, mas sobreviveu a estes e manteve seus danos limitados; por exemplo, a guerra civil de 1958 foi, nas palavras de Shils, uma "guerra civil incomumente pacífica". Comparado com as frequentes revoltas revolucionárias às quais outros países do Oriente Médio vêm sendo propensos, e apesar das falhas em suas instituições consociacionais, o regime consociativo libanês estabeleceu um notável - embora obviamente longe de perfeito - registro de estabilidade democrática. (LIJPHART, 1977, p. 149-150, tradução nossa)¹⁹⁵

¹⁹⁵ No original: *"On the whole, consociational democracy in Lebanon must be judged to have performed satisfactorily for more than thirty years. Its main weakness was the inflexible institutionalization of consociational principles. The segmental allocation of the highest offices and the "preset" electoral*

Para Lijphart a democracia consociativa no Líbano, ainda que longe de perfeita, funcionou de 1943 até 1975 na medida em que teria cumprido seu objetivo fundamental, qual seja, a manutenção da estabilidade. Ocorre que na realidade as três décadas que precederam a Guerra Civil criaram um ambiente tal e acumularam tensões tamanhas que culminaram em 15 anos de guerra fratricida. Isto para não mencionar a profundamente conturbada e violenta década de 1950 – ainda que isto não pareça tão relevante à Lijphart e Shils. De modo que apesar da dificuldade de mensuração da ‘eficácia’ de qualquer desenho institucional, nos parece pouco evidente que este tenha sido um modelo eficiente de 1943 à 1975. Adicionalmente, é a própria “proporcionalidade eleitoral pré-definida”, nos termos de Lijphart, que estimula o reforço das clivagens, gera clientelismo e debilidade estatal. Questionamos também aqui se a manutenção mínima de um continuísmo institucional durante estas três décadas era tudo que o Líbano poderia alcançar, e se sua única alternativa era mesmo o caos sob uma democracia majoritária – ou, de forma menos radical, se o consociativismo ou partilha de poder não poderiam ter adotado outro formato no país.

Assim, apesar de reconhecer que o problema libanês repousa na “*escolha de regras e instituições insatisfatórias pelos elaboradores da Constituição*”, na “*inflexível institucionalização dos princípios consociacionais*”; e na “*alocação segmental dos cargos mais elevados e a proporcionalidade eleitoral preestabelecida*”, fundamentalmente, Lijphart não decorre disso que a teoria precisa ser revista. Insistindo, assim, que a teoria foi bem sucedida no período pré-guerra civil quando justamente não o foi por ser altamente institucionalizada. Somente um esmiuçamento das características particulares deste caso teria permitido ao autor que colhesse deste esforço elementos que contribuíssem para revisão de sua tese ao indicar os limites do consociativismo do tipo confessional.

Adicionalmente, ainda que Lijphart tenha razão sobre o favorecimento dos cristãos através da fórmula do Pacto Nacional, a posterior relativa normalização do desequilíbrio - através da adoção do poder de veto pelo Hezbollah, representando a categoria xiita, e a consequente ampliação da grande coalizão, incorporando novas elites - este movimento de

proportionality, both of which favored the Christian sects that constituted a majority in the 1932 census, were incapable of allowing a smooth adjustment to the gradual loss of majority status by the Christians to the Moslems. In other respects, too, there was a tendency toward immobilism [...]. Before 1975, the regime was challenged by several other outbreaks and civil strife, but it survived these and kept their damage limited; for instance, the civil war of 1958 was, in Shils's words, an "unusually pacific civil war". Compared with the frequent revolutionary upheavals to which other Middle Eastern countries have been prone, and in spite of the flaws in its consociational institutions, the Lebanese consociational regime established a remarkable - although obviously far from perfect - record of democratic stability.” (LIJPHART, 1977, p. 149-150)

ajuste não resolveu a problemática da instabilidade, muito menos do clientelismo e ou da debilidade estatal. De tal modo que a questão não repousa no profundo grau de cisão social libanesa, composta de indivíduos irresolutos, beligerantes ou incapazes de qualquer forma de pragmatismo, mas em como as elites se percebem e interagem com o desenho confessional e com seus demais pares dentro deste contexto institucional.

Ainda que Lijphart tenha desenvolvido uma elegante teoria sobre a pacificação de conflitos pela via institucional em sociedades profundamente segmentadas, sua análise para o Líbano não foi feita de forma sistemática no período pós Guerra Civil. Tampouco poderíamos exigir que o autor estivesse familiarizado com as particularidades e trajetória histórica de reforço institucional do sectarismo que tentamos apresentar neste trabalho. Mas é preciso reconhecer que Lijphart e seus adeptos não concedem explicações sólidas aos casos de fracasso da teoria consociativa na medida em que ou retiram estes casos do modelo, ou os consideram residuais e insignificativos em análises quantitativas, ou creditam seu fracasso ao contexto ou a intervenções estrangeiras – como feito no próprio caso libanês. De modo que é preciso que o debate seja travado dentro da literatura, e que as deficiências do consociativismo no Líbano não sejam creditadas meramente aos fatores externos e a instabilidade regional. Conforme propusemos neste trabalho, o Líbano é um subtipo de democracia consociativa (pois que altamente cotizada), mas não por isto excluído de seu quadrante de democracias em sociedades segmentadas.

O esforço ao qual nos empreendemos neste trabalho visou afirmar que, uma vez dentro do quadrante consociativo, o detalhado estudo de caso libanês é significativo na medida em que o que caracteriza suas particularidades e fornece indícios de seu fracasso reflete a consequente necessidade de revisão e ajuste da teoria - excluindo da mesma a possibilidade de contemplar um espectro excessivamente amplo de pré-atribuições de cargos. Quando este espectro atinge seu ápice, como no Líbano, os mecanismos de democracia consociativa tais como veto de minoria, proporcionalidade, autonomia segmental e grande coalizão, ainda que presentes, se tornam insuficientes para manutenção da estabilidade democrática, da paz e da cooperação entre elites. A trajetória institucional vivida pelo Líbano, que foi paulatinamente reforçando e especificando a distribuição de poder entre as diferentes confissões, termina por tentar corrigir eventuais distorções e impasses através da ainda maior cotização dos cargos. Somente uma revisão teórica e, no mínimo, a adoção de um sistema consociativo não rigidamente confessional retirarão a necessidade do país precisar constantemente respeitar as proporções sectárias e se ver refém indefinidamente de um rígido controle censitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou compreender de que modo o consociativismo do tipo confessional - tal como presente no desenho político libanês e com continuidade histórica significativa ao longo dos séculos XIX, XX e XXI - se relaciona com as constantes rupturas institucionais no país e com a intensificação de tensões sectárias mesmo após o fim da guerra civil (1975-1990). O Líbano, país onde as elites das 18 confissões religiosas oficialmente reconhecidas seriam capazes de atingir um entendimento pragmático em prol da governança, não parece ter tido a habilidade para se esquivar das mais recentes crises público-administrativas de 2005, 2008 e de 2014. Além de ter de conviver com as persistentes crises de energia, água e de coleta de lixo, e com sua inoperância e debilidade estatal na promoção de serviços sociais e provisão de bens públicos, incluindo a segurança. Ao mesmo tempo, contudo, a própria ascensão do partido político Hezbollah – frequentemente criticado por romper o monopólio estatal da força e de ser o responsável último pelas crises institucionais – reflete a demanda xiita por maior inclusão representativa e personifica a tentativa de reequilíbrio das forças políticas no governo libanês. De modo que muito mais do que revelar uma inaptidão ou radicalismo do grupo em adequar-se às regras do jogo libanês, a análise desta última década de crise desvelou um descompasso entre as demandas apresentadas pelo partido e a vontade ou custo político das demais elites tradicionais em reconhecerem tais exigências. Neste sentido, sua ascensão e apoio político refletem problemáticas anteriores e endógenas ao próprio desenho institucional, não somente em termos de provisão de bens e de serviços públicos como na medida em que a inflexibilidade do sistema confessional de então exacerbava a histórica sub-representação xiita. Como mostramos ao longo deste trabalho, é necessário que a teoria consociativa se familiarize com as mazelas fruto de seu estiramento confessional e que através da revisão teórica do modelo de Lijphart afastemos do mesmo arranjos consociativos altamente institucionalizados.

Nosso trabalho objetivou construir as bases para corroborar a proposição dos limites da teoria consociativa colocando em questão os próprios resultados do estiramento excessivo do consociativismo em sua modalidade confessional. Para tanto, nos concentramos em apresentar no primeiro capítulo as contribuições da teoria consociativa para sociedades segmentadas e as particularidades do sistema confessional libanês, que o fazem configurar como um tipo fortemente institucionalizado de consociativismo. Tivemos como foco central as diferenças entre consociativismo e confessionalismo e visamos balizar o distanciamento

entre teoria e prática. Ao expormos a falta de consenso no estado da arte da literatura e as debilidades do arranjo libanês, a despeito da adoção dos princípios consociativos clássicos, introduzimos nosso problema de pesquisa. No segundo capítulo expusemos as especificidades e singularidades do sistema confessional libanês e a construção histórica do processo de institucionalização da representação político-religiosa, desde seus usos primordiais durante o Império Otomano até os acordos de Taif e Doha. Adicionalmente, este Capítulo nos possibilitou compreender de que modo a ascensão e atuação do Hezbollah demonstra que o vínculo entre teoria e caso é problemático na medida em que, a despeito da equalização de uma nova elite no arranjo consociativo libanês, permanece a instabilidade e sub-representação política. Neste sentido, esta etapa nos forneceu material empírico e histórico que nos permitiriam, ao final, indicar a necessidade de revisão da teoria consociativa. No terceiro e último capítulo apresentamos as críticas tecidas ao consociativismo e ao confessionalismo na medida em que este último promove práticas clientelistas e mais sectarismo, engessando as identidades político representativas. Adicionalmente, fizemos um balanço do funcionamento do sistema confessional e verificamos de que modo os resultados obtidos nos auxiliaram a fomentar o debate sobre o desempenho do consociativismo no Líbano – ainda que sem pretensão de esgotarmos ou darmos conta deste empreendimento. Como resultado, verificamos que, a despeito da presença dos predicados consociativos em nosso caso em questão, permanece um Estado frágil, inoperante, e a incapacidade institucional de resolução das crises.

Assim, há efeitos e limites deste tipo muito específico e institucionalizado de consociativismo. No Líbano, a alta institucionalização do consociativismo produziu um rígido sistema de representação religiosa nas diferentes funções do executivo, em todos os assentos no Parlamento e em cargos oficiais de primeiro escalão. Esta realidade específica - o sistema confessional ou *Taifiyya* – produziu um resultado diferente ou subtipo de democracia consociativa. De forma problemática, falta na produção consociativa clássica o entendimento de que a institucionalização rigorosa das diferenças religiosas produz efeitos deletérios ao Estado. Nosso trabalho corroborou a conclusão de que, levada ao extremo, a alta institucionalização de um arranjo consociativo (como o sistema confessional do Líbano) não conduz a uma representação mais pluralista e fiel das confissões religiosas. Pelo contrário, leva a um Estado fraco, clientelismo e institucionalização do sectarismo.

O entendimento sobre as razões para a debilidade estatal libanesa não são cruciais somente para o entendimento da realidade local como válida *per se*, mas também para que se

questione a própria eficácia do consociativismo do tipo confessional. De modo que nosso interesse foi além da experiência libanesa, relacionando de forma necessária e suficiente qualquer condição confessional ou comunitária à fragilidade estatal e ao engessamento da representação política em diretrizes exclusivamente religiosas/étnicas. A relevância de nosso trabalho repousou na necessidade de revisão teórica das produções sobre consociativismo, propondo o imperativo de limitar o mecanismo de distribuição de cargos de forma estática e pré-estabelecida. Isso se faz necessário na medida em que tal grau de institucionalização faz proliferar práticas corruptas, clientelistas e de patronagem, além de debilidade estatal, sectarismo e instabilidade institucional.

Nossa pesquisa apresentada possibilitou esclarecer o funcionamento empírico da realidade libanesa e estabeleceu as estruturas para apoio da tese aqui proposta. Como resultado, em primeiro lugar, demonstramos no presente trabalho que há efeitos e limites de uma modalidade muito específica e altamente institucionalizada de consociativismo: a confessional. Em segundo lugar, identificamos que há uma anomalia no modelo de Lijphart na medida em que a teoria não alerta sobre os limites para adoção das regras institucionais de modo a garantir o sucesso de democracias consociativas. É mister que o modelo de Lijphart seja revisto de modo a explicitar a não permissão de arranjos altamente institucionalizados. As escolhas institucionais consociativas devem ser prescritas antecipadamente pelo modelo, que deve prever os efeitos deletérios do eventual estiramento deste desenho. E é fundamental que a teoria consociativa tenha clareza de que democracias consociacionais existem dentro de um espectro e que as diversas possibilidades e combinações de regras institucionais devem ser antecipadas pela teoria. Neste sentido, o modelo deve ser revisto de modo a não permitir estiramentos excessivos como no caso libanês, em virtude de suas consequências debilitantes ao Estado. Como acertadamente afirma Lijphart, diferentes países desenham e reformulam suas próprias práticas consociativas conforme suas necessidades locais e demandas específicas. Mas se o estudo do caso libanês nos serve de algo, isto é para indicar que esta liberdade de formulação institucional deve sim estar presente, mas sem perder de vista que, na ânsia de garantir uma hiper-representação de confissões religiosas, um pode acabar por engessar estas formas de identificação a despeito de práticas mais democráticas e até mais inclusivas.

O uso do Líbano como um estudo de caso não teve a pretensão de ser uma análise exaustiva da teoria da democracia consociativa, tampouco da dinâmica do processo democrático libanês, de modo que não reivindicamos termos resolvido os debates ainda em

aberto a respeito da complexa política libanesa. Se eventuais rearranjos, ajustes e recuos em direção ao consociativismo estrito serão suficientes para resolver as mazelas libanesas, após anos de sectarismo político fortemente institucionalizado, não saberemos dizer. É possível que após mais de um século de confessionalismo a abolição do sistema signifique a adoção de um sistema majoritário – ainda que este cenário não dê indícios de estar no horizonte dado o temor a tirania da maioria muçulmana. Mas sistemas políticos são flexíveis e mutáveis, e a mudança no país é possível.

De outro modo, talvez fosse viável que a atual maioria popular (certamente a muçulmana, e talvez a xiita sozinha) obtivesse a maioria política, retirando a necessidade de composição de uma coalizão governante através do modelo consociativo. E se não fosse a importância histórica dos cristãos e este reconhecimento tácito pelos libaneses, talvez eles não estivessem presentes no governo majoritário. Mas ainda que o governo consociativo seja mantido – quer seja por estabelecimento constitucional, quer seja por consenso social ou por ser o modelo normativamente desejável – ele não poderá compor elementos enrijecidos. Parece-nos altamente improvável e mesmo irrealista que o modelo funcione sem que inclua mecanismos de representação proporcional – mas que, sobretudo, estes não sejam de representação pré-fixada. Argumentamos aqui contra a institucionalização constitucional de qualquer tipo de representação, uma vez que ela encoraja a politização das identidades, que poderiam, de outro modo, retroceder.

A adoção do sistema consociativo do tipo confessional no Líbano de fato, como aponta Hester Somsen (2016), pode ser o responsável por manter a estabilidade do país em meio ao conturbado cenário internacional e por proteger o país de ameaças como a desintegração iraquiana, a guerra na Síria e o Estado Islâmico. Ainda assim, contudo, a característica altamente enrijecida do modelo libanês é o que corrobora para suas debilidades e limites. No Líbano, a autonomia segmental (apesar de não federativa) atinge limites extremos, e as práticas clientelistas e de patronagem são estimuladas pelo próprio sistema confessional. A questão da durabilidade do sistema é fundamental: o consociativismo é um modelo institucional adequado para resoluções de conflitos, mediações e eventual forma de inclusão de líderes militantes, minorias e segmentos privados na mesa de negociações. Mas é preciso que este seja um mecanismo transicional e não permanente – como o caso libanês nos ensina. E, sobretudo, ele não pode integrar em seus atributos o pré-estabelecimento rígido de assentos e cargos, como também ensina nosso caso.

A ampliação da grande coalizão governante, reajustes e incorporação de novas e demandantes elites foram medidas necessárias tomadas pelo país nas últimas décadas, mas não foram suficientes, o que sugere que o modelo é detentor de falhas mais profundas. Críticos podem alegar que, ao invés de cooperar e entrar em acordo (como no caso holandês) no Líbano as elites não são capazes ou não estão normativamente dispostas a cooperarem em prol do bem comum. Estas fariam uso excessivo do poder de veto e impediriam a obtenção do consenso. Esta interpretação sugere que as elites holandesas sejam mais dóceis, pragmáticas e racionais. Contudo, o problema repousa na falta de estímulo das elites libanesas na medida em que estão presas em seus mecanismos de barganha local – fruto justamente do confessionalismo e da alta institucionalização. Assim, há espaço para manobra destas elites, que são racionais e auto interessadas, mas dentro de um desenho institucional altamente cerceador – e aqui repousa a problemática deste modelo.

A debilidade do Estado libanês também perpassa mecanismos clientelistas, dinâmicas de patronagem na distribuição de bens e serviços (o sistema de nepotismo denominado "*wasta*") e o papel desempenhado pela família e pelo elemento clânico na prática política e sucessória no país. Como aspectos clientelistas nacionais específicos aliam-se a mecanismos consociativos altamente institucionalizados e enrijecidos será objetivo de pesquisa posterior. Se elites familiares locais e a configuração de uma política clânica herdada deterioram o cenário confessional ou são verdadeiramente a causa de sua ruína ainda não se pode concluir neste estágio de pesquisa. Antes deste posterior esforço de pesquisa não será possível afirmar com segurança se a crítica à teoria consociativa de Arend Lijphart pode ser sustentada a despeito de contextos onde mecanismos semelhantes ao da *wasta* não estejam presentes. Arriscamos dizer, contudo, que desenhos institucionais altamente enrijecidos em democracias consociativas bastam para promover o fracasso do modelo em países que os adotam, na medida em que geram debilidade estatal, sectarismo e fomentam práticas patrimonialistas.

De fato, o fracasso do confessionalismo no Líbano é resultado do arranjo consociativo altamente institucionalizado combinado a uma modalidade clânica de fazer política. Esta tradição é anterior ao modelo confessional, mas deveria ser corrigida através do processo democrático consensual, e não o é. Contudo, apesar do elemento de política tradicional de "*wasta*" corroborar para o fracasso do caso analisado, ele não é condição necessária. Em contextos de tradição política ligada a aspectos clânicos, religiosos e étnicos – onde a sucessão política é caracterizada pela manutenção de famílias importantes dentro da política, e bens e serviços são distribuídos de forma patronal – arranjos consociativos fortemente

cotizados, ao invés de corrigir tais características, sedimentam esta prática, tornada agora institucional. A realidade confessional engessa e cristaliza práticas tradicionais que, de outro modo, deveriam ser extintas pelo processo de democratização e politização da sociedade. Aqui repousa a derradeira razão do fracasso do consociativismo em países como o Líbano. Assim, com a adição do que chamamos de “elemento clânico” ou das práticas familiares de sucessão política, este padrão somente se reforça. De forma preliminar, arriscamo-nos dizer, por hora, que desenhos institucionais altamente enrijecidos são suficientes para o fracasso do consociativismo em países que os adotam. Contudo, seguramente, contextos compostos por elementos tradicionais de política clânica deterioram o cenário. Assim, a crítica à teoria consociativa de Arend Lijphart permanece sendo sustentada, a despeito de realidades onde mecanismos semelhantes aos da *wasta* não estejam presentes. Mas a corroboração desta hipótese somente poderá ser feita em um estágio posterior de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2009 ELECTIONS RESULT. OFFICIAL RESULTS PER DISTRICT. Detailed results of all polling stations by electoral districts. Lebanon Elections. **Ministry of Interior & Municipalities**. Disponível em: <<http://www.elections.gov.lb/Parliamentary/Elections-Results/2009-Real-time-Results.aspx?lang=en-us>>. Acesso em: 30 nov. 2016

2009 PARLIAMENTARY ELECTIONS VOTER TURNOUT, **UNPD Lebanese Elections Assistance Programme**. 2009. Disponível em: <http://www.lebanon-elections.org/Modules/Document/UploadFile/9554_16,07,YYInfo%20Graph%20-%202009%20Parliamentary%20Elections%20Voter%20Turnout.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

2013 WOMAN REGISTERED CANDIDATES, **UNPD Lebanese Elections Assistance Programme**. 2013. Disponível em: <http://www.lebanon-elections.org/Modules/Document/UploadFile/7022_17,07,YYInfo%20Graph%20-%202013%20Women%20Registered%20Candidates.pdf>. Acesso em: 07 Jun. 2016.

ABRAHAMSON, James. In Europe: A Growing Case for Banning Hezbollah. **American Diplomacy**, 2013. Disponível em: <<http://www.defenddemocracy.org/media-hit/in-europe-a-growing-case-for-banning-hezbollah>>. Acesso em: 11 nov. 2016

ABUKHALIL, As'ad. The Society and it's Environment. In: COLLELO, Thomas (Ed). **Lebanon: A Country Study**. Headquarters Department of Army, Library of Congress, Federal Research Division. Washington. Cap. 2 p. 39-86. 1989. Disponível em: <<https://www.loc.gov/resource/frdcsdy.lebanoncountryst00coll/?sp=1&st=gallery>>. Acesso: 07 nov. 2016.

ALAGHA, Joseph Elie. **The Shifts in Hizbullah's Ideology: Religious Ideology, Political Ideology, and Political Program**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 380f. 2006.

ANDEWEG, Rudy B. Consociational democracy. **Annual Review of Political Science**, v. 3, n. 1, p. 509-536, 2000.

ASSAF, Noura. **Consociational Theory and Democratic Stability. A re-examination Case Study: Lebanon**. Mar. 2004, 268 f. Tese (Doutorado em Filosofia Política) – University of Warwick, Departamento de Política e Estudos Internacionais. 2004.

ATRACHE, Sahar. Lebanon Needs Help to Cope with Huge Refugee Influx. Bruxelas/Nova Iorque: **International Crisis Group**. 19 set. 2016. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/eastern-mediterranean/lebanon/lebanon-needs-help-cope-huge-refugee-influx>>. Acesso: 26 out 2016.

BARCLAY, Sara G. **Consociationalism in Lebanon**. Mar. 2007, 102f. Dissertação (Mestrado Faculdade de Artes e Ciências) – University of Pennsylvania, Pennsylvania, 2007.

BARRY, Brian. Political Accommodation and Consociational Democracy. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 477–505, 1975. (a)

_____. The Consociational Model and its Dangers. **European Journal of Political Research**, v. 3, n. 4, p. 393–412, 1975. (b)

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods: foundations and guidelines**. University of Michigan Press, 208f. 2013.

BEIRUT MADINATI WINS THIRD OF VOTES, BUT NO SEATS. **The New Arab**. Londres, 11 maio 2016. Disponível em: <<https://www.alaraby.co.uk/english/news/2016/5/10/beirut-madinati-wins-third-of-votes-but-no-seats>>. Acesso em: 17 maio. 2016.

BENNETT, Andrew. Process tracing: A Bayesian perspective. Cap 30 In: BRADY, Henry; COLLIER, David (Eds). **The Oxford Handbook of Political Methodology**, p. 702-721, 2008.

BERCITO, Diogo. **Cerco de Assad a rebeldes sírios faz queda de Aleppo se aproximar**. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo. 23 out. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/10/1825421-cerco-de-assad-a-rebeldes-sirios-faz-queda-de-aleppo-se-aproximar.shtml>>. Acesso: 01 nov. 2016.

BERTI, Benedetta. The “Rebirth” of Hizbollah: Analyzing the 2009 Manifesto. **Strategic Assessment**, v. 12, n. 4, Feb 2010.

BYMAN, Daniel. Should Hezbollah be next. **Foreign Affairs**, v. 82, n. 6, p. 54-66, nov/dec. 2003.

BORMANN, Nils-Christian. Patterns of Democracy and its Critics. **Living Reviews in Democracy**, v. 2, abr. 2010.

CALFAT, Natalia. **Crise do Lixo em Beirute Persiste e Completa Quase um Mês**. 14 ago. 2015. São Paulo, Ceiri Newspaper. Disponível em: <<http://www.jornal.ceiri.com.br/crise-do-lixo-em-beirute-persiste-e-completa-quase-um-mes/>>. Acesso em: 09 out. 2015. (a)

_____. **Líbano promove eleições para os 26 municípios do país**. Ceiri Newspaper. São Paulo, 17 maio 2016. Disponível em: <<http://www.jornal.ceiri.com.br/libano-promove-eleicoes-para-os-26-municipios-do-pais/>>. Acesso em: 14 jun. 2016 (a)

_____. **Protestos Populares em Beirute Refletem Esgotamento do Sistema Confessional Libanês**. 09 out. 2016. São Paulo, Ceiri Newspaper. Disponível em: <<http://www.jornal.ceiri.com.br/protestos-populares-em-beirute-refletem-esgotamento-do-sistema-confessional-libanes/>>. Acesso em: 09 out. 2015. (b)

_____. **Saad Hariri anuncia apoio a Michel Aoun para Presidência do Líbano: impasse institucional pode estar perto do fim**. 28 out. 2016. São Paulo, Ceiri Newspaper. Disponível em: <<http://www.jornal.ceiri.com.br/ru/saad-hariri-anuncia-apoio-a-michel-aoun-para-presidencia-do-libano-impasse-institucional-pode-estar-perto-do-fim/>>. Acesso em: 01 nov. 2016. (b)

CARNEIRO MAIA, Natalia Nahas. **Hezbollah: Do Terrorismo ao Empoderamento Socioeconômico no Líbano**. 2013. 182f. Monografia (Pós-Graduação em Política e Relações Internacionais). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2013. (a)

_____. Um novo olhar sobre o Hezbollah: o terrorismo frente ao reformismo socioeconômico do partido e à teoria da sociedade de resistência. **Revista Malala**, São Paulo, n. 1, p. 67-93, 17 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/malala/article/view/97377>>. Acesso em: 21 ago. 2013. (b)

CARR, ADAM. **Election Archive - Republic of Lebanon**, Legislative Elections of 7 June 2009. 2009. Disponível em: <<http://psephos.adam-carr.net/countries/l/lebanon/lebanon2009.txt>>. Acesso em: 08 mar. 2016

_____. **Election Maps**, 2005 Legislative Election. 2005. Disponível em: <<http://psephos.adam-carr.net/countries/l/lebanon/lebanonmaps.shtml>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

CASPIT, Ben. **Is Israel Prepared for Hezbollah's Rearming?** Al Monitor. Huston, 15 Mar. 2017. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2017/03/israel-lebanon-hezbollah-military-capabilities-war-idf.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CHAMIE, Joseph. **Religion and fertility: Arab christian-muslim differentials**. CUP Archive, 1981.

_____. Religious groups in Lebanon: A descriptive Investigation. **International Journal of Middle East Studies**, Cambridge, v. 11, n. 02, p. 175-187, 1980.

CHAOUL, Milhem. **A Associação de Minorias: a fórmula libanesa** (Conferência). I Seminário Internacional Brasil Líbano, ICBL e IUPERJ/UCAM, 25 nov. 2015, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2015.

CITIZEN OBSERVATION MAP. **LADE – Lebanese Association for Democratic Elections**. Maio 2016. Disponível em: <<http://www.lade.org.lb/municipal/%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%AE%D8%A7%D9%84%D9%81%D8%A7%D8%AA-%D8%AE%D8%A7%D8%B1%D8%B7%D8%A9/%D8%A7%D9%84%D8%A7%D9%82%D8%AA%D8%B1%D8%A7%D8%B9-%D9%8A%D9%88%D9%85-%D9%85%D8%B1%D8%A7%D9%82%D8%A8%D8%A9.aspx>>. Acesso: 17 maio 2016

COLLELO, Thomas. (Ed.) **Lebanon: A Country Study**. GPO for the Library of Congress, Federal Research Division. Washington, 1989. Disponível em: <<http://countrystudies.us/lebanon/>>. Acesso em: 08 mar. 2016 e Disponível em: <<https://www.loc.gov/resource/frdcstdy.lebanoncountryst00coll/?sp=1&st=gallery>>. Acesso: 07 nov. 2016.

_____. Lebanon: A Country Study. In: ROLLAND, John C. (Ed.) **Lebanon: Current issues and background**. New York: Nova Publishers Inc., 2003.

CRENSHAW, Martha. Explaining Suicide Terrorism: A Review Essay. **Security Studies**, Standford, v. 16, n. 1, p. 133-162, Jan-Mar 2007.

DAGHER, Ramez. **2010 Municipal elections reforms and Wikileaks**. 13 maio 2016. Moulahazat. Disponível em: <<https://moulahazat.com/2016/05/13/2010-municipal-elections-reforms-and-wikileaks/>>. Acesso em: 17 Mai. 2016 (a)

_____. **Aoun-Hariri: The Downfall of the Blueberry?** 20 out. 2016. Moulahazat. Disponível em: <<https://moulahazat.com/2016/10/20/aoun-hariri-the-downfall-of-the-blueberry/>>. Acesso em: 26 out. 2016. (b)

_____. **How Lebanon's Constitutional Council shamed the Parliament**. 19 set. 2015. Moulahazat. Disponível em: <<https://moulahazat.com/2015/09/19/how-lebanons-constitutional-council-shamed-the-parliament/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **How Michel Aoun became the president.** 31 out. 2016. Moulahazat. Disponível em: <<https://moulahazat.com/2016/10/31/how-michel-aoun-became-the-president/>>. Acesso em: 03 nov. 2016. (c)

_____. **Introducing the Robert Fadel maneuver.** 31 maio 2016. Moulahazat. Disponível em: <<https://moulahazat.com/2016/05/31/introducing-the-robert-fadel-maneuver/>>. Acesso em: 07 jun. 2016 (d)

_____. **The Example of Beirut Madinati: Change is Possible.** 22 abr. 2016. Moulahazat. Disponível em: <<https://moulahazat.com/2016/05/31/introducing-the-robert-fadel-maneuver/>>. Acesso em: 17 maio 2016 (e).

DAGHER, Ramez; FARES, Elie. **What Beirut's election results tell: Lebanon can hope for change.** 11 maio 2016. Moulahazat. Disponível em: <<https://moulahazat.com/2016/05/11/what-beiruts-election-results-tell-lebanon-can-hope-for-change/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo, Edusp, 2015.

DAVIS, Peita. **Filling the Void: Hizbullah's State Building in Lebanon.** Out. 2007, 85f. Dissertação (Mestrado em Economia e Ciência Política) – Universidade de Sidney, Sidney, 2007.

DEEB, Lara. Hizballah: A Primer. **Middle East Report Online**, Washington, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.merip.org/mero/mero073106>>. Acesso em: 13 fev. de 2012.

DOHA 2008 AGREEMENT 'On the Results of the Lebanese National Dialogue Conference'. Qatar, 21 maio 2008. Disponível em: <http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/Lebanon_DohaAgreement2008_Engl.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

DYNASTIES DOMINATE LEBANON POLITICS. Beirut: **The Argus Press.** 14 Feb. 1983. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=1988&dat=19830211&id=AkEiAAAIBAJ&sjid=FK0FAAAAIBAJ&pg=2576,3561459&hl=pt-BR>>. Acesso em: 07 out. 2016.

EKMEKJI, Arda Arsenian. **Confessionalism and electoral reform in Lebanon.** The Aspen Institute. p. 1-24, jul. 2012. Disponível em: <https://assets.aspeninstitute.org/content/uploads/files/content/docs/pubs/Confessionalism%20and%20Electoral%20Reform%20in%20Lebanon_Final.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

ESPOSITO, Thomas G. **Political Integration of Hezbollah into Lebanese Politics.** Jun. 2009. 79f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Segurança) – Naval Post Graduate School, Califórnia, 2009.

FARAH, Caesar E. **Politics of Interventionism in Ottoman Lebanon, 1830-1861.** London and New York: Ed. I.B. Tauris, Centre for Lebanese Studies. 2000.

FARHAT, José. **Somos 'turcos' ou árabes ou libaneses?** 25 jan. 2011. Disponível em: <<https://josefarhat.com/2011/01/25/somos-%E2%80%9Cturcos%E2%80%9D-ou-arabes-ou-libaneses/>>. Acesso: 01 nov. 2016.

FARHAT, R. Glossary Mohafaza / Caza. **Proz. The translation workplace**. 04 jul. 2004. Disponível em: <http://www.proz.com/kudoz/arabic_to_english/other/754458-mohafaza_caza.html>. Acesso em: 30 nov. 2016.

FITZGERALD, Timothy J. Reviewed Work: The Politics of Interventionism in Ottoman Lebanon, 1830-1861 by Caesar E. Farah. **The Arab Studies Journal** v. 9/10, n. 2/1, p. 127-30. Fall 2001/Spring 2002. 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27933813>>. Acesso em: 24 nov. 2016

FRENCH, David; ARNOLD, Tom; PAUL, Katie. **Saudi Oger faces huge debt restructuring as rescue talks collapse**. Nova Iorque: Reuters. 08 set. 2016. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-saudi-oger-restructuring-idUSKCN11E153>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

FRENCH MANDATE FOR SYRIA AND THE LEBANON. **The Council of The League of Nation**. League of Nations Official Journal, aug. 1922, p. 880. Disponível em: <<http://www.ndu.edu.lb/lerc/resources/French%20Mandate%20for%20Syria%20and%20the%20Lebanon.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

GEAGEA REAFFIRMS COMMITMENT TO LF-FPM ALLIANCE. **The Daily Star**. Beirute, 20 maio 2016. Disponível em: <<http://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2016/May-20/352998-geagea-reaffirms-commitment-to-lf-fpm-alliance.ashx>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

GERRING, John. Case selection for case-study analysis: qualitative and quantitative techniques. Cap 28 In: BRADY, Henry; COLLIER, David (Eds). **The Oxford handbook of political methodology**, p. 645-684, 2008.

_____. What is a case study and what is it good for?. **American political science review**, v. 98, n. 02, p. 341-354, Maio 2004.

GHANEM, **Esperance**. **Baby steps: Lebanon's municipal elections inspire hope**. Al Monitor. Huston, 12 maio 2016. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/05/lebanon-municipal-elections-parliamentary-elections-extended.html>>. Acesso em: 17 maio 2016.

GIBRAN, Khalil Gibran. **The Prophet**, Ed. Alfred A. Knopf. On Death, cap. 27. 1923.

GOERTZ, Gary. Assessing the trivialness, relevance, and relative importance of necessary or sufficient conditions in social science. **Studies in Comparative International Development**, v. 41, n. 2, p. 88-109, Summer 2006.

GOERTZ, Gary; LEVY, Jack. (Eds.) Causal explanations, necessary conditions, and case studies: World War I and the end of the Cold War. **Unpublished manuscript**, Introdução e Capítulo 2. 2005.

GRASSROOTS GROUP STIRS UP LEBANESE POLITICS IN FIRST VOTE AFTER TRASH CRISIS. **France 24**, Paris: 09 maio 2016. Disponível em: <<http://www.france24.com/en/20160508-grassroots-group-stirs-lebanese-politics-first-vote-after-trash-crisis>>. Acesso em: 17 Mai. 2016.

GROVEN, Irene. **The second republic of Lebanon: from confessionalism to majoritarianism?: a study of intercommunal relations in the lebanese post-war political**

system. 1997. Dissertação. Disponível em: <<https://www.duo.uio.no/handle/10852/14274>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

HAMZEH, Ahmad N. Clientalism, Lebanon: Roots and Trends. **Middle Eastern Studies** v. 37, n. 3, p. 167-178, 2001.

_____. **In the Path of Hizbullah**. Syracuse University Press, 2004.

_____. Lebanon's Islamists and Local Politics: a New Reality. **Third World Quarterly**. Londres, v. 21, n. 5, p. 739-759, 2000.

HARB, Imad. **Lebanon's Confessionalism: Problems and Prospects**. United States Institute of Peace, Washington, mar. 2006.

HARB, Mona; LEENDERS, Reinoud. Know Thy Enemy: Hizbullah, 'Terrorism' and the Politics of Perception. **Third World Quarterly**, Londres, v. 26, n. 1, p. 173 – 197, 2005.

HARIRI: AOUN AND HEZBOLLAH ARE BLOCKING THE PRESIDENCY AND I STILL SUPPORT FRANGIEH. **National News Agency**, Ministry of Information Lebanese Republic. Beirute, 11 abr. 2016. Disponível em: <<http://nna-leb.gov.lb/en/show-news/59805/Hariri-Aoun-and-Hezbollah-are-blocking-the-presidency-and-still-support-Frangieh>>. Acesso: 11 jun. 2016.

HARRIS, William W. **Lebanon: a history, 600-2011**. Nova Iorque: Ed. Oxford University Press, 2014.

HASHEM, Ali. **Hezbollah's Pick For President Of Lebanon**. 01 fev. 2016. Al Monitor. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/02/hezbollah-support-michel-aoun-presidential-candidate.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016. (a)

_____. **How Aoun rose from '90s renegade to Lebanon's new president**. 01 nov. 2016. Al Monitor. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/11/lebanon-elections-president-michel-aoun.html#ixzz4OxlOUEos>>. Acesso em: 03 nov. 2016. (b)

_____. **How Lebanon's presidential problem turned into opportunity**. 26 out. 2016. Al Monitor. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/10/lebanon-president-hariri-aoun-hezbollah-saudi-arabia.html>>. Acesso em: 27 out. 2016. (c)

HEDSTRÖM, Peter; YLIKOSKI, Petri. Causal mechanisms in the social sciences. **Annual Review of Sociology**, v. 36, p. 49-67, 2010.

HEZBOLLAH CHIEF REAFFIRMS SUPPORT FOR AOUN. **Now**. Beirute, 29 jan. 2016. Disponível em: <<https://now.mmedia.me/lb/en/NewsReports/566553-hezbollah-chief-tackles-lebanon-presidential-race>>. Acesso em: 09 jun. 2016

HEZBOLLAH MPS WILL VOTE FOR AOUN, SAYS NASRALLAH. **Ya Libnan**, Beirute. 23 out. 2016. Disponível em: <<http://yalibnan.com/2016/10/23/hezbollah-mps-will-vote-for-aoun-says-nasrallah/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

HOROWITZ, Donald. **Ethnic Groups in Conflict**. Berkeley, CA: University of California Press. p. 575, 1985.

HOURLANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. Editora Cia das Letras. 523f. 1994.

IFES LEBANON BRIEFING PAPER. **The Lebanese Electoral System**. Lebanon's 2009 Parliamentary Elections. March 2009. Disponível em: <https://www.ifes.org/sites/default/files/ifes_lebanon_esb_paper030209_0.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016

INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM REPORT FOR 2011. USDS - **United States Department of State**, Bureau of Democracy, Human Rights and Labor. 2011. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/193107.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Lebanon Majlis Al-Nuwwab (National Assembly)**. Electoral System. 2016. Disponível em: <http://www.ipu.org/parline-e/reports/2179_B.htm>. Acesso em: 13 nov. 2016

IZADY, Michael. Lebanon Ethnic Composition. **The Gulf Project 2000**. 2016. Disponível em: http://gulf2000.columbia.edu/images/maps/Lebanon_Ethnic_lg.png. Acesso: 05 out. 2016.

JAMAIL, Dahr. **Hezbollah's Transformation**. Asia Times Online. Hong Kong, 20 jul. 2006. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/Middle_East/HG20Ak02.html>. Acesso: 19 jun. 2012.

JELLOUN, Mohammed Ben. **Hezbollah's Democratic Demands**. Swans Commentary. Califórnia, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.swans.com/library/art13/jelloun3.html>>. Acesso: 13 fev. 2012.

JOHNSON, Michael. **All honourable men: the social origins of war in Lebanon**. Ed. IB Tauris, 2001.

KARAM, Christian da Camino. **A Origem do 'Estado de Israel' e suas Motivações**. Brasil de Fato, São Paulo, abr. 2010. (a)

_____. **Da Revolução Política ao Reformismo Socioeconômico: Hizballah, Islamonacionalismo e Economias de Rede no Líbano Pós Guerra**, 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. (b)

KERR, Michael. **Imposing Power-Sharing: Conflict and Coexistence in Northern Ireland and Lebanon**. Dublin: Irish Academic Press, 2005.

KHALAF, Samir. **Civil and uncivil violence in Lebanon: A history of the internationalization of communal conflict**. Columbia University Press, 224f. 2002.

KHATIB, Lina. **Aspiring to Impunity in Lebanon**. Carnegie Middle East Center. Beirute, 29 jul. 2015. Disponível em: <<http://carnegie-mec.org/2015/07/29/aspiring-to-impunity-in-lebanon/ie2i>>. Acesso em: 09 out. 2015. (a)

_____. **Sectarianism is not Part of Solution for Syria**. Carnegie MiddleEast Center. Beirute, 13 maio 2015. Disponível em: <<http://carnegie-mec.org/2015/05/13/sectarianism-is-not-part-of-solution-for-syria/i8hj>>. Acesso em: 08 out. 2015. (b)

KHATIB, Lina; MATAR, Dina; ALSHAER, Atef. **The Hizbullah phenomenon: politics and communication**. Ed. Oxford University Press, 2014.

KHOURI, Rami G. **Arab weakness isn't about sectarianism**. The Daily Star, Beirute, 09 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.dailystar.com.lb/Opinion/Columnist/2016/Apr-09/346437-arab-weakness-isnt-about-sectarianism.ashx>>. Acesso em: 13 jun. 2016. (a)

_____. **Talking Trash in Lebanon: Beirut's uncollected garbage is just one symptom of a noxious political system**. Al Jazeera, Doha, 24 ago. 2015. Disponível em: <<http://america.aljazeera.com/opinions/2015/8/talking-trash-in-lebanon.html>>. Acesso em: 09 out. 2015. (a)

_____. **The Delusion of copying Lebanon's political system**. The Daily Star, Beirute: 20 abr. 2016. Disponível em: <http://belfercenter.hks.harvard.edu/publication/26552/delusion_of_copying_lebanons_political_system.html>. Acesso em: 13 jun. 2016. (b)

_____. **The Many Reasons why Lebanese are in the Street**. Agence Global, Carolina do Norte, 29 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.agenceglobal.com/index.php?show=article&Tid=2885>>. Acesso em: 09 out. 2015. (b)

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. The importance of research design. In: BRADY, Henry; COLLIER, David (Eds.) **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards**, Rowman & Littlefield Publishers Inc, cap. 11, p. 181-192, 2004.

KINGSTON, Paul WT. **Reproducing sectarianism: Advocacy networks and the politics of civil society in postwar Lebanon**. SUNY Press, 2013.

KISIRWANI, Maroun. Foreign interference and religious animosity in Lebanon. **Journal of Contemporary History**, v. 15, n. 4, p. 685-700, 1980.

KOBEISSI, Chadia. **Quem é Quem**. Gazeta de Beirute, Brasil e Líbano, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadebeirute.com/2012/12/quem-e-quem.html#ixzz4AulKIDvj>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

KOTA, Suechika. Undemocratic Lebanon?: The Power-Sharing Arrangements after the 2005 Independence intifada. **Journal of Ritsumeikan Social Sciences and Humanities**, v. 4, n. 6, 2012. Disponível em: <http://www.ritsumei.ac.jp/acd/re/k-rsc/hss/book/pdf/vol04_06.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016

KRAYEM, Hassan. The Lebanese civil war and the Taif Agreement. **Conflict resolution in the Arab world: Selected essays**, p. 411-436, 1997. Disponível em: <<http://ddc.aub.edu.lb/projects/pspa/conflict-resolution.html>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

LAKKIS, Hasan. **Electoral law committees' talks off to gloomy start**: Parliament remains as far as ever from agreement on new voting legislation. Beirute: The Daily Star. 04 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2016/May-04/350448-electoral-law-committees-talks-off-to-gloomy-start.ashx>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

LAMMERHIRT, Laura Vicentin. A securitização da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai e a tentativa de inserção do Cone Sul na "Guerra Global ao Terror". **Anais do III Seminário de Relações Internacionais ABRI**, Florianópolis, UFSC. set. p. 1-18. 2016. Disponível em:

<[http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1473299355_ARQUIVO_LAMM_ERHIRT-2016-ABRI-ARTIGO\[final\].pdf](http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1473299355_ARQUIVO_LAMM_ERHIRT-2016-ABRI-ARTIGO[final].pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2016

LARKIN, Connor P. The inevitability of identity: Lebanon, nationalism and the failure of an idea. **The Undergraduate Journal of Social Studies**, v. 1, n. 1, p. 4, 2011.

LAW NO. 25 PARLIAMENTARY ELECTIONS LAW. Republic of Lebanon. Official Gazette n. 41, Baabda. 09 out. 2008. Disponível em: <http://aceproject.org/ero-en/regions/mideast/LB/parliamentary-elections-law-no.-25/at_download/file> e em: <<http://www.elections.gov.lb/Parliamentary/Legal-Framework/Election-Law.aspx>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

LEBANON FAILED AGAIN AND FOR THE 40TH TIME TO ELECT A PRESIDENT. **Ya Libnan**. Beirute, 02 jun. 2016. Disponível em: <<http://yalibnan.com/2016/06/02/lebanon-failed-again-and-for-the-40th-time-to-elect-a-president/>>. Acesso em: 09 jun. 2016. (a)

LEBANON VOTES. **Now**. Beirute, 08 maio 2016. Disponível em: <<https://now.mmedia.me/lb/en/NewsReports/566962-lebanon-votes/>>. Acesso em: 17 maio 2016 (b)

LEVITT, M. Hezbollah's Organized Criminal Enterprises in Europe. **Perspectives on Terrorism**, North America, ago. 2013. Disponível em: <<http://terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/280>>. Acesso em: 11 nov. 2016

LEVY, Jack S. Counterfactuals and case studies. Cap 27 In: BRADY, Henry; COLLIER, David (Eds). **The Oxford Handbook of Political Methodology**, p. 627-644, 2008.

LIJPHART, Arend. Constitutional Design for Divided Societies. **Journal of Democracy**, v. 15, n. 2, Abr. 2004, pp. 96-109

_____. **Democracy in Plural Societies: A Comparative Explanation**. New Haven, CT: Ed. Yale University Press. 248f. 1977.

_____. **Modelos de Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Multiethnic Democracy. **The Encyclopedia of Democracy**, Londres, v. 3, p. 853-865, 1995.

_____. South African democracy: Majoritarian or consociational? **Democratization**, v. 5, n. 4, p. 144-150, 1998.

_____. **The Politics of Accommodation: Pluralism and Democracy in the Netherlands**. Berkeley and Los Angeles: Ed. University of California Press. 222f. 1968

_____. The Puzzle of Indian Democracy: A Consociational Interpretation. **The American Political Science Review**, v. 90, n. 2, p. 258-268, jun. 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2082883>>. Acesso em: 18 out. 2016.

LUSTICK, Ian. Lijphart, Lakatos, and Consociationalism. **World Politics**, v. 50, n. 1, p. 88-117, 1997.

_____. Stability in Deeply Divided Societies: Consociationalism Versus Control. **World Politics** v. 31, n. 3, p. 325-344, 1979.

LUTSKY, Vladimir Borisovich. **Modern history of the Arab countries**. Progress Publishers, 1969.

MAALOUF, Ramez Philippe. Invasão israelense do Líbano de 1982: orientalismo, imperialismo e geografia. **Revista Litteris - Dossiê Estudos Árabes e Islâmicos** n. 3, nov. 2009.

MAHONEY, James. Path dependence in historical sociology. **Theory and society**, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.

MAHONEY, James; GOERTZ, Gary. A tale of two cultures: Contrasting quantitative and qualitative research. **Political Analysis**, v. 14, n. 3, p. 227-249, jun. 2006.

MAJED, Ziad. **Hezbollah and the Shiite community**: From political confessionalization to confessional specialization. Aspen Institute, nov. 2010. Disponível em: <https://assets.aspeninstitute.org/content/uploads/files/content/docs/pubs/LRF_AW_digital_1122.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MAKDISI, Samir; MARKTANNER, Marcus. Trapped by consociationalism: The case of Lebanon. **Topics in Middle Eastern and North African Economies**, v. 11, Middle East Economic Association and Loyola University Chicago, sep. 2009. Disponível em: <<http://www.luc.edu/orgs/meea/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MAKDISI, Ussama S. Reconstructing the nation-state: The modernity of sectarianism in Lebanon. **Middle East Report**, v. 200, n. 200, p. 23-30, 1996.

_____. **The Culture of Sectarianism**: Community, History, and Violence in Nineteenth-Century Ottoman Lebanon. Los Angeles: Ed. University of California Press, 2000.

MAKHOUL, Jihad; HARRISON, Lindsey. Intercessory wasta and village development in Lebanon. **Arab Studies Quarterly**, p. 25-41, 2004.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge University Press, 1997.

MARTIN, Christine. Consociational Politics: The Influence of Hezbollah on the Stability of Sectarianism in Lebanon. **Journal of Political Inquiry at NYU**, Nova Iorque, v. 5, n. 5, 2012.

MCGOWAN, Afaf Sabeh. Historical Setting. In: COLLELO, Thomas (Ed). **Lebanon: A Country Study**. Headquarters Department of Army, Library of Congress, Federal Research Division. Washington. cap. 1 p. 3-38. 1989. Disponível em: <<https://www.loc.gov/resource/frdcstdy.lebanoncountryst00coll/?sp=1&st=gallery>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

MEMORANDUM OF JOINT UNDERSTANDING BETWEEN HEZBOLLAH AND THE FREE PATRIOTIC MOVEMENT. 06 fev. 2006. **Al Ahed News e Now**. Beirute, 06 fev. 2006. Disponível em: <<https://now.mmedia.me/Library/Files/EnglishDocumentation/Political%20agreements%20and%20manifestos/hezbollah-FPM.pdf>> e em <<http://www.english.alahednews.com.lb/essaydetailsf.php?eid=4442&fid=25>>. Acesso em: 10 jun. 2016

“MILLET, RELIGIOUS GROUP”. Def. **Encyclopedia Britannica**. s/d. Disponível em: <<https://global.britannica.com/topic/millet-religious-group>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

MUHANNA, Elias. Establishing a Lebanese Senate: Bicameralism and the Third Republic. **Center on Democracy, Development, and The Rule of Law Stanford Working Papers**, n. 125, ago. 2012.

_____. **Lebanon: Federal or Unitary Republic?** 21 jan. 2013. Qifa Nabki. News and Commentary from the Levant. Disponível em: <<https://qifanabki.com/2013/01/21/lebanon-federal-or-unitary-republic/>> e em <https://now.mmedia.me/lb/en/archive/lebanon_federal_or_unitary_republic>. Acesso em: 17 nov. 2016

MUNICIPAL AND MUKHTAR ELECTIONS, RESULTS AND FIGURES. **UNPD Lebanese Elections Assistance Programme**. 2010. Disponível em: <http://www.lebanon-elections.org/Modules/Document/UploadFile/5400_20,04,YYIn%20Numbers%20Women%20Participation%20in%20Municipal%20Elections.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

MUNICIPAL POLLS: RIFI DEFEATS HARIRI IN TRIPOLI, EMERGES AS NORTH LEBANON’S SUNNI LEADER. **Ya Libnan**. Beirute, 30 maio 2016. Disponível em: <<http://yalibnan.com/2016/05/30/rifi-defeats-hariri-in-tripoli-emerges-as-north-lebanons-sunni-leader/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

NAKHOUL, Samia; PERRY, Tom. **Lebanon's Aoun wins presidency to end two year political vacuum**. 31 out. 2016. Reuters. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-lebanon-presidency-session-idUSKBN12V102>>. Acesso em: 31 out. 2016.

NASRALLAH, Hassan. HEZBOLLAH PROMISSES LEBANON COOPERATION. **Cnn**. 26 maio 2008. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2008/WORLD/meast/05/26/lebanon.nasrallah/>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

_____. **Hizbullah’s New Political Manifesto: We Want Lebanon Strong & United**. 2009. Hizbullah Media Relations. Disponível em: <<http://www.english.moqawama.org/essaydetailsf.php?eid=9632&fid=54>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

NASSER, Salem H. **Líbano Corre Risco de Novo Conflito Civil, Diz Especialista**. 25 nov. 2006. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u102115.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. **O Lixo e a Presidência**. 26 fev. 2016. Revista Brasileiros. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/02/o-lixo-e-presidencia/>>. Acesso em: 11 abr. 2016

NELSON, Sally. Is Lebanon’s Confessional System Sustainable?. **Journal of Politics & International Studies**, v. 9, p. 332-387, Summer 2013.

NORIEGA, Roger F.; CÁRDENAS, José R. The Mounting Hezbollah Threat in Latin America. **American Enterprise Institute for Public Policy Research**, n. 3, p. 1-8, out. 2011.

NORTH LEBANON LOCAL ELECTIONS DETHRONE TRADITIONAL SUNNI LEADERS. **The New Arab**. Londres, 30 maio 2016. Disponível em: <<https://www.alaraby.co.uk/english/news/2016/5/30/north-lebanon-local-elections-dethrone-traditional-sunni-leaders>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

NORTON, Augustus Richard. **Hezbollah: A short history**. New Jersey: Ed. Princeton University Press, 187f. 2007. (a)

_____. Hizballah: From Radicalism to Pragmatism? **Middle East Policy**. Washington, v. 5, n. 4, p. 147-158, jan. 1998.

_____. The Role of Hezbollah in Lebanese Domestic Politics. **The International Spectator**: Italian Journal of International Affairs, Roma, v. 42, n. 4, p. 475-491. dez. 2007. (b)

NOT THEIR CITY: BEIRUT MADINATI LOSES IN LEBANON'S FIRST POLL IN SIX YEARS. **The Middle East Eye**. 09 maio 2016. Disponível em: <<http://www.middleeasteye.net/news/not-their-city-beirut-madinati-lose-lebanons-first-poll-six-years-683249095>>. Acesso em: 17 maio 2016.

OCHSENWALD, William ; KHALAF, Samir ; BARNETT Richard ; BUGH Glenn ; MAKSOUD Clovis ; KINGSTON Paul. Lebanon. Constitutional framework. **Encyclopedia Britannica**. 31 out. 2016. Disponível em: <<https://global.britannica.com/place/Lebanon/Government-and-society>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

PAPE, Robert A. **Dying to Win: The Strategic Logic of Suicide Terrorism**. Paperback Edition. Nova Iorque: Random House, 353f, 2006.

_____. The Strategic Logic of Suicide Terrorism. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 97, n. 3, p. 343-361, ago. 2003.

PERRY, Tom; BASSAM, Laila. **Sunni hawk wins Lebanon vote, risking new tensions**. 30 mai. 2016. Reuters. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-lebanon-politics-idUSKCN0YLI6I>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

PETALLIDES, C. J. Cedars to the East: A Study of Modern Lebanon. **Student Pulse**, v. 3, n. 12, 2011. Disponível em: <<http://www.studentpulse.com/a?id=603>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

RAAD, Nada. **Leaders of Lebanon Unveil Deal**. 10 nov. 2009. The Wall Street Journal. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB125780463967939649>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

RAMADAN, Tariq. **Paths to Peace**. 19 fev. 2013. Tariq Ramadan. Disponível em: <<http://tariqramadan.com/arabic/2013/02/19/paths-to-peace/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político: Edição ampliada**. Traduzido por Álvaro de Vita. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

REGISTERED VOTERS BY CONFESSION - **Lebanese Association for Democratic Elections**, 2015. Data Maps. Disponível em: <<http://lebanonelectiondata.org/confessions.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

RIZKALLAH, Amanda. **Beirut's election was surprisingly competitive**. Could it shake up Lebanese politics? 11 maio 2016. The Washington Post, Washington. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/05/11/beiruts-election-was-surprisingly-competitive-could-it-shake-up-lebanese-politics/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

ROWELL, Alex. **The coming parliamentary stitch-up**. 20 maio 2016. Now. Beirute. Disponível em: <<https://now.mmedia.me/lb/en/commentaryanalysis/567011-the-coming-parliamentary-stitch-up>>. Acesso em: 07 jun. 2016

RUMI, Jalaluddin. **Selected poems from the Divan-e Shams-e Tabrizi**. Collection Classics of Persian Literature, 5. Trad. Reynold Nicholson. Washington DC: Ed. Small Pr Distr. Poem: *Who am I?*. 2001.

SAAB, Bilal Y. Rethinking Hezbollah's Disarmament. **Middle East Policy Council**, Washington, v. 15, n. 3, p. 93-106. Outono 2008.

SAAD-GHORAYEB, Amal; OTTAWAY, Marina. Hizbollah and Its Changing Identities. **Carnegie Endowment for International Peace**, jan. 2007.

SAAD HARIRI NAMED LEBANON'S NEW PRIME MINISTER. 03 nov. 2016. **BBC News**, Londres. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-37860414>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

SAID, Edward Wadie. Edward Said reflects on the fall of Beirut. **London Review of Books**, v. 7, n. 12, 4 jul. 1985.

_____. **Fora do lugar: memórias**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2004.

SALAME, Ghassan (Ed.) **Democracy without democrats?** The renewal of politics in the Muslim world. Londres: Ed. IB Tauris, 1994.

SALAMEY, Imad. Failing consociationalism in Lebanon and integrative options. **International Journal of Peace Studies**, v. 14, n. 2, autumn/winter, p. 83-105, 2009.

SALIBA, Issam. Lebanon: **Constitutional Law and the Political Rights of Religious Communities**. dec. 2010. Library of Congress. Disponível em: <<https://www.loc.gov/law/help/lebanon-constitutional-law.php>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SALLOUKH, Bassel. F. Lebanon-Where next for Hezbollah: Resistance or reform. **Conciliation Resources, Accord**, v. 1, n. 25, p. 100-104, 2014. Disponível em: <http://www.c-r.org/downloads/Accord25_Lebanon.pdf>. Acesso em: 10. jun. 2016.

SAMAHA, Nour; CHUGHTAI, Alia. **Lebanon: at the Crossroads**. 2015. Al Jazeera, Doha. Disponível em: <<http://interactive.aljazeera.com/aje/2015/lebanoncrossroads/>>. Acesso em: 08 out. 2015.

SAURUGGER, Sabine. Consociationalism. **Encyclopedia Britannica**. 7 jan. 2016. Disponível em: <<https://global.britannica.com/topic/consociationalism>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. Case selection techniques in case study research a menu of qualitative and quantitative options. **Political Research Quarterly**, v. 61, n. 2, p. 294-308, jun. 2008.

SILVA, G. P. **O Congresso é mesmo um reflexo do Brasil?** 11 maio 2016. Entrementes, São Paulo. Disponível em: <<http://entrementes.blog.br/o-congresso-e-mesmo-um-reflexo-do-brasil/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SLEIMAN, Dana ; CHERRI, Rima. Syrian recyclers help tackle Lebanon garbage crisis. 04 nov. 2016. **UNHCR. The UN Refugee Agency**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/stories/2016/11/58176abb4/syrian-recyclers-help-tackle-lebanon-garbage-crisis.html>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SOMSEN, Hester. **The Rise & Fall of Confessionalism in the Netherlands**: Linkages to Lebanon (Conferência). The Issam Fares Institute for Public Policy and International Affairs. 14 mar. 2016, AUB - American University of Beirut, Beirute, 2016.

SOUSA, Joceli de Fatima Arruda; SOLIGO, Valdecir. Relatos sobre a inserção do Brasil, Argentina e Paraguai na agenda de segurança dos Estados Unidos: o mito do terror na chamada “Tríplice Fronteira”. **Anais do V Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**, p. 1-16, out. 2011.

STEINER, Jürg. Consociational Democracy as a Policy Recommendation: The Case of South Africa. Reviewed Work(s): Power-Sharing in South Africa by Arend Lijphart. **Comparative Politics**, v. 19, n. 3, p. 361-372, abr. 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/421885>>. Acesso em: 18 out. 2016.

THE 2009 MPS, 2009 ELECTIONS RESULTS. Lebanon Elections. **Ministry of Interior & Municipalities**. Disponível em: <<http://www.elections.gov.lb/Parliamentary/Elections-Results/2009-Real-time-Results/The-2009-MPs.aspx>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

THE LEBANESE DEMOGRAPHIC REALITY. **LIC - Lebanese Information Center**, 14 jan. 2013. Lebanon, PAPEC, Reviewed by Statistics Lebanon. Disponível em: <<http://www.lstatic.org/PDF/demographenglish.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

THE ROLE OF REGIONAL ADMINISTRATIONS IN THE CONTEXT OF DECENTRALIZATION. **LCPS, The Lebanese Center for Policy Studies**. ago, 2012, Embaixada Suíça no Líbano. Disponível em: <http://www.lcps-lebanon.org/publications/1347614622-the_role_of_regional_administrations.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

TRABOULSI, Fawwaz. **A history of modern Lebanon**. Londres: Ed. Pluto Press, 2ª edição. 2012.

TRABULSI, Fawwaz; KHOURY, Elias. The Lebanese Impasse. **Middle East Report**, n. 242, p. 20-22, 2007.

TRENCHARD, Terence D. **Hezbollah in Transition: Moving from Terrorism to Political Legitimacy**. Strategy Research Project. U.S. Army War College, Carlisle Barracks, PA. United States Marine Corps. 2011. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a560136.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. UN ESA Population Division – **World Population Prospects: The 2015 Revision, Estimates**. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>>. Acesso em: 05 out. 2016.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, UNHCR - **Syria Regional Refugee Response**. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST, UNRWA – **Lebanon**. 01 jul 2014. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/where-we-work/lebanon>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION 1559 (2004). S/RES/1559 (2004). 5028th meeting. 2 set. 2004. **United Nations Security Council**. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/498/92/PDF/N0449892.pdf?OpenElement>>. Ver também: <<http://www.un.org/press/en/2004/sc8181.doc.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

VAN SCHENDELEN, M. P. C. M. (Rinus). Critical comments on Lijphart's theory of consociational democracy, **Politikon**, v. 10, n. 1, p. 6-32, jun/jul. 1983.

_____. The views of Arend Lijphart and collected criticisms. **Acta Politica**, v. 19, n. 1, p 19–49, 1984.

VARSHNEY, Ashutosh. Ethnicity and ethnic conflict. **Oxford handbook of comparative politics**, cap. 12, p. 274-95, 2007.

_____. **Speaking of Ethnic Conflict** (Palestras). 18 Lectures by Ashutosh Varshney. Conflict Resolution Program, National Institute of Advanced Studies, Bengaluru, India. 2013/2014.

VOTE POWER, LADE - **Lebanese Association for Democratic Elections**, 2015. Data Maps. Disponível em: <http://lebanonelectiondata.org/vote_power.html>. Acesso em: 07 jun. 2015.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 157f. 2011.

WEINTHAL, Benjamin. **Europe Has a Serious Hezbollah Problem**. Issue 2, maio 2013. The Tower. Disponível em: <<http://www.thetower.org/article/europe-has-a-serious-hezbollah-problem/>>. Acesso em: 11 nov. 2016. (a)

_____. **German Mosque groups raising funds for Hezbollah**. 23 jun. 2013. The Jerusalem Post. Disponível em: <<http://www.jpost.com/Middle-East/German-mosque-groups-raising-funds-for-Hezbollah-317500>>. Acesso em: 11 nov. 2016 (b)

WIEGAND, Krista Eileen. Reformation of a Terrorist Group: Hezbollah as a Lebanese Political Party. **Studies in Conflict & Terrorism**, Oxford, v. 32, n. 8, p. 669-680. jul. 2009.

WOMAN IN PARLIAMENTS. **UNPD Lebanese Elections Assistance Programme**. 2013. Disponível em: <http://www.lebanon-elections.org/Modules/Document/UploadFile/6997_16,07,YYInfo%20Graph%20-%20Women%20In%20Parliament.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

YAHYA, Maha. **Out of the Void: Lebanon is about to get a new president, but don't expect much**. 26 out. 2016. Beirute: Carnegie Middle East Center. Disponível em: <<http://carnegie-mec.org/diwan/64962>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

YOUNIS, Nussaibah. Set up to fail: consociational political structures in post-war Iraq, 2003–2010. **Contemporary Arab Affairs**, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2011.